

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Márcia Teresa da Rocha Pimenta

**A POLÍTICA DE INSERÇÃO DO BRASIL NA “SOCIEDADE
DA INFORMAÇÃO”**: uma avaliação política do Programa
Sociedade da Informação (SOCINFO)

São Luís

2014

Márcia Teresa da Rocha Pimenta

**A POLÍTICA DE INSERÇÃO DO BRASIL NA “SOCIEDADE
DA INFORMAÇÃO”**: uma avaliação política do Programa
Sociedade da Informação (SOCINFO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

São Luís

2014

Pimenta, Márcia Teresa da Rocha.

A política de inserção do Brasil na “sociedade da informação”: uma avaliação política do Programa Sociedade da Informação - SOCINFO/ Márcia Teresa da Rocha Pimenta. _ São Luís, 2014.

222 f.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas)–Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

1. Sociedade da Informação – Políticas Públicas – Programa Sociedade da Informação – Avaliação política - Brasil I. Título

CDU [316.3:004.5]304.42-047.44(81)

MÁRCIA TERESA DA ROCHA PIMENTA

A POLÍTICA DE INSERÇÃO DO BRASIL NA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”:

uma avaliação política do Programa Sociedade da Informação (SOCINFO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Ilse Gomes Silva
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. César Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão

Prof.Dr. Silvano Alves Bezerra da Silva
Universidade Federal do Maranhão

A Antonio Alberto e Maria José, meus amados pais e mestres primeiros, que, em pleno outono de suas vidas, para mim, sempre simbolizarão as cores e o frescor da primavera.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese de doutorado, ao mesmo tempo em que é um momento de grande expansão e ganhos cognitivos, se configura, também, como uma fase de recolhimento criador, que acaba, naturalmente, por nos afastar do ensolarado convívio com as pessoas que, em nossas vidas, mais amamos e prezamos.

Findos, portanto, os árduos, mas, sem dúvida, gratificantes trabalhos relativos aos planos de investigação e de exposição desta tese, chegou a hora de expressar o meu franco reconhecimento àqueles que, de alguma forma ou em algum momento, contribuíram para que, nesta jornada, os meus passos fossem mais firmes e vigorosos.

Assim, agradeço:

À minha família – sólida e insubstituível base de amor, cumplicidade e aconchego -, pelo constante estímulo e absoluta confiança na minha capacidade de avançar na busca por novos conhecimentos, com vistas à ampliação dos meus repertórios pessoal e profissional.

À minha orientadora, Professora Doutora Valéria Ferreira Santos de Almada Lima – exemplo de dedicação ao trabalho docente -, que, com as suas preciosas contribuições e a leveza que lhe é peculiar, durante todo o processo de elaboração desta tese, se mostrou interessada, segura, atenciosa, disponível e ética.

À Professora Doutora Ilse Gomes Silva e à Professora Doutora Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, pelas leituras atentas e criteriosas, bem como pelas pontuais sugestões, quando do Exame de Qualificação desta tese.

À Professora Doutora Franci Gomes Cardoso, que, com suas críticas construtivas, durante o Seminário Especial de Tese, colaborou para que eu pudesse bem incorporar, nesta pesquisa avaliativa, o método de Marx.

Aos queridos amigos, pelos laços de afeto, companheirismo e pela vibrante torcida, nestes meus quatro anos de doutorado.

À Professora Doutora Maria da Glória Serra Pinto de Alencar, amiga de todas as horas e circunstâncias, por ter acompanhado, sempre solidária, toda a minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP.

Aos corpos docente e discente (especialmente, aos meus colegas das turmas de 2010 – mestrado e doutorado, e 2009 - doutorado) do PPGPP, pelo apoio permanente e convívio edificante, bem como pelo compromisso, competência e empenho de cada um em prol da manutenção de tal Programa entre os mais respeitados do País.

Aos colegas do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, pelas liberações parcial (2010-2012) e total (2013) das minhas atividades acadêmicas, sem as quais o meu aproveitamento no doutorado não teria sido tão enriquecedor e tão frutífero quanto foi.

Aos funcionários que atuam na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na Biblioteca de Pós-Graduação em Ciências Sociais e na Secretaria do Departamento de Biblioteconomia, por terem me dispensado, neste caminhar, um atendimento sempre gentil e solícito.

A todos, enfim, pelo inestimável suporte, o meu mais sonoro **muito obrigada!**

“Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Avaliação política do Programa Sociedade da Informação – SOCINFO. Analisa os fundamentos políticos, ideológicos, econômicos, sociais, culturais e institucionais que condicionaram o processo de formulação da política brasileira de informação, tendo como referência empírica o Programa Sociedade da Informação, também conhecido como Livro Verde. O estudo apresenta uma abordagem crítica da ação do Estado, em face dos ditames do neoliberalismo, para desvendar o discurso apologético da chamada “sociedade da informação”, no cenário brasileiro. A abordagem sobre a informação e a inclusão digital foi feita a partir da idolatria que os indivíduos têm pelas Tecnologias de Informação e de Comunicação – TIC, como decorrência das enganosas possibilidades de inclusão social, notadamente em países de capitalismo tardio e periféricos, como é o caso do Brasil. Ao discutirmos a relação orgânica entre o Estado e o capital, sustentada pelo neoliberalismo, constatamos que a origem da política brasileira de informação decorreu da ação ideológica advinda do binômio Estado-capital, sob a forte influência do fetichismo da informação e das TIC, presentes no capitalismo contemporâneo. Assim, o SOCINFO se apresentou como mais um projeto capitalista de ajuste do Estado brasileiro às pressões políticas dos países hegemônicos, cujo principal objetivo era inserir o País na economia mundial “globalizada”, desta feita, por meio do discurso ufanista da “sociedade da informação”. Para tanto, foram analisadas as sete linhas de ação presentes no Livro Verde, a saber: Mercado, trabalho e oportunidades; Universalização de serviços para a cidadania; Educação para a sociedade da informação; Conteúdos e identidade cultural; Governo ao alcance de todos; P&D, tecnologias-chave e aplicações; e Infra-estrutura avançada e novos serviços. Na fase de análise das linhas de ação integrantes do Programa, a nossa preocupação era desmistificar conceitos incluídos em cada uma delas, que pudessem representar o contexto da ideologia dominante. Verificamos, por fim, que o Programa Sociedade da Informação, no Brasil, foi construído não para promover a inclusão digital e a democratização da informação no País, mas, sim, para preservar e expandir o capitalismo, tendo em vista que seus elementos constitutivos sustentavam a lógica da exploração capitalista, favorecendo os interesses da classe dominante, em detrimento dos da nossa massacrada classe trabalhadora.

Palavras-chave: Sociedade da informação. Políticas públicas. Programa Sociedade da Informação. Avaliação política. Brasil.

ABSTRACT

Political evaluation of the SOCINFO - Information Society Program. It analyzes the political, ideological, economic, social, cultural and institutional fundamentals that have conditioned the formulation process of the Brazilian information policy, having as empirical reference the Information Society Program, also known as Green Book. The study presents a critical approach of the State's actions, given the dictates of the neoliberalism, to disclose the apologetic discourse of the so-called "information society", in the Brazilian scenario. The approach about information and digital inclusion started up with the idolatry of the individuals towards the Technologies of Information and Communication – TIC, resulting from the misleading possibilities of social inclusion, notably in countries with late and peripheral capitalism, as it is the case of Brazil. As we discuss the organic relationship between the State and capital, sustained by the neoliberalism, we come to the conclusion that the origin of the Brazilian information policy derived from the ideological option arisen out of the State-capital binomial, under the strong influence of the information fetishism and of the TIC present in the contemporary capitalism. Then, the SOCINFO has disclosed itself as another capitalist project for the adjustment of the Brazilian State to the political pressure of the hegemonic countries, which main goal was to insert the country in the “globalized” economy, this time, through the proudly nationalist discourse of the “information society”. For such, seven action lines presented in the Green Book have been analyzed, such as: Market, work and opportunities; Standardization of services for the citizenship; Education for the information society; Content and cultural identity; Government to everyone; R&D, key-technologies and relevant applications; and Advanced infrastructure and new services. At the stage of analysis of the related lines of action of the Program, our concern was to demystify concepts included in each of them that could represent the context of the dominant ideology. Finally, we have noted that the Information Society Program, in Brazil, was built not to promote the digital inclusion and the democratization of the information in the country, but to preserve and expand the capitalism, bearing in mind that its building blocks shaped the logic of the capitalist exploitation, thus favoring the interests of the dominant class, in detriment of those of our massacred working class.

Key-words: Information society. Public policies. Information Society Program. Political evaluation. Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABL	Academia Brasileira de Letras
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ALAI	<i>Agencia Latinoamericana de Información</i>
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ARE	Aparelhos Repressivos do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BN	Biblioteca Nacional
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CD	Convergência Digital
CEGE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
C&T	Ciência e Tecnologia
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Cartão Nacional de Saúde
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
EaD/EAD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
G8	Grupo dos 8
GT	Grupo(s) Temático(s)

HP	Hewlett Packard
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Tecnologia
ILB	Instituto Legislativo Brasileiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPF	Imposto de Renda - Pessoa Física
ISI	<i>Institute of Scientific Information</i>
Internet	<i>Interconnected Networks</i>
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINC	Ministério da Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MPL	Movimento Passe Livre
NTE	Núcleos de Tecnologia Educacional
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PFE	Posto Fiscal Eletrônico
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
ProInfo	Programa Nacional de Informática na Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REMAV	Redes Metropolitanas de Alta Velocidade
RH	Recursos Humanos

RNP	Rede Nacional, de Pesquisa
SCI	<i>Science Citation Index</i>
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SINTEGRA	Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias
SOCINFO	Programa Sociedade da Informação
TCP/IP	<i>Transmission Control Protocol / Internet Protocol</i>
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A.
TIC/TICs/NTIC	Tecnologias de Informação e Comunicação/Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
WAP	<i>Wireless Application Protocol</i>
WSIS	<i>World Summit of Information Society</i>
WWW	<i>World Wide Web</i>
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UnB	Universidade de Brasília
Unirede	Universidade Virtual Pública do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOL	Universo OnLine

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A EMERGÊNCIA DA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” NO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: para todos ou para poucos?	34
2.1	O século XXI sob a égide da ideologia neoliberal e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	48
2.2	O fetichismo da informação na sociedade capitalista contemporânea	70
3	O PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SOCINFO) NO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	82
3.1	A gênese do SOCINFO no alvorecer do século XXI	89
3.2	O referencial político-ideológico do SOCINFO: pela democratização da informação?	103
4	AS LINHAS DE AÇÃO DO SOCINFO: um programa desenhado em prol do desenvolvimento brasileiro?	121
4.1	Mercado, trabalho e oportunidades	124
4.2	Universalização de serviços para a cidadania	136
4.3	Educação para a sociedade da informação	146
4.4	Conteúdos e identidade cultural	156
4.5	Governo ao alcance de todos	165
4.6	P&D, tecnologias-chave e aplicações	172
4.7	Infra-estrutura avançada e novos serviços	179
5	CONCLUSÃO	186
	REFERÊNCIAS	199
	ANEXO	215

1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem por objeto os determinantes estruturais e conjunturais, bem como os princípios político-ideológicos que fundamentaram o desenho da política de informação brasileira, tendo como referência empírica o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO). Assim sendo, buscou-se desvendar o conjunto das forças atuantes que influenciaram a formulação de tal programa, lançado no ano de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, FHC, tendo como objetivo central inserir o Brasil na chamada “sociedade da informação”.

Não há mais dúvida de que a informação é o catalisador fundamental para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, também, a chave para a inovação. Entretanto, a característica marcante da nossa sociedade é a grande quantidade de informações disponível, estabelecendo, como desafio primordial, no contexto competitivo e “globalizado”, a capacidade de promover bem o acesso e o uso dessas fontes.

Contudo, a despeito do que alardeiam os apologistas das tecnologias de informação e comunicação – TIC, em pleno século XXI, é impossível afirmar que vivemos inseridos na chamada “sociedade da informação” – uma ideologia produzida pelo capitalismo -, por esta ainda preservar o modelo de exclusão, que caminha no sentido oposto ao da sua proposta falaciosa de “incluir todos”. Nesse sentido, conforme Bolaños (2005, p.1),

[...] as políticas nacionais voltadas para a inclusão digital vivem o paradoxo de buscar alinhar-se de alguma forma ao projeto hegemônico norte-americano de desenvolvimento das auto-estradas da informação, cuja consolidação redundante, segundo a lógica liberal que o preside, em maior exclusão social.

Por ser a “sociedade da informação”, portanto, uma sociedade da exclusão, do ponto de vista das políticas públicas nacionais, as políticas de inclusão digital devem ser parte das políticas de inclusão social. Nesse contexto, “[...] o Estado aparece como espaço de conflitos e a política social, como subordinada, de acordo com as relações de hegemonia e dominação, à política econômica.” (BOLAÑOS, 2005, p.3).

Ora, mas, se na dita Economia do Conhecimento¹, tudo se resolve a favor do capital, é compreensível (mas inaceitável!) que o mundo contemporâneo continue apresentando grandes massas de excluídos, principalmente quando pensamos na adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade, a partir do final do século XX.

Conforme esclarecido por Nascimento (2011, p.26),

A sociedade em que vivemos tem sua base de sustentação no modo de produção capitalista que, por sua vez, se fundamenta a partir da propriedade privada dos meios de produção. Nesse contexto, extração de mais-valia, exploração da força de trabalho, competição e concorrência são os pilares que formam a plataforma de produção capitalista na sociedade contemporânea.

Ao tentar emergir dos efeitos danosos da crise financeira global², o Brasil, por ter adotado políticas macroeconômicas expansionistas, a partir de 2010, vem conseguindo retomar seu crescimento econômico, o que não significa que tenhamos alcançado, nesse percurso, desenvolvimento econômico. Assim, ao se referirem aos países “em desenvolvimento”, considerando a instabilidade internacional advinda desse quadro, mas visando aos padrões “globalizados”, Cintra e Prates (2011, p.37) asseguram, que

[...] a inserção desses países na globalização (financeira e produtiva) exige a execução de políticas econômicas orientadas ao fortalecimento das contas externas e a redução da dependência (ou o controle) dos fluxos internacionais de capitais. Para isso, tornam-se cruciais medidas orientadas a constituição de fontes internas de financiamento, sobretudo de longo prazo, para fomentar os investimentos produtivos em infraestrutura e em inovação tecnológica.

Nesse mundo em crise, onde as TIC, sob o prisma do capital e no âmbito das inovações tecnológicas, são supervalorizadas, a máxima “informação é poder” é, nos dias atuais, cada vez mais verdadeira. De fato, o volume abundante de informações dos tempos modernos faz com que, numa escala crescente, por

¹ Economia do conhecimento é um termo usado para definir um novo paradigma por meio do qual o conhecimento e a tecnologia vêm sendo considerados novos fatores de produção, além dos clássicos terra, capital e trabalho. Uma economia baseada no conhecimento se apoia na habilidade de gerar, processar, armazenar, recuperar e transmitir informações, funções potencialmente aplicáveis a todas as atividades humanas.

² A quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, marcou o auge de mais uma crise estrutural do capital, que vinha atingindo a economia internacional nas últimas décadas do século XX e que se agravou com a crise financeira de 2007–2009. Depois da falência desse banco, a crise financeira, que já havia se manifestado em alguns países, se transformou num fenômeno global e sistêmico. A partir dali, a economia de todos os países, de algum modo, viu-se afetada pelos efeitos da crise, quer pela restrição de crédito, quer pela contração do comércio internacional etc.

necessidades pessoais ou profissionais, produzamos e lidamos, diariamente, com milhares de informações. Nunca precisamos de tantos tipos de informação como agora.

Com efeito, é uma característica da nossa época que a informação perpassa, entrecruze e permeie todas as atividades, de uma forma jamais vista antes. A informação, portanto, traduz-se no mais poderoso combustível dos novos tempos, fase esta já identificada como a “era digital”. Há, desse modo, um novo quadro: a circulação da vida se dá, agora, em dois territórios diferentes, mas que, de alguma forma, se complementam: um, que é real, e outro, o virtual. (LASTRES,1999).

A vida moderna sofre, pois, as influências e os efeitos de um fenômeno conhecido como a “revolução da informação”, que vai modificar, para sempre, a educação, o trabalho, o governo, o lazer, a cultura, a organização da sociedade e, em última instância, o próprio homem, envolvendo a compreensão que se tem de tempo, espaço e conhecimento.

O mundo mudou? Não! O homem, este sim, mudou e, ao longo da história, vem mudando o mundo. Tanto assim que, hoje, vivemos uma sociedade instigante, de nova configuração, onde há um insano bombardeio de informações sobre o indivíduo. É preciso filtrar essa enorme quantidade de informações, de modo a minimizar ou eliminar o uso daquelas de baixa precisão ou de duvidosa qualidade.

A revolução do século XX foi informacional, passando a informação a representar um poder capaz de interferir na realidade, influenciar ações e desencadear eventos. Para Dertouzos (1997, p.44), “a súbita conscientização global de que o novo mundo da informação desempenhará um papel decisivo na vida das pessoas levou diferentes nações a dar sua aprovação a esta ‘novidade’ chamada Mercado de Informação”.

Sob o manto da informação e da proposta enganadora de “globalização” do mundo, nunca os ricos estiveram tão ricos, nem os pobres tão pobres. O embate entre a ignorância e o saber nunca foi tão desigual e tão desonesto. E, entre incluídos e excluídos, pensa-se, hoje, que a exclusão digital está intimamente ligada à exclusão social. (ATAÍDE, 1997).

O conceito de inclusão social diz respeito ao envolvimento de pessoas excluídas de forma geral, ou seja, pessoas que não têm as mesmas oportunidades na sociedade. Os motivos que as levam a tal exclusão são vários, a exemplo de

raça, gênero, condições socioeconômicas, religião, minorias, acesso às tecnologias (exclusão digital) etc. Tais pessoas, certamente, só não são excluídas da subalternidade imposta pelo capital.

Para Labidi (2012b, p.14), ao se reportar à democratização do acesso dos seres sociais às novas tecnologias, num discurso que sugere o mascaramento da realidade,

Uma das formas mais eficientes de provocar a inclusão social é a inclusão digital possibilitando acesso a todas as camadas sociais às novas tecnologias. [...] Assim, a e-inclusão (ou inclusão numérica, ou digital) refere-se ao conjunto de ações e políticas visando o estabelecimento de uma sociedade da informação e do conhecimento inclusiva e não exclusiva. [...] Para terem sucesso, os programas de e-inclusão devem ser desempenhados de forma integrada e articulada, e eles devem levar em consideração um dos componentes fundamentais para o sucesso que é a sustentabilidade.

Para lembrar, o termo sustentabilidade, muito usado nos dias que correm, tem a ver com a ideia de desenvolvimento sustentável, que defende um crescimento econômico menos consumista, com mais equilíbrio entre as questões sociais, econômicas e ambientais, preservando os recursos naturais da Terra, em benefício das próximas gerações. Mas, no jogo das boas intenções e do “politicamente correto”, o discurso sobre sustentabilidade virou uma causa vaga. Assim, essa difícil equação entre aquilo que se poupa e aquilo que se desperdiça vem se transformando numa borrada maquiagem verde. E, abraçando esse desafio, todo o universo segue, se dizendo “sustentável”, reforçando o fato “de [que, por mais que se tente provar o contrário,] a sustentabilidade foi, e continua sendo, secundarizada pelos interesses do modelo capitalista de produção.” (PACHECO, 2001, p.30).

A bem da verdade, há que se compreender que a lógica predatória do capitalismo e a construção da sustentabilidade são antagônicas, posto que o próprio conceito de sustentabilidade questiona alguns dos pilares do sistema capitalista.

Nesse contexto, há que se construir, de fato, um novo modelo de desenvolvimento, mudar os atuais padrões vorazes do consumo de bens, superar a ideologia do ganho fácil e de que, em face dos seus recursos “inesgotáveis”, o planeta se recupera por si só. Por isso, nesse sentido, é tão importante atentar para as sábias palavras do filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970), quando este nos diz que “Precisamos cuidar do mundo que não veremos”.

A despeito de toda essa preocupação com as gerações futuras, perdido em seu árido deserto, está o homem, vítima de si mesmo, soterrado por uma

avalanche de informações, mas jamais tão cheio de dúvidas, inseguranças e angústias. A violência e a atual fragilidade das relações humanas descortinam um quadro de degradante perda de valores e egoísmo. Estes tempos, portanto, são de ar. Mais frios.

Vivemos a era do descartável, do virtual e dos interesses vis e imediatos; um tempo de máscaras e de falsas imagens, numa espécie de valsa surrealista, onde o que se vê não é exatamente o que se vê, o que se tem não é exatamente o que se tem, o que se sente não é exatamente o que se sente. Assim, o conhecimento do que parece ser real é luz que sempre projeta algumas sombras. Tudo é muito paradoxal e não é o que sugere à primeira vista. Por isso, dada toda essa complexidade, sentencia Jung (1993, p.53), “falar algo importante sobre o homem civilizado de hoje é uma das tarefas mais difíceis e ingratas que se pode imaginar”.

Quando se fala sobre o homem neste mundo em transformação, é importante lembrar a filósofa e pensadora política, Hannah Arendt (2009, p.31), para quem “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos”. A mesma autora afirma, ainda, que “o mundo ao qual viemos não existiria sem a atividade humana que o produziu”. Para ela, a condição humana compreende três aspectos: labor, trabalho e ação. E, sabe-se, sem informação, nenhum deles se sustenta. Assim, o homem precisa aprender e apreender para sobreviver.

Num momento, portanto, de império das relações virtuais, às vezes, de natureza líquida, fluida, e dos recursos tecnológicos como facilitadores das atividades de seleção, processamento, recuperação e disseminação da informação, mas também dos naturais impactos sociais, econômicos, políticos, ambientais e psicológicos da chamada “era da informação” ou “era digital”, com base no trinômio realidade-virtualidade-informação, é preciso lançar um olhar mais atento, cuidadoso e crítico sobre o processo de construção da tão propalada “sociedade da informação”, acentuadamente cristalizada por meio da Internet, com marcantes intuitos de democratizar, tanto quanto possível, o trânsito pelo espaço real e pelo ciberespaço. (LÉVY, 1999).

A informação é, nos dias em curso, considerada o oxigênio da vida moderna e o vetor de desenvolvimento de um país. Portanto, na atualidade, não há mais como se atomizar ou ignorar o seu significativo papel. Como quer Le Coadic

(1996, p.27), “a informação é o sangue da Ciência”. A pesquisa, sem informação, seria inútil e não existiria conhecimento.

Tendo a informação como bússola, o mundo caminha, tomando seus rumos – dos previsíveis aos mais improváveis. Portanto, informação é movimento. E, pela dinâmica natureza do seu fluxo, deve ser comunicada e democratizada, fortalecendo-se a noção que se tem de cidadania, isto é, o direito à vida em sentido pleno.

Mas como democratizar o acesso e o uso de tanta informação, sabendo-se que, sob o signo do capitalismo e do neoliberalismo, a própria democracia sempre é questionada?

Como indaga Chauí (2011, p.153), acerca das condições sociais da democracia e das possibilidades de acesso e aproveitamento dos indivíduos às fontes de informação,

[...] Como os indivíduos recebem informação? [...] Quais as informações que lhes são dadas? [...] Quando o são? [...] Quem as dá? [...] Com que fim as recebem – para serem fixados em certos pontos determinados do sistema social ou para dar-lhes liberdade de trânsito entre um setor e outro? [...] Podem os indivíduos tirar das mesmas informações, ou a homogeneidade serve apenas para ocultar uma desigualdade social e econômica reforçada pela própria “igualdade” de informações, aceita como algo de que nem todos poderão tirar frutos?

Com toda a sua pressa e agitação, a vida atual nos faz ficar cada vez mais interessados nas informações que, de fato, nos interessam. Ficamos cada dia mais exigentes e sem tempo para o chamado “lixo informacional”, ou seja, aquelas informações que, num dado momento ou numa determinada situação, ainda que se reconheça o seu valor, não nos interessam. Cada um de nós tem o seu próprio perfil de interesse informacional, o que requer a adoção de princípios de seletividade e relevância em nossas buscas informacionais, quando visualizamos o mar de informações que inunda a vida moderna. (NOCETTI, 1980).

Ao passarmos da sociedade do “salve-se quem puder” para a sociedade do “salve-se quem souber”, as perguntas são várias: será que, no futuro, conviveremos com robôs humanoides? Será que, ao atizar a fogueira do pensar, a configuração da informação também mudará? As informações do mundo virtual continuarão estabelecendo novos e assustadores padrões de comportamento? Conseguirá o homem ser múltiplo, multitarefa, imperativo, convenhamos, adjetivos dos mais opressores, sem se desintegrar em mil pedaços? No multiconectado

século XXI, a Internet chegará a ser, de fato, o lugar sem paredes para ampliar nosso potencial criativo por meio do contato virtual com milhares de outros cérebros?

Há informação em excesso, mas não podemos digerir tudo. Isto gera culpa – um dos principais tormentos do século XXI. Assim, nos sentimos culpados por não conseguirmos acompanhar tudo o que é produzido sobre o nosso campo de interesse, quer no plano pessoal, quer no profissional. Essa culpa pela desinformação é, pois, uma nova angústia que vem ganhando força no mundo.

Daí, tanta curiosidade, interesse e encantamento (com tom de euforia, realce-se) pelas TIC, que circulam, sob o ponto de vista do seu acesso e uso, ainda de forma muito restrita pelo tecido social. A presença da tecnologia na vida cotidiana cria necessidades e determina comportamentos. Por isso, dada a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, a sensação atual é que dependemos, cada vez mais, desses recursos tecnológicos para vivermos melhor. Nesse sentido, para Castells (1999a, p.78), uma das características do novo paradigma tecnológico “[...] é que a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores.”

Embora se reconheçam as contradições inerentes à sociedade capitalista, onde o direito à informação não está assegurado a todos, o discurso atual é que, para circular nesse universo contemporâneo de ritmo frenético, exigem-se pessoas com boa formação e informação, ou seja, com sólidas competências, conhecedoras das conjunturas nacional e global, o que é, hoje, “possível” graças ao fluxo transfronteira de informações.

Essa ideia nos remonta à profecia do sociólogo e filósofo canadense Marshall McLuhan (1991-1980), considerado o Papa da Comunicação, quando, há tempos, já nos falava da “aldeia global” e da “tribalização” da humanidade. O conceito é de um mundo interligado, onde as distâncias tendem a se reduzir a zero e a interconexão entre todos os pontos não conhece limites, estabelecendo estreitas relações econômicas, políticas e sociais, fruto da evolução das TIC, particularmente a “Teia do Mundo Inteiro” ou World Wide Web - WWW. Essa profunda interligação entre todas as regiões do globo originaria uma poderosa rede de dependências mútuas, em prol do desenvolvimento sustentável da Terra.

Segundo muitos teóricos e críticos da “globalização”, este é mais um conceito utópico que real, pois a “aldeia global” de McLuhan ainda não se coaduna com a ideia de sociedade contemporânea, por esta ainda ser muito excludente.

A informação, que, evidencie-se, forma opinião, é intimamente atrelada à comunicação, que é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social. A ciência e a tecnologia da comunicação produzem, constantemente, inovações cada vez mais sofisticadas. Ao sustentar que, num mundo povoado por signos e códigos de toda ordem, é impossível não comunicar, referindo-se ao poder da comunicação, Bordenave (1991, p.93) assim se expressa:

[...] o aproveitamento ótimo do poder da comunicação para a expressão, o relacionamento e a participação, dentro de um projeto geral de transformação social, implica a tomada de uma série de medidas pela sociedade, começando pela procura de novas formas de apropriação e administração dos meios, até melhores formas de capacitação das pessoas no uso da comunicação.

Sem desconsiderar a relação umbilical entre informação e comunicação, mais adiante, esse mesmo autor, reportando-se à comunicação do poder, afirma que

Ante [a sociedade civil], ergue-se formidável, toda uma tradição de monopólio e de manejo da comunicação pelas classes dominantes, dispostas a perpetuar os padrões de elitismo, privilégio, coerção e exploração que caracterizaram nossa história. O uso da comunicação, evidentemente, foi apenas um dos meios empregados, junto a sanções econômicas, discriminação educacional, nepotismo e, ainda, exílio, tortura e outros de triste memória. (BORDENAVE, 1991, p.97).

Daí a importância e a necessidade da luta por uma sociedade participativa, igualitária e antielitista. Tal transformação, combatendo o mercantilismo e o consumismo, passa forçosamente pela participação pessoal, e esta passa forçosamente pela comunicação.

E o nosso autor, então, declara que

Havendo a sociedade civil constatado que o vasto poder da comunicação não está sendo utilizado para promover o crescimento integral das pessoas de todas as classes sociais, sendo antes empregada como um narcótico que oferece “pão e circo” em troca de sua desistência da luta pela transformação da sociedade, a resistência contra esse tipo de comunicação já começou. (BORDENAVE, 1991, p.100).

Guy Debord (1931-1994), crítico mordaz da sociedade de consumo, a que chama de “sociedade do espetáculo”, refere-se a McLuhan como o primeiro apologista do espetáculo. Diz ele:

O próprio McLuhan, [...] que parecia o imbecil mais convicto do século, mudou de opinião ao descobrir enfim, em 1976, que “a pressão dos *mass media*³ conduz ao irracional” e que seria urgente moderar o uso desses meios. O pensador de Toronto havia passado décadas a louvar as múltiplas liberdades trazidas pela “aldeia global”, de acesso tão instantâneo a todos, sem esforço. As aldeias, ao contrário das cidades, sempre foram dominadas pelo conformismo, pelo isolamento, pelo controle mesquinho, pelo tédio, pelos mesmos mexericos sobre as mesmas famílias. Desse mesmo jeito se apresenta agora a vulgaridade do planeta espetacular [...]. (DEBORD, 1997, p.192).

Para esse pensador francês, toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é, ao mesmo tempo, o resultado e o projeto do modo de produção existente. Corresponde, portanto, à irrealidade da sociedade real. O espetáculo é, enfim, o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem. Nesse ambiente, o mundo da mercadoria domina tudo o que é vivido. (DEBORD, 1997).

A crescente “globalização” que se opera em todas as áreas da existência do homem contemporâneo reforça a consciência de que ele é um ser aberto, inter-relacionado, planetário. Ao exigir que o homem moderno seja integral em sua identidade e em seu repertório, para que a sua vida seja cheia de sentido e completitude, é a própria sociedade quem lhe cobra a formação de um perfil abrangente, holístico, isto é, não cartesiano, uma vez que o adjetivo “holístico” se refere à dimensão de inteireza do mundo e dos seres. O holismo torna-se, assim, um novo paradigma nestes novos tempos – tempos de consolidação da “sociedade da informação”, onde o homem passa a valer por aquilo que sabe, pelo que conhece, pelo que domina. E, assim, deve circular por essa sociedade de “nova configuração”.

Sendo a informação o oxigênio da vida moderna e o vetor de desenvolvimento de um país, Chauí (2011, p.153) enfatiza que

Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função da sua possibilidade de acesso às fontes de

³ *Mass media* são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Correspondem aos vários meios de expressão social: a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema, orientados para um público que se pretende o mais abrangente possível, produzindo um conteúdo específico de mensagens políticas, ideológicas, comerciais, recreativas, culturais etc.

informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber.

No decorrer de sua história, seguindo uma tendência planetária, o Brasil, a exemplo de tantos outros países capitalistas, apostou no culto da velocidade, materializado na otimização do tempo, que movimenta o mundo. O relógio é o sistema operacional do capitalismo moderno, que torna tudo possível. E na busca pela eficiência progressiva e, portanto, pelo lucro, tudo tem de ser feito mais rápido.

De fato, vivemos numa cultura cada vez mais acelerada, mas de grande fragmentação. A idolatria da rapidez é inquestionável; é quase um vício. Pela velocidade implacável – turbinada pelas conquistas da revolução tecnológica –, pagamos um preço muito alto. Tanto assim, que já existe um movimento, no sentido oposto, que, em nome da nossa saúde física e mental, nos adverte sobre os perigos de se viver na roda-viva de um mundo dominado pelas TIC. Tal movimento é o *Slow Movement*, que pretende, pela sua filosofia, ensinar o homem a viver menos acelerado e estressado e, conseqüentemente, mais equilibrado, criativo, produtivo e saudável, ainda que se cerque de tantos artefatos e recursos tecnológicos. (HONORÉ, 2005).

De acordo com Mattos (2006), pode-se afirmar que a introdução das TIC nas sociedades contemporâneas acentua o caráter assimétrico e socialmente excludente demonstrado pelo atual processo de “globalização” econômica, sendo que, neste “continente” chamado Brasil, em face do avanço da ideologia neoliberal, tais assimetrias se expressam de forma ainda mais acentuada. Nesse sentido, para Ianni (2003, p.128-129), “O neoliberalismo sintetiza a *ciência econômica* global, que informa, fundamenta e organiza os movimentos do capital em escala global.”

Assim, no governo de Fernando Henrique Cardoso, começaram a se desenvolver programas públicos de universalização do acesso a informações e de inclusão digital, destacando-se, dentre esses, o SOCINFO. Sobre isto, Balboni (2007, p.3) opina:

Neste processo, os interesses políticos e econômicos relacionados à expansão das redes globalizadas de comunicação e aos processos produtivos estabelecidos através delas também emergiram, suscitando a necessidade de implementação de políticas públicas articuladas entre governo, empresas privadas e terceiro setor.

A partir disso, como questões centrais desta tese, tivemos: qual o contexto sócio-histórico da emergência da preocupação do Estado com a construção

da “sociedade da informação” particularmente no Brasil? Quais são os princípios políticos e ideológicos que orientaram o discurso dos sujeitos envolvidos com a proposta de construção da “sociedade da informação” no Brasil? Qual a engenharia do Programa? Os seus elementos constitutivos são coerentes entre si e consistentes com os objetivos que pretendeu alcançar?

Isto posto, com base nas questões supramencionadas, durante todo o percurso analítico do nosso objeto de estudo, partimos do pressuposto de que a política pública de informação brasileira, estabelecida oficialmente no Programa Sociedade da Informação no Brasil – SOCINFO, é decorrente dos apelos da pós-modernidade, dos ditames da “globalização”, da ação ideológica do Estado, das pressões do capitalismo contemporâneo, do paradigma tecnológico e do fetichismo da informação.

Dessa maneira, os objetivos que estabelecemos para serem alcançados na nossa pesquisa foram:

a) objetivo geral:

-desenvolver uma avaliação política do Programa Sociedade da Informação – SOCINFO, com vistas a compreender o papel do Estado no processo de inserção do Brasil na “sociedade da informação”;

b) objetivos específicos:

- entender o contexto sócio-histórico no qual se inseriu a preocupação do Estado com a construção da “sociedade da informação” no Brasil;

- identificar a concepção e os princípios político-ideológicos que nortearam o discurso dos sujeitos envolvidos com a proposta de construção da “sociedade da informação” no Brasil;

- analisar a engenharia do SOCINFO, a coerência interna dos seus elementos constitutivos, bem como sua consistência em face dos objetivos que se propôs a alcançar.

Com relação à metodologia, a tese ora apresentada se insere no campo da pesquisa avaliativa, aqui entendida como uma modalidade de pesquisa social aplicada, que, como tal, se utiliza de métodos e técnicas da pesquisa social.

A avaliação deve ser compreendida como um movimento específico que integra o processo das políticas públicas e que consiste em julgar e explicar o mérito de uma política ou programa.

Assim, a avaliação deve ser percebida como um instrumento para fortalecer a pressão social sobre o Estado, visando à conquista de direitos.

Como funções, a avaliação tem as seguintes: função técnica, na medida em que fornece subsídios para a correção dos desvios na implementação; função política, visto que oferece informações para sujeitos sociais fundamentarem suas lutas sociais; e função acadêmica, já que desvela determinações e contradições presentes no processo das políticas públicas.

Quanto aos modelos de avaliação mais recorrentes na literatura, Silva (2001) aponta: monitoramento, avaliação política da política, avaliação de processo e avaliação de impactos. A avaliação política da política, na qual se centra o presente estudo, tem foco na fase de formulação da política ou planejamento do programa, podendo também referir-se ao desenho ou à engenharia do programa, a partir da análise da consistência ou estruturação do plano em relação aos objetivos estabelecidos.

Optando-se por submeter o SOCINFO a uma avaliação política da política, a intenção, sem perder de vista os aspectos políticos, econômicos e socioculturais, foi concentrar a análise na fase de formulação da política ou planejamento do programa em si, como um componente da agenda pública brasileira já que, conforme Figueiredo e Figueiredo (1986, p.2, grifos dos autores), “[...] por avaliação política entendemos a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra”.

A avaliação política da política, sob a ótica de Silva (2008, p.148), então, “volta-se a emitir julgamento em relação à política ou programa em si”. Nesse sentido, enfatiza Hossoé (2012, p. 20):

Essa modalidade de avaliação permite mais do que a realização de uma análise formal dos componentes internos das políticas públicas, permite avaliar a influência dos condicionantes históricos e conjunturais na formulação de políticas públicas afeitas às oportunidades ou limitações da sua época.

Por assim ser, mais do que necessária, a leitura das entrelinhas do Programa Sociedade da Informação no Brasil se fez indispensável para a compreensão que se quis ter do real processo de inserção do Brasil na “sociedade da informação”, a partir da formulação e lançamento do SOCINFO, no ano de 2000. Seguindo, pois, na contramão do discurso mascarado e enaltecido da tão

aclamada “sociedade da informação”, nossa abordagem assumiu, o tempo todo, o compromisso de não silenciar diante de tantos jogos paradoxais, manobras e ambiguidades, próprios do sistema capitalista.

Dessa forma, a complexa realidade social, política, cultural e econômica brasileira foi o cenário da pretendida investigação, à luz da teoria de Karl Marx, tendo-se, como categorias de análise centrais, Fetichismo da Informação e Ideologia. Além destas, na pesquisa em foco, foram, também, consideradas categorias analíticas as seguintes: Sociedade da Informação, Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, e Políticas Públicas.

Por bem se aplicar à vida social e à vida em sociedade, com a certeza de que, ao longo da história, as sociedades se desenvolvem e se transformam, como fio condutor para o desenvolvimento do estudo ora apresentado, elegemos o método materialista histórico-dialético, de Karl Marx (Tréveris, 5maio1818 - Londres, 14mar.1883).

Para os filósofos gregos, dialética era a arte do diálogo. Para um dos filósofos mais influentes na carreira de Marx, o alemão Georg Friedrich Hegel (1770-1831), dialética é uma forma de pensar a realidade em constante mudança por meio de termos contrários que dão origem a um terceiro, que os concilia. A dialética compõe-se, assim, de três elementos: tese, antítese e síntese.

Na visão de Marx, a dialética de Hegel estava invertida e era preciso corrigi-la. Isso porque Hegel era idealista, isto é, via a Razão como determinante da realidade objetiva, enquanto Marx era materialista e pensava justamente o contrário: que era o mundo material que condicionava a ideia que fazíamos dele.

Ao nos inspirarmos em Karl Marx, estivemos sempre nos referindo ao pensador que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista, defensor do “humanismo real” e bravo representante do materialismo histórico-dialético, cuja obra máxima é “O Capital”, uma extensa análise da sociedade capitalista, que tem na luta de classes o tema maior do seu pensamento. Ser marxista é, pois, tomar essa luta como referência e nela se inserir para pensar a história da sociedade.

Na opinião do jornalista, dirigente comunista e intelectual brasileiro Jacob Gorender (1923-2013),

O Capital não é só uma obra de economia política. [...] é ao mesmo tempo uma obra de historiografia e sociologia, de antropologia, de demografia, de

politologia, de história do direito e de tecnologia. Marx foi um dos maiores historiadores de todos os tempos. (GORENDER, p.51).

Considerando a burguesia e o proletariado, Marx percebe no mundo econômico que o cerca a própria essência do capital. Para ele, o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Sua teoria se baseia na produção, na distribuição, na troca e no consumo de bens materiais, o chamado “ciclo de reprodução do capital”. A produção constitui o geral; a distribuição e a troca, o particular; o consumo, o singular, para o qual tende todo o conjunto. Sem produção não há consumo, mas sem consumo não haveria produção. Os agentes de produção são a terra, o trabalho e o capital.

Aliás, para Marx, o trabalho é a atividade fundante da humanidade. Teve em Friedrich Engels (1820-1895) seu maior amigo, fiel companheiro e colaborador que, após a morte do nosso grande pensador do século XIX, ajudou a publicar os dois últimos volumes de “O Capital”. Cunhou o termo “mais-valia” - o excedente da produção gerado pela exploração da força de trabalho -, que explica a obtenção de lucros no sistema capitalista. A propósito, “[...] o único candidato real a ‘sucedâneo’ histórico de Marx, o próprio Engels, duvida se teria pessoalmente as capacidades necessárias para realizar a obra da vida de Marx sem ele.” (LUKÁCS, 2010, p.119).

Marx deixou à explorada humanidade um vasto legado político e ideológico. A partir dele, junto a Engels, o socialismo e o comunismo abandonam a condição de belas intenções para se transformarem num importante projeto político da revolução mundial.

Nesse sentido, sempre inconformados com o antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas, na visão de Marx e Engels (2010, p.49),

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais autêntico.

O marxismo dá um passo a mais quando defende a ideia de que o conhecimento da realidade social é um instrumento político que pode orientar os grupos sociais na luta pela transformação da sociedade. Assim, pela filosofia marxiana, é no terreno da prática que se deve demonstrar a verdade da teoria.

O nosso revolucionário de Tréveris mostrou à classe oprimida, dominada e explorada dos trabalhadores uma particular maneira de entender o mundo. Mas não mostrou apenas uma interpretação da realidade; foi além: realizou um

chamamento decidido à transformação da mesma. Importante se faz enfatizar que, pela teoria marxiana, a opressão e a dominação não podem mais sustentar e justificar a exploração da classe trabalhadora.

Certo é que a originalidade, a especificidade e a atualidade do gênio de Marx estão mais vigentes do que nunca, em plena segunda década do século XXI. Como afirma Frederico (2008, p.188), “A realidade social, hoje, está mais próxima da descrição feita por Marx do que quando ele escreveu sua obra: o que era tendência agora se efetivou plenamente.” Daí, o interesse dos pesquisadores contemporâneos em utilizarem o método marxista em suas pesquisas, como base da crítica ao atual estado de coisas, no devastador mundo capitalista. Esse mesmo interesse nos moveu e se manteve vivaz, tanto no plano de investigação quanto no de exposição do nosso presente estudo.

De acordo com o que nos ensina o eloquente e privilegiado pensador mineiro José Paulo Netto (1947-), professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e divulgador incansável do marxismo entre nós, pelo método de Marx, a expressão empírica da realidade (um fato ou um conjunto de fatos) é sempre o ponto de partida para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa. Marx parte da aparência dos fenômenos, que revela mas esconde, para chegar à essência, ao âmago dos fatos. Em outras palavras, para se conhecer algo como ele é, se faz necessário conhecê-lo além da sua aparência. Trata-se de um raciocínio que busca o conhecimento da essência por meio de suas contradições inerentes. Pelo movimento da abstração intelectual, então, vai do abstrato ao concreto. Em Marx, empiria é a epiderme do real. Os fatos são expressões de processos. Como opera pela saturação das determinações, em Marx, pesquisa é a busca das determinações. É, pois, pela síntese das múltiplas determinações, que se alcança o concreto. No universo categorial marxiano, as categorias analíticas, que expressam “modos de ser da realidade”, são extraídas do objeto. Assim, é preciso perseguir o objeto da pesquisa por aproximações sucessivas do real. E o nosso didático autor enfatiza muito o seguinte ponto: considerando que o que move a realidade histórica de uma sociedade são suas contradições e seus antagonismos, ninguém deve iniciar uma pesquisa sem um prévio e robusto aporte crítico. (NETTO, 2011).

Cabe, portanto, enfatizar que o legado de Marx nos ajuda a compreender o quadro mundial contemporâneo, inclusive a presente crise econômica, já que a crise é, por si, um constitutivo da manipuladora dinâmica do capitalismo.

Com base na teoria marxiana, entenda-se que o capitalismo não coloca no centro a pessoa humana e a sua libertação, o que compromete dramaticamente a evolução da sociedade humana e seu destino. Ainda assim, nas palavras do político italiano Enrico Berlinguer (1922-1984), por doze anos, secretário nacional do Partido Comunista Italiano - PCI,

Estamos convencidos de que o mundo, mesmo este intrincado mundo de hoje, pode ser conhecido, interpretado, transformado e colocado a serviço do homem, do seu bem-estar e da sua felicidade. A luta por este objetivo é uma experiência que pode preencher dignamente uma vida. Não queremos impor um destino à história. O assalto ao céu⁴ – esta belíssima imagem de Marx – não é, para nós, um projeto irracional de escalada ao absoluto. Ao contrário, empregaremos todas as energias de que somos e seremos capazes no sentido de tornar concreto e efetivo o que está maduro na história. (REICHLIN).

Foi com similar crença e inspiração que a corrente filosófica de Karl Marx (HUISMAN, 2001) expandiu o nosso fôlego cognitivo para o aprofundamento da análise do papel do Estado no processo de inserção do Brasil na dita “sociedade da informação” – essa controversa e capciosa sociedade de um país capitalista periférico, com histórica submissão e dependência ao imperialismo dos países capitalistas hegemônicos. Falar sobre o capitalismo é, está claro, falar sobre um sistema econômico de lógica arrogante e pérfida, com efeitos de uma bomba social, da qual só escapam alguns poucos privilegiados.

Para lembrar, a sociedade capitalista é a mais desigual de toda a história; aquela que inculca na mente dos seus cidadãos que “todos são iguais perante a lei”. Acrescente-se a isto a verdade do universo neoliberal, onde tudo se vende, tudo se compra, tudo tem preço, tudo é mercadoria. Tudo, absolutamente tudo, sob a regência da lei da oferta e da procura, está nas vitrines e nas prateleiras do mercado. Em síntese, tudo e todos vivem no mercado; tudo e todos são itens do mercado capitalista.

Esclareça-se que, para o desenvolvimento do presente estudo, que, ouvindo Farias (2001, p.17), considera “o Estado capitalista como uma totalidade concreta, complexa e contraditória”, os procedimentos e técnicas de pesquisa adotados incluíram pesquisa bibliográfica, para maior compreensão e aprofundamento das categorias escolhidas para subsidiar a análise da temática em

⁴ O termo “assalto ao céu” (ou assalto operário ao poder) se refere à forma como Marx denominava a Comuna de Paris, primeira experiência de ditadura do proletariado na história, governo revolucionário da classe operária criada pela revolução proletária em Paris. Teve duração de 72 dias (18mar.-2 maio 1871).

foco, e pesquisa documental, com vistas à análise de dados outros que pudessem sustentar a explicação de toda a dinâmica referente à formulação e entrada na agenda pública brasileira do programa Sociedade da Informação no Brasil, no ano de 2000, utilizando-se, para tanto, não só o texto do Livro Verde, que abriga o texto do SOCINFO, como também documentos do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e de órgãos ligados às sete linhas de ação do programa, desdobradas em ações concretas de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento.

Neste ponto, cabe esclarecer que os “Livros Verdes” são assim denominados por uma questão de padronização de linguagem, no âmbito mundial, ao fazerem relação da cor verde com certa falta de vivência, experiência ou de maturidade, reportando-se a uma primeira iniciativa na formulação de um programa inédito a ser implementado na sociedade de um país. Ao mesmo tempo, o simbolismo do verde adotado no título de tais documentos carrega o viço, a esperança, o vigor e a energia do que é novo ou do que se inicia. O Livro Verde brasileiro, seguindo a denominação mundialmente adotada, traz, como epígrafe, esta bela e significativa frase do sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), extraída do seu livro “Tempo morto e outros tempos”, publicado em 1926: “...nunca [...] plenamente maduro, nem nas idéias nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental.”

Importante se faz, neste momento, declarar que a motivação que nos direcionou ao aprofundamento do estudo sobre a política de inserção do Brasil na polêmica “sociedade da informação” originou-se das acaloradas discussões desenvolvidas no Mestrado em Ciência da Informação, realizado na Universidade de Brasília – UnB, bem como da nossa vivência como professora da disciplina Princípios de Ciência da Informação, no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, onde tal temática é largamente abordada, além, convém dizer, do nosso particular interesse pelo instigante assunto escolhido.

Assim é que o nosso estudo, vislumbrando a oportunidade de estabelecer um aprofundamento da relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e as Políticas Públicas, se propôs a fazer uma avaliação política da política de inserção do Brasil na discutível “sociedade da informação”, buscando, em todos os momentos, fazer uma reflexão profunda sobre o nosso objeto de pesquisa.

Neste momento, vale lembrar que os resultados de uma avaliação, que correspondem a um julgamento de valor, são sempre aproximações, versões de uma realidade sob análise. Neste aspecto, cabe, aqui, frisar a importância da informação como elemento indispensável no processo de avaliação de políticas e programas sociais. Além de lucidez, bom senso, coerência, ética e lógica, para se ter uma boa avaliação, dentre tantos outros itens fundamentais, é preciso contar com informações confiáveis, claras, fidedignas e atualizadas.

Como bem nos explica Beaud (2005, p.12-13),

Uma boa tese, uma boa pesquisa implica equilíbrio entre teoria e empirismo. [...] Não há pesquisa sem questionamento. [...] Não há pesquisa sem método. [...] Não há pesquisa sem trabalho. E, é preciso que se diga, sem um trabalho de certo nível e de certa qualidade. É um erro lançar-se na elaboração de uma tese se não se tem qualidades e motivações de pesquisador, se não se tem razões sérias e profundas para empreendê-la e levá-la a termo; se não se tiver, anteriormente realizado trabalhos, mestrado ou estudos de aperfeiçoamento, principalmente.

Isto posto, convém ressaltar que, para se estabelecer uma estrutura mais adequada e clara, o texto desta tese, cuja Área de Concentração é Políticas e Programas Sociais, tendo, por Linha de Pesquisa, Avaliação de Políticas e Programas Sociais, se encontra distribuído em 3 (três) capítulos, além desta Introdução e da Conclusão, conforme descrito a seguir.

No primeiro capítulo, intitulado “A emergência da ‘sociedade da informação’ no atual estágio de desenvolvimento capitalista: para todos ou para poucos?”, nossa análise se pautou na desmistificação do termo “sociedade da informação”, carregado de ideologia, que é “vendido” no mundo capitalista contemporâneo, no qual o Brasil se inclui, como verdadeira panaceia, mas, de fato, configurado como mais um item de sustentação desse sistema econômico tão combatido por Marx e seus seguidores – o desumano capitalismo. Para reforçar essa crítica, nos valem os impérios das TIC no cenário neoliberal, bem como o fetichismo que a informação, no curso da vida moderna, desperta e impõe.

No segundo capítulo, isto é, “O Programa Sociedade da Informação (SOCINFO) no contexto da sociedade brasileira”, focalizamos a gênese do SOCINFO - a política brasileira de informação -, no ano de 2000, no contexto das políticas públicas, bem como apresentamos e discutimos os princípios políticos e ideológicos do Programa analisado, que, ao não priorizar a inclusão digital, ignorou, veementemente, a necessária e tão almejada democratização da informação.

No terceiro capítulo, cujo título é “As linhas de ação do SOCINFO: um programa desenhado em prol do desenvolvimento brasileiro?”, discorreremos sobre a engenharia do Programa Sociedade da Informação em si, apresentando e analisando cada uma das sete polêmicas linhas de ação que compõem o seu desenho, que, conforme pudemos verificar, não foram concebidas para propiciar desenvolvimento ao Brasil, mas sim, para inseri-lo, o mais rápido possível, no concorrido mercado capitalista global.

Finalmente, em nossa Conclusão, apresentamos as reflexões sobre as questões que orientaram tanto a análise quanto a avaliação da política brasileira de informação, tendo como referência o SOCINFO, de modo que possamos contribuir, a partir de um olhar focal e assumindo uma postura mais madura e crítica, para o debate de tal tema, tanto no contexto da Ciência da Informação quanto no das Políticas Públicas.

2 A EMERGÊNCIA DA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” NO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: para todos ou para poucos?

As transformações com as quais estamos convivendo na realidade contemporânea são evidentes. O mundo, pelas mãos do homem, está mudando alucinadamente, como nunca antes; tão rápido que é difícil acompanhar. Nele, gigantes estão desmoronando e recém-nascidos se agigantando. Como se sabe, mudar o mundo é um trabalho que nunca termina. Nesse aspecto, muitas questões nos inquietam. Por que está mudando? O que mais deve mudar? Como será depois da mudança?

Certo é que o mundo atual, de fisionomia hostil e caótica, é um mundo essencialmente tecnológico. Isto é irreversível. Em meio a essa incontrolável obsessão pela tecnologia vigente e diante de tantas incertezas, com a variedade de plataformas de informação e de suportes digitais, qual, será, por exemplo, o futuro do papel? Do ponto de vista de Castells (2010, p.17), “Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.”

Ainda que reconheçamos que os temas centrais da contemporaneidade são democracia, ética na política e meio ambiente ecologicamente equilibrado, há uma certeza: o caos que dita o ritmo da atual vida em sociedade se aprofunda e se agrava em face dos ácidos ditames impostos pela truculência do capitalismo.

Nesse contexto, o mundo, com o passar do tempo, foi ganhando novos traços: a velocidade venceu a lentidão; o individualismo superou o altruísmo; o holismo ultrapassou o cartesianismo; o dinamismo subjuguou o marasmo; a flexibilidade transpôs a rigidez; o planejamento domou a improvisação; a barbárie aniquilou o humanismo; o conhecimento almeja dominar a ignorância; a inteligência artificial persegue, a passos largos e obstinados, a inteligência natural; a máquina quer, a todo custo, substituir o homem...

Ainda assim, nesta vasta teia tecnológica de alta complexidade, urge que não se percam de vista lutas por uma sociedade onde a justiça e a igualdade sejam o grande farol, mesmo numa economia mundial que põe em primeiro lugar o lucro, e não a vida.

Dessa forma, vivendo numa cultura de visível e incontestável vocação tecnológica, é como se tudo tivesse um propósito mecânico. É como se nossos pensamentos, comportamentos e atitudes tivessem, todos eles, que passar,

obrigatoriamente, por algum tipo de máquina processadora, que, então, os validariam, tornando-os menos vulneráveis. Com a redução da vulnerabilidade, teríamos, em tese, mais prudência – frente ao desconhecido; prevenção - frente a possíveis danos e prejuízos; precaução – diante das ameaças e perigos que determinadas intervenções podem causar; e proteção – da dignidade dos mais desprotegidos e fragilizados da sociedade.

O momento atual traz, é certo, a marca da crise, especialmente ética e econômica, e a descabida assimetria das relações sociais. A mutabilidade e a instabilidade pontuam rigidamente a vida moderna. O mundo sofre, hoje, uma terrível convulsão socioeconômica. Mas, mergulhados nesse pântano, sabemos que na “sociedade da informação” – essa sociedade plural com inúmeras e variadas tendências -, a saída é sempre pelas portas do conhecimento.

A “sociedade da informação” tem três características principais: primeira, utiliza-se a informação como bem econômico; segunda, identifica-se maior uso da informação pelo público em geral; e terceira, o setor da informação cresce bem mais rápido do que o conjunto da economia. (MOORE, 1999, p.94-95).

Assim, as origens e causas da “sociedade da informação” se alicerçam em dois tipos de desenvolvimento interdependentes: o desenvolvimento econômico a longo prazo e a mudança tecnológica. De fato, uma verdadeira “sociedade da informação” é uma sociedade na qual a informação é utilizada intensivamente como elemento da vida econômica, social, cultural e política. Um outro ponto marcante da “sociedade da informação” é o surgimento ou desenvolvimento de uma indústria da informação, dividida em três campos diferentes: o da criação da informação ou setor dos conteúdos; o da transmissão da informação; e o do tratamento da informação.

Nesse contexto, enquanto vivermos submetidos ao sistema capitalista, jamais teremos uma sociedade pacífica, igualitária e libertária. Por isso, a “sociedade da informação” é, paradoxalmente, um ambiente de celebrações e naufrágios. Por certo, em nome da contundência dos fatos, mais de naufrágios do que de celebrações.

E, nesse caminho, partilhamos do pensamento da filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo (1870-1919), crítica implacável do capitalismo como sistema desumano, portanto, defensora febril de uma sociedade emancipada e de um mundo sem exploração, sem alienação e sem fronteiras. Como enfatiza Löwi (2013), “se fosse necessário escolher um traço distintivo da vida e do pensamento

de Rosa Luxemburgo, acho que se deveria privilegiar seu *humanismo revolucionário*.” Absolutamente avessa ao imobilismo, essa nossa notável teórica e militante marxista “[...] empenhou-se em demonstrar que o marxismo não é uma teoria acabada, e que o estudo das transformações do capitalismo a partir da morte de Marx permite não revisar a teoria, mas, ao contrário, aprofundá-la.” (HUISMAN, 2001, p.635).

Vivemos, de fato, sob o jugo da tirania da informação que, contraditoriamente, ora nos oprime, ora nos liberta. Por isso, qualquer discurso apologético sobre a tão propalada “sociedade da informação” jamais combinará com as assimetrias de toda ordem que ela expressa e instala.

A bem da verdade, a ansiedade da nossa época é temperada por necessidades aflitivas: vivemos pressionados por informações demais, apelos de consumo demais, escolhas demais.

Ao passarmos do mundo analógico para o mundo digital, onde se dá o embate excesso de informação X pobreza de atenção, reina a dúvida: somos senhores ou escravos da tecnologia?

Há, sim, um movimento complexo e antagônico envolvendo o mundo da informação. Afinal, no universo, desde o seu surgimento, por meio da grande explosão original – o *Big Bang* -, conforme a explicação científica sobre a criação do mundo, nada está parado.

A informação, ao gerar conhecimento, possibilita a produção de ciência e tecnologia, instalando, num país, bens e serviços. Mas não basta apenas ter o direito ao acesso; as infra-estruturas que o materializam são necessárias para promover o uso dessas fontes. Com isso, criou-se uma batalha ideológica em torno do direito de acesso ao conhecimento. (LASTRES; FERRAZ, 1999).

Certo é que a rápida e incontrolável evolução das TIC, baseada na convergência das telecomunicações e da informática – a telemática -, vem provocando profundas mudanças na sociedade atual e definindo um novo cenário amplamente conhecido como “sociedade da informação”. Nessa sociedade, caracterizada por uma abundância de informações sem precedentes, cresce a necessidade de se saber usar as informações disponíveis, a que alguns se referem como “letramento informacional”.

Ao abordar as competências e habilidades informacionais, Gasque (2012, p.17) afirma que

Não é possível apreender todo o conhecimento produzido pela humanidade, mas se os aprendizes forem formados para atuar como pesquisadores letrados informacionalmente, terão condições de buscar, avaliar, organizar e usar informações relevantes, transformando-as em conhecimento. [...] Tal processo, o *letramento informacional*, capacita os aprendizes a buscar e usar informações de maneira eficiente e eficaz.

De outro modo, dir-se-ia que é preciso capacitar as pessoas para usarem as informações disponíveis da forma mais segura e objetiva possível. Ou seja, diante de uma tecnologia intensa, é necessário aprender a conviver com o novo e o inusitado, sob pena de se amargar no ostracismo e na obsolescência.

Ainda que a “sociedade da Informação” assuma outras diversas denominações, tais como “sociedade globalizada”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade inteligente”, “sociedade do aprendizado”, “sociedade pós-industrial”, “sociedade do saber”, “sociedade informática”, “sociedade da educação”, “sociedade em rede”, “sociedade de consumo”, “sociedade tecnológica”, “sociedade mercantil”, “sociedade do futuro”, “sociedade conectada”, “sociedade multicultural”, “sociedade digital”, “sociedade pós-moderna” e, dentre outras, “sociedade de risco”, conforme Bauman e May (2010, p.181), é impossível reconhecê-la como uma sociedade democrática.

Para Castells (1999c, p.17), “Nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia e a reestruturação do capitalismo introduziram [...] a sociedade em rede.”

Pelas características inerentes a essa “nova” sociedade, não seria “sociedade dos excluídos”, termo sugerido por Antunes (2005a, p.24), uma designação bem mais apropriada? Apenas para lembrar, Chesnais (1995, p.15) já asseverava que “a economia global é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais.”

Na sociedade em que vivemos, resultante de muitas metamorfoses e de perspectivas nebulosas, o termo “sociedade de risco” refere-se ao caos, às ações dispersas e não coordenadas, às incertezas e dúvidas que pontuam a configuração da sociedade atual: a tão decantada “sociedade da informação”, submetida à marcha implacável do avanço do capitalismo – esse rolo compressor - e ao processo de “globalização”, que impõe aos países uma competição agressiva e mortal.

Na “sociedade da informação”, pontuada pela incompletude e pela insuficiência, nestes tempos velozes, instáveis e mutantes, há uma exigência

generalizada de que a informação se traduza em ativo estratégico, diferencial competitivo, recurso gerencial e vetor de desenvolvimento. E esta exigência se sustenta no uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, que prometem eliminar os marcadores de fronteiras entre os conectados e os desconectados, com a mesma ênfase que se propõem a eliminar as barreiras entre a ignorância e o saber. Assim, os países, as organizações e os indivíduos, no mundo moderno, já são submetidos a uma nova classificação: os ricos e os pobres em informação. Portanto, a informação – puro ouro, que deve servir à causa da sabedoria individual e coletiva -, não circula, de forma equânime, na dita “sociedade da informação”.

Na verdade, nessa controvertida “sociedade da informação”, há um dualismo intenso, uma vez que nela convivem, lado a lado, o real e o virtual, o natural e o artificial, o impresso e o digital, o intuitivo e o racional, o individualismo e o cooperativismo, a posse e o acesso, o holístico e o cartesiano, o congênito e o adquirido, a superfície e a profundidade, o emitido e o omitido, a onda e a partícula, o homem e a máquina (notadamente, o computador), a inclusão e a exclusão.

Nos dias que correm, entretanto, o interesse e entusiasmo pelas discussões sobre a polêmica “sociedade da informação”, e tudo aquilo que a envolve, é de tal monta que, de acordo com Labidi (2012a, p.8),

Países do mundo inteiro celebram, no [...] dia 17 de maio, o Dia Mundial da Sociedade da Informação. Este dia engloba o Dia Mundial da Internet e o Dia Mundial das Telecomunicações. O objetivo é [...] chamar a atenção de todos sobre as mudanças da sociedade proporcionada[s] pela Internet e [pel]as novas tecnologias. A data também tem como objetivo ajudar a reduzir a exclusão digital no mundo e na migração para [a] economia do saber.

Esse mesmo autor esclarece que o Dia Mundial da Sociedade da Informação foi instituído pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, através da Resolução 60/252, de 27 de março de 2006, como resultado das decisões da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (*World Summit of Information Society – WSIS*), em reuniões ocorridas em Genebra (2003) e em Túnis (2005). “O intuito da Cúpula Mundial é [...] criar uma sociedade da informação aberta a todos, inclusiva, centrada nas pessoas, baseada no conhecimento e orientada para o desenvolvimento humano.” (LABIDI, 2012a, p.8).

A pergunta, entretanto, que se faz é: o que devemos festejar, a cada 17 de maio: os nossos ainda elevados índices de exclusão digital e o nosso expressivo distanciamento da chamada “economia do saber”? Ora, celebrar o pouco ou o quase nada não faz sentido algum...

Atualmente, fala-se muito sobre a nova economia, mas a nova sociedade, sobre a qual poucos falam, pode ser muito mais importante.

Em sua vida social e política, o homem precisa dispor de uma sociedade funcional, do mesmo modo que precisa do ar para respirar em sua vida biológica. Neste particular, uma ideia deve ser perseguida: a despeito do capitalismo, o homem é, acima de tudo, não um ser econômico, mas um ser social. Para tanto, é preciso estabelecer uma sociedade com valores, poder e organização sociais.

O fim do século XX trouxe à tona uma nova reorganização dos modos de produção e negócios e, por consequência, da economia, da sociedade e da política.

A expressão “sociedade da informação”, com origem no termo “globalização”, surgiu na década de 1970, notadamente no Japão e nos Estados Unidos, no calor das discussões sobre o que seria a “sociedade pós-industrial” e quais seriam suas principais características.

Desde então, grande número de países começou a investir nas tecnologias e serviços que definirão a chamada *Global Information Society* – um projeto audacioso, mas falacioso, que se propõe a diminuir a atual distância entre os países pobres e os países ricos nos campos econômico e social, com a promessa de reduzir o fosso internacional causador de todo tipo de tensão nacional e internacional.

Fato é que a “sociedade da informação” exhibe uma galopante velocidade elevada à potência máxima, que, assim como o *slogan* de uma conhecida marca de produtos eletrônicos, a Hewlett-Packard – HP, diz querer “*Everybody on*”. E este é o grande desafio dessa sociedade de fisionomia marcadamente tecnológica: incluir e manter “todos ligados”. No caso brasileiro, como “manter”, se ainda estamos bem longe de promover a chamada “inclusão digital”?

Na opinião de Malini (2003, p.151), neste aspecto,

Tornou-se um lugar-comum afirmar que estamos a viver sob a égide de uma *sociedade da informação*. Ou melhor, do conhecimento. Ou talvez da aprendizagem. Essas adjetivações confusas (ora também esquemáticas) trazem consigo um elemento contraditório que a necessidade de socializar os conhecimentos formais (como a educação superior) e tecnológicos a

amplas camadas populacionais ainda completamente marginais ao circuito informacional das tecnologias de comunicação, tais como a imprensa, o livro, a internet ou *softwares* utilizados no dia-a-dia nos ambientes de trabalho.

Ampliando essa ideia, nas palavras de Jambeiro, Borges e Santos (2006),

O termo "Sociedade da Informação" passou, a partir do final do século XX, a ser considerado como substituto para o conceito de "sociedade pós-industrial" e particularmente como expressão da essência de um novo paradigma técnico e econômico. A principal característica desse novo paradigma é a expansão e sofisticação das tecnologias de informação e comunicações. Estas, por sua vez, têm ocasionado transformações na economia global, gerando novos padrões de competitividade, com destaque para capacidade de mudança permanente, flexibilidade orgânica e operacional e geração e absorção constante de inovações. Esses novos padrões são, hoje, condições *sine qua non* de sobrevivência, tanto para países quanto para empresas ou organizações.

Nessa perspectiva, reagindo à crise estrutural do capital, que emergiu em fins dos anos 1960 e início dos 1970, o Estado viu-se obrigado a se adequar ao novo paradigma técnico e econômico, à liberalização dos mercados nacionais e à "globalização" da economia, passando, então, a assumir um papel redimensionado nos planos produtivo e administrativo. Com relação às mudanças ocorridas na base produtiva, Lima (2002, p.135) esclarece que

Diante de tal quadro, impõe-se um processo de reestruturação capitalista global, através do qual se dá a transição de um regime fordista de acumulação para um regime mais flexível que possa fazer frente ao novo contexto de instabilidade geral dos mercados e de mudança dos padrões competitivos. Isto significa uma reformulação do paradigma produtivo e tecnológico até então dominante, através da combinação de inovações técnicas baseadas na automação e mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho e da produção, voltadas para a flexibilização e racionalização do processo produtivo. [...] Daí resulta um novo paradigma industrial voltado para a produção, em pequena escala, de bens diferenciados, em contraposição à produção em grande escala, de produtos padronizados, típica do modelo fordista.

Mais adiante, a nossa autora acrescenta que

[...] a revisão do sistema de controle do capital não se restringe às mudanças ocorridas na base produtiva, visto que o bem sucedido controle exercido no âmbito das unidades particulares de produção "está muito longe de ser suficiente para assegurar a viabilidade do sistema do capital como um todo [...]" (MÉSZÁROS, 1999, p.95). Por conseguinte, torna-se necessária a reforma do Estado, enquanto estrutura totalizante de comando político do capital, reforma que incide tanto no padrão de regulação econômica e social quanto no modelo de administração pública. (LIMA, 2002, p.136).

Ao expandir esta explicação, com relação à nova forma de articulação entre Estado e capital que vem se instalando, notadamente no que tange ao padrão de regulação econômica e social, Lima (2004, p.92) nos informa que

Segundo Jessop (1991), com o esgotamento do regime de acumulação e paradigma de organização fordistas, o *Welfare State* Keynesiano perdeu sua eficácia, enquanto força estrutural e estratégica capaz de assegurar as condições de valorização do capital e de reprodução da força de trabalho. Em seu lugar, vem se configurando uma nova forma de Estado que o citado autor denomina de *Workfare State* Scumpeteriano. [...] o *Workfare State* Scumpeteriano visa a promover a inovação da produção, dos processos de organização e dos mercados, em prol da elevação da competitividade de economias abertas, a partir de mecanismos de intervenção econômica que enfatizam o lado da oferta. Assim sendo, a política social torna-se subordinada aos imperativos da flexibilidade do mercado de trabalho e competitividade estrutural [...].

Na opinião de Netto (1993, p.68),

Não é freqüente colocar-se de manifesto que a crise do *Welfare State* explicita o fracasso do *único* ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos.

Alves (2012), ao abordar importantes aspectos sobre a crise estrutural do capital, enfatiza que

O capitalismo global é o movimento da heterogeneidade. A ideologia da globalização impôs a visão impressionista de “um mundo só”. Entretanto, ao invés de constituir o globo como “um mundo só”, a mundialização do capital construiu múltiplas territorialidades críticas. A dinâmica da economia global implicou a constituição da “totalidade concreta” efetiva do sistema mundial de produção do capital, onde o concreto significa unidade na diversidade de territorialidades que operam deslocamentos de contradições estruturais da ordem global do capital.

Dito isso, ao se focalizar a “sociedade da informação”, não se pode ignorar a abordagem do sociólogo espanhol Manuel Castells (1942 -) sobre essa temática, para quem a revolução da tecnologia da informação é fator preponderante para se analisar a nova economia, a sociedade e a cultura em formação. Para ele, a sociedade atual é uma “sociedade em rede”, ou seja, com a morfologia social definida por uma topologia em forma de rede. Uma rede relacional, plural, “radial”, em que a Internet é uma grande ferramenta. O conceito de rede parte de uma definição extremamente simples - “rede é um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999a, p.498) -, mas que, por sua maleabilidade e flexibilidade, é útil o

bastante para dar conta da complexidade que caracteriza a dinâmica configuração das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional.

De acordo com Boff (2003, p.30), no entanto, “a sociedade informacional trabalha com imagens e com cenários, tentando, cada vez, captar o movimento da realidade e suas configurações a partir do conjunto de relações e dos contextos dela”. Assim, somente uma lógica dialógica e inclusiva, própria dos organismos vivos, faz justiça à complexidade da realidade atual, pontuada que é pelo trinômio ordem-desordem-organização.

Na visão da jornalista britânica Sally Burch, diretora da Agencia Latinoamericana de Información (ALAI),

[...] o conceito de “sociedade da informação” como construção política e ideológica se desenvolveu das mãos da globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e “auto-regulado”. Política que contou com a estreita colaboração de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para que os países fracos abandonem as regulamentações nacionais ou medidas protecionistas que “desencorajassem” o investimento; tudo isso com o conhecido resultado da escandalosa intensificação dos abismos entre ricos e pobres no mundo. (BURCH).

Por assim ser, é pertinente se afirmar que a “sociedade da informação” se sustenta, pela lógica societária contemporânea, a custa da ideologia neoliberal, que “[...] fecha toda perspectiva de futuro que não seja regulada pelo mercado. [...] Nesse contexto todo ser humano vive o seu cotidiano em uma mediocridade insatisfeita, insegura e depressiva.” (SMIT; BARRETO, 2002, p.2).

Sob a ótica de Miranda (2003, p.49),

A idéia de uma Sociedade da Informação ou do Conhecimento, ou ainda, da Educação – não importa como queiramos rotulá-la – é um conceito antigo e constantemente renovado no desenvolvimento da humanidade, desde aqueles que pretenderam fazer a sùmula dos conhecimentos na coleção da Biblioteca de Alexandria, passando pelos ardores e mentores do Renascimento e pela criação de universidades no fim da Idade Média, continuando nos ideais democratizantes e racionalistas dos Enciclopedistas até a chegada da Internet e da WEB. [...] preferimos chamar o atual fenômeno de “informatização da sociedade” para enfatizar o deslocamento do foco para a questão emergente das novas tecnologias.

Schaff (1995, p.49), preocupando-se com o tema “informação”, que gera a incultura das massas e a cultura de um número ainda reduzido de pessoas que dominam a ciência dos computadores, assim se expressa:

Quando falamos de sociedade informática referimo-nos a uma sociedade em que todas as esferas da vida pública estarão cobertas por processos

informatizados e por algum tipo de inteligência artificial, que terá relação com computadores de gerações subseqüentes. O problema não está no modo como ocorre este processo nas diversas esferas da vida pública; o verdadeiro problema é quem deve gerir os resultados deste processo informático generalizado e como utiliza os dados que tem à sua disposição. Quanto maior é a expansão do processo, maior é o perigo de uma divisão entre os que possuem e os que não possuem as informações adequadas. Esta divisão, sob determinadas condições, pode assumir um caráter de classe.

Sim, cabe, aqui, frisar que essa nova divisão social é uma divisão semelhante, mas não idêntica, à atual divisão em classes. (SCHAFF, 1995, p. 49).

Como encaminhamento importante, quando se visualiza a “sociedade da informação” no contexto da chamada “pós-modernidade”, urge que se faça referência à contribuição de Jean-François Lyotard, que apresentou, em 1979, no livro intitulado *La condition postmodern*, a concepção desse novo momento da cultura mundial. Mas observe-se que as características da pós-modernidade não se restringem à cultura. Estas alteram, também, o cotidiano e o modo de relacionamento entre os indivíduos. As transformações nas relações sociais, por exemplo, estão diretamente ligadas a essa alteração dos fluxos de tempo na pós-modernidade. A um dado momento, afirmou Lyotard, a ciência terá à sua disposição um mundo de “informação perfeita”, isto é, o conhecimento tornar-se-á disponível a todos. (LYOTARD, 1998). Mas, neste aspecto, Connor (1993, p.33) sentencia que “[...] até agora, a expansão de tecnologias de informação mostrou poucos sinais de aumento da acessibilidade geral de informação. Em vez disso, ela tendeu a consolidar e até a aumentar o desequilíbrio entre a posse e o acesso à informação.”

Ao discordarmos do chamado “paradigma pós-moderno”, por este não se configurar um momento de superação da modernidade, sendo, portanto, uma ideologia, comungamos da opinião de Maia e Oliveira (2011, p.82), segundo a qual

O que se observa, quando nos deparamos com a crítica contemporânea à pós-modernidade, é o fato desta não ser considerada uma “novidade”, “teoria” inaudita. Ao contrário, ela representa apenas os interesses do poder econômico que domina a sociedade atual, designando-a seja como a lógica cultural do capital, como pensa Jameson, seja como o mundo dos negócios, segundo a propositura de Eagleton, ou um novo momento pelo qual passa o capital, afundado em uma crise estrutural sem precedentes, como defende Mészáros. Esse horizonte de criticidade tem as suas raízes na reflexão de Karl Marx.

Ademais, como em Rouanet (1992, p.268-269, grifos do autor), para quem a “pós-modernidade” não ultrapassa a linha de uma ilusão,

[...] depois de Auschwitz, depois de Hiroshima, vivendo num mundo ameaçado pela aniquilação atômica, pela ressurreição dos velhos fanatismos políticos e religiosos e pela degradação dos ecossistemas, o homem contemporâneo está cansado da modernidade. [...] O desejo de ruptura leva à convicção de que essa ruptura já ocorreu, ou está em vias de ocorrer. Se é assim, o prefixo pós tem muito mais o sentido de exorcizar o velho (a modernidade) que de articular o novo (o pós-moderno). [...] À consciência pós-moderna não corresponde uma realidade pós-moderna. [...] Essa é a verdade do pós-moderno. Sua ilusão é a tentativa de reagir às patologias da modernidade através de uma fuga para a frente, renunciando a confrontar-se concretamente com os problemas da modernidade.

Para o sociólogo britânico Anthony Giddens, todos os que vivem nos diferentes locais das sociedades modernas são conscientes de que

O primado do lugar nos cenários pós-modernos tem sido destruído em grande parte pelo desencaixe e pelo distanciamento tempo-espaço. O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente. O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados. Sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistem. Mas eles mesmos estão desencaixados: não expressam apenas práticas e envolvimento localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes. [...] A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares, tidos como garantidos, mas em boa parte uma expressão localmente situada de relações distanciadas. (GUIDDENS, 1991, p.98).

O avanço da “globalização” em relação, principalmente, às TIC aumentou em muito o fosso que se criou entre aqueles que produzem tecnologia e aqueles que a consomem ou vivem à margem dela. Assim, com a teoria econômica liberal, o mercado capitalista vai, aos poucos, destruindo a sociedade que lhe deu condições de surgir e se desenvolver. (POLANYI, 1980).

Na ótica de Chesnais (1996, p.18),

Por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico, a palavra “globalização” ou “mundialização” representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitem captar uma totalidade sistêmica. Isto não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também à economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre Estados.

Reportando-se à ideia de Polanyi, sobre uma grande transformação, capitaneada pelo processo de mundialização, que define uma remodelagem planetária, Moulrier-Boutang (2003, p.39) assim se expressa:

Hoje se instaura uma nova grande transformação: a forma-mercado, a forma-mercadoria, os mercados do trabalho, dos capitais, dos bens e serviços refundiram-se. Acrescentemos a isso a forma da empresa, a forma

do Estado e a forma do controle, o espaço, o tempo e a técnica e teremos uma idéia melhor da metamorfose.

Ao considerar o movimento da mundialização, excludente por natureza, sobre ele, Chesnais (1996, p.37), desta feita, assim se posiciona:

A extensão indiscriminada e ideológica do termo [“global”] tem como resultado ocultar o fato de que uma das características essenciais da “mundialização” é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização, pondo fim a uma tendência secular, que ia no sentido da integração e da convergência.

Para descrever a “globalização”, que é um tema polêmico e multifacetado, convém ressaltar a metáfora da fábrica global, segundo Ianni (2002, p.19):

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras formas produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videocliques, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, agentes e idéias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos.

Por assim ser, o processo de “globalização” só foi possível devido à conexão de territórios por redes onde a informação é obtida em tempo real, o que não apaga, diga-se, o seu discurso enganador.

Como assegura Burch,

[...] a sociedade da informação assumiu a função de “embaixadora da boa vontade” da globalização, cujos “benefícios” poderiam estar ao alcance de todos, se pelo menos fosse possível diminuir o “abismo digital.”

Igualmente enganadora, a “sociedade da informação” se propõe a transferir o homem do cego e estreito mundo da ignorância para o iluminado e vasto mundo do conhecimento, sabendo que um dado revelador de uma nova civilização planetária é o acelerado processo de “globalização”, cujas raízes históricas remontam ao século XVI, precisamente a 1521, quando Magalhães comprovou, empiricamente, que a Terra, de fato, é redonda. Abriu-se, a partir daí, o caminho para a ocidentalização do planeta. O fato é que diversos historiadores ainda têm muita dificuldade de encontrar o marco zero da história da “globalização” e alguns estudiosos sustentam até que o mundo já foi mais “globalizado” no passado do que é hoje porque o fluxo de pessoas, com as grandes ondas migratórias do Velho para o Novo Mundo, era também muito mais intenso.

Pode-se dizer, então, que a “globalização” não é nova e nem necessariamente ocidental, posto que, durante milhões de anos, contribuiu para o progresso do mundo por meio das viagens, do comércio, da imigração, das muitas influências culturais e da disseminação do conhecimento, incluindo a ciência e a tecnologia.

Certo é que a “globalização”, sob a ótica de Castells (1999a), com o seu poder de transformação, constrói a sociedade atual em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagem, sons e símbolos. Os fluxos não são somente um elemento da organização social, mas são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica.

A tendência predominante, no entanto, é entender que a atual “globalização” indica o processo relativamente recente da internacionalização das relações econômicas capitalistas, apoiado em novas tecnologias de transporte e telecomunicações e na ampliação da capacidade produtiva.

Conforme ressalta Corrêa (2010, p.105),

[...] no que diz respeito à popularidade da globalização no campo econômico, acadêmico e na sociedade como um todo, a verdade é que a globalização econômica faz parte da natureza do capitalismo. No diagnóstico de Marx e Engels ficou constatado o processo de globalização do sistema capitalista de produção e eles deixaram claro que a necessidade de expansão do comércio tratava-se de lei inerente do próprio modelo de produção. Sua ascensão ligaria todas as nações, povos e indivíduos pelo mercado mundial sob o comando do capital, por ter como lei inerente o imperativo da expansão para o seu processo constante de acumulação.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), essas tecnologias eliminaram os obstáculos técnicos para uma maior integração da economia.

A Internet possibilitou a formação não só de redes de comunicação instantânea, em tempo real, como redes de produção de serviços (comércio e entretenimento) e de investimentos com a possibilidade de realização de atividades simultâneas entre os pontos mais distantes do planeta.

Mais recentemente, no entanto, define-se a “globalização” como um fenômeno surgido no fim dos anos 1970, quando os avanços tecnológicos se somaram a uma grande onda ideológica que se formou com a ascensão ao poder de Ronald Reagan (1911-2004) e Margareth Thatcher (1925-2013), nos Estados Unidos e na Inglaterra, duas das figuras dominantes das políticas norte-americana e inglesa do século XX.

Isso permitiu a integração instantânea dos mercados financeiros mundiais, formando uma nuvem planetária de investidores. Assim, de natureza comercial na origem, a “globalização” passou também a ser compreendida como um fenômeno essencialmente financeiro, o que, diga-se, lhe conferiu um caráter rigoroso, asfixiante e desestabilizador. Tinha início, aí, a chamada “ditadura dos mercados”, que, nos últimos anos, tantas crises financeiras vem provocando.

Para Mézáros (2009), o engodo da “integração global” reforça a personalidade má, pernóstica e opressora do capitalismo, que impõem ao mundo uma política destrutiva, mantendo-se na posição de grande poder, a despeito da precarização do trabalho, do massacre dos povos, das devastações ambientais, da perda dos sentidos e dos significados humanos e sociais. Por assim ser, o sistema capitalista segue, impiedoso, explorando, dominando e humilhando as massas, nos contextos nacionais, continentais e globais. (FARIAS, 2013).

O Brasil, como país capitalista periférico, por não estar fora do contexto massacrante do capitalismo e da “globalização”, com sua economia presa a um círculo vicioso, vive administrando sempre tensas e paradoxais relações entre a mão pesada do Estado e a “mão invisível do mercado”, para usar esta famosa expressão do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790), patrono da ciência econômica, ao se referir ao conjunto de empresas, capitalistas e consumidores. Além disso, sob o ponto de vista histórico, nosso país ainda engatinha na democracia porque nosso tempo de participação política é muito pequeno.

Como o processo da “globalização” em desenvolvimento atinge todas as sociedades, num caminho que não tem volta, gerando exclusão e vários tipos de violência, seu maior desafio é criar uma política de integração geral.

Na opinião de Silva (2001, p.37),

Toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogo de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. Isto significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. [...] Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se à percepção da política pública como meros recursos de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica da acumulação capitalista.

Com relação às sociedades capitalistas, especificamente, Sousa (2008, p.184) assim se manifesta:

O que empresta contorno particular a essas sociedades, especialmente à da periferia, é a incapacidade real de gerarem políticas públicas capazes de conciliar os dois critérios clássicos de justiça: “justo é o que é legal”, “justo é o que se identifica com a igualdade”. Na prática, portanto, são tidas como justas a lei e as políticas dela resultantes que respeitam certa relação de igualdade entre cidadãos e grupos sociais.

A grande questão, entretanto, que se impõe e grita aos nossos ouvidos é: em face da própria dinâmica do capitalismo, as políticas públicas dão conta de cumprir os objetivos a que se propõem? Ainda: sob o ponto de vista democrático políticas públicas, geradas a partir do receituário neoliberal, atendem aos reais anseios e necessidades dos indivíduos que compõem as tão diferentes classes das sociedades contemporâneas de capitalismo periférico? Ora, em prejuízo ao proletariado, conforme nos alerta Rodrigues (2010, p.57), “[...] políticas que se justificam como sendo de interesse público frequentemente distribuem benefícios às classes dominantes [...]” De outro modo, indaga-se: as políticas públicas estão aptas a resolver os desafios estabelecidos pela nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social?

2.1 O século XXI sob a égide da ideologia neoliberal e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Vivemos, sim, sob o domínio da ideologia. Linha ideológica, cerco ideológico, patrulhamento ideológico, dentre tantas, são expressões das mais comuns no nosso cotidiano.

Não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia, quer na linguagem política prática, quer nas linguagens filosófica, sociológica e político-científica, no que diz respeito à frequência com que é empregada e, sobremaneira, pelo vasto número de diferentes significados que lhe são atribuídos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007).

Podendo estar ligada a questões políticas, econômicas e sociais, no senso comum, ideologia se refere a um conjunto de ideias ou pensamentos de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos.

Pela ideologia, a explicação sobre a origem dos homens, da sociedade e da política se pauta nas ações humanas, decorrentes que são da manifestação da consciência ou das ideias. Neste aspecto, substitui o papel que, antes dela, tinham os mitos e as teologias, sendo concebida como a lógica da dominação social e política.

O termo ideologia, contemporâneo da Revolução Francesa, foi criado, em 1796, pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy (1754-1836), com o intuito de designar uma disciplina filosófica que seria a base de todas as demais ciências. Tipicamente iluminista e positivista, Tracy pretendia criar uma nova ciência, neutra e universal, que desse conta das ideias e das sensações humanas. A essa ciência chamou de ideologia. Seria a mãe de todas as ciências e todos os outros estudos humanos seriam ramificações dela.

Assim, “[...] segundo o próprio Tracy, ‘só existimos pelas sensações e idéias. Nenhuma coisa existe senão pela idéia que dela fazemos.’” (BAUMAN, 2000, p.115).

No decorrer do tempo, no entanto, o vocábulo ideologia foi adquirindo outras acepções, mas jamais se afastando do plano das ideias e do conhecimento. Como o conhecimento se realiza por meio de ideias, a ciência fundamental deverá ser a ciência das ideias.

Já de início, o filósofo húngaro István Mészáros (1930 -), que está entre os mais importantes intelectuais marxistas da atualidade, ressalta que “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p.65), que afeta tanto os que desejam negar sua existência quanto aqueles que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos das várias ideologias.

Mais adiante, enfaticamente, sentencia Mészáros (2004, p.459): “a ideologia é, em geral, considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação.”

O conceito de ideologia, no entanto, tal como é desenvolvido a partir de Marx, refere-se a um sistema de pensamento, isto é, a toda uma forma de conceber o mundo, inclusive em seus aspectos naturais, mas sobretudo o mundo social, as relações entre os homens e suas atividades.

Conforme elucidado por Bottomore (2001, p.184),

Em contraste com uma leitura puramente sincrônica dos escritos de Marx, é necessário considerar o conceito de ideologia dentro do contexto das várias fases de desenvolvimento intelectual de Marx, mesmo que não se admita qualquer “ruptura epistemológica” dramática entre tais fases.

Assim, em Marx, a primeira fase compreende os seus primeiros escritos e vai até 1844. Aqui, apenas os elementos materiais do futuro conceito de ideologia já estão presentes em sua crítica da religião e da concepção hegeliana do Estado, mas a expressão “ideologia” ainda não figura em seus textos. É na segunda fase, de 1845 a 1857, período dominado pela construção, por Marx e Engels, do materialismo histórico, que o conceito de ideologia é introduzido pela primeira vez. Aqui, para Marx, os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que aquelas são consequência destas. A terceira fase, que se inicia em 1858, com a redação dos *Grundrisse*, apesar do vocábulo ideologia quase não aparecer nesses textos, Marx afirma que se algumas ideias deformavam a realidade, era porque a própria realidade estava invertida.

Marx (2003) afirma que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinada pelas condições concretas da nossa existência. Para ele, como evidencia Chauí (2009, p.388), “a ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico”, configurando, assim, uma rede de imagens e de ideias. Marx e Engels (2007), afirmam que vivemos sob a pressão da ideologia dominante, que é sempre a ideologia das classes dominantes.

Norberto Bobbio (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p.585) considera dois tipos de significado para o termo “ideologia”: um, fraco, e outro, forte. O fraco diz respeito “[...] a um conjunto de valores respeitantes à ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. O forte diz respeito ao conceito de ideologia de Marx, termo este “[...] entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes [...]”, o que denota o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.

Em Marx, esse ferrenho defensor do “humanismo real”, como apontam Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007, p.585), “[...] Ideologia denotava idéias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência.” Ao afirmar que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinada pelas condições

concretas da nossa existência (MARX, 2003), o representante maior do materialismo histórico entende que a ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. Marx e Engels (2007) afirmam que vivemos sob a pressão da ideologia dominante, que é sempre a ideologia das classes dominantes. Portanto, a ideologia se refere à totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista).

Foi na obra intitulada “A ideologia alemã” que Marx, ao lado de Engels, apresenta a caracterização da ideologia, ao mesmo tempo que dirige críticas aos ideólogos alemães Feuerbach, F.Strauss, Max Stirner e Bruno Bauer, entre os principais, acusando-os de terem se afastado da filosofia de Hegel, mesmo considerando que os ideólogos alemães são, antes de tudo, filósofos. Na verdade, “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*.” (MARX; ENGELS, 2007, p.539). De fato, Marx e Engels afirmaram que as noções predominantes em determinada sociedade e determinada época são aquelas produzidas pelas classes dominantes, que racionalizam as que interessam à preservação do seu domínio. De outro modo, dir-se-ia que a ideologia dominante, numa determinada sociabilidade, como querem Marx e Engels (2007), é a ideologia da classe dominante. Isto porque a classe dominante domina não só a produção material, mas também a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual. A ideologia da classe dominante tem, pois, a aparência de representar os interesses da sociedade.

É justamente sob o véu da ideologia, que nos apercebemos do quanto a ganância do capitalismo neoliberal não tem fim. Por isso, vivemos em tempos perigosos. E é em nome dessa avidez, na busca incessante pelo lucro, que se dão todos os movimentos da reestruturação produtiva. Nesse contexto, dentre os bens de capital, ou seja, as máquinas e os equipamentos, mais cobiçados no mundo atual, estão aqueles diretamente relacionados com as tecnologias de informação e comunicação – TIC.

A partir do momento em que, forçosamente, se “aposentaram” a máquina datilográfica e a máquina fotográfica - apenas para citar dois desses tantos equipamentos, por vezes, absolutamente desconhecidos para as novas e articuladas

gerações -, as TIC, em suas mais variadas e modernas expressões, vêm exercendo sobre os indivíduos um profundo e incomparável fascínio.

De início, na mesma perspectiva de Burch, indagamos:

Estamos vivendo numa época de mudanças ou numa mudança de época? Como caracterizar as profundas transformações que acompanham a acelerada introdução na sociedade da inteligência artificial e as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC)? Trata-se de uma nova etapa da sociedade industrial ou estamos entrando numa nova era? “Aldeia global”, “era tecnocrônica”, “sociedade pós-industrial”, “era - ou sociedade - da informação” e “sociedade do conhecimento” são alguns dos termos cunhados com a intenção de identificar e entender o alcance destas mudanças. Mas, enquanto o debate continua no âmbito teórico, a realidade se adianta e os meios de comunicação escolhem os nomes que temos de usar.

Num mundo repleto de ambiguidades e abarrotado de tecnologia, a única certeza que se tem é que, de fato, tudo vai mudar.

Desde que se instalou, o século XXI vem enfatizando a fria e danosa relação entre o capitalismo e suas vítimas, que é similar ao duro embate entre um gigante predador e suas frágeis presas. Não à toa, o capitalismo é considerado um sistema econômico que sempre ameaça e avassala – um insaciável leão faminto. Nada o satisfaz. E por ser revestido de tanta crueldade, não é possível humanizar o capitalismo e torná-lo ético. Wallerstein lembra Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista: o capitalismo engendra movimentos dos quais será a própria vítima; sua superação está programada. E complementa: “[...] o capitalismo é seu próprio coveiro.” (CHESNAIS et al, 2003, p.101).

Assim, mais do que nunca, há que se fazer um exame crítico dos problemas e das contradições do capitalismo, como procedeu Marx, n’O Capital, contrariando os leitores epidérmicos dessa clássica obra, julgando-a versar sobre o socialismo, o comunismo ou qualquer coisa do gênero. Por isso, O Capital, por apresentar a mais profunda investigação crítica do modo de produção capitalista, sendo, pois, uma contribuição basilar ao pensamento anticapitalista, é particularmente informativo no momento atual - uma época pontuada por fortes crises de toda ordem. Sobre este aspecto, opina Fiori (2009, p.31-32):

Do nosso ponto de vista, as crises e as guerras em curso neste início do século XXI ainda fazem parte de uma transformação estrutural de longo prazo, que provocou uma “explosão expansiva” e um grande aumento da “pressão competitiva” interna, dentro do sistema mundial.

David Harvey, um dos principais intelectuais marxistas da atualidade, cético a respeito das possibilidades de o capitalismo distribuir suas riquezas, mas certo de que o capitalismo não é para sempre, afirma que

[...] Marx [...] era um grande admirador da capacidade do capitalismo de se reinventar por meio do dinamismo tecnológico e da destruição criadora do trabalho (descrita pelo economista austríaco Joseph Schumpeter). Marx não nega a adaptabilidade e flexibilidade do sistema. Ele, às vezes, faz observações polêmicas sobre o fim do capitalismo. O principal sentido de seu texto é que o sistema é muito dinâmico e contém, ao mesmo tempo, sérias contradições que produzem crises maciças em certas circunstâncias. Ninguém pode rebater o argumento de que o capitalismo é livre de problemas. Ao contrário, é muito inclinado a ter crises. Marx fornece uma compreensão muito boa de onde essas crises vêm, enquanto a economia convencional não nos dá boas explicações. (HARVEY, 2013, p.60).

Preocupam-nos, pois, na contemporaneidade, questões que definirão os rumos da civilização do século XXI. Sabe-se que a sustentabilidade será tanto maior quanto menos pobreza houver no planeta. E há que se conceberem estratégias pontuais para combater tanta pobreza no mundo. Sabe-se que a tão decantada e bem-intencionada “economia verde” é outro fascinante tema integrante da pauta do dia, que remete a novas formas de produzir e utilizar os meios de produção. Mas sabe-se, acima de tudo, que os diversos segmentos sociais têm que compreender o papel fundamental da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento humano, sobretudo os de sociedades retardatárias nesse processo.

Por certo,

As novas tecnologias possibilitaram maior interação entre o setor produtivo e os produtores de conhecimento, o que propicia a transformação do conhecimento produzido em inovação, riqueza e desenvolvimento. É incompatível com essa realidade a manutenção de amplos setores da população em situação de desemprego, desnutrição e marginalidade, o que caracteriza um atentado aos direitos humanos. Sem progresso social e estabilidade econômica, não surgem as condições indispensáveis para enfrentar as atuais exigências do desenvolvimento globalizado. (SUAIDEN; LEITE, 2006, p.100).

Mas teriam tais inovações um caráter eminentemente revolucionário, de modo a reduzir a pobreza global? Ora, para tanto, o capitalismo precisaria adotar um outro sistema redistributivo. Nesse sentido, diz Harvey:

Sim, o capital nos fornece meios de aliviar a pobreza global, mas, ao mesmo tempo, nega a possibilidade de eliminar a pobreza global, por causa do viés classista que existe em suas práticas distributivas – viés classista que se deve em parte ao modo como o Estado organiza suas intervenções. (HARVEY, 2013, p.62).

Ao encarnar o poder político e o poder econômico, o Estado é imprescindível para a ação e sobrevivência do capitalismo. Ou seja, não pode haver capital sem Estado. De importância fundamental no pensamento marxista, o Estado é considerado uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe.

Nesse aspecto, conforme a visão de Lenin (1980, p.178), “houve um tempo em que o Estado não existia. Ele aparece onde e quando surge a divisão da sociedade em classes, quando aparecem exploradores e explorados.” Mais adiante, complementa: “o Estado é uma máquina para sustentar a dominação de uma classe sobre outra.” (LENIN, 1980, p.182).

Como elucidado por Farias (2001, p.30-31),

A categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial. Essa categoria se exprime sob a aparência de governo ou de regime político. [...] O governo não deve ser confundido com o Estado propriamente dito, que é a sua substância oculta. [...] O Estado é capaz de exercer seu papel mediador sobre um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente, pois se manifesta simultaneamente na objetividade (sob a forma de máquina burocrática e administrativa) e na subjetividade (sob forma de democracia formal e de ideologia burguesa correspondente).

Bobbio (1987, p.126) lembra que

É bem conhecida a tese de Engels segundo a qual, o Estado, assim como teve uma origem, terá um fim, e acabará quando desaparecerem as causas que o produziram. [...] Porém, é preciso antes de tudo distinguir o problema do fim do Estado do problema da crise do Estado de que tanto se fala nesses anos, com referência ou ao tema da crescente complexidade e à conseqüente ingovernabilidade das sociedades complexas, ou ao fenômeno do poder difuso, cada vez mais difícil de ser reconduzido à unidade decisional que caracterizou o Estado do seu nascimento a hoje. Por crise do Estado entende-se, [...] da parte de escritores socialistas ou marxistas, crise do Estado capitalista, que não consegue mais dominar o poder dos grandes grupos de interesse em concorrência entre si.

Dentro desse cenário, compreendendo que “a superação do capitalismo é um movimento que começa no nível político” (FARIAS, 2001, p.37), certo é que estamos vivenciando um momento crítico da história da Terra. Como parte de um vasto universo em evolução, a humanidade precisa construir uma sociedade global sustentável, baseada no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na justiça social e numa cultura da paz e da democracia. Mas, diante de tanta demolição, terão os homens essa disposição e capacidade?

Na gestação de um mundo complexo e contraditório, quando se pretende configurar uma “sociedade-mundo” globalmente articulada, as principais desordens que se apresentam são de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

Nesse panorama, o Brasil, o maior (IBGE/Área Territorial: 8.547.403,5 km²) e o mais populoso (IBGE/População: 201.032.714 habitantes, em junho de 2013) país capitalista periférico da América do Sul, fortemente envolvido pela bolha da “globalização”, no início dos anos 1990, passou a adotar políticas neoliberais, abrindo seu mercado interno, reduzindo barreiras protecionistas, criando maiores facilidades para a entrada de mercadorias e de investimentos externos, como aplicações financeiras e investimentos produtivos. A ideia era contar com o capital estrangeiro para retomar o crescimento econômico.

Em face dos ditames neoliberais, que promovem ataques sistemáticos aos direitos dos trabalhadores, o futuro da sociedade capitalista brasileira é incerto.

Por neoliberalismo entende-se um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, onde deve haver total liberdade de mercado, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Coutinho (2011, p.94), com base nas teorias de Therborn (1995), Boito Júnior (1999) e Fiori (1997), afirma que

Liberalismo e neoliberalismo são formas de defesa do modo de produção capitalista. [...] Pode-se considerar o neoliberalismo como uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno. [...] A ideologia neoliberal nada mais é do que o próprio liberalismo econômico exaltando o mercado e buscando sua despolitização total e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. [...] Por isso, assim como os liberais, defende o individualismo e a “igualação” de oportunidades ou de condições iniciais igualizadas para todos.

O neoliberalismo nasceu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social keynesiano, propondo, dentre tantas ideias que defende: a defesa dos princípios econômicos do capitalismo, a ênfase na “globalização”, a retirada do Estado da economia, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a privatização das estatais, a valorização da concorrência econômica, a política fiscal baseada na redução de impostos e tributos excessivos, a desburocratização do Estado, a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a transferência de serviços públicos ao setor privado, a redução dos gastos governamentais e a desregulamentação da economia.

Como enfatiza Ribeiro (2009, p.36-37),

No corpo das novas orientações se colocava a maximização da liberdade econômica, com a retirada do Estado da economia, e a necessidade de rever os dispositivos institucionais da democracia, acreditando-se que uma hipertrofia dos direitos sociais e democráticos teria contribuído para gerar as condições para a ingovernabilidade.

Pelo receituário neoliberal, portanto, os governos reduzem em muito o tamanho do Estado, suscitando, até hoje, acirrados duelos entre críticas e elogios. Aliás, por certo, muito mais críticas que elogios.

Com o seu inconfundível sotaque marxista, Netto, (1993, p.73-74), sempre fiel à linha da crítica, declara que

[...] um esquemático resumo dos impasses atuais indica, segundo Hobsbawn [1989], três feixes problemáticos fundamentais e impostergáveis: “a crescente diferença entre o mundo rico e o mundo pobre (e provavelmente entre os ricos e os pobres no interior do mundo rico); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica”. A *crise global* [da sociedade contemporânea] só será solucionada com respostas positivas e estes nós problemáticos – ou se desenvolverá no sentido da *regressão* que aponta para a barbarização em larga escala da vida social. Ora, este é o resumo inelutável para que se dirige a *proposta neoliberal*.

Essa política, como se sabe, aumenta os fluxos de capitais, mercadorias e informações, reduzindo a capacidade de intervenção e controle do Estado sobre esses fluxos. Dessa forma, o Estado nacional perde poder e se torna vulnerável ao capital especulativo e às multinacionais.

Os críticos do neoliberalismo, com os quais concordamos, frise-se, defendem a ideia de que a economia neoliberal só é capaz de beneficiar as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Nos países periféricos, como é o caso do Brasil, desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional são apenas alguns dos reflexos negativos da adoção da política neoliberal.

Diante disso,

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam a sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. (ANTUNES, 2005a, p.17-18).

Importante se faz esclarecer que a concepção neoliberal foi formulada, pela primeira vez, pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992), ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974. Ela partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para a organização da sociedade. Sua obra “O caminho da servidão”, de 1944, tornou Hayek o maior teórico liberal numa época de apogeu do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), fortemente influenciado pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883–1946).

Na mesma direção de Hayek, o economista norte-americano Milton Friedman (1912-2006), fundador da Escola Monetarista de Chicago, autor da célebre frase “Os governos nunca aprendem. Só as pessoas aprendem” e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976, também, foi um dos idealizadores do neoliberalismo e obstinado defensor do livre mercado, sem quaisquer intervenções do Estado.

Dessa forma, Hayek e Friedman são considerados os principais ideólogos do modelo neoliberal, como se sabe, em crise atualmente.

A política econômica neoliberal, entretanto, foi, inicialmente, aplicada pelos governos Thatcher e Reagan, expressões máximas do neoliberalismo em ação, a partir dos anos 1980.

Pelo neoliberalismo, então, conforme visto, o Estado restringe a sua responsabilidade social e delega ao mercado e às empresas privadas parte dos seus encargos. De acordo com Polanyi (1980), com a teoria econômica liberal, o mercado capitalista vai, aos poucos, destruindo a sociedade que lhe deu condições de surgir e se desenvolver.

Dessa maneira, impulsionados pelo Consenso de Washington (também conhecido como Consenso Neoliberal), vários países da América Latina adotaram o neoliberalismo, como Chile, Bolívia, Argentina e Brasil. Tais países, apresentaram, inicialmente, crescimento econômico, modernização (principalmente industrial) e estabilidade monetária. Em poucos anos, porém, instalou-se a crise econômica e social em vários deles, resultante do contraditório e irrefreável processo de “globalização”.

É possível afirmar que o Consenso de Washington, convocado pelo *Institute for International Economics* (Washington, 1989), entidade de caráter privado, faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado, doutrinariamente, na

desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, bem como na redução do papel do Estado.

Sabendo-se que, como em Coutinho, (2011, p.98), “os efeitos das políticas neoliberais atingem diferentemente os países centrais e os países periféricos”, conforme ressalta Negrão, “o neoliberalismo chegou lentamente ao Brasil”. Como alternativa política à crise que assolou o final do regime militar brasileiro, foi no governo Fernando Collor de Melo que o ideário neoliberal, que então vinha ganhando espaço, se instalou como ideologia dominante. Sem naufragar junto com Collor, por conta do *impeachment* deste, graças à escancarada corrupção que pontuou o seu governo, o neoliberalismo se reapresenta no governo Itamar Franco (1993-2001), para se estabelecer fortemente no governo FHC, cujo grande eleitor foi o Plano Real, que conseguiu estabilizar a economia, baixando e mantendo a inflação em níveis aceitáveis. Portanto, a marca do governo FHC foi a estabilidade econômica, apesar do alto índice de desemprego.

Mariani (2007), sobre a política neoliberal, contribui com o seguinte esclarecimento:

Como observa Frigotto (1996), a tese central do neoliberalismo é de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pelos privilégios e pela ineficiência. O mercado e o setor privado são sinônimos de eficiência, de qualidade e de equidade. A solução torna-se, então, o Estado mínimo e a necessidade de questionar todas as conquistas sociais, como a estabilidade de emprego, o direito à saúde, à educação e aos transportes públicos. O Estado deve ser reduzido a uma proporção mínima, apenas necessária para a reprodução do capital.

De fato, as mudanças neoliberais atingiram o auge com Fernando Henrique Cardoso, que, numa postura enganadora, afirmava que as ações do seu governo estariam voltadas para o combate ao modelo que havia nos legado uma industrialização ineficiente e uma concentração de renda inaceitável.

Portanto, para FHC, assim como bradavam os entusiastas do neoliberalismo, este sistema seria capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social no nosso país; deixando a economia mais competitiva, promoveria o desenvolvimento tecnológico e, pela livre concorrência, faria os preços e a inflação caírem. Como gestor maior da nação brasileira àquela época, era esta a “intenção” do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Importante se faz registrar que, mesmo considerando as divergências entre elas, as forças da oposição - portanto, não exatamente unificadas -, ao

considerarem a indignação da sociedade brasileira com relação à política econômica do governo FHC, conseguiram convocar a população e levar à rua expressivas manifestações, que bradavam palavras de ordem tais como “Basta FHC!” e “Renúncia Já!”. Era chegada, portanto, a hora das mobilizações e das lutas sociais contra o governo – convocadas pela oposição ou não.

Da contestação ao neoliberalismo, opondo-se, portanto, ao modelo de uma expansão ilimitada e sem freios, nasce, no início dos anos 1980, o Movimento Altermundialista (altermundo = busca de outro mundo possível).

Essa espécie de “movimento dos movimentos” se manifesta de forma visível nos Fóruns Sociais – regionais e mundiais, ao defender uma transformação estrutural das sociedades e do mundo, abraçando lutas em defesa da cidadania e empunhando bandeiras ambientalistas.

Na visão de Bava (2011),

O movimento altermundialista é formado pela convergência de movimentos sociais e cidadãos e implementa uma cultura política fundada sobre a diversidade e a horizontalidade. O desafio é inventar novas formas de relação entre a questão social e os movimentos sociais, a política e as instituições. O imperativo democrático está no centro desta estratégia, que avança novas proposições de saída do neoliberalismo e de superação do capitalismo.

O mote central desse movimento, “o mundo não é uma mercadoria”, visa também, evidentemente, ao ar, à água, à terra, isto é, ao ambiente natural, cada vez mais submetido aos opressores ditames do capital.

Na ótica de Löwy (2010),

Podemos afirmar que o altermundialismo comporta três momentos: 1) o protesto radical contra a ordem existente e suas sinistras instituições: o FMI, o Banco Mundial, a OMC [Organização Mundial do Comércio], o G8⁵; 2) um conjunto de medidas concretas, propostas passíveis de serem imediatamente realizadas: a taxação dos capitais financeiros, a supressão da dívida do Terceiro Mundo, o fim das guerras imperialistas; 3) a utopia de um “outro mundo possível”, fundado sobre valores comuns como liberdade, democracia participativa, justiça social e defesa do meio ambiente.

Quando se trata da turbulência atual, mesmo quando se pensa que o pior momento tenha ficado para trás, isto não significa o término da crise, tampouco os mercados deixarão de refletir as perdas acumuladas e as incertezas futuras sobre a

⁵ G8 (Grupo dos 8), é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, mais a Rússia (EUA, Japão, Inglaterra, França, Itália, Canadá, Alemanha e Rússia).

economia mundial. Logicamente, impactos no plano econômico mundial têm efeitos no Brasil.

Nesse contexto, a informação, como insumo e produto do desenvolvimento, com a sua capacidade de transformar estruturas e mudar realidades, adquire um valor e um poder inestimáveis na dinâmica dos países. (BARRETO, 1999).

Quando se denomina a nova sociedade na qual vivemos como “sociedade da informação”, paira no ar um certo tom apologético, como se a informação funcionasse como uma panaceia, no contexto da sociedade de um país capitalista periférico como o Brasil, pleno de desigualdades, injustiças e turbulências de toda ordem.

E, assim, como tantos outros países, o Brasil, ao tentar se inserir na nova ordem mundial, baseada no livre trânsito de informações mediado pelas TIC, apresenta o seu Programa Sociedade da Informação - SOCINFO, publicado em seu Livro Verde, no ano de 2000, apoiando-se no novo paradigma de informação como bem econômico e de informação estratégica para o desenvolvimento.

O SOCINFO, então, corresponde à “formulação de uma estratégia de governo para conceber e estimular a inserção adequada da sociedade brasileira na Sociedade da Informação.” (INSTITUTO, 1998, p.27).

De fato, o SOCINFO constituiu-se na primeira iniciativa de se definir um projeto estratégico que, em âmbito nacional, pudesse integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação.

Na empolgação do seu “convincente” discurso, Takahashi (2000, p.5-6), afirmava, categoricamente, que

O País dispõe [...] dos elementos essenciais para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedentes de prestar significativa contribuição para resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional. [...] O impacto positivo que a “nova economia” pode gerar para um país depende ainda da participação do maior número de pessoas, organizações e regiões como usuárias ativas das redes avançadas de informação.

O paradigma da “sociedade da informação” está assentado na rápida evolução que se processa na tecnologia da informação e comunicação. É, pois, uma sociedade que vive do poder da informação. Por isso mesmo, carrega

características discriminatórias entre países, internamente, entre organizações e entre pessoas.

Ao nos indagarmos se o Brasil, de fato, está construindo a sua “sociedade da informação”, precisamos ver o Estado como elemento da superestrutura, que é o âmbito do jurídico, do ideológico, do religioso, do político, sem perder de vista a infraestrutura (base econômica e técnica), onde está situada a sociedade civil, não esquecendo que, entre tais estruturas, há uma relação histórica e dialética. Lembrando Marx (2009, p.864), “A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica”.

Com relação aos efeitos “vantajosos” das tecnologias da informação na sociedade, o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), numa fala em defesa da cega instalação da “sociedade da informação” brasileira, apontou o seguinte:

Em muitos casos, é aparentemente mais fácil para o Estado e para certos setores da sociedade reagir à mudança. Mas quando ela se apresenta inexorável, tal reação levará a grande prejuízo para a sociedade e à eventual extinção de muitos dos processos correntes que dependem de interação, em detrimento dos atores envolvidos, causando perdas graves à economia e ao equilíbrio social do país. (INSTITUTO, 1998, p.29).

Como Marx nos ensinou, ao longo da história, as sociedades se desenvolvem e se transformam. Contudo, nenhum desenvolvimento e transformação deve ser aceito, de forma passiva e acrítica, a custo de propostas enganadoras sob o falso argumento de que o Estado garante, sempre e irrestritamente, liberdade e igualdade aos seus cidadãos, quando, ao contrário, legitima, via ideologia dominante – que governa toda a ação e todo o pensar -, condições de exploração, dominação e injustiça.

Sabendo-se que as sociedades capitalistas têm a diferenciação social como principal característica, o que produz complexidade e conflito, urge que se convoque, então, a política, entendida como a resolução pacífica de tais conflitos. Assim, uma política pública, envolvendo mais que uma decisão política, seleciona ações estratégicas para implementar as decisões tomadas.

Como diversos países, o Brasil entende que a sociedade da informação é um desafio a ser enfrentado.

Nesse sentido, para Rodrigues, Simão e Andrade (2003, p.2),

Os dirigentes políticos têm plena consciência de que o futuro das nações será condicionado pela forma e amplitude com que as novas tecnologias de

informação e comunicação serão assimiladas, conforme o êxito e rapidez dessa absorção.

A informação, ao produzir conhecimento, possibilita a produção de ciência e tecnologia, gerando, num país, bens e serviços. Mas não basta apenas ter o direito ao acesso; precisamos das infraestruturas que o materializem. Com isso, criou-se uma batalha ideológica e econômica em torno do direito de acesso ao conhecimento. (LASTRES; FERRAZ, 1999).

Essa sociedade, voltada para o conhecimento e sustentada pelas TIC, encontra-se em formação e expansão por todo o mundo. Os “Livros Verdes” são, pois, o resultado da discussão de iniciativas mundiais voltadas para a construção de uma “sociedade da informação”. Alguns exemplos são o Japão (um dos pioneiros da “sociedade da informação”, amplamente reconhecido por sua habilidade em desenvolver novas tecnologias), Portugal, a União Européia e a Finlândia. O Brasil seguiu o mesmo caminho.

Entenda-se que o mundo “globalizado” é um mundo em célere movimento, onde se desenha uma rede de influência com base na tríade ou “oligopólio mundial” das grandes “potências”: os Estados Unidos, a União Européia e o Japão (e, ainda, a emergência da China e Índia). Mas, na verdade, longe do tão celebrado Primeiro Mundo, os melhores exemplos de dinamismo e forte desenvolvimento econômico estão fora do eixo EUA-Europa-Japão. Trata-se do Vietnã, Taiwan, Peru, Indonésia, Turquia e Cingapura. (CLEMENTE; TURRER, 2011).

Para Bauman (1999, p.8), “A globalização tanto divide quanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo.”

A “globalização” afeta todas as áreas da sociedade, principalmente comunicação, comércio internacional e liberdade de movimentação, com diferente intensidade, dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações ao redor do planeta. Assim, pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, notadamente a Internet, a “globalização” está associada a uma aceleração do tempo, sendo a competitividade o seu motor mais potente. Fato é que o mercado das TIC cresce tanto em momentos de expansão quanto de crise porque, nos dois casos, a tecnologia é necessária.

A promessa das novas tecnologias é tornar, em larga escala, a vida dos indivíduos mais fácil e eficiente, criando, “para todos”, uma espécie de “existência

digital”. A pergunta que se apresenta é: tais tecnologias cumprem o prometido ou criam, pelo uso restrito apenas a alguns, uma espécie de efeito rebote? E ainda: essas tecnologias são libertárias ou escravizantes?

Conforme declara Antunes (2005a, p.25),

O salto tecnológico, motor da disputa entre países avançados, ao visar centralmente a produção de mercadorias e não as efetivas necessidades humanas e sociais, tem como consequência direta a desmontagem de parques produtivos inteiros, que são incapazes de acompanhar essa lógica da competição e da concorrência. A desindustrialização de países como Argentina, México, Brasil, Rússia etc. é nítida evidência disso. A Inglaterra, laboratório europeu do neoliberalismo, talvez seja o exemplo mais gritante, no universo dos países centrais.

Ao se reportar às novas tecnologias de informação e comunicação (para esta autora, NTIC) como, ao mesmo tempo, objetos de consumo e ferramentas de trabalho, Corsani (2003, p.25), diz que

Uma alternativa conceitual consiste [...] em considerar as NTIC não mais como “mercadorias como as outras”, mas como um sistema integrado de suportes ou de meios criado com a finalidade de servir, no consumo, à realização de um conjunto indeterminado de atividades.

Importante frisar que a “globalização”, assessorada pelas TIC e causadora de impactos diferentes em países centrais e periféricos, é decorrente da supremacia do sistema capitalista que, desde a segunda metade do século XX, impôs a chamada “nova ordem mundial”.

Mészáros (2002) é enfático quando afirma que a sociedade capitalista é a mais desigual de toda a história, já que o sistema capitalista, de lógica incontrolável e destrutiva, gera crise endêmica, crônica e permanente. Com tantas mudanças paradigmáticas, completa Touraine (2007, p.119), “o indivíduo não passa então de uma tela sobre a qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação.”

Em face desse complexo cenário mundial, pleno de desigualdades e constantes crises, no âmbito da administração pública, muitos desafios se impõem. Dentre estes, como se agir num mundo em permanente mudança? Como planejar ações corretamente, em benefício do todo social? Como administrar bem os recursos, de toda ordem, disponíveis? Como praticar a gestão para o estabelecimento e a manutenção da democracia e da cidadania? Como articular gestão pública com política pública de informação? Com o nascimento das tecnologias digitais, filhas do século XX, como promover a democratização da

informação, este insumo e produto do desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento? Qual a importância das TIC para a vivência democrática?

Há pobreza no mundo capitalista. Havendo pobreza, há exclusão social. Para Santana e Ramalho (2003, p.21),

A idéia mesma de exclusão deve ser recolocada em foco. Achar, esquematicamente, que a sociedade produz “incluídos”, que estariam em seu interior, e aqueles que estariam fora dela, os “excluídos”, embora seja válido, não nos permite alcançar as novas dimensões do problema.

De fato, o mundo está se transformando num espaço social e econômico comum para acesso dos mais abastados, excluindo os que não se moldam a esse novo modelo, já que o parâmetro para essa nova “sociedade global” são as sociedades mais desenvolvidas.

A exclusão social é aquela que priva alguém do direito ao trabalho, no contexto do capitalismo. A exclusão social na sociedade em rede afeta tanto pessoas como territórios. Assim, áreas consideradas sem valor na perspectiva do capitalismo informacional e que não sejam objeto de interesse político significativo a qualquer tipo de poder são ignoradas pelos fluxos de riqueza e de informação e, em última análise, privadas da infraestrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar, produzir, consumir e, até mesmo, viver no mundo de hoje. Há, portanto, relações complexas entre a sociedade em rede, a desigualdade e a exclusão social. (CASTELLS, 1999c).

Além disso, o trabalho é mais importante que nunca numa economia que depende da capacidade de descobrir, processar e aplicar informação, cada vez mais on-line. Na verdade, estamos em meio a uma explosão da informação. [...] A economia eletrônica não pode funcionar sem profissionais capazes de navegar, tanto tecnicamente quanto em termos de conteúdo, nesse profundo mar de informação, organizando-o, focalizando-o e transformando-o em conhecimento específico, apropriado para a tarefa e o objetivo do processo do trabalho. (CASTELLS, 2003, p.77).

A exclusão digital decorre da exclusão social. Por isso, a inclusão digital tornou-se palavra de ordem no processo de correção das desigualdades econômicas da sociedade brasileira. Não é possível erradicar a pobreza e construir uma sociedade justa sem promover a alfabetização tecnológica da população. Há uma realidade contundente: a sociedade brasileira é mal informada. Pior: num país que conjuga o verbo democratizar de forma duvidosa, que não relaciona o termo democracia com a ideia de um sistema de direitos, liberdades e oportunidades para todos, como se falar sobre democratização da informação?

Num mundo “globalizado”, em que as relações comerciais e trabalhistas cada vez mais dependem de insumos tecnológicos, é impensável enfrentar tantos desafios sem a superação dessas barreiras do conhecimento. Há, hoje, instrumentos capazes de acelerar a correção dessas desigualdades. É possível massificar e turbinar conhecimentos, democratizando informações e queimando etapas que antes requereriam o esforço continuado de gerações. Basta que haja políticas públicas com esse direcionamento. E basta que haja vontade política para empreendê-las. Assim, não é a exclusão digital que impede ou obstaculiza o acesso à informação. A exclusão digital, que se refere às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet, assim como a exclusão social, resultam da dura lógica do capitalismo.

Com todas as explosivas transformações nos campos da ciência e da tecnologia, o mundo se tornou uma grande teia de infinitas possibilidades.

Assim, os países vêm investindo maciçamente na área das TIC para assegurar a sua inserção competitiva na nova ordem mundial “globalizada”. A tecnologia é um dos pilares da integração econômica do mundo atual. É o avanço tecnológico que possibilita a construção da imagem de um “mundo integrado”. O momento é de império dos recursos tecnológicos como facilitadores das atividades de seleção, processamento, recuperação e disseminação da informação. Neste aspecto, é Castells (1999a, p.78) quem afirma que o ponto focal “do novo paradigma tecnológico é a capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional”, o que evidencia a instabilidade e a mutabilidade como marcantes características da vida moderna.

O homem da civilização digital tem fome e sede de tecnologia. Habitua-se a isso. Necessita disso. Por isso, anseia “dialogar” mais facilmente com os aparelhos digitais que a telemática põe à sua disposição, através de sistemas mais amigáveis ou conversacionais. Neste aspecto, de acordo com o pensamento de Steve Jobs, o perfeccionista e determinado criador da Apple⁶, morto prematuramente no ano de 2011, “à medida que aumenta a complexidade da tecnologia, também cresce a demanda [...] de tornar compreensível para meros mortais recursos tecnológicos muito complexos.” (ALTMAN, 2011, p.102).

⁶ Apple Incorporation é uma empresa multinacional norte-americana que tem o objetivo de projetar e comercializar produtos eletrônicos de consumo, software de computador e computadores pessoais.

Nesse contexto, uma das mais desafiadoras tarefas que o ser humano está tentando resolver é criar máquinas inteligentes. É a área da Inteligência Artificial (IA), ciência que estuda o fenômeno da inteligência, buscando simular comportamentos humanos inteligentes no intuito de levar às máquinas a capacidade de “pensar”, ou seja, dotá-las de capacidades intelectuais comparáveis às dos seres humanos. Dessa forma, comportamentos complexos tais como raciocínio, aprendizagem, percepção, compreensão, diagnóstico, resolução de problemas, tomada de decisões etc. são envolvidos pelas operações da IA.

Hoje, um novo fenômeno tecnológico vem mudando a realidade da comunicação, do entretenimento e da computação: a Convergência Digital (CD). Por este recurso, diferentes funcionalidades convergem para um único dispositivo. Nesse sentido, a revolução digital leva à convergência digital, que se propõe a estar, ainda que não esteja, “ao alcance de todos”. Dessa forma,

[...] um *smartphone*, por exemplo, é um dispositivo que congrega diferentes funções [...], permitindo mensagens instantâneas, email, visualização de filmes, filmagem, videoconferência e, claro, também serve para telefonar. (INSTITUTO).

Animadas com a portabilidade e a destreza dos novos celulares, a tendência é que as pessoas se desinteressem e desativem, cada vez mais, seus telefones fixos - peças de museus, num futuro bem próximo.

Dentro do complexo e instigante panorama da tecnologia, um controvertido, invasivo e gigantesco fenômeno continua a crescer e a se expandir, de modo impositivo e desordenado: a Internet, a malha mundial de redes de computadores, constituída por muitas “cidades eletrônicas” que integram uma imensa biblioteca cibernética, que tem, por principais características, a hiperconectividade e a hiperinteratividade. (DIAS, 2001).

Com o padrão de desenvolvimento alcançado, hoje, a Internet ou Interconnected Networks, ou a Rede ou, simplesmente, Net, considerada a “mãe de todos os trabalhos”, ao trazer mudanças substanciais, é uma espécie de vitrine do mundo real, mas participar do ciberespaço – que permite novas formas de pensar, interagir e viver – exige conexão. Ela permite interligar várias redes pelo mundo por meio do protocolo padrão de comunicação: o Protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol* - Protocolo de Controle de Transmissão / *Internet Protocol* – Protocolo de interconexão).

Como fundadora de uma nova cultura – a cultura eletrônica ou cultura global, a Internet e a própria modernidade exigem que cada indivíduo porte a sua credencial de “internauta”. Quem não possuir tal credencial está fora do universo da rede das redes, esse poderoso canal de comunicação planetária. Assim, os excluídos digitais, ainda em grande número no Brasil, estão desconectados. A Internet, com a proposta de ser para todos, sabe-se, ainda está bem longe de sê-lo.

Dadas as suas dimensões gigantescas e incontornáveis, a Rede nos remete à imagem da monumental Esfinge de Gizé, uma figura mitológica egípcia (depois, incorporada à mitologia grega), simbolizada por um monstro de cabeça humana e corpo de leão, sempre lembrada por seu ameaçador enigma “Decifra-me ou devoro-te”. Por isso, urge que se entenda e fale a linguagem da Internet – um idioma à parte, uma outra cultura, uma escritura cibernética. Só assim, poder-se-á percorrer, com certa segurança e relativa tranquilidade, os intrincados labirintos da Rede.

Pode-se afirmar que a Internet é uma facilitadora de informação rápida, mas a precisão ou objetividade dessa informação encontrada depende dos caminhos que se escolhe para se chegar até ela, via *search engines* ou sites de busca, a exemplo da multinacional Google, instalada na Califórnia, um dos mais utilizados e populares, que, aliás, ensinou ao mundo como lucrar com a Rede. Portanto, encontrar, na Internet, a informação que se quer pode se traduzir desde uma operação simples até uma experiência abismal.

Sendo, pois, um dos temas mais discutidos a partir da última década do século XX, o que se observa é que, hoje, a Internet está em toda parte; e tudo está na Internet. Assim, usar a Internet significa ganhar tempo, fazer economia, aprender mais, produzir melhor. Saber navegar nesse oceano de informações é imprescindível, já que, como não há limites, censura nem controle no âmbito da Rede, nela tudo é possível. De fato, “a Internet, sozinha, criou uma realidade inteiramente nova para a mediação de qualquer tipo de coisa.” (GUZZO, 2013, p.104).

De personalidade complexa, instável e contrastante, a Internet é, ao mesmo tempo, institucional e anti-institucional, geral e pessoal, organizada e caótica. Contudo, farta e decifrável; às vezes, absolutamente indecifrável, justamente por não rimar com rigidez e roteiros pré-fixados. De fato, tudo nela é excesso e transbordamento. Assim mesmo, a Internet é útil e necessária. Com um

sem-número de informações, e com o desenvolvimento de novas habilidades, capacidades, comportamentos e processos cognitivos, a Rede abre os horizontes do saber, funcionando como um antídoto para a ignorância.

Quatro décadas após o seu surgimento, a Internet que conhecemos hoje está prestes a sofrer mudanças radicais. Como a nova geração de tecnologias busca sempre atender as necessidades da humanidade através de inovações, o que se espera é que a Internet do futuro, além de bem mais veloz, seja, também, cada vez mais segura.

Nesse sentido, vale realçar a importante providência do governo Dilma Rousseff com relação à segurança em computadores, *tablets* e *smartphones*, conectados ou não à Rede, ao sancionar, em 03/12/2012, a Lei Brasileira 12.737/2012, que tipifica os delitos ou crimes informáticos. Esse instrumento legal foi apelidado de “Lei Carolina Dieckmann”, em referência a uma invasão, em maio de 2012, no computador pessoal da citada atriz, disseminando fotos íntimas suas na Internet.

Há contradições criadas pela Internet: apesar de conectar grandes massas, exclui os que a ela não têm acesso, podendo gerar isolamento. Ser excluído é quase ser condenado à marginalidade.

Importante realçar o fato de que a exclusão digital, advinda da superapologia da informação, é um dos fatores que colaboram para o mal-estar da sociedade capitalista. Assim, inclusão e exclusão são itens inerentes ao próprio capitalismo, que só reforçam a manutenção e conseqüente expansão desse sistema econômico tão desumano e corrosivo. Assim, ao lado da “sociedade da informação”, reside outra, muito mais populosa, que é a sociedade não informada e não conectada.

Francisco de Oliveira, ao reconhecer que o Brasil se transformou num monstro social – o ornitorrinco, esse bicho disforme que evidencia a feição incongruente da sociedade brasileira, é contundente ao afirmar que “o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.” (OLIVEIRA, 2003, p.150).

A nossa Constituição de 1988, a chamada “constituição cidadã”, em seus Artigos 218 e 219, do Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia) assegura que

O Estado proverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. [E também que] O mercado interno integra o

patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal. (BRASIL, 2007, p.141).

Tais Artigos, que encontram eco no Livro Verde do nosso país, pelo que se observa, no entanto, não vêm, na prática cumprindo o seu papel no que tange à inserção do Brasil na tão festejada “sociedade da informação”.

A despeito do reduzido crédito atribuído aos movimentos brasileiros para a democratização da informação em nosso território, merece destaque a iniciativa da presidente Dilma Rousseff, nessa direção: a entrada em vigor, em 17 de maio de 2012, da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011), como parte do processo de redemocratização do País. Através dessa lei, o cidadão brasileiro terá amplo acesso a qualquer documento público ou atos do Executivo, Legislativo e Judiciário nas várias esferas dos poderes federal, estadual e municipal, estabelecendo-se, assim, um novo padrão nas relações entre a sociedade e o Estado. (BRASIL, 2012). Citada lei, típica de nações livres e desenvolvidas, se traduz em mais um poderoso instrumento de cidadania para o povo brasileiro, tendo relação também com o Inciso XXXIII, do Artigo 5, do Capítulo I- dos Direitos Individuais e Coletivos, da Constituição de 1988, cujo texto é:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2007, p.17).

O direito à informação é uma conquista contemporânea. O fundamento deste direito é permitir que os cidadãos compreendam o mundo em que vivem e adquiram habilidades para o desempenho cívico-profissional.

Deste modo,

O acesso à informação, seu manejo, utilização, aplicação, depende do domínio dos códigos através de que se configura. Primeiramente, a língua, as formas de compreensão e de expressão, a leitura, a escrita. Depois, o conhecimento do saber recuperado e sistematizado, das chaves de conteúdo que explicam a organização da vida social, o funcionamento da natureza, a inovação científica e a intervenção humana na transformação do mundo. (MELO,1986, p.75).

Hoje, na era do “tempo real” e da hiperconexão, quando tudo deve ser feito para que se “ganhe tempo”, a precisão na comunicação e na velocidade com que a informação deve ser transportada são fundamentais para a nova dinâmica

deste novo modelo de sociedade: a “sociedade da informação”. (DANTAS, 2002). E partem daí inúmeros questionamentos, que acabam desaguando em quatro perguntas principais, considerando a submissão do Brasil ao capitalismo contemporâneo: 1) temos, de fato, uma “sociedade da informação”? 2) Caso a tenhamos, que “sociedade da informação” é esta? 3) Que “sociedade da informação” queremos ter? 4) Como poderemos ter a “sociedade da informação” que, de fato, queremos?

2.2 O fetichismo da informação na sociedade capitalista contemporânea

A moeda mais valorizada do mundo não é o euro, não é a libra, não é o dólar. É o conhecimento. E, como bem se sabe, é a informação que gera o conhecimento. Daí, esse enorme interesse dos países, das organizações e dos indivíduos pela informação – essa mola-mestra da atualidade.

Neste aspecto, sobre a relação entre o capitalismo contemporâneo e a discutível “sociedade do conhecimento (ou da informação)”, Duarte (2008, p.13) assim se expressa:

Reconheço [...] que o capitalismo do final do século XX e início do século XXI passa por mudanças que podemos sim considerar que estamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Mas isso não significa que a essência da sociedade capitalista tenha se alterado ou que estamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo. Dessa forma, [...] essa sociedade é, por si mesma, uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea.

Ao defender argumento semelhante, Nascimento (2011, p.55-56) enfatiza que

A função da ideologia na sociedade do conhecimento, na atual conjuntura, é de sustentar uma interpretação da tecnologia como natureza salvífica, ou seja, como elemento determinante do todo social. [...] a sociedade do conhecimento consiste numa força ideológica que projeta as novas tecnologias de informação e comunicação para além das relações sociais, historicamente determinadas, e dissemina um padrão cultural dominante que as coloca como a chave da redenção humana.

Na sociedade de consumo, que tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, vivemos um momento de fascínio pelas inúmeras possibilidades que o mundo virtual nos apresenta. Por certo, as TIC,

em suas mais variadas expressões, turbinaram essa desmedida atração que os indivíduos sentem, nos dias atuais, por toda essa parafernália tecnológica que inunda o mercado capitalista, por se traduzirem em importantes itens que veiculam/transportam/disseminam a informação-fetiche.

Notadamente com a Internet, algumas barreiras que se antepunham à difusão do conhecimento desmoronaram, pois nela, como sabemos, o volume de informações disponíveis é infinitamente maior que toda a informação impressa. Isso desperta muito interesse. Por esse motivo, o fetichismo da tecnologia tem uma base real – não há como se negar este fato. E a pergunta vem a seguir: com os já avançados produtos que se tem hoje, o que virá depois? Qual a próxima parada?

Por ser a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e que dá sentido a todas as atividades que a utilizam, hoje, é a sociedade como um todo que precisa dos recursos advindos das TIC. Como bem sabemos, “A produção capitalista tem um caráter infinito, gerando incessantemente novos produtos e novas necessidades.” (SAES, p.16). Sob o olhar schumpeteriano, que contém uma grande visão contemporânea, ao mesmo tempo em que criam, as tecnologias destroem, sendo o progresso, no contexto capitalista, a consequência desse processo, ao mesmo tempo, destruidor e criativo. Assim,

O aspecto essencial a captar é que, ao tratar do capitalismo, estamos tratando de um processo evolutivo. [...] O capitalismo [...] é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria. (SCHUMPETER, 1984, p.112).

Ainda de acordo com Schumpeter (1984, p. 113), “Esse processo de Destruição Criativa é fato essencial acerca do capitalismo”, já que, para este autor, os três principais pilares de suporte do desenvolvimento econômico são: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Este empresário inovador, a quem Schumpeter se refere, é aquele capaz de empreender um novo negócio e cujas inovações tecnológicas levam à expansão das economias capitalistas.

A informatização, por atingir as mais diversas áreas do conhecimento, está, cada vez mais, presente na vida cotidiana, mesmo quando isso não é claramente percebido pelas pessoas. Por assim ser, na dita “sociedade da

informação”, as tecnologias criam novas necessidades. Lembrando Marx (2003, p.235),

[...] a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. [...] A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais e que, sem ela, não teria nenhum objetivo. Por seu lado, o consumo é também o intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos.

Importante se faz lembrar que “*Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade.*” (BAUMAN, 2008, p.76). Por outro lado, como atestado por Antunes (2005b, p.41-42),

[...] a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo em que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado e estranhado, impede que os verdadeiros produtores da riqueza social participem até mesmo do universo (restrito e manipulado) do consumo. Parece que os homens e mulheres sem trabalho, os despossuídos do campo e das cidades, os assalariados precarizados em geral, as chamadas “classes perigosas”, começam a questionar a lógica que preside a sociedade atual. Vieram para mostrar à sociedade sua injustiça, desigualdade, iniquidade e sua superfluidade, E para (re)conquistar seu sentido de humanidade e de dignidade.

De fato, a realidade atual é que vivemos um processo de mercantilização de tudo e de todos. A informação, como, aliás, tudo, também é uma coisa que, assim como pode ser comprada, pode ser vendida.

Certo é que as sociedades ocidentais passaram, com a dinâmica do consumo, a desenvolver um insaciável apetite por novidades. Neste sentido, assumindo um comportamento genuinamente fetichista, consomem e descartam objetos e pessoas como nunca antes na história. Ao se substituir o valor-de-uso pelo valor-de-troca das mercadorias, percebe-se, aí, a força da fetichização.

Sendo o fetichismo um item inerente ao ser social, este, “no momento de olhar as mercadorias e comprá-las, [descondidera] o caráter de utilidade dos objetos para dar espaço ao prazer de comprar algo inesperado, diferente.” (PADILHA, 2006, p.51).

A sociedade tecnológica do capital abre a discussão sobre o fetichismo da informação, sendo esta entendida como mais uma mercadoria do capitalismo. Assim é que, nesse universo de nova configuração, entra em cena a informação-mercadoria que, pretendendo apreender o sentido do real, vê-se envolta por uma marcante bruma fetichista.

Sabendo-se, pois, que o termo fetichismo se refere a uma veneração, encantamento, idolatria, vício ou admiração exagerada, irrestrita, incondicional a uma pessoa ou coisa, e que a palavra fetiche diz respeito ao objeto ao qual se presta culto, por seu poder sobrenatural ou mágico, pode-se afirmar que, hoje, a informação é mais um fetiche, dentre tantos outros, que transita pela vida moderna. Assim é que “fetichismo da informação” ou “informação-fetiche” são expressões bem características da civilização tecnológica.

Para Bianchetti (2001, p.48),

[...] nada se compara ao papel estratégico atribuído à informação nestes últimos anos, nos quais é clara a supremacia do capital financeiro. Hoje, no aspecto político, a valorização econômica da informação é cada vez mais evidente. O uso mercantil da informação, ou indo mais direto, a sua transformação em mercadoria, redimensiona toda a relação com o estoque de informações, com o possuidor – tanto humano como mecânico – e com os meios, provocando e conformando transformações no processo de produção e circulação. Podemos afirmar que a informação apresenta a dupla face de constituir-se como esfera produtora de mercadorias, mas também de entrar na esfera da circulação, ela própria, enquanto mercadoria.

O desenvolvimento da técnica na sociedade do capital tende a aparecer como desenvolvimento tecnológico, com objetos complexos assumindo formas comuns ou estranhas que, sob certas circunstâncias sócio-históricas, podem assumir alto potencial construtivo ou destrutivo. Na medida em que se amplia, o fetichismo da mercadoria imprime a sua marca indelével na sociabilidade humana, constituindo formas complexas de fetichismo social, criando a aparência de uma tecnologia onipotente – benévola ou malévola.

Foi em suas breves considerações sobre o fetichismo da mercadoria, que Marx (2010), n’O Capital, apresentou o que seria a negação da negação do fetichismo das coisas. Ou seja, para ele, apenas a instauração de “um processo social da vida sob o controle consciente e planejado de homens livremente socializados” é que seria capaz de abolir o fetichismo da mercadoria. Eis a utopia do comunismo para o velho Marx. O fetichismo é a essência de todo o sistema econômico de Marx, ou seja, “uma relação social expressa em coisas e através das coisas”.

As mercadorias são coisas sociais, que carregam propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Pela teoria marxiana, então, o fetichismo é uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas. O fetichismo é próprio do mundo das mercadorias já que, “à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa

trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.” O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas, como pessoas. Marx afirma que o fetichismo da mercadoria é algo intrínseco à produção de mercadorias, já que, na sociedade capitalista, o processo de produção se autonomiza com relação à vontade do ser humano. (MARX, 2010).

Fetichismo da mercadoria é, então, o modo pelo qual Marx denominou o fenômeno social e psicológico através do qual as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores.

Como explicado por Bauman (2008, p.22),

Escrevendo de dentro da incipiente sociedade de produtores, Karl Marx censurou os economistas da época pela falácia do “fetichismo da mercadoria”: o hábito de, por ação ou omissão, ignorar ou esconder a interação humana por trás do movimento das mercadorias. *Como se estas, por conta própria, travassem relações entre si a despeito da mediação humana.* A descoberta da compra e venda da capacidade de trabalho como a essência das “relações industriais” ocultas no fenômeno da “circulação de mercadorias”, insistiu Marx, foi tão chocante quanto revolucionária: um primeiro passo rumo à restauração da substância humana na realidade cada vez mais desumanizada da exploração capitalista.

Para Alencar (2013, p.54), “fetichismo da mercadoria no sentido atribuído por Marx significa o fato de o produto exercer um controle – sobrenatural até – sobre o comprador. Muito além daquele do valor de uso, ou seja, a finalidade a que se destina o produto.”

Bottomore (2001, p.150), por sua vez, esclarece que

A teoria do fetichismo da mercadoria nunca é retomada explicitamente e mais extensamente em *O Capital*, ou em qualquer outra obra de Marx. Não obstante, sua influência pode ser claramente discernida nas críticas de Marx à economia política clássica. O fetichismo da mercadoria é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do CAPITALISMO ocultam as relações sociais a ela subjacentes, como, por exemplo, quando o CAPITAL, como quer que seja entendido, e não a MAIS-VALIA, é tido como a fonte do lucro. [...] Sua análise estabelece uma dicotomia entre aparência e realidade ocultada (sem que a primeira seja necessariamente falsa) que pode ser levada para a análise da IDEOLOGIA.

Importante se faz observar que, em Marx, a doutrina do fetichismo e a teoria do valor acham-se umbilicalmente ligadas, já que “o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas.” (BOTTOMORE, 2001, p.149).

Com tantas novidades sobrepostas, multiplicaram-se as conexões, as relações, as interdependências, as comunicações entre as pessoas e as nações, o que não significa que essas ligações sejam robustas ou longevas. E este é o grande desafio que se apresenta para a humanidade: numa sociedade individualizada, combater a exacerbação do “eu” e dos laços rarefeitos, resgatando o sentido de coletividade, num processo de autoeducação contínuo para entender o mundo e as novas dinâmicas geradas pelo irrefreável avanço das tecnologias. Desse modo, com uma vida marcada pela informatização e sistemas de automação, onde tudo muda com um clique, sugerindo beleza, conforto, praticidade e segurança, o homem se entrega à ascensão sedutora da tecnologia, deixando-se encantar apenas pelas vantagens de um mundo de perfil moderno, funcional e dinâmico, movido por botões e controles remotos.

Ora, na chamada “sociedade da informação” como não se estabelecer com a informação uma forte relação fetichista, já que, tanto no mundo real quanto no virtual, há um profundo maravilhamento em torno dessa mercadoria chamada informação, à qual é atribuído o poder de resolver todas as questões que afetam os seres humanos e o mundo ao seu redor? Se essa crença vem sendo reforçada, a cada instante, pela ação e influência das TIC, notadamente pela Internet, há como se atenuar o presente cenário de completa dependência de tais recursos ou a tendência é que esse quadro de absoluto fetichismo da informação se acentue cada vez mais?

Certo é que a informação passou a ter um valor e um preço, a ser considerada um bem desejável, funcionando como alavanca social para o indivíduo e como condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Mas, como lembra Milanesi (2002, p.53), “da mesma forma que se paga para tê-la, se ganha para dá-la”. Ou seja, de fato, a informação é amplamente reconhecida como mais um bem de consumo do mercado capitalista.

Depois da primeira revolução industrial – a que apresentou ao mundo a máquina a vapor e a indústria mecanizada -, e a segunda – a que passou a empregar máquinas elétricas e levou a indústria a vários países do mundo -, colhemos, hoje, os frutos da terceira revolução industrial, que intensificou a “globalização” socioeconômica e fez da Internet a sua espinha dorsal. Ao mesmo tempo, vemos a quarta revolução industrial despontando no horizonte: a alvorada de um tempo em que as máquinas realizarão a maior parte do trabalho e o ser humano

terá, precisamente, a missão de produzir, veicular e gerir informação e conhecimento.

E assim, no limiar da quarta revolução industrial, vamos passando do homem “engrenagem da máquina” para o homem “*hub*⁷ da informação”. De outro modo, dir-se-ia que o fetichismo da informação toma o centro da discussão e nós nos transformamos em autênticos “garotos propagandas” hiperconectados, fortalecendo a indústria e suas marcas através da explosão das mídias sociais. Para tanto, infindadas tentativas serão feitas para dobrar a consciência crítica dos indivíduos e transformá-los em repetidores passivos da propaganda. E a esta maléfica proposta do capitalismo, todos devem ficar bem atentos e imunizados.

Ao acentuar o fetichismo da informação,

A esboçada “globalização” adquiriu os seus contornos nítidos e se ampliou levada pelas mudanças no campo informacional. Esta teve três grandes momentos: o rádio, a televisão e a internet. Com a criação e o desenvolvimento dos computadores foi dado um novo salto de qualidade na comunicação: o modelo da chamada “comunicação de massa” – um emissor para milhões de receptores com baixa possibilidade interativa – passou a ter uma alternativa: a internet, em que cada emissor pode ser receptor e vice-versa. (MILANESI, 2002, p.50-51).

Uma vez que o consumo se dá pela indução simbólico-psicológica, numa economia de mercado, o uso sistemático de informações através da publicidade ou da propaganda, com base nas tendências mercadológicas e nas pesquisas sobre preferências de consumo, por exemplo, é determinante para a abertura das fronteiras do consumo massivo. O uso dos recursos midiáticos, neste aspecto, aprofunda em muito o fetichismo da mercadoria, por ampliarem as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Para lembrar, por exemplo, “As marcas são códigos cuidadosamente manipulados pela publicidade para a manutenção da ‘sociedade de consumo’, que depende da sua capacidade de criar e manipular necessidades humanas.” (PADILHA, 2006, p.18).

Isto posto, não apenas o fetichismo da informação em si, mas, sobremaneira, o fetichismo da Internet, também, é uma realidade no universo contemporâneo. A esse respeito, declara Alencar (2013, p.49):

⁷ *Hub* (traduzido do Inglês, “pivô”) ou concentrador é o processo pelo qual se transmite ou difunde determinada informação, tendo, como principal característica, que a mesma informação está sendo enviada para muitos receptores ao mesmo tempo. Em um *hub*, é possível ter várias portas, ou seja, entradas para conectar o cabo de rede de cada computador.

[...] a Internet [...] assume papel de mercadoria, de modo a estabelecer uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas ou até por ela mesma. A sua utilidade atual, que a comporta como um produto apenas humano, deixa de existir e a Internet torna-se, portanto, um objeto de adoração, dotado de um valor simbólico. Desse modo, o ser humano não se contenta em comprar o real, deseja a transcendência divina que determinado artefato apresenta. Como mercadoria, a Internet ganha vida própria e deixa de se relacionar com o trabalho.

Sim, especialmente no contexto do capitalismo contemporâneo, o universo das TIC é tão amplo e instigante quanto o profundo interesse que pessoas, organizações e países nutrem por ele. E não apenas em nome da modernidade, mas sim de uma necessidade real, criada e fartamente alimentada pelo próprio espírito demolidor do sistema capitalista, que promove os produtos não apenas por seu valor de uso ou funcionalidade, mas os vende, principalmente, como tradução exata de um novo “estilo de vida”, ocorrendo, assim, uma maior intensificação nos processos de fetichização do objeto, a partir, como em Ortiz (1994), da perspectiva de “objetos mundializados” ou de símbolos “partilhados mundialmente”.

Como nos ensina Marx, portanto, o fetichismo possui um caráter ambíguo, na medida em que é, simultaneamente, “perceptível e impalpável”, em outras palavras, visível e invisível, posto que o espaço de visibilidade do valor da mercadoria é, ao mesmo tempo, o espaço de invisibilidade das relações sociais subjacentes. Desse modo, as relações sociais deixam de ser a forma essencial, ou seja, aquela que confere inteligibilidade ao movimento do capital e se reificam. De acordo com Bottomore (2001, p.314), pela reificação (ou coisificação), dá-se “a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas.”

Lembrando que, para Marx, mercadoria é uma coisa apta a satisfazer necessidades humanas, a satisfação de necessidades constitui condição *sine qua non* para qualquer mercadoria. Segundo sua definição, não existe nenhum valor de troca sem valor de uso (satisfação de necessidades); porém, pode existir valor de uso sem valor de troca, se bem satisfizerem necessidades. (HELLER, 1978, p.21).

De fato, a partir da simples observação da realidade, Marx (2010, p.57) pôde constatar que

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. [...] A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas,

provenham do estômago ou da fantasia. Não importa como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Tal raciocínio comporta perfeitamente o conceito de informação como mercadoria que, despertando tanto fetichismo, satisfaz necessidades humanas, notadamente no contexto da sociedade capitalista contemporânea, ainda que seu consumo (acesso e uso), mesmo com tantos recursos tecnológicos para tal fim, não se cumpra de forma equilibrada e democrática.

Na opinião de Padilha (2006, p.94),

Essa sociedade que se baseia na quantidade de mercadorias oferecidas para medir a satisfação das necessidades humanas e, a partir daí, ser denominada democrática, é o que Debord (1987) chamou de “sociedade do espetáculo”, o que Langman (1994) chamou de “sociedade do divertimento”, e o que Quessada (1999) chamou de “sociedade de consumo de si”. Numa perspectiva crítica, Debord reconhece nessa sociedade a alienação e o fetichismo da mercadoria, pois crê na dominação total da existência humana pela mercadoria.

Ora, a temática do consumo e da cultura do consumo nunca foi tão analisada como atualmente, localizando-se na encruzilhada das dimensões culturais, educacionais, políticas, sociais, econômicas e psicológicas. É, por certo, um assunto fortemente atrelado à “sociedade da informação”, nas diversas dimensões do cotidiano, pois nunca se consumiu tanta informação como agora. Assim, pergunta-se: vivendo numa sociedade consumista por natureza, é possível escapar ao determinismo imposto pelo capitalismo de consumo? É possível, nos dias que correm, não consumir informação?

A Internet, puro fetiche, que aparece, hoje, como agente “democratizador e humanitário”, aprofunda o consumo de informação, dentro do sistema em que surgiu e do qual se nutre - o neoliberalismo.

Esta dependência consumista, torpor influenciado pela tecnologia e os meios de comunicação de massa, é sintetizada pelo “estar na moda, estar na ordem do dia”, uma forma de reciclagem cultural permanente de um indivíduo ou sociedade, baseado na “globalização” e eliminação das fronteiras culturais, como assinalado por Jean Baudrillard em “A sociedade do consumo”, livro considerado uma importante contribuição para a sociologia contemporânea. Para este autor,

Todo o discurso, profano ou científico, acerca do consumo se articula na seqüência mitológica de um conto: um homem, “dotado” de necessidades que o “impelem” para objetos, “fontes” da sua satisfação. Mas, como o homem nunca se sente satisfeito (aliás, é censurado por isso), a história

recomeça sempre indefinidamente, com a evidência defunta das velhas fábulas. (BAUDRILLARD, 2008, p.78).

Na concepção de Baudrillard, a felicidade – ou a busca desta – é o que gera e alimenta a sociedade de consumo, frisando que essa felicidade deriva da evolução da sociedade moderna, na sua forma mais crua e sádica. Portanto, à maioria, pequenas conquistas, minúsculas vitórias, pois o consumo em abundância é, de fato, para poucos. Tendemos a acreditar que nós somos as coisas que compramos. Que elas indicam o nosso grau de sucesso e nos farão felizes. E, assim, seguimos, comprando coisas, acumulando coisas, guardando coisas, mantendo coisas, consumindo coisas que, às vezes, de tão desnecessárias, acabam nos consumindo... A essas coisas, atribuímos alma, atribuímos animação e a capacidade de nos dominar. E nem nos lembramos que novos tempos pedem novos comportamentos, que ações sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais consciente. Até onde vamos nessa obsessão consumista? Ao atendermos, cegamente, aos ensurdecadores e ininterruptos apelos do mercado capitalista, ignoramos as regras do consumo consciente e inteligente, dando pouca ou nenhuma atenção aos itens recicláveis, renováveis ou reaproveitáveis, que sempre enfatizam a questão da sustentabilidade. Em Pacheco (2001, p.32), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] uma sociedade sustentável é aquela que consegue sustentar a vida em todas as suas dimensões, com qualidade e dignidade (noção que se aplica especialmente à vida humana). [...] Nesse sentido, não é possível fracionar a sustentabilidade. Trata-se de uma categoria que se aplica, de forma indistinta, tanto a partir do meio natural como do meio social. Aliás, este é indissociável daquele. Não existe nenhum meio social sem um meio natural que lhe sirva de substrato.

Antunes (2005a, p.120), sempre inconformado com estes tempos de extremo irracionalismo, completa mercantilização do mundo e “mercadorização” de tudo o que se produz, afirma que

[...] estamos presenciando, no plano mais global, a vigência de uma sociedade do capital fortemente destrutiva, involucral, geradora do descartável e do supérfluo, a chamada era do *entertainment*, que faz aflorar, com toda evidência, o sentido de desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea.

A despeito disso, conforme é decretado pela sociedade de consumidores, orientada pela cultura consumista e plena de necessidades, impulsos, compulsões e

vícios, “ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria [...]” (BAUMAN, 2008, p.20).

Mais adiante, esse mesmo autor afirma que, diante das “irresistíveis” e diversificadas ofertas do mercado,

Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto [...] se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a auto-estima - assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos. (BAUMAN, 2008, p.74).

Com o fetichismo da mercadoria, característico da sociedade de consumo, portanto, o ser humano não compra o real, mas sim a transcendência que determinado objeto representa, ou seja, o produto passa a ter um valor simbólico, sendo, por isso, reconhecido como algo quase que sublime, digno de adoração. Isso nos leva a querer ter mais coisas o tempo todo. E como a oferta de produtos é ilimitada, os anunciantes nos dizem, insistentemente, que precisamos comprar mais e mais, para manter a máquina do consumo a todo vapor. Nesse momento, é preciso não esquecer o grande conselho do jornalista, cartunista e escritor brasileiro Millôr Fernandes (1923-2012): “O importante é ter sem que o ter te tenha”. Portanto, não sermos possuídos por aquilo que possuímos, não sermos propriedade do que somos proprietários.

De fato, o fetichismo da mercadoria se apresenta como um marcante fenômeno da sociedade capitalista mundializada. Assim, na visão de Barret e Cavannagh (apud Chesnais, 1996, p.40), a civilização do capitalismo mundializado é a civilização do “bazar cultural mundializado” e do “shopping center global”, que estabelecem novos hábitos de vida, baseados, sobretudo, na chamada “americanização” dos costumes, que, numa sociedade controlada pela racionalidade econômica do mercado, estimula, a todo instante, a prática do lema “compro, logo existo”.

Nesse contexto, a regra que vale para qualquer produto do mercado capitalista contemporâneo, vale, também, para a mercadoria informação-fetice, cujo fetichismo peculiar faz com que ela brilhe como se tivesse vida própria, fosse um valor-em-si, e não de troca.

A bem da verdade, hoje, a fetichização da mercadoria carrega uma acepção tão forte, que, talvez, não fosse imaginada nem por Marx quando este, inicialmente, trabalhou tal conceito.

3 O PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SOCINFO) NO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para se compreender a problemática que envolveu a instalação, no Brasil, do Programa Sociedade da Informação, lançado em 15 dezembro de 1999, pela Presidência da República, através do Decreto nº 3.294/99, precisa-se reforçar o seu objetivo, que era:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, **ao mesmo tempo**, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. (TAKAHASHI, 2000, p.10, grifo do autor).

Pelo Art.1º do decreto supramencionado, então, “Fica instituído o Programa Sociedade da Informação, com o objetivo de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1999).

A estrutura organizacional do SOCINFO compreendia: um Conselho, composto por representantes de entidades do governo, da indústria, da comunidade acadêmica e da sociedade; uma Coordenação Executiva, apoiada em um Núcleo de Suporte; um Comitê de Gestão/Execução Interna, composto por diretores de unidades e agências do Ministério da Ciência e Tecnologia. (TAKAHASHI, 2000, p.12-13).

Como se percebe, a grande “promessa” desse Programa era permitir o acesso da população brasileira às TIC, proporcionando a inclusão social via inclusão digital, bem como contribuir para o incremento da competitividade do país no mercado globalizado.

De acordo com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, a missão do Programa Sociedade da Informação, ao qual o Governo Federal destinou R\$3,4 bilhões, previstos no orçamento do Plano Plurianual 2000-2004, consistia em

[...] articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na sociedade mediante a pesquisa, desenvolvimento e ensino, oferecendo novos serviços e aplicações na Internet, garantindo vantagem competitiva e a inserção da empresa brasileira no mercado internacional. O programa pretende estabelecer uma estratégia para inserção da sociedade brasileira na Sociedade da Informação, vale dizer, na era da informação globalizada. (REDE, 2000a).

Conforme afirma Pedro (2010, p.114, grifo da autora),

O tema da **inclusão** na sociedade digital tem sido problematizado a partir de sua inserção em um terreno político mais amplo, entendendo que os avanços tecnológicos comportam certo paradoxo: eles não geram apenas sujeitos mais aptos a lidar com o mundo, mas sobretudo grande percentual de excluídos, sobretudo a partir da estreita relação entre tecnologia e capital. Essa percepção engendra a necessidade de propor estratégias e políticas para incluir os “excluídos digitais” – que são, igualmente, “excluídos sociais” – buscando ao menos evitar que as desigualdades sociais aumentem ainda mais [...].

Por isso, para se estabelecerem estratégias de inclusão social e digital, é preciso considerar a pobreza que assola o planeta e que reduz, ao mínimo, as condições de sobrevivência daqueles por ela atingidos. Ao entender que a “globalização” é um processo irremediável e irreversível, em que “a distância é um produto social [e que] sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida”, Bauman (1999, p,19) percebe este processo, com seus efeitos sobre a economia, a política, as estruturas sociais, e até sobre nossas percepções de tempo e espaço, como um movimento paradoxal: beneficia muito poucos e deixa de fora ou marginaliza a maior parte da população mundial. Assim, não se supõe em tempos do capitalismo atual, um Estado que vise a uma política fechada, que não vislumbre o mercado global. Por certo, o nosso país não está fora deste contexto.

Diante, pois, de tal panorama, a execução do SOCINFO, conforme Takahashi (2000), pressupunha o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil, desdobrando-se nas 7 (sete) Linhas de Ação, elencadas a seguir, mas, posteriormente, ampliadas no terceiro capítulo (item 4) desta tese. São elas:

- a) **mercado, trabalho e oportunidades;**
- b) **universalização de serviços para a cidadania;**
- c) **educação para a sociedade da informação;**
- d) **conteúdos e identidade cultural;**
- e) **governo ao alcance de todos;**
- f) **P&D, tecnologias-chave e aplicações;**
- g) **infra-estrutura avançada e novos serviços.**

Conforme explicitado em Takahashi (2000, p.12, grifos nossos), a fase de implantação do SOCINFO, ao longo do ano de 2000, previa o seguinte:

[...] a elaboração de uma primeira proposta detalhada de Programa, no chamado Livro Verde (até agosto); **um amplo processo de consulta à sociedade** (de agosto a outubro); a consolidação, em um **Livro Branco**, de um plano definitivo de atividades para o Programa, a partir da incorporação ao Livro Verde das idéias e opiniões colhidas no processo de consulta (novembro).

Assim, o Grupo de Implantação (articulador de consultas e atividades por intermédio dos 12 Grupos Temáticos, que realizariam estudos detalhados, envolvendo mais de uma centena de especialistas, provenientes do governo, da academia, do setor privado e do terceiro setor), além da elaboração do Livro Verde, responderia, ainda, pelo processo de consultas públicas sobre o próprio Livro Verde e pela proposta final a ser exposta num certo Livro Branco, como veremos mais adiante. (TAKAHASHI, 2000, p.13).

O SOCINFO partiu, então, de um “vasto consenso” sobre a importância e a necessidade de se desenvolverem políticas públicas de inclusão digital que orientassem as ações do governo e da sociedade. Nesse sentido, vale considerar a opinião de Silva (2001, p.37), segundo a qual

[...] toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e equidade social.

Pensar, então, em políticas públicas é considerar o processo que as envolve, incluindo sujeitos, interesses e racionalidades, que deve ser entendido como uma ação planejada (antes, durante e depois), compreendendo três movimentos importantes: formulação (os que planejam), implementação (os que agem) e avaliação (os que analisam). Importante frisar a noção de planejamento como o contrário da improvisação, já que, conforme Ferreira (1979, p.15), “uma ação planejada é uma ação não improvisada; uma ação improvisada é uma ação não planejada”. Silva (2008, p.92) esclarece que o processo das políticas públicas se refere a “[...] um conjunto de atividades que configuram movimentos, não lineares, mas articulados, interdependentes e, às vezes, concomitantes”.

Sob a ótica de Bucci (2002, p.241), “Políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados.”

Conforme Heidemann e Salm (2009, p.37), “[...] o processo de políticas públicas estriba-se em informações pertinentes usadas pelos tomadores de decisão. Decisões e informações, portanto, caminham juntas. Quem delibera precisa de informações pertinentes e relevantes [...]”. Aqui, é realçada a importância da informação no processo das políticas públicas.

Em todo esse movimento, assim como aconteceu com o Programa sob análise, para que uma situação problema entre para a agenda pública de um país, é necessário ser reconhecida como uma questão merecedora de atenção por parte do poder público.

Conforme bem nos explica Rodrigues (2010, p.47-50),

A primeira atividade de governo refere-se à formação da *questão* a ser resolvida. Nessa etapa da política pública, o governo decide enfrentar determinado problema e buscar algum tipo de solução (ou conforto) para uma situação que produz privação, necessidade ou não satisfação. [...] O segundo estágio do processo das políticas públicas diz respeito à formação da agenda. Nesse momento, o problema [...] torna-se uma questão política (*issue*) – isto é, adquire status de “problema público” – e as decisões sobre esse problema resultarão, efetivamente, no desenho de políticas ou programas que deverão ser implementados. [...] No estágio seguinte, o da formulação de políticas públicas, a discussão passa a girar em torno do desenvolvimento de cursos de ações aceitáveis e pertinentes para lidar com determinado problema público. Nesse momento, o governo traduz a questão que entrou na agenda pública em política (isto é, desenha o programa/política e apresenta a proposta para solucionar a questão), definindo seus objetivos e marcos jurídico, administrativo e financeiro *a priori*.

Ao se avaliar um programa da estatura do SOCINFO, não se pode deixar de focalizar uma categoria extremamente importante para tal abordagem, assim como as demais categorias analíticas utilizadas nesta tese: a ideologia.

A temática ligada à definição de ideologia e ao uso ou não dessa categoria, por promover debates e embates, é tema de largas polêmicas, tanto nos círculos acadêmicos como em organizações e partidos políticos.

Ideologia e poder, no contexto da filosofia política, apresentam-se como termos indissociáveis. Ainda que sejam visualizados no âmbito da vida privada, é no cenário da vida pública que ideologia e poder se manifestam, de modo mais intenso, e transbordam. Assim, “[...] não existe Poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p.934). Na verdade, o fenômeno do poder e das relações de comando e obediência não se exaure no fato político. Ao contrário, o poder político se enquadra no campo mais

amplo do poder social, ou seja, as probabilidades de se impor a outrem a própria vontade alcançam todos os setores da vida coletiva.

Através de toda a história, a ideologia tem desempenhado papel importante no processo de readaptações estruturais. A reprodução bem sucedida das condições de domínio não poderia ocorrer sem a intervenção ativa de poderosos fatores ideológicos em prol da manutenção da ordem ou do estabelecimento de uma nova ordem. Naturalmente, a ideologia dominante tem forte objetivo e diretriz, como o interesse em preservar seu *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e salvaguardadas.

Uma ideologia, qualquer que seja ela, apresenta-se como o real; uma ideologia, quando ganha corpo, se impõe à grande maioria das pessoas como uma evidência, às vezes, como uma camisa de força.

A sociedade do capital se caracteriza pela contradição entre vida privada e vida pública; contradição esta que vem se acirrando no mundo contemporâneo, o que tem levado indivíduos a escolhas ideológicas que fortalecem a sociedade baseada no mercado e na democracia liberal, pois a sociedade do interesse particular impera. Sob os auspícios da ideologia, no corrosivo mundo do capitalismo, ainda que não acreditemos em igualdade, pelo menos devemos crer em dignidade para todos.

Seja qual for o ângulo através do qual se olhe, porém, a ideologia necessariamente tem um lado real. No mínimo, é necessário dizer que a ideologia codifica desejos e necessidades reais. Se não tivesse nenhuma ligação com o mundo real, não serviria para codificar o dia a dia de milhões de pessoas. Provavelmente, seria pouco razoável afirmar que as pessoas agem de modo errático e aleatório. Daí o grande interesse dessa categoria de análise para a pesquisa científica, notadamente no contexto da pesquisa social.

Isto se aplica, portanto, ao desvendamento do real significado e intenção do SOCINFO, que pretendia viabilizar um novo estágio da Internet e suas aplicações no Brasil, tanto na capacitação de pesquisadores quanto na garantia de serviços avançados de comunicação e informação, mas com os olhos voltados para o mercado internacional, cujo maior beneficiário, conforme declarado pelo próprio programa, quando da sua formulação, seria “toda a sociedade brasileira”.

Cabe, aqui, observar que, conforme realça Duarte (2004, p.222),

Uma abordagem marxista em qualquer campo do conhecimento deve necessariamente articular-se à perspectiva da superação do capitalismo pelo socialismo e pelo comunismo. Isso não significa, porém, a negação pura e simples de tudo o que a sociedade capitalista tem produzido. Uma sociedade socialista deve ser uma sociedade superior ao capitalismo e para tanto ela terá que incorporar tudo aquilo que, tendo sido produzido na sociedade capitalista, possa contribuir para o desenvolvimento do gênero humano, para o enriquecimento material e intelectual da vida de todos os seres humanos.

As “sociedades da informação”, portanto, não são construídas de forma a desatar os rígidos nós que prendem os indivíduos à forma capitalista da riqueza humana, atados que são ao poder do mundo das mercadorias e do capital – itens estes desencadeadores de exacerbadas visões e comportamentos fetichistas, conforme evidenciado na teoria marxiana. Assim, ao não superarem a forma burguesa de riqueza baseada na lógica da atividade econômica capitalista, não se apropriam das formas mais elevadas de conhecimento, impedindo, dessa forma, que o homem, como genuíno ser social, ganhe a sua mais legítima riqueza.

Vinculado à noção de informação e de conhecimento, Alves e Batista (2010) nos apontam o “fetiche do capital intelectual”, fortemente presente nas “sociedades da informação”, que se apresenta como uma nova versão do fetichismo na era da mundialização do capital. Para tais autores, então, “[...] a premissa é que o conhecimento e a informação estão cada vez mais presentes em nossas vidas, pois aparecem embutidos em todos os produtos que usamos no cotidiano. Esse posicionamento reduz o conhecimento à forma útil, bem na perspectiva do capital [...]”. (ALVES; BATISTA, 2010, p.157).

Nesse sentido, Stewart (2002, p. 40) afirma que:

Capital intelectual é o conhecimento que transforma as matérias-primas e as torna mais valiosas. As matérias-primas podem ser físicas – o conhecimento da fórmula da Coca-Cola é o ativo intelectual que converte uns poucos *cents* de açúcar, água, dióxido de carvão e flavorizantes artificiais em algo pelo qual se paga um dólar ou mais. Por vezes, as matérias-primas também são intangíveis, como a informação; um advogado, por exemplo, analisa os fatos do caso (matéria-prima), interpreta-os com base em seus conhecimentos da legislação pertinente (ativo intelectual) e produz um documento jurídico (*output* cujo valor é superior aos *inputs*, ou os fatos do caso em si). A idéia é simples, mas importante, pois, lembrando-se de que os ativos fixos transformam matérias-primas, tornando-as mais valiosas, começa-se a compreender o que é e como funciona o capital intelectual.

Ao visualizar as “sociedades da informação”, e considerando que dados geram informação, que gera conhecimento, que gera sabedoria, para esse mesmo

autor, portanto, “conhecimento não é soma, é agregação, interação, acumulação.” (STEWART, 2002, p.31).

Sem desconsiderar todo esse contexto, a realidade, no entanto, vem mostrando, ao longo do tempo, que as “sociedades da informação” - contrariando o vivo e vibrante pensamento revolucionário de Marx -, não são construídas de forma altruísta, visando ao desenvolvimento livre e universal dos seres humanos. De modo oposto, subjuga-os, cada vez mais intensa e duramente, ao domínio do capital, para garantir a expansão deste. “É por isso que os indivíduos sentem que a sociedade exige um ‘sacrifício da finalidade humana em si mesma em favor de uma finalidade externa.’” (MARX, 1993, p.488 apud DUARTE, 2004, p.240). Considerado um dos mais completos pensadores da sua época histórica, basicamente o século XIX, em termos de análise do sistema capitalista, a forma como Marx interpreta a produção e a circulação de mercadorias, bem como a acumulação de riqueza e capital, é incomparável. Ademais, ao desenvolver o conceito do materialismo histórico, para o nosso filósofo, todo o desenvolvimento humano guarda uma relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas e da evolução da sociedade.

De fato, por se vincularem e se submeterem fortemente às regras e interesses do sistema capitalista, o ideal marxiano, pelo que se observa, não é alcançado pelas “sociedades da informação”, em função da marcante vocação mercantilista de que suas estruturas são constituídas e alimentadas. Além disso, tais sociedades são nitidamente devotadas aos movimentos do mercado globalizado, para garantirem, dessa forma, a visibilidade e a lucratividade advindas da projeção internacional dos países aos quais são atreladas.

Nesse sentido, é de fundamental importância lembrar que

Marx via o mercado internacional como o lugar por excelência do capital, como o destino das relações de produção capitalistas e, também, como o resultado delas. O Manifesto traz a seguinte afirmação: “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pelo descobrimento da América.” (Marx e Engels, 1848, p.79). A convicção de que o desenvolvimento do capitalismo modifica a relação da sociedade com o espaço é o ponto de partida para a compreensão das mudanças contemporâneas que se traduzem nos fenômenos da globalização e da integração econômica. (TAUILE; FARIA, 1999, p.166).

É, pois, com essa orientação, que, numa perspectiva crítica sobre a “globalização” e seus desdobramentos, de cujo processo se consoma, no plano mundial, a complexa trama do poder, que seguiremos, nesta tese, com a avaliação política do Programa Sociedade da Informação no Brasil, neste caso particular, sob

a égide do neoliberalismo – a própria expressão ideológica do processo de “globalização”.

3.1 A gênese do SOCINFO no alvorecer do século XXI

O interesse dos países, hegemônicos ou periféricos, em se transformarem em “sociedades da informação”, está claro, é, no contexto do capitalismo, utilizar a informação como um meio de melhorar seus perfis de competitividade em um mercado mundial cada vez mais exigente e competitivo. Por isso, numerosos países planejam e se empenham, além do que, às vezes, podem, no sentido de se converterem em “sociedades da informação”.

Assim, a despeito do enorme investimento necessário para tal, assistiu-se, com o raiar de um novo século, a um brusco incremento de decisões políticas que se referiam à criação de “sociedades da informação”. Para tanto, era preciso investir numa mercadoria reconhecida como um potente vetor da riqueza capitalista – a informação. Daí a necessidade de se observar essa mercadoria mais de perto, dentro do regime de produção que rege as sociedades capitalistas.

Esse novo tipo de sociedade cabe muito bem na expressão “sociedades pensantes”, usada por Lévy (1996, p.110), quando afirma que “Os sistemas inteligentes são ‘holográficos’ e os grupos humanos são os mais ‘holográficos’ dos sistemas inteligentes.”⁸ Nessas sociedades, ao se utilizarem dispositivos tecnológicos para se tráfegar nas “supervias da informação”, a inteligência toma uma dimensão coletiva. O moderno mundo capitalista supervaloriza o papel estratégico das TIC, bem como as relações entre informação e conhecimento, na busca de consecução do milenar objetivo de chegar ao poder e, em lá chegando, nele perpetuar-se.

Nessa perspectiva, como em Instituto (1998, p.28),

Em um ambiente de alta conectividade, onde os atores dependem fundamentalmente do conhecimento cada vez mais parcial para tomada de decisões, em face da impossibilidade de desenvolver uma visão completa de um determinado campo, é muito forte a noção de inteligência coletiva, na qual o conhecimento e a capacidade de criação local são ampliados pela

⁸ Holografia é um método de registro integral da informação (conteúdo ou imagem) em três dimensões, pelo uso da luz, principalmente o laser. O conceito foi criado em 1948, pelo húngaro Dennis Gabor, vencedor do Prêmio Nobel de Física de 1971, e, hoje, se expande, com as mais diversas utilidades e aplicações.

participação de cada ator em uma rede de, possivelmente, milhares de pessoas. Mesmo em ambientes mais restritos, como empresas ou pequenos grupos de pessoas, o saber e interesses coletivos se sobrepõem, por meio da conectividade, ao pensamento e interesses individuais.

Assim, conforme as palavras de Moore (1999, p.94-95),

À medida que nos aproximamos do final do século vinte, as sociedades do mundo inteiro estão em plena evolução. Em diferentes países, a informação desempenha um papel crescente na vida econômica, social, cultural e política. Este fenômeno existe independentemente do tamanho do país, seu nível de desenvolvimento ou sua filosofia política. [...] A criação de sociedades individuais de informação se insere em um processo muito mais amplo, um processo internacional de mudança. Isto se deve, em parte, ao fato de que os sistemas de informação têm um alcance mundial, ou ao menos internacional: os sistemas de difusão por satélite não conhecem fronteiras nacionais; as redes de telecomunicações ligam entre si países e continentes; a rede Internet é o exemplo por excelência de um sistema mundial.

E, assim, na chegada do ano de 2000, considerado o Ano Internacional da Cultura da Paz, pelo menos um alívio para o mundo: o “*Bug do milênio*” ou “*Bug Y2K*”⁹ não ocorreu. Para evitar tal desastre, que traria ao mundo prejuízos incalculáveis, governos e empresas gastaram bilhões de dólares. Como em tantos países, no Brasil, também, essa ameaça era assustadora, principalmente, pela expectativa do governo brasileiro de fazer deslanchar, a partir do novo milênio, sob a supremacia das TIC, o desenvolvimento tecnológico no nosso país, dando origem a uma onda de crescimento econômico.

Quando se pensa no SOCINFO, nascido no limiar do ano de 2000, para se entender o seu desenho e a sua dinâmica, é importante focalizar o momento da entrada de tal programa na agenda pública brasileira, em pleno governo do presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁰.

As principais marcas do governo FHC foram a consolidação do Plano Real, criado no governo do presidente Itamar Franco, em 1994, a introdução de programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás etc.), além de profundas reformas econômicas que produzem efeitos até os dias de hoje. Promoveu a “reforma” do Estado e inúmeras privatizações (Embraer, Vale do

⁹ “*Bug do milênio*” ou “*Bug Y2K*” refere-se a um efeito que levaria computadores e sistemas informatizados a “pensar” que o ano depois de 1999 seria 1900.

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 1931-), professor, sociólogo e político brasileiro, cofundador, filiado e presidente de honra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Atualizando o seu perfil, desde 10/09/2013, esse nosso ex-presidente da República é o ocupante da cadeira 36 da Academia Brasileira de Letras - ABL. FHC foi presidente do Brasil por dois mandatos: o primeiro, de 1995 a 1998; e o segundo, de 1999 a 2002.

Rio Doce, Telebrás etc.). Aliás, “[...] no governo de Fernando Henrique as privatizações adquiriram prioridade, sendo realizadas reformas constitucionais para permitir a inclusão nesse processo de empresas de telecomunicações, eletricidade, gás e petróleo.” (SILVA, 2003, p.84).

Como aponta Corrêa (2010, p.122),

Com o fim da União Soviética, a ideia de que o capitalismo venceu tornou-se objeto de obsessão do modo de produção capitalista que ora festejava a sua globalização. E a ideia de que não havia alternativa a este modo de produção levou o sucessor de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, a incorporar e converter-se à ortodoxia neoliberal, a afirmar que não se tratava de ser ou não ser explorado, mas de *como* ser explorado.

Para o reconhecido jornalista e escritor brasileiro Carlos Heitor Cony (1926-), “A prioridade de FHC, além de sua reeleição, é típica de um guarda-livros provinciano, confundindo a nação com uma empresa que tem necessariamente de dar lucro contábil.” (CONY apud MAURO; PERICÁS, 2001, p.31).

Sob a crítica visão de Silva (2003, p.75),

As opções do governo FHC não podem ser justificadas apenas sob o prisma econômico. São, essencialmente, decisões políticas de apoio incondicional às orientações neoliberais, sustentadas por uma coalizão de poder de centro-direita, em que muitos dos seus membros são oriundos dos governos militares. Afinal, o apoio das classes burguesas ao candidato FHC ocorreu pela sua postura político-ideológica.

Assim, foi, de fato, sob o manto do neoliberalismo, que, em 1998, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), retomou o processo de discussão sobre o Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação, iniciado em 1996, e, após uma “ampla discussão com a sociedade”, ouvindo cerca de 150 especialistas em todo o país, distribuídos em 12 (doze) Grupos de Trabalho, orientados por Temas (Grupos Temáticos – GT), foi lançado, em setembro de 2000, o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, tendo por organizador Tadao Takahashi, um reconhecido *expert* em tecnologia, tido como o “Pai da Internet no Brasil”, por ter planejado e conduzido a implantação da Rede no nosso país.

A partir, portanto, da publicação de tal documento, a expectativa do MCT, era que o Brasil fundasse, acreditasse e investisse, de modo pleno e intensivo, numa cultura informacional própria - forte e integradora -, promovendo a tão almejada democratização da informação em todo o nosso território, algo que viria, “naturalmente”, a reboque da instalação de uma “sociedade da informação”

genuinamente brasileira. Tudo isso sem nunca se afastar da certeza de que a informação pressupõe a comunicação.

Quando o SOCINFO adentra a agenda nacional, pelas portas do Ministério da Ciência e Tecnologia, na gestão do então Ministro do MCT, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg (1940 -), no ano de 2000, que inaugurou o século XXI, FHC cumpria o segundo mandato do seu governo, de perfil neoliberal, por defender os interesses do capital estrangeiro, dos industriais e dos banqueiros, por transferir para a iniciativa privada o patrimônio público através da venda de empresas estatais, por eliminar direitos trabalhistas e por prosseguir com uma política econômica equivocada, que prejudicava as camadas populares mais pobres. Tudo isso era cumprido sob os auspícios do Programa Avança Brasil, criado por FHC, seguindo o princípio da Boa Governança, para estabelecer as metas do segundo mandato do seu governo (1999-2002).

O Avança Brasil reunia o conjunto de prioridades que, segundo o próprio presidente, faria o país ser transportado para o século XXI com as condições básicas para avançar num projeto de desenvolvimento voltado para o bem-estar e a melhoria da vida dos brasileiros.

O governo, pelo Avança Brasil, organizou o programa de investimentos do país, a partir de eixos nacionais de integração e desenvolvimento, divididos em 4 (quatro) grandes setores (CARDOSO, 1998): desenvolvimento social (“Brasil mais justo”); infra-estrutura econômica (“Brasil mais forte”); **informação e conhecimento (“Brasil mais competitivo”)**; e meio ambiente (“Brasil preservado”).

No raciocínio de Carvalho (2007), o SOCINFO, que abriga a política pública mais importante para a área de tecnologia, informática e comunicações no Brasil, foi elaborado por “encomenda” e de forma apressada. Ao convidar cerca de 150 especialistas de todo o País para integrarem os 12 Grupos de Trabalho, o Grupo de Implantação do SOCINFO, coordenado por Takahashi, deixou de ouvir a sociedade brasileira, por meio de consultas ou audiências públicas. Percebe-se, assim, que o SOCINFO compôs uma agenda formal, e não sistêmica, segundo o modelo *bottom down*¹¹, preconizado por Dye (2005) e defendida pelos institucionalistas ou elitistas, onde o Estado é entendido como o modelador da

¹¹ Estratégia no campo de formulação de política que considera o estabelecimento de agenda a partir de ações derivadas de cima para baixo, indicando que a motivação original é proveniente de esforços pessoais ou corporativos, como elites políticas e o próprio Estado. (SILVA, 2008, p.93-94).

sociedade. Ao destacar a ação das elites políticas quando da concepção do SOCINFO, Alencar (2013, p.47), assegura que “a burocracia estatal desenvolveu papel essencial na formulação dessa política.”

De fato, não há registros que comprovem que, em algum momento, a população brasileira, como um todo, tenha sido consultada sobre a formulação do SOCINFO, esse programa pautado no novo paradigma informacional, que, naquele momento, tanto interessava ao Estado brasileiro. No Anexo A, podemos ver a equipe de formuladores do programa sob análise.

Nesse sentido, numa promessa vaga de debate do SOCINFO com a nossa sociedade, na apresentação do Livro Verde, o ministro Sardenberg - um experiente diplomata de carreira -, assim se “comprometeu”:

O Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil está agora sendo lançado para ampla divulgação e debate entre os demais Ministérios, o setor empresarial e a comunidade científica. Nos próximos meses, as idéias aqui apresentadas deverão também ser debatidas com os segmentos interessados da sociedade brasileira. Com a consolidação das contribuições resultantes da **discussão pública**, será possível abrir caminho para a definição das linhas políticas e ações estratégicas que serão implementadas. (TAKAHASHI, 2000, p.v, grifo nosso).

Arretche (2001, p.46-47), ao focalizar a importância da etapa de formulação de programas públicos de cunho social, que deve se revestir de grande responsabilidade, esclarece que

Não são todas as instâncias da máquina estatal que têm autoridade para criar programas; ao contrário, a possibilidade de formulá-los supõe uma dada inserção institucional em cargos que confirmam algum nível de centralização de autoridade. Os objetivos e estratégias de um programa expressam, portanto, as decisões e as preferências de uma autoridade central (em qualquer nível em que esta autoridade esteja inserida). [...] Um programa é, então, o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos agentes. É claro que, nessa cadeia de interações, a concepção original, tal como apresentada na formulação, é, sem dúvida, muito importante, porque as decisões tomadas durante essa fase já excluíram diversas alternativas possíveis.

A RNP informa que, em 9 de agosto de 2000, foi entregue, ao ministro da Ciência e Tecnologia, uma versão sintética do Livro Verde, para ser apresentada durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul. Assim,

No encontro de presidentes da América do Sul, ocorrido entre 31 de agosto e 1º de setembro [de 2000], o governo brasileiro entregou aos líderes dos países uma versão reduzida em espanhol do Livro Verde. O objetivo era apresentar o programa brasileiro para as Tecnologias da Informação, proporcionando uma maior integração entre os vizinhos sul-americanos. (REDE, 2000b).

Tal iniciativa, pelo que se observa, carregava o tom, além da suposta “integração”, também do “incentivo” e do “exemplo” entre os países sul-americanos, mostrando que o SOCINFO não era um programa particular ou isolado do maior país integrante do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Ao fazer tal divulgação, numa “sutil” estratégia política, o Brasil, além de si próprio, também ajudaria a fortalecer, estimular e projetar esse bloco econômico no cenário comercial do planeta. Como se sabe, o Mercosul foi criado em 26 de março de 1991, não se detendo apenas a fatores econômicos, mas, também, a fatores sociais e culturais.

Sob a ótica de Alencar (2013, p.48), então,

[...] o Programa [Sociedade da Informação] foi elaborado muito mais para criar condições para um ambiente regulatório das TIC, com vistas aos investimentos privados internos e externos, ao mesmo tempo em que se configura como um desdobramento das políticas de telecomunicações no período pós-privatização, ou seja, incorpora o espírito neoliberal que o Estado Brasileiro adotou nas últimas décadas. Enfim, não foi uma demanda do conjunto da classe expropriada que procura o acesso à informação que provocou a constituição de uma agenda no país para a inserção do Brasil na discutida sociedade da informação, mas o suporte ideológico neoliberal e a dinâmica estrutural do capital que consolidaram, no Governo FHC e, posteriormente, nos governos que o sucederam, o novo modelo de acumulação orientado para a modernização e a inserção da economia brasileira no mundo globalizado.

Seguindo o pensamento de Fernandes (1991, p.165-166), que diz ser necessária a definição do termo informação para o estudo da economia da informação (expressão surgida na literatura econômica a partir de 1960), observam-se, abaixo, alguns conceitos citados por esse estudioso, com base em diversos autores:

Informação é todo o esclarecimento que se possa dar a qualquer pessoa sobre o que ela indaga. O conhecimento em qualquer forma através da qual possa ser transferido; A informação é vista como um produto/serviço ou até mesmo um recurso, porém único, de natureza específica e características muito próprias; A informação é multiplicável - quanto mais for utilizada, mais útil ela se torna; o limite básico é a idade biológica das pessoas e grupos; A informação é substituível, ela pode substituir outros recursos como dinheiro, pessoas, matéria-prima, etc. A informação é difusiva - ela tende a se tornar pública, mesmo que nossos esforços sejam em contrário. A informação é compartilhável - bens podem ser trocados, mas, na troca da informação, o vendedor continua possuindo o que ele vendeu.

Reconhecendo o atual papel determinante da informação, e o consenso a respeito da necessidade de possui-la, bem como de dominar os meios de produzi-la e veiculá-la, Bianchetti (2001, p.48-49), declara que

Durante milhares de anos a informação representou um papel importante, predominantemente no campo das estratégias políticas. [...] Porém, nada se compara ao papel estratégico atribuído à informação nestes últimos anos, nos quais é clara a supremacia do capital financeiro. Hoje, além do aspecto político, a valorização econômica da informação é cada vez mais evidente. O uso mercantil da informação, ou indo mais direto, a sua transformação em mercadoria, redimensiona toda a relação com o estoque de informações, com o possuidor – tanto humano quanto mecânico – e com os meios, provocando e conformando transformações no processo de produção e circulação. Podemos afirmar que a informação apresenta a dupla face de constituir-se como esfera produtora de mercadorias, mas também de entrar na esfera da circulação, ela própria, enquanto mercadoria. [...] Como decorrência das transformações produtivas, técnicas e organizacionais e com o suporte das novas TICs, tudo se torna informação e esta se transforma numa mercadoria comercializável como outra qualquer. Mais do que nunca, [...] a informação deixou de ser um meio para alcançar outros fins, tornando-se um fim que se explica e se justifica em si mesmo.

Convencida (ou deixando-se convencer) de que a informação pura e simples não gera transformação, a equipe multidisciplinar que compôs o SOCINFO, entusiasmada com o debate internacional e nacional sobre a “sociedade da informação” - essa temática tão “moderna”, tão “contemporânea” e, principalmente, tão lucrativa -, precisava trabalhar, à luz das TIC, a informação que gera conhecimento, que gera transformação, que é vetor de mudança. O problema é que esse “promissor” Programa teria que ser formulado dentro do cerco ideológico da hegemonia neoliberal, a “plenos pulmões”, na visão do governo, mas, de fato, já em arrastado declínio, notadamente na segunda gestão de FHC.

“A Sociedade da Informação permitirá o avanço na direção de se colocar a ciência em prol do bem-estar da sociedade”. Esta foi uma das frases do discurso do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, ao lançar o programa SOCINFO. E, complementando a sua empolgada fala, afirmava que, depois de quase um ano de trabalho, a sociedade poderia participar da elaboração do programa, pois o Livro Verde, documento que indica as diretrizes para a sociedade da informação no Brasil, começaria a ser discutido no país.

Entenda-se, portanto, que o Livro Verde, contendo uma primeira versão bem detalhada do Programa, serviria de base para um processo de “consulta à sociedade”. Ao final desse processo, então, já com as opiniões e sugestões reunidas numa espécie de “plataforma de reivindicações”, deveria ser consolidado o Livro Branco, com um plano definitivo de atividades para o Programa. Assim, sugestões, críticas e contribuições, advindas da divulgação do Livro Verde e da simultânea “consulta pública” à sociedade, poderiam ser encaminhadas através do próprio *site* do programa (www.socinfo.org.br). Cada contribuição, que ganharia um número de

protocolo, seria avaliada e respondida pelo grupo técnico do Livro Verde, com publicação no próprio *site*. O Livro Verde era, pois, uma proposta inicial de diretrizes, instruções, linhas de ação e atividades para o Programa.

Ocorre que, contrariando o cronograma previamente estabelecido para tal, isto é, novembro de 2000, conforme já citado, o Livro Branco, um documento de 80 páginas, portanto, bem mais enxuto que o Livro Verde, foi lançado, pelo MCT, órgão central do sistema federal de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) somente em junho de 2002.

O “democrático” objetivo do Livro Branco era, então, conforme registrado,

[...] apontar caminhos para que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) possam contribuir para a construção de um País mais dinâmico, competitivo e socialmente mais justo. Para tanto, é necessário formar e consolidar, em um ambiente estimulante e indutor da inovação, um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação cuja base científica e tecnológica seja internacionalmente competitiva, ampla, diversificada e nacionalmente distribuída. Deve abranger as aplicações sociais e a participação dos setores público e privado. (BRASIL, 2002, p.21).

E como informação complementar, o Livro Branco esclarecia que

O ano de 2012 é o horizonte temporal deste Livro, que está estruturado em quatro seções centrais [...]. Na primeira, à luz da análise dos riscos e oportunidades associados às transformações econômicas e tecnológicas que vêm marcando a sociedade contemporânea, examinam-se os principais desafios para a consolidação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, necessário para que o País possa criar condições de desenvolvimento sustentável. Na segunda seção, apresentam-se os objetivos de uma proposta de política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o horizonte considerado. Na terceira, são estabelecidas as bases para a formulação de diretrizes estratégicas a partir de uma análise do esforço nacional já realizado nas últimas décadas. Na quarta seção, é explicitado um conjunto de diretrizes estratégicas com vistas às ações necessárias para que se alcancem os objetivos da política proposta. (BRASIL, 2002, p.21).

Assim, contendo uma proposta estratégica para os 10 (dez) anos posteriores, isto é, de 2002 a 2012, com o fito de nortear a consolidação do Sistema Nacional de CT&I, o Livro Branco enfatizava a necessidade do fortalecimento das interfaces entre os setores público e privado, mediante o reconhecimento da importância do trinômio Ciência-Tecnologia-Inovação na construção das sociedades modernas. Ao considerar o conhecimento a variável-chave do desenvolvimento, a transformação desse conhecimento em riqueza para “todos os brasileiros” seria o grande desafio da política em questão. Ou seja, uma política com “ampla base democrática”.

Fato é que, no Brasil, se é que vivemos num Estado democrático de direito, não vivemos num Estado democrático de fato. E quando falta democracia, falta igualdade de condições. O Estado brasileiro, de democracia incipiente, ou, como prefere o próprio FHC, “insuficiente”, ao acionar o funcionamento da sua pesada máquina pública através dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, não pode se manter encastelado, distante da sociedade civil e apartado da questão democrática; enfim, fazendo muito pouco ou quase nada por sua sacrificada população.

Nesse sentido, cumpre ao Estado, ao definir a sua política de informação, um papel significativo, como regulador e provedor de recursos que viabilizem o acesso à informação - tanto pública quanto governamental. Para isso, a articulação do poder público com a sociedade civil é de fundamental importância, apoiada que deve ser pelos binômios comunicação-informação e convergência de fluxos de informação-recursos tecnológicos.

Na Apresentação do Livro Branco, Fernando Henrique Cardoso, reforçando a sua dedicação ao ideário neoliberal, registrou: “[...] empenhamo-nos na premente tarefa de assegurar a melhor inserção do Brasil na C&T global, com repercussão também no plano político e econômico internacionais.” (BRASIL, 2002, p.vi).

Num discurso plenamente afinado com o de FHC, o ministro Sardenberg, no Prefácio da referida publicação, sentenciou:

Não é aleatória a ênfase conferida, nos últimos anos, à inovação. Na verdade, nesta virada do século XXI, em que emergem as chamadas Economia do Conhecimento e Sociedade da Informação, levantamos a bandeira da Inovação. Ao elaborarmos o Projeto de Lei da Inovação e elegermos 2002 o Ano da Inovação, procuramos superar barreiras históricas que obstruem o processo inovativo no País, de maneira a beneficiar não apenas a inserção da CT&I no panorama econômico brasileiro, mas também a inserção mais favorável de novos produtos e serviços nacionais no mercado externo. (BRASIL, 2002, p. xi).

Note-se que o Livro Branco se baseia nos resultados da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Brasília, no período de 18 a 21 de setembro de 2001, evento este promovido, em parceria, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CEGE do MCT e pela Academia Brasileira de Ciências – ABC. No extenso documento de 160 páginas, que se refere à memória da citada Conferência, em seu discurso de abertura do evento, FHC afirmou que

Há [...] muitas condições para olhar o futuro com confiança, porque aprendemos a avaliar as nossas necessidades de Ciência, Tecnologia e de Inovação. E o Livro Verde, que orienta o trabalho dessas conferências, é um bom exemplo, já que resulta, como todos sabem, de uma profícua troca de idéias entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo, os meios políticos e os setores governamentais. [...] Não há outro caminho para uma política científica e tecnológica legítima e consistente do que o caminho perseguido através do envolvimento dos cientistas, dos pesquisadores, dos empresários, dos políticos, da **sociedade em geral**, num grande esforço em conjunto. (MEMÓRIA, 2002, p.7, grifo nosso).

O ministro Sardenberg, em sua fala, assegurou, por sua vez, que

Desde o início dos esforços para a elaboração do Livro Verde da Ciência, Tecnologia e Inovação, instrumento de trabalho desta Conferência, sublinhamos a necessidade de instaurar e ampliar o **diálogo aberto**, de âmbito nacional, como mecanismo condutor de nossos trabalhos. Contamos, para tanto, com amplo e profícuo processo de **consultas e intercâmbio** com as lideranças políticas, o meio acadêmico e empresarial e com as diferentes esferas de governo – federal e estadual. (MEMÓRIA, 2002, p.17, grifos nossos).

Tal Conferência se apresentou, pois, sob a ótica do governo FHC, como uma grande contribuição para o debate sobre a inserção da Ciência, Tecnologia e Inovação na agenda da sociedade brasileira – um dos grandes desafios nacionais de nosso tempo. O que fica evidente, entretanto, é o não envolvimento da “sociedade em geral” nesse “diálogo aberto” com a população brasileira, tanto no Livro Verde quanto no Livro Branco.

Em todo esse contexto, questiona-se: qual a relação entre o Livro Verde e o Livro Branco brasileiros? Ao se analisarem seus conteúdos, observa-se que, se o primeiro foi bastante divulgado, bem detalhado e tido como a primeira e grande referência da política brasileira de informação por meio da inclusão digital, o segundo é um “ilustre desconhecido”, um pálido documento deambulatório e de pouco realce até para profissionais envolvidos com as áreas a ele atinentes. As TIC são, desse modo, nitidamente transferidas das linhas do Livro Verde para a entrelinhas do Livro Branco, ou seja, a partir dali, passam a ser meras coadjuvantes dos festejados sistemas de inovação, que, estes sim, pelo enfático tom do seu texto, cumprem papel decisivo nas economias capitalistas mais desenvolvidas.

Sobre a diferença, no âmbito das políticas públicas, entre “Livro Verde” e “Livro Branco”, informando, ainda, que a existência de um não implica necessariamente a existência do outro, a Universidade Lusíada, da cidade do Porto, em Portugal, esclarece o seguinte:

Livro Verde: Trata-se de um documento preparatório de consulta aos cidadãos, apresentado para discussão e debate público com o fim de orientação em relação a um determinado assunto. **Livro Branco:** Este documento comporta já uma série de possíveis medidas a tomar, apresentando já uma política detalhada para discussão e decisão política. (CDE, grifos do autor).

De outro modo, a esse respeito, dir-se-ia que, no caso do nosso país, o Livro Branco cumpriu apenas o papel de justificar a não realização da recomendada “ampla consulta” à sociedade brasileira - indispensável à formulação de programas sociais -, em face da pressa que o governo FHC tinha, por meio do SOCINFO, para inserir o Brasil no “todo-poderoso” mercado capitalista global.

Diante desse controvertido quadro, na opinião de Silva, Yazbeck e Giovanni (2011, p.21),

[...] verifica-se que o Governo Fernando Henrique Cardoso, ao eleger como prioridade absoluta o ajuste e a estabilidade econômica, como condição essencial para a implantação tardia do projeto neoliberal no Brasil, não deu a devida atenção à agenda social brasileira, durante seu primeiro mandato [...], situação que se prolongou ainda durante os dois primeiros anos de seu segundo mandato (1999-2002). Portanto, as questões sociais e seu enfrentamento, e nesse âmbito, as políticas sociais foram objeto de verdadeiro descaso.

Por assim ser, de acordo com Alencar (2013, p.43), “[...] percebe-se que o projeto Sociedade da Informação, no Brasil, está fortemente imbricado com o projeto neoliberal que orienta a sua atuação [...]”.

Empolgado, portanto, com as grandes transformações de toda ordem, decorrentes da revolução tecnológica da “era da informação”, FHC queria, sob a lamentável bandeira do neoliberalismo, ser reconhecido como o presidente que teve a iniciativa e a capacidade de implantar a “sociedade da informação” no Brasil, a despeito do que, num momento de coerência, ponderava Castells (2010, p.93-94):

A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios. À medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política. À exceção de uma elite reduzida de *globopolitanos* (meio seres humanos, meio fluxos), as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda do controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta.

Ora, com o crescimento econômico ilimitado e cada vez mais tecnológico, numa desesperada busca por lucros num mercado mundializado, a riqueza global é gerada a custo de um fator de produção cada vez mais dispensável, o trabalho humano, e também, convém acrescentar, dos recursos naturais do planeta.

Ainda assim, foi, portanto, com seus ávidos olhos neoliberais voltados para o novo paradigma econômico-tecnológico e para a “sociedade da informação” brasileira, que tão insistentemente queria inaugurar, que, no limiar do século XXI, Fernando Henrique Cardoso assinou o Prefácio do livro de Manuel Castells, de quem, diga-se, é amigo pessoal, intitulado “A sociedade em rede”, que analisa a dimensão social da Revolução da Tecnologia da Informação, descrevendo uma morfologia social baseada na centralidade da informação e no conhecimento. Em dois parágrafos desse Prefácio, onde, percebe-se, deixou claramente registrado o seu grande interesse pelo tema em questão, FHC assim escreveu:

Castells nos adverte, no fundo, de que é preciso levar a sério as mudanças introduzidas em nosso novo padrão de sociabilidade em razão das transformações tecnológicas e econômicas que fazem com que a relação dos indivíduos e da própria sociedade com o processo de inovação técnica tenha sofrido alterações consideráveis. [...] A análise de Castells desenha, assim, os contornos de uma sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação e na qual a divisão do trabalho se efetua, não tanto segundo jurisdições territoriais (embora isso também continue a ocorrer), mas sobretudo segundo um padrão complexo de redes interligadas. É nessa sociedade que vivemos e ela é a que devemos conhecer se quisermos que nossa ação seja ao mesmo tempo relevante e responsável. (CASTELLS, 1999a, p.II-III).

Conforme garante Mesquita (2013, p.40), aliás, o catalão Manuel Castells, impulsionado pela sua trilogia sobre “a era da informação” (v.1: “A sociedade em rede”; v.2: “O poder da identidade”; v.3: “Fim de Milênio”), é o quarto cientista social mais citado do mundo, segundo o *Science Citation Index – SCI*, a primeira e mais antiga (1961) base de dados multidisciplinar do *Institute of Scientific Information – ISI*, situado na Filadélfia – EUA, que indexa os principais periódicos referentes às áreas que cobre.

A despeito de ser exaustivamente citado mundo afora, incorporamos, nesta tese, a mesma opinião de Mattos e Santos (2009, p.118), que têm, em Castells, um devotado apologista da chamada “sociedade da informação” e tudo o que a envolve, pois o mesmo

[...] é [...] responsável pelo desenvolvimento de uma teoria laudatória acerca da “sociedade da informação”, marcada por destacado determinismo

tecnológico, baseando-se na idéia do capitalismo informacional. Segundo esse autor, o desenvolvimento das tecnologias seria algo revolucionário para a sociedade, que teria ocasionado o surgimento de uma nova fonte fundamental de produção e de poder, e que promoveria uma convergência de riquezas e oportunidades entre os diferentes países. Estaríamos vivenciando um momento de ruptura com o sistema capitalista, em que uma nova era estaria emergindo – a era da informação.

Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), um dos intelectuais marxistas mais respeitados do Brasil, sempre firme em sua luta pelo socialismo e pela democracia, inconformado com a insensatez do discurso neoliberal, manifesta-se da seguinte forma:

A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a idéia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressões desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida. (COUTINHO, 2012, p.122).

Na visão de Gorender (2013, p.,43), “[...] a ofensiva do neoliberalismo, tanto prática como teórica e ideologicamente, desde os fins dos anos [19]70, quer fazer com que acreditemos na falência do marxismo.”

Referindo-se ao “rolo compressor fernando-henriquista”, Ricardo Antunes, por sua vez, numa análise sintética e objetiva da chamada “Era FHC” , que adotou uma política econômica e social subserviente, com suas dívidas interna e externa explosivas, afirma que

O Governo FHC tem sido exemplar em exercitar sua dupla face: a primeira, da manutenção de uma política econômica destrutiva, em conformidade com o que interessa aos capitais globais. A segunda, a de resgatar, com plumagem nova, seu solene traço repressivo. (ANTUNES, 2005a, p.41).

Importante se faz realçar que, de fato, durante o segundo mandato, FHC somente “administrou” as crises e as acusações de corrupção em seu governo, as quais, frise-se, desgastaram profundamente a sua popularidade. Somava-se a isso a indignação com a baixa qualidade dos serviços públicos, à época, tanto quanto agora, clara e justificável.

Assim, enquanto o SOCINFO despontava e tentava se firmar como a política pública nacional de informação no nosso país, o Brasil se via mergulhado numa dramática recessão econômica, com índice de desemprego altos, com uma parte importante da sua estrutura industrial destruída, com a desigualdade social ainda mais acentuada, com a classe operária reduzida e fragmentada, e com a luta de classes profundamente desmobilizada. Com uma dívida pública exorbitante e preso aos rígidos e impagáveis empréstimos do FMI, reduziram-se, no País, os gastos e os investimentos públicos. Em função desse negativo quadro, a população brasileira, como um todo, foi, à época, duramente penalizada, como, reforça-se, sempre foi e ainda o é.

Ora, num país periférico como o Brasil, com o seu território de dimensões continentais repleto de graves fraturas econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas, que exigiam soluções mais urgentes, o que levaria FHC a privilegiar o desenvolvimento da área informacional e tecnológica, em detrimento de demandas mais urgentes, senão a corrida desenfreada para acompanhar o ritmo galopante dos países de capitalismo avançado? E eram tantas as promessas do neoliberalismo para “salvar” o nosso país... Com o Estado brasileiro “minimizado” pela política neoliberal de FHC, nesse caminho, obstinado, o Brasil como capitalismo dependente, não se desviou, em nenhum momento ou circunstância, da “globalização como imperativo da expansão”, nem do “neoliberalismo como imperativo da acumulação” (CORREIA, 2010), o que só avantajava, mais e mais, não apenas a nossa dependência externa, como, também, os nossos problemas internos.

Com esse panorama, e sob a batuta da “globalização” da economia e da inovação tecnológica, era importante formular um programa nacional que, voltado para a informação, o conhecimento e a inovação - palavras-chave da “era digital” e símbolos “absolutos” de produtividade e competitividade -, ajudasse o Brasil, a custo de uma imagem mais fortalecida e mais “moderna”, a ser aceito e autorizado a participar do heterogêneo, dinâmico e concorrido mercado capitalista global.

Foi com esse espírito que a equipe de construção do SOCINFO trabalhou. Assim, os especialistas do País e alguns do exterior se distribuíram, a convite, nos Grupos Temáticos do programa. Vários desses técnicos, representando suas instituições, ao longo dos 13 (treze) meses de formulação do SOCINFO, se envolveram em diversos Grupos, assim identificados: GT de Administração Pública,

GT de Ações Empresariais, GT de Conteúdos e Identidade Cultural, GT de Cooperação Internacional, GT de Divulgação à Sociedade, GT de Educação, GT de Infra-estrutura de Redes e *Backbones*, GT de Integração e Regionalização, GT de Pesquisa e Desenvolvimento, GT de Planejamento, GT de Processamento de Alto Desempenho, e GT de Trabalho. (ver Anexo A).

Naquele momento, era preciso acreditar e aceitar o fato de que os desafios haviam mudado e que as inovações tecnológicas, advindas do conhecimento e da pesquisa sistemática, já dominavam a nova economia. Pela cartilha neoliberal do Governo FHC, “sim”, o SOCINFO impulsionaria o Brasil nessa direção. E reforçamos a pergunta: será que, naquele esperançoso e quimérico florescer do século XXI, diante de tantas demandas prioritárias, tais como saúde, segurança, educação, saneamento, habitação, transporte etc., advindas da sofrida sociedade brasileira, o Programa Sociedade da Informação era, de fato, do interesse de uma população de 169.799.170 habitantes (IBGE, Censo 2000)? E grita, também, uma outra indagação: o governo federal, sob o comando de FHC, esse soldado obediente aos ditames neoliberais, tinha, de fato, alguma prioridade? Marx, certamente, responderia com um sonoro “não”. Apenas para lembrar, “Por ódio aos tiranos, Rousseau ‘dirigiu-se contra os detentores do poder, e não contra o próprio poder’.” (LEBRUN, 2004, p.74).

3.2 O referencial político-ideológico do SOCINFO: pela democratização da informação?

Um programa como o SOCINFO, que foi desenhado contando com o envolvimento de representantes do governo, do setor privado e, como quiseram os seus formuladores, da “sociedade civil”, para transformar o projeto da “sociedade da informação” brasileira em realidade concreta, nos remete, num primeiro olhar, a uma proposta quase utópica de estabelecer, no nosso ainda subdesenvolvido país, ou, como prefere o cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997), expoente da Teoria Marxista da Dependência, país subimperialista, um rico e vasto processo de democratização da informação, pelas vias da inclusão digital.

Certamente, um programa que, de fato, pudesse promover a disseminação de informações para viabilizar o fortalecimento da vida democrática brasileira, por meio da concretização das possibilidades de intercâmbio, de

comunicação e de cooperação que caracterizam a “sociedade informacional” baseada no conhecimento, seria motivo de grande orgulho para o País.

Isto porque informações precisas e atualizadas são agora, mais do que nunca, mercadorias extremamente valorizadas. Como mercadoria, portanto, a informação, “[...] é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca.” (NETTO; BRAZ, 2012, p.93). Dentro da estrutura e da dinâmica capitalistas contemporâneas, então, a informação se tornou uma mercadoria de importância fundamental.

Como assevera Corrêa (2007, p.24),

Na era digital ou no capitalismo informacional, nas palavras de Castells, inclusão social passa pela inclusão digital. Inclusão social é a questão maior ou final em que está inserida a inclusão digital. Os programas de inclusão digital nascem com a justificativa ou argumento de promover a inserção dos socialmente excluídos da sociedade, caracterizada hoje como sociedade da informação ou do conhecimento. A idéia de inclusão digital surgiu na segunda metade da década de 1990, como uma reação a uma nova forma de exclusão ou desigualdade social relacionada ao acesso e uso das novas tecnologias da comunicação e informação. Desde então a inclusão digital sempre aparece como um vetor de promoção da inclusão social.

Ao se referirem ao “mundo novo” do capitalismo contemporâneo, onde “*tudo é efetivamente* passível de transação mercantil”, inclusive a informação, Netto e Braz (2012, p.248) se expressam da seguinte forma:

A velocidade não envolve apenas a circulação de coisas e materialidades, mercadorias e pessoas: as *infovias*¹² permitem que informações, imagens, sons e toda uma simbologia girem rapidamente pela Terra, agora sim transformada na aldeia global mencionada pelo canadense Marshall MacLuhan [...]. Os recursos informacionais estimulam a constituição de referências culturais comuns, desterritorializadas, e novas modalidades de interação social, que se operam no plano da virtualidade, alteram relações e valores [...]. Os mesmos recursos informacionais incidem em domínios diretamente relacionados à vida econômica – os exemplos mais óbvios são aqueles que afetam as atividades bancárias e financeiras [...]. Essa velocidade é responsável pela emergência de uma nova percepção do espaço e do tempo – fenômeno que Harvey (1993, p.219) [em seu livro *Condição pós-moderna*,] caracterizou como *compressão do tempo-espaço*: “o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações [...] e os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente [...].”

Como assegura Mascaro (2013, p.53), “[...] o estabelecimento do capitalismo e Estado é intrinsecamente pressuposto um ao outro em razão da dinâmica da forma mercantil e das relações de produção capitalistas.” E, mais

¹² A infovia representa a pavimentação dos caminhos já abertos pelo fenômeno Internet; consolida-se no cenário internacional e representa uma valiosa ferramenta de integração e modernização da economia, baseado em redes de telecomunicações de alta capacidade de transmissão e transparência à natureza da informação.

adiante, esse mesmo autor esclarece que, “Em face dos indivíduos e suas interações, que passam a identificar a ‘vida privada’, o Estado se inscreve como distinto: ‘público’.” (MASCARO, 2013, p.57). Certo é que o Estado só pode ser compreendido no contexto geral do capitalismo.

Cabe ao Estado, então, ao se ocupar da “coisa pública”, cuidar, também, dos destinos democráticos da nação, pelas trilhas da própria democratização da informação.

Quando o assunto é democracia, a doutrina de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), um dos maiores pensadores de todos os tempos, para quem o homem nasceria bom, mas a sociedade o corromperia, é contundente: “Se tomarmos o termo no rigor da acepção, nunca existiu verdadeira democracia, nem jamais existirá.” (ROUSSEAU, 2006, p.83).

O Estado brasileiro, que se diz laico e democrático, quando se envolveu com a formulação do SOCINFO, não estava apenas se propondo a construir a nossa política nacional de informação. Mais do que isso, tudo era feito para transformar nosso país num moderno “Estado global”. Esperava-se, no entanto, que o governo estivesse assumindo, naquele momento, de fato, o compromisso de que as TIC permitissem, aos cidadãos brasileiros, tanto o largo acesso à informação quanto o consequente uso da mesma, de modo a estabelecer, por conseguinte, a democratização do conhecimento. Ledo engano... Aliás, como nos alerta Farias, “[...] a prospectiva de um Estado global só foi admitida como uma tendência que nunca se realizará, em razão do desenvolvimento desigual persistente no capitalismo global.” (FARIAS, 2013, p.53).

Rememorando Lévy (2004, p.120),

Na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e as metas da ação política? [...] Renunciar à imagem falsa de uma tecnociência autônoma, separada, fatal, toda-poderosa causa do mal ou instrumento privilegiado do progresso para reconhecer nela uma dimensão particular do dever coletivo, significa compreender melhor a natureza deste coletivo e tornar mais provável o advento de uma tecnodemocracia.

Por acreditar tanto no amadurecimento da “sociedade da informação”, num tempo histórico em que o mundo se torna flexível, indisciplinado, inconstante e em eterna reconstrução, Manuel Castells, calcado em um entendimento sobre o

saber em sentido francamente aberto, introduziu, com a sua habitual empolgação e grande expectativa, o conceito de Estado-rede. Isto porque, na relação entre tecnologia e sociedade, destaca-se o papel do Estado. Seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, o Estado é um fator decisivo no processo geral, na medida em que expressa e organiza as forças sociais dominantes num espaço e numa época determinados. (CASTELLS, 1999b).

Assim, a construção do Estado-rede dar-se-ia por meio de uma reforma da administração pública. A ideia fundamental era a de difusão do poder de centros para o poder de redes. O novo Estado não eliminaria o Estado-nação, mas o redefiniria. A construção do Estado-nação democrático, na era industrial, tinha como base de sustentação os inseparáveis conceitos de soberania nacional e representação democrática cidadã. A lealdade para com a Nação era condição essencial do Estado. Ou seja, o Estado existia em função exclusiva do nacional. Foi justamente esse conceito de Estado que entrou em crise com a “globalização” provocada pela “era da informação”. Como esclarece Ianni (p.21-22),

A dissociação entre Estado e sociedade civil, conforme ocorre sob o neoliberalismo, torna o Estado muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil. [...] A rigor, o Estado-nação sempre foi e continua a ser uma realidade problemática, atravessada por processos de integração e dissociação, desenvolvimento e distorção, acomodação e fragmentação.

Esse mesmo autor afirma, também, ao considerar a formação de uma sociedade civil mundial - uma das características da sociedade global -, que “Na época da globalização, a sociedade civil nacional parece enfraquecer-se, desorganizar-se, perder-se, tornar-se amorfa, gelatinosa.” (IANNI, 2004, p.58).

E é, ainda, Ianni (2003, p.49) quem insiste:

Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de globalização, com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de globalização, que debilita o Estado-nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial.

Como definido pelo antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin,

O Estado-Nação é uma sociedade territorialmente organizada. [...] A nação é uma sociedade em suas relações de interesse, competições, rivalidades,

ambições, conflitos sociais e políticos. Mas é, igualmente, uma comunidade de identidade, uma comunidade de atitudes e uma comunidade de reações ante o estrangeiro e, sobretudo, ante o inimigo. (MORIN, 2000, p.66).

O Estado-rede, portanto, compartilharia sua autoridade com uma série de instituições. Se ele assumia a forma de uma rede, deixaria de ter um centro bem definido: articular-se-ia por meio de diferentes nós¹³ e de relações internodais frequentemente assimétricas. Todos os nós, porém, seriam necessários para a existência da rede. Esse novo Estado deveria atuar com base na noção de um poder que se difundiria em instituições regionais e locais. Além de se articular, cotidianamente, com essas instituições, ele precisaria se articular com instituições supranacionais de distintos tipos e de distintos âmbitos.

Decorre, pois, da concepção de Estado-rede a ideia de que é possível, em termos práticos, a estruturação do não-estruturável, preservando a inovação e propiciando os saltos de desenvolvimento, ainda que se colocassem à prova as formas de controle do mundo como dispúnhamos antes. Esse novo modelo de Estado, passando de uma topologia “verticalizada” para uma outra, desta feita, “horizontalizada”, teria, por certo, na concepção do seu idealizador, condição de conjugar, com fôlego redobrado, dois verbos tão caros para Castells, no contexto da influência “sempre positiva” do “informacionalismo”: inovar e desenvolver.

Isto posto, pergunta-se: o que pensaria Marx sobre o Estado-rede, de Castells, se suas críticas ao Estado capitalista eram sempre tão severas e ácidas? Uma vez indicada a redução ou desaparecimento progressivo do Estado – expressão mais visível do domínio de classe -, numa perspectiva histórica, para o nosso libertário pensador alemão, o Estado e a exploração capitalista deveriam morrer juntos. E, uma vez suprimido o Estado, abrindo caminho para o socialismo e, posteriormente, para o comunismo, apareceria imediatamente o poder das massas populares auto-organizadas. Dessa forma, a sociedade autônoma seria tudo e o Estado seria nada. (MARX; ENGELS, 2007).

Certo é que, diante de tantos conceitos novos e de tantos neologismos vinculados às TIC, a relação da informação com o conhecimento é visualizada como um ciclo de realimentação acumulativo que acaba contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Assim, como em Barreto (1994, p.2), “A informação,

¹³ Nó ou nodo, de acordo com a topologia física de rede (ponto-a-ponto, barramento, árvore, estrela, malha, anel, híbrida ou *Dayse chain*), corresponde a cada um dos computadores ou unidades que compõem uma dada rede.

quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive.”

Vislumbrando as vantagens e os benefícios advindos da “conectividade internacional”, ao considerar o “novo paradigma técnico-econômico” um “fenômeno global”, o SOCINFO apresentou um discurso vinculado à nova ordem global, com forte tom persuasivo. Vejamos:

A sociedade da informação não é um modismo. [...] Os países e blocos, políticos, desde meados da década de [19]90, defrontam-se com as oportunidades e os riscos que cercam o futuro e, reconhecendo a importância estratégica da sociedade da informação, vêm tomando iniciativas para assegurar que essa nova era venha em seu benefício.[...] **Ao Brasil urge acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a sociedade da informação.** [...] O País dispõe, pois, dos elementos essenciais para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedentes de prestar significativa contribuição para resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional. (TAKAHASHI, 2000, p.5, grifo nosso).

Pelo que anunciava o SOCINFO, a inserção do Brasil na “sociedade da informação” era urgente, inexorável e “promissora” na medida em que traria, ainda que não se desconsiderassem os riscos próprios de qualquer processo de mudança, significativos ganhos socioeconômicos para o País. Por isso, era indispensável uma articulação nacional de grande porte, dentro dos contornos da nossa “soberana democracia”.

Quando se reportava à importância do SOCINFO dentro do contexto da sociedade brasileira, Takahashi (2000, p.6) afirmou que tal programa

[...] busca contribuir para: a construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade; a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional; a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política.

Nesta “declaração de boas intenções” nos deparamos, com alguns termos fundamentais que o SOCINFO dizia respeitar e querer preservar, tais como: justiça social, identidade cultural, desenvolvimento, equilíbrio regional, participação social e democracia política.

Até aí, nenhuma novidade. Na prática, a história já mostra que, quando os interesses do Estado falam mais alto, modificam-se os métodos, maquia-se o discurso, mas o roteiro e os objetivos são mantidos.

No caso brasileiro, não há como negar: a democratização da informação, em nosso país, ainda é uma ilusão. Porque democracia e desenvolvimento só se fazem com serviços públicos de boa qualidade. E isso o Brasil não possui, por mais que tais serviços sejam necessários, como se sabe, para o fortalecimento do próprio Estado, das instituições e da democracia. Maculado pelo descrédito, o que se observa é que, no serviço público brasileiro, vale aquela máxima de que “só não erra quem não faz”. Como, então, recuperar a credibilidade da política brasileira e a autonomia do Estado, quando se percebe que o governo não é capaz de resistir às fortes pressões e apelos de grupos econômicos influentes?

Nesse sentido, pela lúcida explicação de Coutinho (1999, p.42),

Há um conceito de Marx, hoje injustamente em desfavor, [...] que é o conceito de alienação. Segundo Marx, os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas – de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados. A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política. [...] Um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos – que melhor expressa, portanto, a democracia – é precisamente, o conceito de cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado.

Nesse cenário, sabe-se que, para lidar com o *tsumani* de informações do mundo moderno, em que a informação serve como eixo e como suporte estrutural central, há recursos de processamento, tecnologias e sistemas operacionais mais eficazes, rápidos e confiáveis do que em qualquer outra época. Como declara Guzzo (2013, p.104), “nunca, em todos os 10 mil anos de vida mais ou menos civilizada, o ser humano recebeu tanta informação [...]”. E, mais adiante, sentencia:

Sim, as pessoas nunca receberam tanta informação como hoje – mas será que estão ficando mais bem informadas? E estão aprendendo o quê, exatamente? Conhecimento que entra por um lado da cabeça e sai por outro, sem deixar traço de sua passagem, não acrescenta saber - ou seja, não lhe permite ter certeza sobre algo, guardar na memória fatos e dados, ou ser capaz de explicar com coerência questões que ficaram armazenadas nos seus circuitos mentais. Ser informado sobre tudo, o tempo todo, significa, com frequência, não estar informado sobre nada. Ler, ver e ouvir é

uma coisa; mas só serve o que permanece perto da ponta da língua, e assim mesmo só se for alguma coisa útil. (GUZZO, 2013, p.106).

Sabendo-se que o desenvolvimento tecnológico e científico deve estar direcionado para o desenvolvimento humano, visando ao atendimento das necessidades humanas, é preciso compreender que a luta pela democratização dos meios de comunicação e informação passa não apenas pelo acesso a estes meios, mas pela construção de novas formas de utilização com vistas a transformá-los em ferramentas de construção de valores éticos e humanos, assumindo seu papel estratégico de formar, informar e disseminar conhecimento.

Assim, a exclusão tecnológica deve ser combatida não apenas através da instalação de computadores ou da garantia do acesso à Internet. Mas a partir da construção de uma nova visão das próprias TIC. É preciso articular ações e transformar essas máquinas e instrumentos, acima de tudo, em ferramentas de cidadania. Como criações humanas, as TIC, na “sociedade do conhecimento”, plena de mobilidade e competitiva por definição, devem estar a serviço do todo social, sem distinção de qualquer natureza. Mas era isto que o SOCINFO, na verdade, queria? Era esta a sua verdadeira intenção?

Pelo que se consegue perceber, as teorias políticas e sociais do Estado brasileiro, no despontar do século XXI, não imaginavam uma sociedade na qual houvesse centros de poder além do próprio governo FHC. Apenas relembrando, informação, por ser poder, gera poder. E a informação passou a ser a base dos recursos econômicos da sociedade moderna. Portanto, esse precioso “bem público” denominado informação, do qual somos reféns e que carrega um valor subjetivo e um valor financeiro, tanto pode ser classificado como uma mercadoria desejável ou necessária, quanto como um item perigoso do mercado capitalista. Todas as transformações imprimidas pelo fenômeno da “globalização” da informação nos dão prova disto. A informação é, sim, de grande interesse para a inovação e crescimento econômicos, dentro do projeto societário global. O que, está claro, em muito acentuou o interesse do Brasil pela urgente formulação do SOCINFO.

Nesse sentido, conforme Figueiredo (1994, p.54),

O papel da informação no processo inovador [...] não é uma questão técnica somente; é muito mais uma questão política vital para a sociedade como um todo. Organizações e países que sofrem supressão ou distorção de informação não são capazes de produzir inovação bastante para manter os seus níveis culturais e econômicos de desenvolvimento. Sociedades viáveis e sustentáveis precisam de liberdade de informação para poderem inovar.

Há uma relação próxima entre a maneira pela qual a informação é manejada em um país e o seu nível de inovação: não há inovação sem informação e não há informação sem inovação.

Harvey (2012, p.117), ao se referir à transformação político-econômica do capitalismo do final do século passado, quando emerge o SOCINFO, ressalta que

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer o quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.

Como o mundo todo, o Brasil também vivenciou tais transformações, que se apoiaram, em grande parte, nos avanços da tecnologia, originários que são dos avanços científicos. O poder de influência da informação no mundo passou, a partir de então, a ser assunto inquestionável. Aí está materializada a importância da informação como instrumento de mudança, que os cidadãos podem e devem lançar mão, no contexto das sociedades ditas democráticas. Mas que democracia? Mas que sociedade? Touraine (2011, p.69), impactado com o relaxamento dos vínculos sociais, brada, em tom de revolta: “*A sociedade não existe mais*”.

Dada a atualidade da teoria marxiana, cuja palavra-chave é “revolução”, Karl Marx, como um fiel entusiasta da “luta de ideias”, sempre disposto a colocar o pensamento a serviço da transformação da sociedade, nos oferece - assim como também o fazem seus seguidores e intérpretes -, interessantes elementos de análise das questões que pontuam as sociedades capitalistas contemporâneas. Uma das suas célebres frases diz tudo: “Os filósofos nada mais fizeram do que interpretar o mundo. Cabe agora transformá-lo.” E Lenin completa: “Sem teoria revolucionária, não existe prática revolucionária.”

Assim, tecnologia, como tantos outros temas do mundo atual, não está fora da excepcional e combativa teoria de Marx, havendo, portanto, uma forte ligação entre a questão tecnológica e o marxismo.

O marxismo, ao defender que a transformação da sociedade depende do tempo histórico, vê na tecnologia um instrumento essencial nesse contínuo processo de mudança. Contudo, considera importante o seguinte alerta: do mesmo modo que a tecnologia pode contribuir para a emancipação humana, ela pode ser vista como um cruel instrumento de dominação. Como para Bottomore (2001, p.371),

A revolução capitalista, a transformação da manufatura em produção mecanizada [...] na revolução industrial, e posteriormente o taylorismo, o

fordismo¹⁴, a automação e a robótica são considerados como a história da tecnologia na esfera produtiva: proporcionam os bens de capital cada vez mais complexos e os bens que constituem a tecnologia na esfera do consumo. A tecnologia também passou, naturalmente, a ser encarada como padrão de desenvolvimento no Terceiro Mundo, e como medida da força militar e das realizações internas no Primeiro e no Segundo.

Como sabemos, por bem compreender, do ponto de vista ontológico, as contradições e as dimensões do capital, Marx deixou evidente o foco fundamental de sua obra: a luta pela emancipação humana. Sobre essa importante categoria, Alencar (2013, p.19) assim se expressa: “A emancipação humana só fará sentido se conseguirmos mudar a atual forma de organização societal, ou seja, parafraseando Marx: a emancipação humana só será possível com a extinção do capitalismo.”

Afirmando que “Todos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação” (TAKAHASHI, 2000, p.6), ao focalizar as oportunidades e os riscos dessa inserção, num discurso, aliás, que prioriza as “oportunidades”, em detrimento dos riscos, o texto do SOCINFO se refere, com ênfase, a alguns termos que julga importantes, como, por exemplo, comércio eletrônico, empreendedorismo, oportunidades de trabalho, universalização do acesso, administração transparente, pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e integração; integração e cooperação latino-americana etc.

Assim como o discurso enaltecido da onda globalizante mundial assumido pelo SOCINFO, Mészáros (2007, p. 145) chama a nossa atenção para o fato de que

Nos últimos anos, um grande número de discursos propagandearam as virtudes universalmente benéficas da “globalização”, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas.

Num tom “estimulante”, utilizando uma linguagem, pois, que coadunava com o dialeto neoliberal, que tanto sacraliza o chamado Estado “mínimo”, o Livro Verde acabou confirmando a assertiva de que a “sociedade da informação” brasileira era (e ainda é, para os mais lúcidos, que seguem mantendo essa crença), de fato,

¹⁴ Taylorismo e fordismo são sistemas construídos para racionalizar a produção industrial. Enquanto o taylorismo, concebido pelo engenheiro mecânico estadunidense Frederick Taylor (1856-1915) caracteriza-se pela ênfase nas tarefas para obter o aumento da eficiência no plano operacional, o fordismo se refere ao sistema criado pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), dono da *Ford Motor Company*, absorvendo aspectos do taylorismo e colocando a matéria-prima numa linha de montagem até o completo acabamento do produto. Para evitar hesitações e perda de tempo, o trabalho era dividido, repetido, em cadeia e contínuo.

uma grande ideologia. De outro modo, dir-se-ia que o SOCINFO não só refletia como, também, reforçava a ideologia dominante, já que “A ideologia vigente mantém seu controle sobre a consciência popular pregando com sucesso a validade eterna da ordem estabelecida.” (MÉSZÁROS, 2007, p.332).

Quando o termo “ideologia” vem à tona, cabe esclarecer que os produtores de ideias – os ideólogos -, que, por meio da religião, das artes, da ciência, da escola, da filosofia, dos costumes, das leis e do direito, têm o poder de transmitir ideias dominantes para toda a sociedade, dominam a consciência social por meio da representação da aparência social do ponto de vista dos dominantes. Assim, as imagens e ideias postas como coletivas, gerais e universais, de fato, são ideias abstratas, que não correspondem à realidade social, dividida que é em classes sociais antagônicas.

De inclinação lukacsiana¹⁵, Mézáros (2004) situa a ideologia em seu próprio contexto histórico e sublinha suas funções transformadoras, expondo a importância de uma ideologia da emancipação para superar o capitalismo. E nos fornece um importante alerta sobre a questão ideológica:

[...] em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”. (MÉSZÁROS, 2004, p.57).

Em seus estudos sobre o assunto em tela, Mézáros se preocupa em chamar a atenção sobre todo o poder de que se reveste a ideologia e do seu papel no processo dos ajustes estruturais, ressaltando que as condições de dominação estão estreitamente ligadas à intervenção de poderosos fatores de ordem ideológica.

Importante se faz observar que, mesmo quando se debruça sobre a análise de questões como todas aquelas apresentadas em seu livro “Para além do capital” (MÉSZÁROS, 2002), nosso autor não deixa de contemplar, ainda que nas entrelinhas, conteúdos sobre o tema ideologia – tão caro para si.

Ao se referir ao poder e ao papel ativo da ideologia, Mézáros (2004, 236), afirma que

Sem a intervenção ativa de uma ideologia abrangente, o potencial estratégico das mudanças mais ou menos extensivas que são

¹⁵ O húngaro György Lukács (1885-1971) foi um dos mais importantes filósofos marxistas, no cenário intelectual do século XX.

espontaneamente postas em movimento em diferentes pontos do sistema social não pode ser articulado, pela falta de um ponto comum significativo que retenha e aumente cumulativamente a sua importância – que, isoladamente, é muito limitada. Como resultado, as mudanças particulares desprovidas de um quadro estratégico de referência (que apenas uma ideologia coerentemente definida pode proporcionar) em geral ficam limitadas à *imediatez* de seu impacto potencial estreitamente circunscrito.

Na visão de Chauí (2009, p.389),

[...] a função primordial da ideologia é ocultar a origem da sociedade (relações de produção como relações entre meios de produção e forças produtivas sob a divisão social do trabalho), dissimular a presença da luta de classes (domínio e exploração dos não-proprietários pelos proprietários privados dos meios de produção), negar as desigualdades sociais (são imaginadas como se fossem consequência de talentos diferentes, da preguiça ou da disciplina laboriosa) e oferecer a imagem ilusória da comunidade (o Estado) originada do contrato social entre homens livres e iguais.

Ainda para Chauí (2008, p.7), “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade e que esse ocultamento é uma forma de manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”. De modo mais contundente, esta mesma autora sentencia: “o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas.” (CHAUI, 2011, p.32). A isto Chauí chama de “lógica da lacuna” ou “lógica do branco”. Ao Estado, então, através do discurso do poder, cabe ocultar os conflitos e antagonismos próprios do todo social, lançando mão do campo do “imaginário” para explicar e justificar a realidade concreta.

De acordo com Fausto (2002, p.99), “A teoria da ideologia que se encontra na Ideologia alemã é [...] marcada pelo materialismo reducionista, pelo psicologismo e pelo nominalismo. A ideologia é a ‘sombra da realidade efetiva.’”

Pinassi (2009, p.25), a seu tempo, lembra que,

Para Lukács, as ideologias possuem um inextricável conteúdo social que lhes nega qualquer pretensão à neutralidade (que, por suposto, também é uma ideologia) e lhes coloca o imperativo de realizar uma função social definida no interior da luta de classes. Por isso mesmo, em diversas ocasiões, conclui afirmando que “nenhuma ideologia é inocente”.

No entendimento do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, a ideologia designa um conjunto de ideias, crenças e valores que constituem a visão de mundo de um determinado grupo social ou povo. Para este autor, a ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos, e tem, igualmente, elementos de conhecimento rigoroso e até mesmo de ciência. Nesse sentido, a ideologia está ligada a uma certa

unificação das supra-estruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. (GRAMSCI, 1999).

Assim é que, sob o prisma gramsciano, ao relacionar a ideologia com a ciência, nosso autor afirma que

Colocar a ciência como base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tem necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. [...] Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo. (GRAMSCI, 1999, p.175).

De outro modo, dir-se-ia que, segundo Gramsci, a ideologia é o “cimento” da estrutura social, o conjunto de ideias e valores que, ao tornar possíveis e regulares as relações sociais tal como elas se estruturam em determinada sociedade e determinada época, ao mesmo tempo tende a cristalizá-las nessa mesma forma, particularmente pela legitimação do poder político e da organização econômica existentes.

Zizek (1996), por sua vez, refere-se à ideologia, primeiramente, como doutrina, conjunto de ideias, conceitos etc., que se destina a nos convencer da sua “veracidade”, quando, de fato, serve a algum inconfesso interesse particular de poder. Num segundo conceito, considera a existência dos AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado -, que são instrumentos institucionais de disseminação ideológica. Por último, o entendimento zizekiano focaliza ideologia como “autodispersão”, que consiste em um modo analítico, que tende a relativizar o alcance de uma ideologia; assim, ou um processo ideológico é determinante, mas atinge um pequeno contingente, ou atinge um grande contingente, mas é pouco determinante.

Com uma visão aguçada da realidade atual, o filósofo esloveno Slavoj Zizek afirma que as ideologias que marcam o capitalismo contemporâneo, não apenas fornecem respostas falsas para problemas reais. Mais grave: falsificam os problemas. Prova disto é a ideia de equilíbrio, por exemplo, na economia, na religião, na ciência e na natureza.

Eagleton (ZIZEK, 1996, p.191), sobre o conceito de ideologia, escreve que ela “[...] surgiu no momento histórico em que os sistemas de ideias conscientizaram-

se pela primeira vez de sua própria parcialidade; e isso se deu quando essas ideias foram forçadas a deparar com formas estranhas ou alternativas de discurso”.

Dessa maneira, Terry Eagleton afirma que

O termo ideologia tem um amplo espectro de significados históricos, do sentido intratavelmente amplo de determinação social do pensamento até a idéia suspeitosamente limitada de disposição de falsas idéias no interesse direto de uma classe dominante. Com muita freqüência, refere-se aos modos como os signos, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante, mas também pode denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses políticos. (EAGLETON, 1997, p.193).

Onde reside, então, a força da palavra ideologia? Para Eagleton, tal força está em “sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não são.” (EAGLETON, 1997, p.21). De fato, em diferentes disputas, o termo ideologia só tem significado quando é associado a disputas amplas que se referem a concepções sobre as formas de organização social e suas justificações.

Na compreensão de Iasi (2013, p.43),

A principal mediação que age sobre a consciência reificada é a ideologia. [...] A ideologia opera na consciência imediata, soldando a impossibilidade das contradições da objetividade em uma subjetividade que oferece um caminho para a adequação da expressão ideal à realidade. Isso resulta na adequação da consciência ao real, a uma particular forma de expressão do real que é a sociabilidade do capital, que pela mediação ideológica encontra sua justificativa e se apresenta naturalizado e, portanto, inevitável.

Para o filósofo francês Louis Althusser, os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) não se confundem. O repressivo funciona pelo emprego da força moral, psicológica ou física, enquanto a ideologia é utilizada para os demais, como, por exemplo: a família, a escola, a igreja, o judiciário, os partidos políticos, os sindicatos, a literatura, as artes, os esportes, a mídia etc. Neste aspecto, o autor em questão esclarece que:

Num primeiro momento podemos observar que se existe um Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado. Supondo a sua existência, a unidade que constitui esta pluralidade de AIE não é imediatamente visível. Num segundo momento, podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. (ALTHUSSER, 2010, p.69).

Para Althusser, a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Portanto, só há ideologias

pelos sujeitos e para os sujeitos. Assim, a teoria de Althusser aponta uma relação estreita entre Estado e aparelhos ideológicos.

A teoria althusseriana insiste na afirmação de que a ciência é o oposto absoluto da ideologia, mas, ao mesmo tempo, define a ideologia como um nível objetivo da sociedade, que é relativamente autônomo, elemento essencial na formação social. Além disso, apresentou o sujeito como efeito das ideologias sobre os indivíduos biológicos humanos criados nas sociedades.

O sociólogo e filósofo brasileiro Nildo Viana, ao discutir o conceito de ideologia e sua relação com a ciência e a verdade, focalizando o papel social das ideologias, no contexto do trinômio mente-corpo-sociedade, afirma que “se a ideologia fosse somente falsidade, não contivesse em si nenhum momento de verdade, ela não se sustentaria, apareceria como um mito indígena numa sociedade moderna, algo em que ninguém acreditaria.” (VIANA, 2010, p.41).

Assim é que, pelo entendimento dos autores anteriormente citados, percebe-se que o ser humano é ideológico por natureza, capaz de criar e dar sentido às coisas à sua volta, inclusive de sua realidade social e histórica, através de representações ideológicas. Somente quando estas representações ideológicas tendem a beneficiar um grupo, em detrimento do todo da humanidade, é que mais costumeiramente fala-se em ideologia. Este é o sentido, negativo em sua essência, que pode e deve ser o alvo de desvelamento, de uma denúncia, através da crítica da ideologia.

Com todo esse suporte teórico sobre a questão ideológica, percebemos, com clareza solar, que todo o texto do Livro Verde brasileiro é impregnado de ideologia: a ideologia da “sociedade da informação”, sob o véu do neoliberalismo, isto é, a ideologia do capitalismo de mercado, comandada por FHC - o grande responsável pela implementação e consolidação do projeto neoliberal no nosso país, em seus oito anos de mandato como presidente da República.

É, portanto, a irracionalidade da ideologia capitalista que sustenta a proposta de construção de “sociedades da informação” pelo mundo, apelo este que motivou o Brasil a também querer edificar a sua, como mais uma alternativa de sair da sua condição de país terceiro-mundista subdesenvolvido. Tudo isto – apenas para reforçar – mantido pelo poder da ideologia, como designado por Marx, “um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade.” (CHAUI, 2008, p.30). Mais adiante, essa mesma autora assegura que

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias). (CHAUI 2008, p.88).

Ora, pelo discurso laudatório dominante, na “sociedade da informação”, termo sinônimo de uma “nova era digital”, replicado, portanto, no SOCINFO,

[...] a difusão e a apropriação dos recursos tecnológicos são apresentadas como solução para os mais diversos problemas sociais e econômicos, uma vez que melhorias na qualidade de vida, aumento da renda e das possibilidades de emprego seriam obtidas com a apropriação e utilização das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). [...] Partindo desse pressuposto, a inclusão digital seria um projeto estratégico, com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a disseminação dos recursos tecnológicos em diferentes setores da sociedade, possibilitando assim melhorias significativas para toda a população. (MATTOS; SANTOS, 2009, p.118).

Ainda conforme Mattos e Santos (2009, p.121), o pensamento dominante prega que

[...] a difusão das tecnologias e a conseqüente inclusão digital decorrem naturalmente da ampliação do mercado, em virtude do barateamento e do aumento de qualidade gerados pela própria dinâmica capitalista. Dessa forma, a ampliação do estoque de TICs e o conseqüente acesso das mesmas por parcelas cada vez maiores de indivíduos (o que os classificaria já como “digitalmente incluídos”), seria já suficiente para reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda, segundo conclusões dos autores vinculados ao discurso apologético (como Castells) acerca do atual estágio do Capitalismo.

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) mostra-nos a relação de poder e saber nas sociedades modernas, com objetivo de produzir “verdades” cujo interesse essencial é a dominação do homem através de práticas políticas e econômicas de uma sociedade capitalista. O poder tem necessidade de desenvolver certos saberes. Na opinião deste autor, “[...] exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza.” (FOUCAULT, 2001, p.141).

A inclusão digital proposta pelo SOCINFO se traduzia num gigantesco desafio, tanto para o Estado brasileiro quanto para a nossa sociedade. Isto porque, de acordo com a sensata opinião de Albagli e Maciel (2007, p.16),

A difusão do uso e o amplo acesso às TICs são estratégicos, mas podem também ser instrumentos de dependência (de tecnologias, de equipamentos, conteúdos, estilos de vida e consumo) e de reprodução de desigualdades. Daí que a participação (pro) ativa na sociedade da informação requer mais do que simplesmente inclusão digital. É necessário criar condições de *apropriação* social tanto desse aparato tecnológico – o que implica capacidade de os diferentes grupos sociais fazerem frente ao uso dos novos meios, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho -, quanto da capacidade de apropriação da informação e

do conhecimento hoje estratégicos do ponto de vista da capacidade de aprendizado, inovação e desenvolvimento. Isto requer o amplo acesso aos meios materiais, às oportunidades de educação, trabalho e renda, como também o direito à cidadania, à democracia política e à diversidade cultural.

Ora, ao questionamos se o Livro Verde brasileiro, ao ser formulado, traçou, de fato, um caminho aberto em direção à democratização da informação no nosso país, via inclusão digital da sociedade como um todo, é preciso verificar se havia a preocupação de fazer a sociedade funcionar progressivamente em rede, mas numa rede com perspectivas emancipatórias.

Nesse aspecto, Miranda (2003, p.66-67), nos explica que

O fenômeno que melhor caracteriza esse funcionamento em rede é a convergência progressiva que ocorre entre produtores, intermediários e usuários em torno de recursos, produtos e serviços de informação afins. Os recursos, produtos e serviços de informação são identificados na Internet com o nome genérico de conteúdos. [...] É por meio da operação de redes de conteúdos de forma generalizada que a sociedade atual vai mover-se para a Sociedade da Informação.

Assim, ter acesso e fazer uso da informação, seja em que suporte for, além de um direito garantido na Declaração dos Direitos Humanos e na Constituição, é também uma questão de democracia e de cidadania. Mas cabe destacar o seguinte: assim como a miséria, o jogo da informação, também, é fruto do sistema capitalista.

Nesse sentido, na direção da transformação social, Santos (2013, p.61) enfatiza que

Um dos maiores méritos de Marx foi o de tentar articular uma análise exigente da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política radical de a transformar e superar numa sociedade mais livre, mais igual, mais justa e afinal mais humana.

De fato, a despeito do capitalismo, que não consegue superar o antagonismo riqueza X pobreza, observa-se que, na atual “era da inteligência”, em que cada indivíduo está ligado a milhões de pessoas, como tantas populações ao redor do mundo, a população brasileira, também, tem demonstrado seu desejo por liberdade, dignidade, democracia e oportunidades socioeconômicas. Será que o SOCINFO, por meio do poder da democratização da informação, a partir da construção da nossa própria “sociedade da informação”, teria as necessárias condições para atender a esse anseio do nosso povo?

Nesse sentido, é importante compreendermos que “Uma verdadeira sociedade da informação só se instala em ambiente democrático, no qual operem

cidadãos livres, educados e informados.” (INSTITUTO, 1998, p.161). Certamente, não é este o caso do Brasil.

4 AS LINHAS DE AÇÃO DO SOCINFO: um programa desenhado em prol do desenvolvimento brasileiro?

A sociedade brasileira, como tantas outras realidades sociais, é, também, complexa, multifacetada e desafiadora, apresentando características próprias, a exemplo da gigantesca e histórica desigualdade socioeconômica, apesar do que nos aponta um estudo comparativo¹⁶, publicado, em 2012, pelo Observatório das Desigualdades da Universidade de Lisboa, segundo o qual, “Entre as cinco maiores economias emergentes, o Brasil foi a que mais diminuiu a desigualdade socioeconômica nas últimas duas décadas entre os países do Brics¹⁷ (grupo formado pelo Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul).” (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, de acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do ponto de vista social, no Brasil, a primeira década do século XXI foi “inclusiva”, com significativa redução da pobreza. A diminuição da desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini¹⁸, passou de 0,594, em 2001, para 0,527, em 2011. Conforme o resultado de tal pesquisa, então,

Não há na História brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001. A queda é comparável ao aumento da desigualdade dos anos 1960 que colocou o Brasil no imaginário internacional como a terra da iniquidade inercial. No período 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos. Nos últimos 12 meses terminados em junho de 2012, captamos mesmo movimento pela PME, perfazendo 11 anos consecutivos de quedas do índice de Gini. (INSTITUTO, 2012, p.40).

Fato é que, a despeito de pesquisas que apontam a redução dos índices da nossa desigualdade socioeconômica, o Brasil continua atado à sua lastimosa condição de país situado entre os mais desiguais do mundo, sem entender ainda que, para trilhar os caminhos do seu próprio desenvolvimento, economia e política não são fins, são meios; e que, além disso, crescimento econômico não reduz automaticamente a desigualdade. Nessa direção, como sustenta Vidal (1995, p.90),

¹⁶ A autora do estudo é a brasileira Maria Silvério, mestranda em antropologia na área de migrações, globalização e multiculturalismo no Instituto Universitário de Lisboa.

¹⁷ O acrônimo BRICS, indicando a aliança estratégica que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul representam no ambiente de competitividade global, foi criado por Jim O’Neill, economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs, a partir do relatório de sua autoria, de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRIC*”.

¹⁸ Pelo Gini, índice de desigualdade mais popular, quanto mais perto de zero menor a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres do país.

O despreparo dos tecnocratas na condução das questões nacionais é de tal ordem que não lhes permite distinguir as profundas diferenças entre desenvolvimento e crescimento econômico. Ignoram a qualidade do crescimento, a quem serve e para que serve. Naquele, desconhecem que o conceito de desenvolvimento implica em identificar os caminhos que levam aos objetivos maiores da Nação, de modo claro e definido. Pressupõe que reflita o esforço coletivo para que sejam alcançadas as metas de um Projeto Nacional. Essa é a razão pela qual, independente das ideologias que professem, os tecnocratas propugnam, como meta ideal, um crescimento econômico acelerado, quaisquer que sejam suas metas e sua qualidade, sem que tenha vinculação com a história e a cultura nacionais e sem considerar as necessidades e aspirações da população.

Nesse aspecto, indaga-se: o SOCINFO, da maneira como foi formulado, contribuiria, de fato, para a redução da desigualdade socioeconômica brasileira por meio da inclusão digital, fundando, enfim, a nossa tão sublimada “sociedade da informação”?

Com previsões favoráveis, que sinalizam para figurarem entre as maiores economias mundiais do século em curso, cada país membro do BRICS, dentre estes, o Brasil, terá que lidar com seus desafios particulares. Certo é que, com relação aos cinco países que compõem esse importante bloco, até então marginais dentro da economia política internacional,

É patente, na atualidade, a prosperidade que usufruem as economias emergentes em detrimento dos processos recessivos em andamento nas economias avançadas. Em grande parte, a boa maré pode ser atribuída aos grandes fluxos de investimento que estas economias vêm recebendo desde meados da década de 1990. (SILVA, 2013b, p.25).

Como aponta a estudiosa dos BRICS, Maria Silvério,

Analistas prevêem que, em 2015, os BRICS serão responsáveis por cerca de 22% do PIB mundial e provavelmente serão as potências globais de 2050. Por isso, o grupo se transformou em tema de muitos estudos e matérias jornalísticas ao redor do mundo, tendo quase sempre como ponto de análise o seu desenvolvimento econômico. Entendemos que o verdadeiro crescimento de um país só é possível se houver melhorias nas condições de vida de seus cidadãos. [...] arriscamos dizer que, se os BRICS não promoverem mudanças sociais profundas e imediatas juntamente com o desenvolvimento econômico, testemunharemos o surgimento de potências globais riquíssimas com populações pobres e sem oportunidade de mobilidade social. Desta forma, as desigualdades globais, internacionais e internas provavelmente serão ainda mais acentuadas que nos dias de hoje. (SILVÉRIO).

A “globalização”, como se sabe, torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexo ainda, por estarem em jogo, agora, em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um grande poder de interferência nas decisões quando essas não são diretamente ditadas por

organismos multilaterais. Assim, a participação de países no cenário global requer prudência e diálogo, especialmente quando as questões mundiais requerem respostas complexas. Politicamente, um mundo multipolar exige respostas multilaterais responsáveis. Ao lembrarmos, então, que as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, que se propõem a responder a demandas da sociedade, portanto, assumindo um compromisso maior com o desenvolvimento local e com a transformação da realidade, percebemos que tal complexidade parece se avantajara.

Ao transferirmos esse quadro para dentro da arena neoliberal, presa que é às regras do grande capital internacional, essa situação revela um agravamento ainda maior.

A concepção do SOCINFO, então, esteve submetida, do princípio ao fim, a todas as influências desse complexo e controvertido panorama, que explora, domina e humilha tanto os cidadãos em geral quanto a classe trabalhadora brasileira, numa busca desesperada pelo desenvolvimento do nosso país, por intermédio de uma pretensa inclusão digital – esse desafio gigantesco –, a ser garantida pela ideologia da “sociedade da informação”.

Considerando a inegável inserção do Brasil na trama neoliberal “fernando-henriquista” (parafraseando Ricardo Antunes), nos itens que se seguem, analisaremos, com o fito de verificar se coerência e consistência foram princípios atendidos pelo desenho do Programa Sociedade da Informação, cada uma das 7 (sete) linhas de ação que os formuladores do SOCINFO, por julgarem pertinentes, decidiram incluir no Livro Verde brasileiro.

Pensamos que o interesse íntimo do SOCINFO, ao definir, com riqueza de detalhes, suas linhas de ação, indicando rumos para os diversos setores da sociedade, era mostrar o quanto e como as TIC poderiam contribuir, com “impactos positivos”, para o desenvolvimento da sociedade brasileira, a partir dali, transmutada em “sociedade da informação”, bem como encurtar os atrasos em relação aos países centrais. O que não poderia ser sugerido ou transparecer nesse discurso ufanista, frise-se, é que todas essas ações deveriam ser realizadas numa obediência servil aos ditames da incoerente lógica do capitalismo contemporâneo, calcado, sobremaneira, na reestruturação produtiva de base tecnológica.

Assim, fiel ao que ensinam os teóricos do marketing, para que fosse bem “vendido” e bem “comprado”, na abordagem das suas linhas de ação, de acordo,

aliás, com o preconizado nos compêndios de planejamento estratégico, o SOCINFO instituiu, com a devida sujeição, para cada uma delas, a seguinte sequência lógica: a) do que se trata; b) como estamos; c) para onde vamos; d) o que fazer.

4.1 Mercado, trabalho e oportunidades

A primeira das sete grandes Linhas de Ação do SOCINFO, refere-se, à promoção da competitividade das empresas e expansão das pequenas e médias empresas, apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.

O trabalho, na “sociedade da informação”, caracteriza-se pela utilização das TIC, agregando, na produção de bens e serviços, elevada carga de inovação, tecnologia e conhecimento.

Hoje, no desempenho de suas atividades profissionais, já não se pode pensar nos trabalhadores sem relacioná-los ao uso dessas tecnologias. Colaborador, time e tantas outras palavras semelhantes são termos do atual mundo do trabalho que tentam amenizar a dureza e a frieza das relações trabalhistas estabelecidas pelo capitalismo contemporâneo brasileiro, país, como se sabe, pleno de desmandos, manipulações e engodos.

Reportando-se à nova economia, em que organizações e trabalhadores deverão, pela competência, transformar informação em conhecimento, conforme Takahashi (2000, p.17),

As mudanças em curso estão provocando uma onda de “destruição criadora” em todo o sistema econômico. Além de promover o aparecimento de novos negócios e mercados, a aplicação das tecnologias de informação e comunicação vêm propiciando, também, a modernização e revitalização de segmentos maduros e tradicionais; em contrapartida está ameaçando a existência de setores que já não encontram espaço na nova economia. [...] O conhecimento é hoje fator essencial em todas as etapas do processo produtivo, desde a pesquisa básica até o *marketing* final e assistência ao consumidor. [...] A despeito das grandes desigualdades entre nações, novas oportunidades se abrem para os países em fase de desenvolvimento econômico que saibam estruturar suas políticas e iniciativas em direção à sociedade da informação.

Ao se reportar à economia da informação no Brasil, Takahashi (2000, p.23), assegurava que

O mercado de bens e serviços de informática e telecomunicações no País movimenta hoje cerca de US\$50 bilhões anuais [...]. Tal mercado apresenta grande dinamismo e tem efeito catalisador em todo o setor produtivo. Além de contribuir significativamente para o crescimento econômico do País, a

economia da informação tem um impacto positivo na redução de custos do setor produtivo em geral, tornando-o, assim, mais competitivo.

Nesse cenário, a Internet, tida como a mais revolucionária das inovações dos últimos tempos, é citada, no Livro Verde, como peça fundamental para a realização de negócios eletrônicos (*e-business*), dentro dos quais, se sobressai o comércio eletrônico (*e-commerce*), este, considerado a pedra de toque da nova economia. Nos novos mercados, que funcionam diferentemente dos mercados tradicionais, o comércio eletrônico requereria, entretanto, segurança, confiabilidade e velocidade.

Realçando a importância das pequenas e médias empresas (PME) na nova economia, foi assegurado que “A Internet, particularmente o comércio eletrônico, oferece grande potencial de redução dos custos das PME e de ampliação dos seus mercados.” (TAKAHASHI, 2000, p.20). Além disso, era “garantido” que, pela Internet, negócios inovadores surgiriam e acabariam resultando na criação de novas empresas.

Com relação às mudanças no perfil do trabalho e emprego, Takahashi (2000, p.21-22), dando grande destaque ao teletrabalho, explicou que

Diante desse conjunto de mudanças técnico-econômicas, o mercado de trabalho e o perfil do emprego modificaram-se estruturalmente. Novas especializações profissionais e postos de trabalho surgiram, mas também diversas ocupações tradicionais foram ou estão sendo transformadas, substituídas ou mesmo eliminadas. [...] O teletrabalho vai ao encontro do desenvolvimento dessas novas modalidades de organização produtiva. Condição para haver teletrabalho é a separação do trabalhador do ambiente tradicional, ou seja, do local físico do escritório, o que desestrutura também o tempo de trabalho: esses trabalhadores passam a dispor de horários flexíveis para realização de suas tarefas. O teletrabalho constitui, também, uma nova abordagem do trabalho por parte dos indivíduos diante da possibilidade de se estabelecerem novos tipos de vínculos e relações de trabalho com os empregadores.

Na esteira da “globalização”, possibilitada em grande parte por utilizar-se das TIC, dotadas de padrão igualmente “global” de qualidade, abriu-se espaço para novas formas de trabalho, dentre elas, o teletrabalho.

Crescente no mercado laboral, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “[...] o teletrabalho é qualquer trabalho realizado num lugar onde, longe dos escritórios ou oficinas centrais, o trabalhador não mantém um contato pessoal com seus colegas, mas pode comunicar-se com eles por meio das novas tecnologias.” (ESTRADA). O teletrabalho, então, contempla, em sua natureza intrínseca, a flexibilidade de tempo e espaço. Pela possibilidade de alcance

extraterritorial, daí alguns afirmarem que ele é a forma de trabalho que se coaduna com as novas exigências da “globalização”.

Conforme Estrada, com a Lei nº 12.551, de 16 de dezembro de 2011, o art. 6º da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) ganhou outra forma mais “moderna”, que alcança o trabalho a distância e o “teletrabalhador”, como segue:

Art.6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

Ricardo Antunes, para quem o teletrabalho promove uma liberdade laboral aparente, aumentando os adoecimentos e o estresse, assim se expressa: “Se você ganha um equipamento quando entra na empresa, não é a libertação, mas a sua escravização, ainda que digitalizada.” (ANTUNES, 2010).

As consequências do teletrabalho, como de sabe, são inúmeras, tanto para empregadores quanto para empregados. Muitos alertam para o fato de que ele pode contribuir para o isolamento das pessoas, com jornadas excessivas de trabalho e para o enfraquecimento das reivindicações trabalhistas. Por outro lado, os otimistas acreditam, como o SOCINFO, que este é um dos caminhos para o futuro do emprego no mundo “globalizado”, por contribuir para o aumento da produtividade, redução dos espaços físicos de trabalho e maior flexibilidade organizacional.

O discurso enaltecedor da “sociedade da informação”, baseado nos fundamentos da “globalização” capitalista, nos remete à tese da dependência formulada pelo marxista Ruy Mauro Marini, cujo pensamento possui grande relevância para a interpretação do mundo do século XXI. Assim,

[Marini] afirma que a superexploração [do trabalho], então característica da periferia, se generaliza para os centros do sistema mundial. Para explicar esse movimento, o autor aponta as duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem o seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho, e são transferidas para a periferia e semiperiferia em busca do trabalho superexplorado. Este passa a produzir mercadorias para a economia mundial que competem parcialmente com a especialização produtiva dos centros, utilizando tecnologias com alta produtividade. O resultado é a tendência a nivelar a composição técnica do capital no mundo mediante uma reorganização da divisão internacional do trabalho que cria um novo monopólio, de dimensões globais, capaz de impor significativas assimetrias à burguesia de base estritamente nacional dos países centrais.

Esta, em consequência, recorre à superexploração face à sua incapacidade de restabelecer suas taxas de lucro pelo dinamismo da corrida tecnológica. (MARTINS, 2011, p.132).

Importante se faz registrar que, na teoria da dependência capitalista assinada por Marini, merecem destaque tanto a de natureza tecnológica quanto aquela de fundo ideológico.

Como o capitalismo – esse modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção - não tem limites para a sua expansão, o sistema de sócio-metabolismo do capital¹⁹ torna-se incontrolável e essencialmente destrutivo. Assim, o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Nesse contexto, o trabalho exerce um papel fundamental.

Como sabemos, foi Marx quem descobriu o verdadeiro sentido da palavra trabalho. Para ele, o trabalho é a essência do homem, pois é o meio pelo qual nos relacionamos com a natureza e a transformamos em bens que têm um valor de uso e um valor de troca.

Ao dividir a sociedade em duas classes – a burguesia e o proletariado -, Marx visualizou toda a crueldade e a insensatez do injusto mundo capitalista, onde muitos têm pouco e poucos têm muito.

O processo de trabalho é, pois, uma condição da existência humana, comum a todas as formas de sociedade humana: de um lado, o homem com seu trabalho; do outro, o elemento natural, o mundo inanimado, passivo. O trabalho é, assim, uma interação da pessoa que trabalha com o mundo natural, de tal modo que os elementos deste último são conscientemente modificados e com um propósito. Por isso, os elementos do processo de trabalho são três: primeiro, o trabalho em si, atividade produtiva com um objetivo; segundo, o(s) objeto(s) sobre os quais o trabalho é realizado; e terceiro, os meios que facilitam o processo de trabalho. Os objetos do trabalho e os meios de trabalho, em conjunto, são chamados de “meios de produção”. A finalidade, então, do processo capitalista de trabalho é produzir mercadorias cujo valor exceda à soma dos valores da força de trabalho e dos meios de produção consumidos no processo de sua produção.

¹⁹ Proposto por Mészáros, em seu livro “Para além do capital” (2002), a expressão sócio-metabolismo do capital designa o processo de acúmulo permanente do capital com repercussão em praticamente todas as esferas da vida humana e da natureza.

Note-se que, na teoria marxiana, toda sociedade é caracterizada por uma configuração de forças produtivas e relações de produção constituídas social e historicamente e que formam a base sobre a qual repousam outras relações econômicas e sociais. E, embora isso nem sempre seja bem compreendido, a doutrina do fetichismo de Marx e sua teoria do valor acham-se umbilicalmente ligadas, já que há um fetichismo da mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor, o que põe em evidência a forma peculiar assumida pelo trabalho na sociedade burguesa.

Vendo a complexidade e a contradição presentes no processo de trabalho, Antunes (2009a, p.232), afirma que,

[...] se por um lado, podemos considerar a *trabalho* como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em *trabalho assalariado, alienado, fetichizado*. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em *meio de subsistência*. A *força de trabalho* torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em *meio* e não *primeira necessidade* de realização humana.

Com relação à classe trabalhadora, Tonet (2004, p.107) se manifesta da seguinte forma:

Qual a natureza da classe trabalhadora? Ela se origina da venda da força de trabalho e, pelo processo de extração da mais-valia, é transformada em simples mercadoria e, assim, é expropriada de humanidade. Os indivíduos dessa classe encontram-se em situação tal que, para poderem realizar-se como seres genuinamente humanos, vêem-se obrigados a destruir a sua própria condição de classe e, para isso, a própria sociedade de classes. Daí por que seus interesses mais essenciais não são particulares, mas sim universais. Daí por que ela precisa de outro tipo de conhecimento, que vá até a raiz das desigualdades sociais, que permita intervir na realidade social para alcançar aqueles objetivos universais.

Todas essas metamorfoses que veem alterando, de algum modo, a forma de ser da classe trabalhadora geram o que se tem chamado de “nova morfologia do trabalho”. Cabe esclarecer que a classe trabalhadora é composta pela totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho, despossuídos que são dos meios de produção.

Ao enfatizar que o Brasil, pressionado pelo processo de “globalização” dos mercados e pela internacionalização da produção, apresenta um cenário de tecnologias de informação e comunicação “propício” à inovação, afirmando, inclusive, que o País “[...] ocupa a liderança do mercado de comércio eletrônico da América Latina, tendo transacionado US\$450 milhões em 1999 [...], o que

representou cerca de 88% do valor das transações realizadas eletronicamente pelos países latino-americanos [...]” (TAKAHASHI, 2000, p.24), o SOCINFO determinou que: é preciso aumentar o número de usuários da Internet brasileira; é preciso queimar etapas na evolução natural de comerciantes eletrônicos; é preciso criar condições para o desenvolvimento de inovações; é preciso promover mecanismos de exportação de produtos brasileiros via comércio eletrônico; e é preciso promover o uso da Internet como ferramenta de trabalho. (TAKAHASHI, 2000, p.26-27).

Para tanto, o Livro Verde propôs ações estruturadoras, a exemplo de

Criar projetos integrados de fomento para transformar **pontos populares de vendas**, como bancas de revistas, farmácias, papelarias etc., em pontos de acesso ao comércio eletrônico para o cidadão comum ainda não familiarizado com o mundo virtual. Diversificar, desburocratizar e ampliar o apoio de linhas de financiamento governamental (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal), na área das tecnologias de informação e comunicação para pequenas e médias empresas, assim como aquisição de equipamentos de acesso à Internet. [...] Criar mecanismos para facilitar a participação das PME nas redes de comércio eletrônico que ligam parceiros de negócios ao longo da cadeia de produção e fomentar iniciativas visando à criação de comunidades virtuais de PME, de modo a fortalecer seu poder de barganha junto aos fornecedores. [...] (TAKAHASHI, 2000, p.28).

Na categoria de outras ações, o SOCINFO, para esta primeira linha de ação, estabeleceu, dentre várias,

[...] Estimular a criação de oportunidades de teletrabalho para comunidades carentes, jovens, pessoas com necessidades especiais, presidiários e outros segmentos hoje excluídos ou com dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Criar portais para o aproveitamento e realocação de trabalhadores e para divulgar as ofertas de educação continuada. Adotar medidas visando à difusão da cultura do empreendedorismo no País, incluindo disciplinas em currículos dos cursos técnicos e de ensino médio fundamental que permitam aos alunos aprender fundamentos sobre a criação e gestão de negócios. [...] (TAKAHASHI, 2000, p.28).

Observe-se que, no paradigma informacional, a tecnologia da informação é uma tecnologia revolucionária, que gera inovação; mas sobre este ponto adverte Katz (1995, p.10):

Na concepção marxista, a inovação não é uma atividade socialmente neutra nem economicamente asséptica. [...] Envolve primordialmente o trabalho, devendo ser estudada, portanto, na relação estabelecida entre as forças produtivas e os modos de produção historicamente específicos e mutáveis. [...] A mudança tecnológica é guiada pelas mesmas forças que arbitram o trabalho assalariado, a troca de mercadorias, a concorrência entre produtores privados, a acumulação de capital ou a extração da mais-valia. Inova-se, como em qualquer sociedade, para potencializar a produtividade, mas a geração e a apropriação dos frutos desse processo são regidas pelas relações de produção mantidas entre proprietários e proletários nesse regime social. Sob o capitalismo, a mudança tecnológica subordina-se ao princípio da concorrência [:] “Inovar ou morrer”[.]

Ao influenciar na reestruturação dos processos produtivos e do trabalho, o novo paradigma informacional também trouxe profundas mudanças nas concepções de tempo e espaço. Assim, entre as grandes transformações resultantes do advento da “sociedade informacional”, temos a reconceitualização do trabalho humano.

Na era das TIC, portanto, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado, alterando-se, assim, sua concepção. Temos, hoje, um aumento das exigências de aptidões para o trabalho, considerando-se uma base de conhecimentos mais amplos, exigência de capacidade para resolução de problemas e para a tomada de decisões autônomas, capacidade de abstração e de comunicação verbal e escrita . Além disto, o trabalhador deve ser polivalente, no sentido de multiquificado, ou seja, capaz de desenvolver e incorporar diferentes competências e repertórios profissionais, tudo decorrente de um maior nível de escolaridade e do estímulo ao processo de educação continuada. Como afirma Alencar (2013, p.66), “as TIC (modalidade de acesso à informação), vistas aqui como frutos de conflitos e interesses, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção.”

Ocorre, no entanto, que o modelo das competências em vigor está longe de ser atendido pela maioria dos trabalhadores, os quais, ao não atenderem tais exigências, tornam-se desempregados ou se inserem em novas formas precárias de trabalho. Some-se a isto uma outra grande parcela totalmente desprovida das condições mínimas para o trabalho, para quem a impossibilidade de fazerem parte do novo mundo do trabalho é estrutural e permanente. Certo é que

a tendência devastadora ao desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a piora das suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais. (MÉSZÁROS, 2009, p.27).

O capitalismo, que trama laços destrutivos, ao privilegiar uma sociedade dividida em classes, simplifica a luta de classes ao separar tal sociedade em apenas duas classes antagônicas: a dominadora, representada pelos opressores (a burguesia) e a dominada, representada pelos oprimidos (o proletariado). A luta de classes, que se expressa nos campos econômico, ideológico e político, pressupõe a existência de uma consciência de classe – fundamental na dinâmica do mundo do

trabalho. Para o filósofo húngaro György Lukács, que, em 1918, abraçou com entusiasmo a perspectiva marxista, em seu livro “História e consciência de classe”, publicado em 1923, jamais se deve ignorar a distância que separa o nível de consciência, mesmo dos operários mais revolucionários, da consciência de classe do proletariado. Assim, a luta para instaurar a sociedade sem classes não é apenas uma luta contra a burguesia, mas uma luta do proletariado contra si mesmo: contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista na sua consciência de classe. (MÉSZÁROS, 2009).

É ainda Mézáros (2008, p.57) quem frisa que

não se pode entender o conceito de consciência de classe em Marx sem entender sua visão de causalidade social. De acordo com Marx, toda conquista humana introduz um elemento novo no conjunto complexo de interações que caracteriza a sociedade em qualquer tempo determinado.

Lukács (2010, p.295), por sua vez, amparando-se na teoria marxiana, assim se posiciona:

A consciência [de classe] é, em sua gênese no plano ontológico, nada mais do que o momento fundante indispensável [de um] novo processo do ser. Portanto, não nos deve surpreender que essa consciência por longo tempo não tenha tido nenhuma consciência de si mesma; que ela tenha conseguido surgir e operar só num estágio relativamente desenvolvido. Mais precisamente: com o desenvolvimento do trabalho, com o surgimento da divisão do trabalho, dos modos da práxis mediáveis a partir daí e que possibilitaram na prática o desenvolvimento do trabalho em um grupo social, amplia-se naturalmente cada vez mais o âmbito dessa consciência [...].

Com a utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação no mundo do trabalho, decorrente da suma relevância que a inovação passou a ter no quadro de intensa competitividade e com o advento das políticas neoliberais que assolaram todo o mundo capitalista a partir dos anos 1990, nunca a consciência da classe trabalhadora se fez tão necessária e tão ameaçada.

Na ótica de Wolff (2009, p.89),

a informatização da produção [...] trouxe no seu bojo a exigência de que todos os níveis da organização passem a funcionar de forma integrada, tendo as TICs como ferramenta, o que impôs uma reconfiguração da divisão técnica do trabalho no interior da produção. Na medida em que a matéria-prima desses processos se tornou a informação mesma, pode-se pensar que tal mudança está fundamentalmente amparada em um tipo de trabalho ‘informacional’, o que varia de acordo com a qualificação técnica requerida em cada etapa do processo produtivo.

Pelo exposto, observa-se que, ao se ampliar o papel da informação no interior da produção, esta ganha estatura de matéria-prima, transformando a

cognição em insumo do processo produtivo. Tem-se, então, no trabalho informacional, a reificação do conhecimento. Nesse sentido, de figura ativa do processo de trabalho, o trabalhador se converte em mero “órgão consciente” da máquina, submetendo a inteligência natural do homem à inteligência artificial da maquinaria. Assim, do “homem-máquina”, que caracterizou o taylorismo-fordismo”, surge um esforço de se “humanizar a máquina”.

A reestruturação produtiva, compreendida como uma resposta do capital à queda/estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros, em seu cerne, enfatizou as novas tecnologias e as novas formas e métodos de organização e gestão do trabalho. A característica essencial desse novo paradigma tecnológico-organizacional pode ser resumida numa única palavra: flexibilidade. Do ponto de vista tecnológico, é a substituição da automação rígida (não programável) de base eletromecânica, pela automação flexível (programável através da informação) de base microeletrônica, que permite rápidas mudanças no processo produtivo – quantitativas (volume produzido) e qualitativas (diferenciação do produto). No que se refere aos novos métodos de gestão, o princípio da flexibilidade se apoia na noção do *Just-in-time*, isto é, produção na quantidade e momentos exatos, conforme a demanda, tendo, como consequência, a inexistência de estoques, numa base permanente de eficiência e diminuição de custos, através da racionalidade do processo de trabalho.

No âmbito do mercado de trabalho, por sua vez, e sempre em nome da competitividade, a busca da flexibilidade exige a “livre contratação” entre capital e trabalho, sem nenhum tipo de restrição; exige a “livre negociação”, sem intervenção e regulamentação por parte do Estado. O objetivo é flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais existentes.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se timidamente já na metade da década de 1980, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 1990, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor (mar.1990-out.1992).

Importante evidenciar que, no conjunto do sistema econômico, o processo de reestruturação produtiva se constitui num dos elementos do processo de “globalização”, uma vez que o crescimento da produtividade exige a ampliação dos mercados, ao determinar, através da competição, transformações nas estruturas produtivas das mais diversas regiões do mundo. Mais: do ponto de vista tecnológico,

via recursos da telemática, o processo de reestruturação produtiva desenvolve os meios materiais que aprofundam o processo de “globalização”, especialmente em tempos de neoliberalismo, que substitui o Estado pela “livre concorrência”, no que tange aos diversos mercados, em particular, os mercados financeiros e o de trabalho.

Como declara Shapiro (2010, p.43),

Onde quer que a globalização e suas tecnologias se estabeleçam, o retorno dos investimentos aumenta e torna o rico mais rico, enquanto a competição mais intensa, doméstica e internacional, segura a maior parte dos ganhos do trabalhador, mesmo quando sua produtividade cresce. [...] A crescente desigualdade também é parte de outra dinâmica ligada às tecnologias de informação que estão “turbinando” a globalização: idéias estão substituindo ativos físicos como fonte principal de riqueza e crescimento. A economia baseada em idéia não é mais uma metáfora, mas uma dura realidade.

Quando se fala sobre a classe trabalhadora, no sistema capitalista, “acumulação” é um termo que não passa despercebido, notadamente porque o objetivo da produção é a obtenção de lucro, e não a satisfação das necessidades humanas.

Marx dedica considerável parte da sua análise econômica aos efeitos e formas do processo de acumulação, de que faz uma abordagem tanto lógica quanto empírica. Nesse sentido, formula leis relativas ao próprio processo de trabalho, distinguindo entre diferentes fases de desenvolvimento dos métodos de produção, e examina também os efeitos da acumulação sobre a classe operária. Com a introdução da maquinaria e da produção mecanizada, outros métodos de produção são forçados a recorrer a formas extremas de exploração para continuarem competitivos. A própria produção cria um Exército Industrial de Reserva e, com ele, a Lei Geral da Acumulação Capitalista, que consiste no fato de que quanto maiores o produto social, a capacidade de gerar riqueza e a produtividade do trabalho, de um lado, do lado oposto, maiores serão os índices de miséria, pobreza e desemprego.

Nesse sentido, Marx (2009, p.724) defende a ideia de que

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião o ser humano é dominado por criações do seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos.

Assim é que, diante de tantas questões polêmicas que estão presentes no problemático mundo do trabalho do universo capitalista, Antunes (2009a, p.237-238), ao esboçar uma nova morfologia do trabalho para o século em curso, assim se posiciona:

Quando se pensa [...] na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho compósito, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a *nova conformação da classe trabalhadora*: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. O que nos obriga a elaborar uma concepção ampliada de trabalho [...] O século XXI apresenta, portanto, um cenário profundamente contraditório e agudamente crítico: se o trabalho ainda é central para a criação do valor – reiterando seu sentido de *perenidade* -, estampa, em patamares assustadores, seu traço de *superfluidade*, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários além do enorme exército de desempregados(as) que se esparramam pelo mundo.

Reportando-se às tendências que vêm se desenhando no mundo do trabalho, nos tempos atuais, Antunes (2009b, p.199) afirma que

A primeira tendência que vem ocorrendo no mundo do trabalho hoje é uma redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista e fordista. Esse proletariado tem se reduzido em escala mundial, ainda que de maneira obviamente diferenciada em função das particularidades de cada país, da sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Constata-se a heterogeneidade existente no País, ressaltando as diferenças existentes na distribuição de renda e na situação das famílias brasileiras. O conhecido panorama de disparidades existentes no Brasil se configura em diferenças marcantes entre as várias regiões brasileiras, determinadas por um tardio processo de industrialização que se concentrou, a princípio, na região Sudeste do país, expandindo-se, posteriormente, para o Sul e, só mais recentemente, atingindo o Norte e o Nordeste. Tais disparidades ocorrem também intra-regionalmente, com grande distanciamento entre os ganhos de trabalhadores – e famílias – mais bem remunerados e aqueles auferidos pelas populações de menor poder aquisitivo.

As desigualdades econômicas do País estão presentes, ainda, nos diferentes segmentos sociais que compõem a população brasileira que trabalha, a exemplo das mulheres, dos negros, dos jovens, das crianças e dos adolescentes (contrariando a legislação), dos idosos etc., não apenas nas cidades, mas também no campo.

Qualquer assunto relacionado ao tema “trabalho” ocupa um lugar polêmico na sociedade brasileira, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, e há muitas décadas, para não dizer séculos. As idas e vindas do nosso desenvolvimento econômico explicam parte desse fenômeno, mas não tudo. Por essa razão, este é um tema que permanece na ordem do dia das políticas públicas no Brasil.

Conforme explicitado no texto do SOCINFO, a era da informação e do conhecimento em que vivemos nos mostra um mundo novo, onde o trabalho humano é feito pelas máquinas, cabendo ao homem a tarefa para a qual é insubstituível: ser criativo, ter boas ideias. Desenvolver competências e habilidades na busca, tratamento e armazenamento da informação transforma-se num diferencial competitivo dos indivíduos que, ao mesmo tempo, pode gerar inclusão e exclusão no mundo do trabalho.

É notório que o desenvolvimento das TIC possibilitou, e é responsável por profundas mudanças no processo produtivo. Esse processo de mudança vem trazendo diversas consequências ao mercado de trabalho no Brasil, impondo grandes sacrifícios para a classe trabalhadora do nosso país. As máquinas, que se sofisticam a cada dia, exigem treinamento e dependem de poucos empregados. Além da redução ou desaparecimento completo de postos de trabalho, as exigências com atualização e treinamento excluem milhares de trabalhadores de preencherem as vagas ainda disponíveis, o que contribui, de certo modo, para o aumento do desemprego.

Apesar do profissional buscar atualização e treinamento, a qualificação dos trabalhadores não garante a inserção das pessoas no mercado de trabalho ou mesmo a queda no nível de desemprego. A qualificação não gera emprego, apesar de ela ser essencial a todo profissional.

O posicionamento de Furbino, da área de RH (Recursos Humanos), nos dá uma clara visão da forma como o trabalho humano, hoje, sob o duro prisma capitalista, se vincula à tecnologia, dentro da chamada “cultura organizacional”, que estimula a “pressão por resultados”. Vejamos:

Sabedoras de que a maior commodity [mercadoria] do século XXI é o Conhecimento, as empresas devem investir "pesado", não somente em equipamentos (hardware) e procedimentos (software), mas também em pessoas ("humanware"), uma vez que todos eles são considerados pilares para quaisquer empresas e, por sua vez, possuem o poder tanto de

alavancar como de arruinar empresas. Equipamentos e procedimentos não terão êxito algum se não forem bem comandados e executados por profissionais competentes. Deste modo, são as pessoas que irão garantir a competitividade, a sobrevivência e a solidez da empresa frente à acirrada competitividade.

Em todo esse complexo panorama do mundo do trabalho, com a nova representação da sociedade como rede e com o entendimento do ideal de sociedade, isto é, a sociedade da comunicação centrada na constante circulação da informação, pode-se afirmar que as TIC, pela sua abrangência e incidência profundas, são plenas de ideologia.

Nesse sentido, como enfatiza Braga (2009, p.65),

Se é verdade que a força ideológica presente na utopia da sociedade da informação radica exatamente na promessa de uma inserção socialmente emancipada no e pelo trabalho, também é verdade que somente pela análise do campo das relações capitalistas de trabalho poderemos apreender os fundamentos praxiológicos da dialética do trabalho informacional – ao mesmo tempo contemporâneo e retrógrado, oportuno e inoportuno...

Contudo, no olhar míope do Livro Verde brasileiro, o “próspero” trabalho informacional é somente “contemporâneo e oportuno”...

4.2 Universalização de serviços para a cidadania

A segunda Linha de Ação do SOCINFO diz respeito à promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas, com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.

Conforme foi enfaticamente assegurado no Livro Verde,

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de “info-excluídos”. (TAKAHASHI, 2000, p.31).

Ao relacionar o conceito de universalização com os de cidadania e democratização, enfatizando que, para bem utilizar os serviços disponíveis na rede,

o cidadão brasileiro precisa ser “informado e consciente”, Takahashi (2000, p.31) se expressou nos seguintes termos:

[...] o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania.

Com efeito, democracia e cidadania são temas de notória importância para a sociedade atual. Verifica-se isso nos diversos enlaces políticos, econômicos, religiosos, filosóficos e, principalmente, sociais. Os dois institutos visam, em geral, à consolidação da dignidade humana, indispensável para o estabelecimento de uma sociedade igualitária, isonômica, onde prevaleçam a justiça e a solidariedade.

Que informação é poder, já sabemos todos. Se é assim, temos de partir do princípio de que a igualdade na possibilidade de acesso à informação é (ou deveria ser) um pressuposto de peso dentro de um regime verdadeiramente democrático.

Lembrando que a ideologia democrática posiciona-se no centro do discurso político do capitalismo, Chauí (2009, p.405) afirma:

Dizemos que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui **direitos**.

A democracia é, no século XXI, um imperativo decorrente da contemporaneidade. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mais do que proclamados, exigem a vivência democrática. A concepção do homem como um sujeito livre faz da democracia um valor. Democracia rima, então, com ética e responsabilidade. Apesar de algumas discrepâncias, o ideal democrático é reivindicado pelo liberalismo. A ideia de um governo da maioria é, contudo, frequentemente subvertida para se prestar aos mais variados interesses. Resgatar a democracia, pois, significa, por exemplo, o respeito às minorias, um sistema econômico justo e leis que garantam os direitos humanos. Fato é que, a despeito de tantas máculas a ela imputadas, a democracia ainda é o sistema político mais

avançado que temos no planeta. Portanto, é inadiável um compromisso com a luta em prol não só do resgate, mas principalmente, da manutenção dos princípios democráticos em todo o território brasileiro.

Pela definição liberal, mais do que uma ideologia política, por democracia se entende um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de governo e para a formação das decisões políticas que abrangem toda a comunidade. Assim, democracia deve ser percebida como um processo político. (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2007, p.326).

Seguindo a mesma linha, na visão de Bobbio (1987, p.158), “[...] uma democracia perfeita deveria ser, ao mesmo tempo, formal e substancial. Mas um regime deste gênero pertence, até agora, ao gênero dos futuríveis.” Democracia formal é mais um governo do povo; é caracterizada pelos chamados “comportamentos universais”, que determinam decisões de conteúdos diversos. Democracia substancial é mais um governo para o povo, onde se dá relevo ao igualitarismo.

Para Dahal (1997), entretanto, as democracias existentes são pobres aproximações do ideal democrático. Ao discutir a relação antagônica democracia ideal X democracia real, este autor afirma que a democracia ideal é inalcançável, mas expor seus requisitos ideais é útil para classificar e avaliar sistemas políticos reais; além disso, o ideal democrático é demasiado exigente para ser plenamente alcançado no mundo real.

Ao se referir à democracia participativa, surgida na Europa, nos anos 1960, Silva realça a dificuldade de atingi-la, principalmente em função do papel do Estado com relação à manutenção das desigualdades sociais. Diz esta autora:

Observo que, mesmo nas propostas de democracia participativa, o conteúdo liberal da participação política dos trabalhadores se mantém, visto que não ocorrem mudanças significativas na concepção de indivíduo como consumidor de bens públicos e na naturalização da desigualdade social. Portanto, ainda permanecem os princípios da defesa da propriedade privada, da naturalização da exploração do homem pelo homem e da maximização dos interesses no mercado, dificultando ou afastando qualquer perspectiva de transformação. (SILVA, 2003, p.19-20).

Impossível falar em democracia sem relacioná-la com cidadania, já que esta se configura como uma categoria estratégica para o estabelecimento de uma sociedade melhor, mais democrática. Cidadania tem a ver com sentir-se parte integrante da sociedade e responsabilizar-se por ela. Nesse contexto, é

indispensável que cada pessoa se aproprie da noção de pertencimento. Quando bem trabalhado na esfera micro, o sentimento de pertencer é ativado, facilitando a convivência na esfera macro e gerando o necessário comprometimento. Ao perceber que tem compromissos com o mundo que o cerca, o indivíduo compreende que “estar com o outro” é diferente de apenas “estar junto do outro”, o que pressupõe compartilhamento e respeito. Mas, para se ser cidadão, é preciso aprender, praticar e cultivar a cidadania, sempre na perspectiva da emancipação humana – de fundamental importância para a teoria marxiana.

A referência teórica do conceito de cidadania encontra-se na obra do sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), publicada em 1949 sob o título “Cidadania, Classe Social e Status”, onde o autor desenvolve uma tese sobre a evolução da cidadania na Inglaterra. Marshall define cidadania como a participação integral do indivíduo na comunidade política e distingue três tipos de direitos: os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. O argumento do autor segue a seguinte lógica: garantidos os direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos e, conseqüentemente, conquistariam direitos sociais. (MARSHALL, 1967).

Covre (2006, p. 72), referindo-se à cidadania plena e à construção do novo, assim se posiciona:

[...] a proposta de cidadania da etapa atual permite abrir espaço para a retomada daquele exercício de cidadania do período do avanço revolucionário da burguesia, com a vantagem de que, agora, a sociedade tecnológica criou bens e condições de atender realmente a todos os homens do planeta. Isso depende de uma condição *sine qua non* – a de que os sujeitos precisam construir o possível nesse espaço aberto, lutando por todos os direitos do cidadão. E lembrando sempre: o que se reivindica tem relação íntima com o modo usado para reivindicar.

Em sua análise crítica do esquema teórico de Marshall, sob a ótica de Saes (p.38),

[...] qualquer variante de “democracia econômica” é insuscetível de se concretizar numa sociedade capitalista, que evolui sempre na direção de uma concentração e centralização do capital. Isto significa que a instauração da condição geral indispensável à concretização da participação política da maioria social implica a superação do modelo capitalista de sociedade. Noutras palavras: uma cidadania plena e ilimitada, conforme com as exigências ideológicas subjacentes ao conceito apresentado por Marshall, situa-se além do horizonte da sociedade capitalista e das suas instituições políticas.

Por sua vez, Carvalho (2008, p.219), ao relatar os anos do processo de cidadania no nosso país, focando nos direitos civis, sociais e políticos, afirma que

A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. [...] Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

No caso brasileiro, com tantas dificuldades que o cotidiano revela, o que é necessário, então, para o estabelecimento de uma sociedade democrática e cidadã, com bases emancipatórias? Há, ainda, por certo, um longo caminho a ser percorrido nessa estrada de tão grandes e numerosos obstáculos.

Ainda assim, em nosso país, a experiência política e social das últimas duas décadas, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, apesar dos defeitos, considerada um marco entre a ditadura e a democracia, tem mostrado alguns caminhos para avançarmos. O princípio da democracia participativa assegurado pela nova ordem jurídica e os instrumentos institucionais criados para sua implementação, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas²⁰ e o Orçamento Participativo²¹, apresentam um quadro positivo, tanto para a democratização das instituições sociais como para a transparência dos atos públicos e a educação para a cidadania.

Contudo, é fato que o ceticismo e o afastamento dos cidadãos da esfera da política - manchada por tanta corrupção, subtrações, desvios, desmandos e contas públicas que nunca fecham -, comprometem atitudes favoráveis à democracia. Por certo, os cidadãos mostram-se mais dispostos a participar quando acreditam que suas ações e seus objetivos serão alcançados. Com esse quadro de descrédito, não há revolução pela cidadania.

A informação é, nesse contexto, um elemento indispensável tanto à cidadania quanto à democracia, e, em consequência, à governabilidade. Apostando

²⁰ Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua permanência.

²¹ Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos de participação cidadã.

neste entendimento, espera-se que a sociedade saiba dar respostas a estes desafios de democratização da informação.

Ao se reportar às iniciativas do Estado brasileiro rumo à universalização, tendo como foco a construção da nossa “sociedade da informação”, o SOCINFO “assegurou” que

É papel do Estado dedicar especial atenção à incorporação dos segmentos sociais menos favorecidos e de baixa renda à sociedade da informação. O Estado, nesse particular, tem a responsabilidade de induzir o setor privado a se envolver no movimento de universalização e a participar ativamente das ações nesse sentido. Outra função fundamental do Estado é regulamentar as ações do setor privado. [...] Na maioria dos programas e propostas dos governos, a universalização do acesso aos serviços de Internet tem sido complementada por ações focadas em pelo menos três grandes frentes: **educação pública, informação para a cidadania** e incentivo à montagem de centros de **serviço de acesso público** à Internet. (TAKAHASHI, 2000, p.33).

Nesse sentido, Alencar (2013, p.58), com propriedade, assevera que

A utilização da Internet, através de programas de inclusão digital, pode ser vista como uma alternativa de grande valor para um maior acesso público à informação. A restrição que existe é no sentido de refletir e perguntar por que UM maior e não O maior acesso público à informação. Considerando as implicações políticas, as quais se encontram vinculadas às econômicas e sociais, que historicamente formaram barreiras para o acesso público, não se pode pensar que a Internet seja, de imediato, a certeza de acesso público ao conhecimento. Não basta fornecer equipamentos de *hardware* e *software* às instituições públicas; precisamos, na verdade, combater algumas mazelas que se formaram ao longo da história, como: o analfabetismo, a fome, a pobreza e o abandono em que se encontra a maioria da população brasileira, iniquidades estas geradas pelo capitalismo.

O SOCINFO, ao se referir à montagem de centros de serviços públicos de acesso à Internet, citou, com especial destaque, os telecentros²², tentando mostrar a condição “vantajosa” do nosso país, no que tange ao número de “internautas”, com relação ao mundo e à América Latina. Vejamos:

Em números absolutos, o Brasil ocupa lugar significativo em termos de usuários da Internet – variando entre o 12º e o 14º lugar no *ranking* mundial, a depender do critério –, ao passo que, em números relativos, a quantidade de usuários em relação ao total da população coloca o País em 4º lugar na América Latina. (TAKAHASHI, 2000, p.34).

Ora, como se percebe, em face do conceito de universalização, a inclusão digital formal e concreta ainda é um desafio gigantesco para a sociedade brasileira,

²² O termo “telecentro” diz respeito às instalações que prestam serviços de comunicações eletrônicas para camadas menos favorecidas, notadamente nas periferias das grandes cidades ou mesmo em áreas mais distantes.

considerando, sob o prisma do capitalismo contemporâneo, o ainda assustador abismo entre ricos e pobres²³ - causa de tanta vergonha e massacre nacionais. Quando se fala em inclusão digital, fala-se em dar acesso às tecnologias de informação e comunicação. E, neste contexto, é importante que todos os órgãos que lidam com a questão da cidadania estejam articulados.

Além disso, como defendem Mattos e Santos (2009, p.118), contrariando, pois, a equivocada ideia de homogeneidade,

A sociedade [...] estaria visivelmente dividida em dois pólos: de um lado, os “digitalmente incluídos”, detentores das tecnologias dominantes, e de outro, os “digitalmente excluídos”, indivíduos que não possuem acesso ao então recurso social primário – a informação. Partindo desse pressuposto, a inclusão digital seria um projeto estratégico, com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a disseminação dos recursos tecnológicos em diferentes setores da sociedade, possibilitando assim melhorias significativas para toda a população.

A história tem provado, aliás, que o termo “homogeneidade” não coaduna com a dinâmica do capitalismo, plena de incertezas e desequilíbrios de toda ordem, posto que a gramática do capital carrega, em seu bojo, o peso da contradição. Na clara visão dessa essência, o espírito inconformado, revolucionário e transformador de Marx foi insuperável.

Sustentado, então, pela aparência enganadora da “sociedade da informação”, o SOCINFO seguia com o seu discurso “convincente” quando afirmou que a Internet representa uma enorme oportunidade para combater a marginalização de mulheres, jovens e pessoas com necessidades especiais, visando a uma participação mais produtiva desses cidadãos na sociedade e a uma redução de isolamento social.

Para tanto, o Livro Verde declarou que, para cumprir as iniciativas de universalização de serviços para a cidadania no Brasil, pelas trilhas da inclusão digital, seria necessário: aumentar drasticamente o número de pessoas com acesso direto ou indireto à Internet; capilarizar²⁴ o acesso à Internet em todo o País; produzir e disponibilizar no mercado brasileiro dispositivos (*hardware* + *software*) de baixo custo; promover a implantação de serviços de acesso público à Internet; e, por fim,

²³ No que diz respeito à extrema pobreza, o Brasil, nos últimos vinte anos, vem apresentando avanços consideráveis.

²⁴ Na linguagem de redes de transmissão de dados, o verbo “capilarizar” se refere a estender a cobertura do território que uma dada rede abrange.

oferecer mecanismos de avaliação e oportunidades de treinamento básico em Informática em larga escala.

Nesse sentido, dentre as ações propostas para a área sob análise, num pretendo esforço de aproximação entre os “inforicos” e os “infopobres” brasileiros, o Programa Sociedade da Informação (TAKAHASHI, 2000, p.41-42), se comprometeu a:

Promover a “alfabetização digital” maciça da população brasileira [...]. Promover (re)edições do Serviço Civil Voluntário²⁵ em todos os estados brasileiros, incorporando a “alfabetização digital” em suas atividades. Apoiar diretamente a montagem de 1.000 centros comunitários modelo para acesso à Internet, como piloto para alcançar a meta de 5.500 desses centros. Criar rede de apoio a deficientes nos 1.000 centros comunitários modelo de acesso à Internet.

Além disso, no seu “pacote” de outras ações, também estavam presentes:

Criar e disponibilizar na Internet um banco de dados de equipamentos que estejam em desuso, mas ainda operacionais, disponíveis para doação por empresas ou instituições, ou mesmo pessoas físicas, para destinação social. Criar portal de assistência para o iniciante na rede. Criar infotecas nas escolas, incentivando novos esquemas de formação e de relacionamento da comunidade escolar com as famílias. Estimular e capacitar as comunidades a gerar seus próprios conteúdos na Internet, com ênfase em formação para a cidadania. [...]. (TAKAHASHI, 2000, p. 42).

A despeito, porém, de tantas críticas com relação à tendência de se ter no Brasil uma divisão entre beneficiários e despossuídos da dita revolução digital, como em Instituto (1998, p.30),

[...] quem aproveita o início dos grandes processos de mudança, apesar de correr mais riscos, certamente auferirá mais lucros no médio e longo prazos. No caso da Internet e redes futuras que a seguirão, já não há mais tantos riscos e não é tão cedo assim para nos juntarmos ao mundo, no debate sobre como contornar os riscos e incertezas, assim como sobre como aproveitar as oportunidades e benefícios oferecidos pela rede.

Contudo, diga-se, tal assertiva só terá valor se abranger todos os cidadãos brasileiros, no alcance pleno da utópica, mas desejável e necessária, democratização da informação.

Aliás, hoje, com a criação da Internet, a “globalização” das informações e os avanços provocados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, é difícil

²⁵ O Programa Serviço Civil Voluntário foi desenvolvido pela APREC Ecosistemas Costeiros (uma ONG ecológica e educacional, baseada em Niterói, RJ) em parceria com o Viva Rio desde 1998 até 2002, no intuito de oferecer a jovens de baixa renda alternativas de formação, numa combinação entre qualificação básica para o mercado de trabalho, ações comunitárias e educação para a cidadania. A proposta do programa, conjugado a uma política de integração da juventude brasileira, está apresentada nos objetivos do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

compreender que o direito à inclusão digital não esteja consignado entre os direitos e garantias dos cidadãos brasileiros, na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ora, na contramão da sua ainda jovem democracia e da sua cambaleante cidadania – que deverão ser aperfeiçoadas, atualizadas e adaptadas aos tempos de hoje -, o Estado brasileiro passou a ser percebido não como um aliado, prestador de serviços fundamentais, mas como um expropriador de renda em causa própria, que cria dificuldades e impõe obrigações à população, sem perceber, portanto, que seu papel não é abusar do poder em causa própria, ou para beneficiar seus amigos e aliados, e sim, servir ao bem comum e à sociedade. (RESENDE, 2013, p.84-86). De fato, para o bem da nossa sociedade, é preciso que o Estado tome para si a desafiadora tarefa de reestruturar o atual sistema societário – cheio de vícios e defeitos.

Nesse contexto, o avanço das comunicações e da Internet exige algum tipo de revisão nos atuais modelos de democracia e de cidadania, condição imprescindível para que se estabeleça e, principalmente, para que se possa manter a controvertida inclusão digital.

Ao tratar a exclusão digital como produto direto da exclusão social, Balboni (2007, p.19) afirma que a exclusão digital, no Brasil, é aguda “[...] e acompanha o cenário de exclusão social no país, fazendo com que a população de regiões mais ricas, próximas aos centros urbanos, com escolaridade mais alta e mais jovem tenha mais acesso à infra-estrutura de telecomunicações e aos serviços de Internet.”

Para se ter uma ideia da situação brasileira, doze anos após o lançamento do SOCINFO, de acordo com o portal da EBC – Empresa Brasil de Comunicação - uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva e cidadã (www.ebc.com.br) -, dados de 2012 revelam que, entre 156 países, o Brasil ocupa a 72ª posição em ranking de inclusão digital, medida pelo Itic²⁶. Assim,

De acordo com esse índice, 51,25% da população brasileira têm acesso ao computador, à Internet, ao celular e ao telefone fixo. O país com maior índice de inclusão digital é a Suécia (95,8%), seguido pela Islândia e Cingapura, empatadas com 95,5%. Nas últimas colocações da lista, estão a

²⁶ O Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular (Itic) de Inclusão Digital mede o acesso das pessoas ao computador, à internet e à telefonia, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Telefônica/Vivo, com base em dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Gallup.

Etiópia (8,25%), República Centro Africana (5,5%) e Burundi (5,75%), todos no continente africano. Na América Latina, Venezuela (62%) tem o maior índice de acesso às tecnologias da informação, seguida pelo Chile e Uruguai, ambos com 55%. Na Argentina e na Colômbia, os percentuais são 54% e 51% respectivamente, [sendo o primeiro deles] acima do indicador brasileiro. Na avaliação do economista da FGV e responsável pela pesquisa, Marcelo Neri, o Brasil está no meio do caminho em termos de inclusão digital. “O Brasil é um copo meio cheio ou meio vazio, depende da maneira como se vê”, disse, durante a divulgação dos dados. Para ele, nos próximos anos, o acesso ao telefone celular será decisivo.

Pedro (2010, p.114), por sua vez, afirma que

[...] a tecnologia que exclui é tomada como aquilo mesmo que pode incluir. E se a exclusão digital se entremeia com a exclusão social, a tecnologia torna-se ferramenta poderosa de inclusão social. Busca-se incluir pela informação, pelo acesso, pela capacitação. Vale ressaltar o quanto a opção por essas estratégias pode comportar ciladas. À medida que as tecnologias se tornam obsoletas muito rapidamente, acaba por se gerar um “horizonte de inclusão” quase sempre inalcançável, acessível, na maior parte das vezes, apenas por quem pode pagar por elas. Além disso, a inclusão tende a ser pensada numa espécie de “trajetória evolutiva”, na qual se passa da exclusão/ignorância à inclusão/prosperidade, sendo a informação e a tecnologia capazes de suprir esta lacuna (FERREIRA & ROCHA, 2009). Nestes casos, mesmo os projetos em cuja base estaria a democratização da sociedade e a constituição da cidadania apoiam-se na premissa de que os sujeitos, uma vez “informados” e capacitados ao acesso, tornar-se-ão “cidadãos”.

Pelo que se observa, ao permanecer distante dos verdadeiros conceitos de democracia e cidadania, o Brasil ainda está muito longe de ter a sua própria “sociedade *on-line*”, menos ainda quando esta é vinculada à ideia de sociedade democrática. Nesse aspecto, sob a sempre crítica ótica de Chauí (2011, p.153), “[...] será difícil encontrar alguma sociedade que seja democrática [...]”. É essa mesma autora quem nos explica que

[...] *uma sociedade é democrática* quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como luta social e, politicamente, como um contrapoder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. Fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de *privilégios* e *carências*. (CHAUI, 2011, p.352),

Dessa forma, a pergunta que vem a seguir é: será que o SOCINFO, caso cumprisse a democratização da informação e garantisse a inclusão digital da população brasileira como um todo, construiria a nossa “sociedade da informação”, com feições nitidamente democráticas? Neste particular, Marilena Chauí declara que “Talvez a condição social mais premente da democracia seja a questão da informação.” (CHAUI, 2011, p.153). Até porque a informação é insumo fundamental

para instrumentalizar as lutas em prol do acesso à saúde, à educação, à segurança etc.

De acordo, então, com Alencar (2013, p.54),

Merece especial atenção [...] o fato de que, em função do domínio ideológico exercido universal e irrestritamente pela mídia e também pelos programas governamentais de inclusão digital, que são encarregados de “popularizarem determinados temas e de criarem vantagens alinhadas com os ideais de equalização social, democratização de oportunidades e empregabilidade, linguagem essa própria do vocabulário neoliberal”, é amortizada a situação de exclusão radical à qual o conjunto da classe trabalhadora está submetido. Cenário tal, que não só explica, mas que é específico do processo de reestruturação produtiva em reação à atual crise capitalista. (NASCIMENTO, 2011, p. 52). Na verdade, “na era pós-fordista, a inclusão digital se apresenta [...] como uma das formas utilizadas pelos capitalistas para integrar a classe trabalhadora no seu projeto socioeconômico.” (SOARES, 2007, p. 6). Assim, o que constatamos é que, embora as TIC, e especificamente a Internet, sejam apresentadas como uma panaceia ao conjunto da classe expropriada, tais tecnologias não são, e nunca foram, produzidas e destinadas à real satisfação das necessidades humanas; são muito mais comprometidas com o ideário neoliberal, o que deixa a classe expropriada cada vez mais impedida de sua emancipação.

Como indica Castells, todas estas questões convergem para o necessário esforço de se compreender os movimentos do capitalismo informacional global, entendido como o sistema que, a seu ver, substitui o capitalismo industrial. Ao apontar para a formação da dita “sociedade em rede”, sob o comando do informacionalismo, é potencializado o fetichismo da Internet, a cujos poderes e encantos - cegamente crédulos -, tantos países, organizações e indivíduos, a exemplo do que acontece no Brasil, se rendem.

4.3 Educação para a sociedade da informação

A terceira Linha de Ação do SOCINFO aponta para o apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância baseados na Internet e em redes, através de fomento ao ensino, auto-aprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal.

Com efeito, uma das características das sociedades da informação é a ênfase na educação. A política educacional passou a conceber o conhecimento e as competências, decorrentes do poder da informação, como partes de uma economia globalizada e competitiva. O lugar em que o país ocupa na escala mundial passa a estar vinculado, cada vez mais, à sua capacidade em gerar, gerir e disseminar

conhecimento, pois a economia global de alta tecnologia está se movendo, cada vez mais, para atividades que exigem mão de obra altamente qualificada, que requerem bases educacionais consistentes.

Sob a ótica marxista de Rossler (2004, p.88-89),

A educação deve contribuir para a transformação dos homens, modificando as formas de relações entre eles, contribuindo para a superação, em sua consciência, dos seus fundamentos ideológicos e, assim, contribuindo para o desenvolvimento de novos fundamentos, de novos conteúdos, de uma nova consciência, de uma nova individualidade, capaz de materializar-se e transformar – revolucionar – o mundo. [...] A educação deve formar os homens para que estes realizem a transformação da ordem social vigente, quando esta realidade impede seu livre desenvolvimento. [...] Deve ser, portanto, um processo educativo engajado no processo revolucionário mais amplo e não uma educação voltada para um processo de adaptação dos indivíduos às suas condições culturais e sociais, sejam elas quais forem. [...] Nesse sentido, a educação adquire uma orientação política e moral, isto é, deve atuar na constituição da *classe revolucionária* – transformadora.

A evolução tecnológica, ocorrida nos últimos anos, ressaltou a necessidade de se introduzirem novas técnicas na educação, enfatizando o uso do computador no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de tornar esse processo mais atrativo e capaz de satisfazer as necessidades de informação do aluno, de forma mais interessante, dinâmica e eficiente.

Como assevera Gasque (2012, p.40),

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela grande produção de informação científica e tecnológica, pelo uso intensivo das redes de comunicação eletrônica e pela necessidade permanente de aprendizagem para se viver nessa sociedade em constante transformação. Por esse motivo, apesar de se observar na literatura as denominações “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”, “sociedade da aprendizagem” parece ser a expressão que melhor traduz a essência do mundo atual. Isso porque o acesso à informação não se manifesta necessariamente em conhecimento, requerendo, para que isso ocorra, engajamento dos indivíduos no processo de aprendizagem para transformar informação em conhecimento.

Nessa sociedade, as TIC afetam, com muita força, os currículos escolares, bem como a formação e atuação do professor, que se vê obrigado a atualizar-se em relação às novas mídias para acompanhar a dinâmica de obtenção de informação e de transformação desta em conhecimento. Nesse processo, a educação a distância soma-se ao ensino presencial para superar distâncias e o acesso ao conhecimento.

A despeito de tanta tecnologia vinculada à pedagogia, Morin (2000, p.101), referindo-se à missão do educador, assim se exprime:

É nesse sentido que podemos responder à questão colocada por Karl Marx, em uma de suas teses sobre Feuerbach: “Quem educará os educadores?” Será uma minoria de educadores, animados pela fé na necessidade de reformar o pensamento e de regenerar o ensino. São os educadores que já têm, no íntimo, o sentido de sua missão. Freud dizia que há três funções impossíveis por definição: educar, governar, psicanalisar. É que são mais que funções ou profissões. [...] O ensino deve voltar a ser não apenas uma função, uma especialização, uma profissão, mas também uma tarefa de saúde pública: uma missão.

Como enfatiza Selwyn (2008, p.819), estudioso do uso das tecnologias na educação e na promoção da inclusão social, do Instituto de Educação da Universidade de Londres,

A vida do indivíduo reflexivamente moderno está provavelmente associada a uma variedade de possibilidades tecnológicas desde a comunicação baseada em telefones celulares até o compartilhamento *on-line* de informações. Graças a esses canais tecnologicamente facilitados, a reflexividade, portanto, não diz mais respeito a “tomadas de decisão distantes, [uma vez que] não existe distância alguma entre conhecimento e ação” (Lash, 2002, p. 156). Obviamente, muitas das competências vistas como essenciais à vida contemporânea (como a comunicação, a reflexividade, o trabalho em equipe, a adaptabilidade e assim por diante) são sustentadas por práticas e contextos claramente não-tecnológicos. Todavia, o fato é que as TIC fornecem um contexto integral para essas ações. Embora, sem dúvida, o uso das TIC não seja um pré-requisito para *sobreviver* na sociedade do século XXI, é quase certamente um elemento integral para *prosperar* na sociedade deste século. Para muitos analistas, isso parece se aplicar melhor à educação e ao aprendizado do que a qualquer outra área.

Dada a personalidade instável e mutante da “sociedade do conhecimento”, onde saberes são construídos e desconstruídos, Sêneca, um dos maiores pensadores romanos do século I, com a sua célebre frase “Aprenda a desaprender”, vem inspirando, cada vez mais, não só os trabalhadores docentes, como, também, os indivíduos (“eternos estudantes”) dos tempos atuais.

Antigamente, ter 12 anos equivalia a passar muito tempo brincando. Hoje em dia, porém, antes dessa idade, meninos e meninas já aprendem idiomas, veem de tudo na televisão e mexem na Internet e em aparelhos eletrônicos que dão nó na cabeça de muito adulto. Assim como os mais crescidos, os pequenos estão expostos a um dilúvio constante de informações fragmentadas, dividem sua atenção entre várias atividades simultâneas e são estimulados a se desenvolver o quanto antes para enfrentar o mercado de trabalho. Haja foco e concentração para atender a tanta demanda! Este é o quadro imposto pela dinâmica da sociedade atual, que exige, a todo segundo, mais e mais das pessoas.

Como apontado pelo Livro Verde (TAKAHASHI, 2000, p.45),

A educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações. Por outro lado, **educar** em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica.

Na opinião de Décio Saes, professor titular da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e da Fundação Escola,

É importante notar que, na era das políticas estatais de orientação neoliberal, o argumento de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento da sociedade tende a ser acionado, de modo particularmente intenso, para explicar os fracassos registrados noutros domínios da política estatal: crescimento econômico, emprego, distribuição de renda, saúde, etc. Mais especificamente: as carências específicas da educação escolar, suscetíveis de serem atribuídas ao subdesenvolvimento cultural, tendem a ser taticamente apontadas, pelos próprios setores que dirigem o Estado, como o fator que explica *qualquer* fracasso da política estatal de orientação neoliberal. Nesse caso extremo, também se evidencia, ainda que de modo indireto e negativo, a relevância da ideologia escolar dentro da sociedade capitalista, em sua fase atual. (SAES, 2012).

Ao se reportar à educação para a cidadania, com a efetiva contribuição das TIC, o SOCINFO esclareceu que

Pensar a educação na sociedade da informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais. E inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis. As tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas para integrar a escola e a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade e a clivagem entre o formal e o informal seja vencida. (TAKAHASHI, 2000, p.45).

Como lembra Milanesi (2002, p.54-55), “há um vasto segmento da população que não dispõe de informações mínimas para participar ativamente dessa ‘sociedade da informação’. Nesse caso não resta outra alternativa senão alfabetizar, o primeiro passo da chamada ‘inclusão’.”

Nesse contexto, ao redor do mundo, têm surgido muitas iniciativas com o desafio de testar as fronteiras entre tecnologia e pedagogia, já que a sala de aula ficou pequena demais para crianças, adolescentes e adultos.

Segundo Costa (2013, p.66-67),

O acesso a computadores e celulares no ambiente escolar brasileiro experimentou uma vertiginosa ampliação na última década. Em 2005, apenas 35,7% dos estudantes tinham acesso à internet, segundo dados do IBGE. Hoje, o índice é de 72,6%. Essa invasão das tecnologias de informação e comunicação está revolucionando a maneira de ensinar e aprender. Jogos, conteúdos colaborativos e redes sociais acadêmicas começam a entrar nas salas de aula. Nos próximos cinco anos, a transformação deve se disseminar a tal ponto que o giz e o quadro negro parecerão peças de museu.

Com relação à mudança do ponto de vista das escolas, com reflexo na estrutura e no projeto pedagógico das redes de ensino, de acordo com dados de 2012, do Comitê Gestor da Internet no Brasil²⁷, temos:

A presença das tecnologias impulsionou 57% dos professores brasileiros a adotarem novos métodos de ensino. Para 72% dos professores, as novas tecnologias aumentaram o acesso a materiais diversificados e de maior qualidade. A falta de computadores é apontada como uma dificuldade por 79% dos professores da rede pública. Na rede privada o índice é de 53%. 60% dos professores da rede privada desenvolvem atividades com o computador na própria sala de aula. Nas escolas públicas, 75% recorrem ao laboratório de informática. Na rede pública, 58% das escolas têm acesso à internet com velocidades inferiores a 2MB. (COSTA, 2013, p.69).

Convém lembrar, entretanto, que a qualidade no ensino não é garantida apenas por equipamentos e materiais didáticos atraentes, relacionados a tantos e diversificados aparatos tecnológicos. Importante, também, observar que tais tecnologias modificam a relação entre alunos e professores. Estes últimos terão que estar preparados para atuar, com naturalidade e competência, no ambiente digital, que reúne recursos sofisticados e mobilidade, seja num *lap-top*, seja num *tablet* ou *smarphone*, essas instigantes “joias tecnológicas” que, nos ambientes educacionais, onde há troca e produção de informação e saber, tanto fascinam crianças, jovens e adultos.

²⁷ O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, o CGI.br representa um modelo de governança na Internet pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede. Com base nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia, desde julho de 2004 o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participar das deliberações e debater prioridades para a internet, junto com o governo.

Desde a sua estreia, em julho de 2011, em nome da “globalização” e da inovação – portanto, com a mesma veia exageradamente apologética adotada pelo discurso neoliberal do SOCINFO -, o Programa Ciência sem Fronteiras acredita que o número de estudantes brasileiros enviados às melhores universidades do mundo, até 2014, deve se multiplicar por vinte. Sabendo-se que nos países mais inovadores do mundo, a maior parcela dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento vem do setor privado, e não do governo, Oliva (2013, p.18), assim se posiciona:

É uma minoria, mas há gente na academia que ainda não vê com simpatia a aproximação com o setor privado. Eles repetem o velho bordão: “vamos acabar colocando recursos públicos a serviço do capital”. Esses centros de resistência sustentados sobre o discurso ideológico contribuíram historicamente para manter as empresas distantes do mundo acadêmico e a inovação brasileira, por consequência, longe do topo. Se você conversar hoje com certas associações de docentes, talvez ainda escute conhecidos slogans anticapitalistas. Mas reafirmo: atualmente, eles já não traduzem mais a predisposição da maioria, que quer inovar.

A intenção desse Programa, ainda segundo o físico Glaucius Oliva, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é dar uma chacoalhada nas universidades brasileiras, tornando a ciência brasileira expressiva no cenário internacional, formando gente com alta capacidade para inovar e gerar riqueza, e fazendo o Brasil pisar no acelerador, já que, no mundo de hoje, ninguém se torna competitivo se não for inventivo. Como se vê, mais uma opinião carregada da impositiva ideologia neoliberal.

Quando o assunto é infra-estrutura de informática e redes para educação, ambas demandando altos custos em suas fases de instalação e manutenção, Takahashi (2000, p.45) certificou que

Um grande desafio para o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação em educação é o de implantação de uma infra-estrutura adequada em escolas e outras instituições de ensino. Tal infra-estrutura se compõe basicamente de: computadores, dispositivos especiais e *software* educacional nas salas de aula e/ou laboratórios das escolas e outras instituições; conectividade em rede, viabilizada por algumas linhas telefônicas e/ou um enlace dedicado por escola à Internet.

Com os novos meios de aprendizagem, a controversa Educação a Distância - EaD, “como mecanismo complementar, substitutivo ou integrante de ensino presencial” (TAKAHASHI, 2000, p.46), também integrava o campo do interesse do SOCINFO. Senão, vejamos:

Mais recentemente, iniciativas em educação a distância principiaram a utilizar material instrucional na forma de **vídeos** (distribuídos em cartuchos

ou transmitidos via sinal aberto ou fechado de TV) e de **software** (distribuído via disquetes). O modelo de ensino a distância baseado em vídeo prosperou em vários países, permitindo a geração de grande quantidade de material de alta qualidade, com um amplo potencial de aproveitamento futuro. As novas tecnologias de informação e comunicação abrem oportunidades para integrar, enriquecer e expandir os materiais instrucionais. Além disso, apresentam novas formas de interação e comunicação entre instrutores e alunos. Entretanto, cuidados devem ser tomados, para não repetir os erros do passado. Os investimentos fixos são substancialmente maiores do que nas modalidades mais convencionais. (TAKAHASHI, 2000, p.47, grifos do autor).

Com o vertiginoso avanço tecnológico atingindo, ampla e inexoravelmente, os processos de ensino-aprendizagem, sabe-se que a educação a distância - em função, notadamente, da qualidade praticada por tal modalidade de ensino, bem como pela crescente submissão das atividades didático-pedagógicas a interesses puramente mercantis -, vem sendo tema de constantes críticas.

Nesse sentido, Lück (2008, p.259) pondera e afirma que

Muitas críticas são formuladas à Educação a Distância (EAD). E, como todas as críticas, estão embebidas de posições político-ideológicas, visões de mundo e princípios de quem as formula. Mas elas não são neutras. Sabe-se que o uso das novas tecnologias na educação desperta conotações diversas, que vão do otimismo exacerbado ao questionamento radical, passando por posturas identificadas com uma apropriação crítica em situações de aprendizagem. Estes posicionamentos têm pautado os debates no interior das instituições de ensino e produzido efeitos e alcances muito variados, já que coexistem dentro delas fatores políticos, sociais, culturais, de grupos e individuais, que se apresentam como forças favoráveis ou desfavoráveis, o que resulta num percurso de inclusão bastante heterogêneo.

Na visão de Nascimento (2011, p.102), “[...] o crescimento da EaD é uma expressão concreta da relação Estado/capital. É o redirecionamento da demanda educacional do Estado para o mercado, o resultado de uma lógica perversa que trata a educação como uma mercadoria.” Mais adiante, esse mesmo autor acrescenta: “É nessa conjuntura neoliberal, marcada pela relação orgânica Estado/capital, que as políticas públicas de educação funcionam como novas oportunidades de negócios para o mercado capitalista.” (NASCIMENTO, 2011, p.104).

Ao destacar algumas iniciativas positivas de educação a distância no País, referida como importante inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem via TIC, o SOCINFO apontou o Programa TV Escola, o Telecurso 2000, o projeto Telessalas 2000, o Laboratório de Ensino a Distância do Programa

de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Consórcio Unirede²⁸.

Para o Programa Sociedade da Informação, o desafio da formação tecnológica em países em desenvolvimento, em que se atribui maior peso ao balanceamento da capacidade de gerar, aplicar e usar tecnologias que à própria produção de bens e serviços, levou à preocupação com o estabelecimento de novos currículos, pois

O impacto de tecnologias de informação e comunicação coloca a necessidade de se pôr em marcha e manter, como situação de equilíbrio dinâmico, amplo processo de revisão curricular em todos os níveis e áreas. Um reposicionamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais deve ser considerado. (TAKAHASHI, 2000, p.49).

Mostrando-se muito “preocupado” com o gritante quadro da educação brasileira, Takahashi (2000, p.50) informou que

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o setor público brasileiro gasta 4,8% do PIB com educação no Brasil. Os gastos públicos com educação, reunindo todos os programas de governo, somaram R\$43,3 bilhões em 1997. A despeito da sensível redução observada nas últimas décadas, o Brasil ainda apresenta uma elevada taxa de analfabetismo. De fato, o índice de analfabetos entre a população com 15 anos ou mais de idade era de 20,1% em 1991 e caiu para 14,1% em 1996, data do último levantamento censitário. O Brasil tinha, em 1999, 52,4 milhões de alunos matriculados na escola, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, exceto o superior. Incluindo os cursos de graduação, os seqüenciais e os de pós-graduação, o Brasil possui 2,5 milhões de alunos no ensino superior.

Com relação à particular problemática da situação da maioria das escolas brasileiras, à época, não conectada à Internet, o SOCINFO declarou que

De acordo com o último censo escolar do MEC, em 1999, apenas 7.695 escolas (3,5% do total de escolas de educação básica) possuíam acesso à rede mundial de computadores, das quais 67,2% são particulares. Ou seja, há conexão com a Internet para alunos de apenas 2.527 das 187.811 escolas públicas brasileiras. O censo revela ainda que cerca de 64 mil escolas do País não têm energia elétrica – 29,6% do total – e que menos de 11 em cada 100 estabelecimentos dispõem de equipamentos para atividades pedagógicas, como laboratórios de ciência ou de informática. Menos de um quarto (23,1%) das escolas possui biblioteca. O mesmo censo aponta que as escolas particulares são muito mais equipadas do que as públicas, seja em presença de computador, conexão à Internet,

²⁸ Em dezembro de 1999 foi lançada a proposta da criação de um consórcio de instituições públicas de ensino superior, a Universidade Virtual Pública do Brasil (Unirede), com a finalidade de criar uma rede de universidades virtuais, de âmbito nacional. O protocolo de intenções, com adesão de 62 instituições de ensino superior de todas as regiões do país, prevê a cooperação técnica entre os participantes e a articulação de ações conjuntas com o objetivo de criar condições propícias para o uso de educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação.

laboratório de ciências, bibliotecas ou acesso à energia elétrica e água. (TAKAHASHI, 2000, p.50-51).

Diante, portanto, de todo esse nublado panorama da educação do nosso país, o Programa Sociedade da Informação definiu que: é preciso aumentar drasticamente o nível de alfabetização digital do País; é preciso buscar modelo de conectividade amplo de escolas públicas e privadas; é preciso qualificar minimamente novos profissionais de nível técnico e superior de todas as áreas nas novas tecnologias; é preciso aumentar significativamente a formação de especialistas nas novas tecnologias em todos os níveis; é preciso fazer uso em grande escala das novas tecnologias de informação e comunicação em ensino a distância; é preciso criar laboratórios virtuais de apoio à pesquisa interdisciplinar por parte de especialistas geograficamente dispersos; e é preciso utilizar como tema transversal nos níveis de ensino fundamental e médio a leitura crítica e a produção de informações no meio provido pelas tecnologias da informação e comunicação.

Isto posto, convém ressaltar que, dentre as ações estruturadoras para “mudar” tal quadro, o SOCINFO propôs:

Articulação entre setor público e empresas privadas para conectividade ampla das escolas de nível médio, tanto públicas como privadas; Ampliação do ProInfo²⁹ para:- aumentar decisivamente as metas de informatização da rede pública; - capacitar o professorado no uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação na prática de ensino; - contemplar também a alternativa de utilização de *software* livre em educação. [...] Identificação e disseminação de *software* sem custo para a geração de conteúdo, bem como para outros usos mais específicos em atividades didáticas em todos os níveis de todas as áreas. Concepção e oferecimento de curso de extensão em nível de pós-graduação, enfocando **fluência** em tecnologias de informação e comunicação em pelo menos 20 universidades. Construção e distribuição de pacotes tecnológicos de baixo custo para apoio a ensino a distância (“tecnologia de ensino ao alcance de todos”).[...] Ampliação do suporte à graduação e pós-graduação mediante formação de docentes e pesquisadores, atualização de laboratórios e bibliotecas e de incremento do contingente de bolsas.[...] Implantação de pelo menos 500 centros comunitários com recursos de informática e acesso à Internet em assentamentos da Reforma Agrária, para apoio à alfabetização (literal) dos assentados com o concurso de novas tecnologias. (TAKAHASHI, 2000, p.56).

Como outras ações importantes, o SOCINFO, elegeu, por exemplo,

²⁹ O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), do MEC, que entrou em funcionamento em 1997 e existe até hoje, é a iniciativa central do País na introdução das tecnologias de informação e comunicação na escola pública como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Desde o início, foi definido que a base de parceria nos estados seria confiada a Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

Valorização, nos processos de avaliação institucional de cursos por parte do MEC, do uso sistemático de tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino. Estímulo à criação por parte de instituições públicas de novos cursos, em diferentes níveis, voltados mais diretamente para as tecnologias de informação e comunicação. [...] Fomento ao desenvolvimento de metodologias de ensino baseadas em tecnologias de informação e comunicação contemplando, inclusive, leitura e produção de informação no novo meio. (TAKAHASHI, 2000, p.56).

Mediante o enfraquecimento da educação pública e o simultâneo crescimento do sistema privado, o Brasil acaba por reforçar o fato de que a educação, dentro da lógica do consumo e do lucro, é mais uma mercadoria do mundo capitalista.

Como declara Mészáros (2008, p.47),

Na sua época, Paracelso³⁰ estava absolutamente certo, e não está menos certo atualmente: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”. A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital?

Numa perspectiva marxista, como um movimento de superação da educação continuada de veia capitalista, no terreno da formação para o trabalho, Saes (2012) indica que

[...] o socialismo deve garantir a todos os indivíduos a possibilidade de uma educação contínua, que pouco tenha a ver com a educação permanente prognosticada pelos tecnocratas do capitalismo. Se, para estes, a educação permanente aparece como uma exigência do “desenvolvimento econômico” (isto é, da economia capitalista) e preenche a função de requalificar sucessivamente a força de trabalho a fim de adaptá-la às novas tecnologias e às novas exigências do mercado de trabalho, no socialismo a educação contínua visa propiciar aos indivíduos uma grande mobilidade profissional, tendo em vista, porém outros objetivos. A saber: o objetivo de favorecer a realização da aspiração humana à diversificação das atividades; e o objetivo de combater a estagnação econômica, a burocratização, etc.. (ao perseguir este último objetivo, a educação contínua funciona como uma autêntica força produtiva socialista).

³⁰ Paracelso, pseudônimo de Phillipus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493 - 1541) foi um médico, alquimista, físico, astrólogo e ocultista suíço-alemão. Seu pseudônimo significa "superior a Celso (médico romano)".

E este mesmo autor, a seguir, insiste: “Para os que seguirem esse caminho, está aberta a possibilidade de lutar contra a monotonia e a estagnação da vida cotidiana; e de chegar a uma vida mais rica, criativa e diversificada, realizando assim o velho ideal marxiano do comunismo.” (SAES, 2012).

Mészáros (2007, p.201), ao versar sobre a incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação, que, segundo ele, tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema, posiciona-se da seguinte forma:

Apenas as *modalidades* de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros sangrentos dias de “acumulação primitiva”³¹ [...]. É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de forças da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados e que tenham o mesmo espírito.

Por assim ser, “A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível para uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]” (MÉSZÁROS, 2007, p.223).

Neste aspecto, o que vale para o atual mundo “globalizado”, serve, também, pelo que foi analisado, para o nosso “mal-educado” país.

4.4 Conteúdos e identidade cultural

A quarta Linha de Ação do SOCINFO tem a ver com a promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional, fomento a esquemas de digitalização para preservação artística, cultural, histórica, e de informações em C&T (Ciência e

³¹ Acumulação primitiva do capital foi o processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. A acumulação primitiva de capital, para Marx, se desenvolveu a partir de dois pressupostos: um foi a concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários; outro foi a formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de terra e donos de manufaturas. Historicamente, isso foi possível graças às riquezas acumuladas pelos negociantes europeus com o tráfico de escravos africanos, com o saque colonial e a apropriação privada das terras comunais dos camponeses, com o protecionismo às manufaturas nacionais e com o confisco e venda a baixo preço das terras da Igreja por governos revolucionários. Com o advento da Revolução Industrial, conclui Marx, a acumulação primitiva foi substituída pela acumulação capitalista. Resumidamente, Marx chama de acumulação primitiva o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção ou, sob outro ponto de vista, que concentra a riqueza nas mãos de poucos a partir da expropriação de muitos. (MARX, 2010).

Tecnologia), bem como a projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.

Como afirmou o jornalista, político e escritor Artur da Távola (1936-2008), “Os meios eletrônicos realizam uma transformação cultural incontornável.”

A era da informação é, segundo Castells (1999a, p.67), “um intervalo cuja característica é a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação.” Para esse mesmo autor, “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.” (CASTELLS, 2010, p.22).

Rosler (2004, p.94-95), tendo como referência o panorama do acelerado mundo atual, é de opinião que

O ritmo de vida como um todo, na sociedade em que vivemos, determina a natureza imediatista, pragmática das atividades práticas e/ou intelectuais que os indivíduos realizam. O volume e a velocidade com que circulam as informações no meio imediato e mediato, a complexidade alienada da realidade que nos circunda, nos mais diversos âmbitos de nossa existência social – no lazer, no trabalho, nas relações afetivas, na educação, na cultura em geral – tudo isso produz atitudes muito vazias, impessoais, superficiais e espontâneas por parte dos indivíduos, em relação à sua vida como um todo. Não é ao acaso que a banalidade, a futilidade, tomam conta das nossas relações interpessoais na nossa sociedade e em nossa cultura.

Na visão de Schaff (1995, p.71-72),

Ao lado do desaparecimento do trabalho, no sentido tradicional da palavra, na sociedade informática, a mudança cultural será certamente a consequência social mais importante da segunda revolução industrial. Em minha opinião, a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, do *homem universal*, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo. [...] É óbvio que o advento das novas técnicas de transmissão de informações – que é o traço mais característico da sociedade informática – terá repercussões sobre a cultura, entendida no sentido mais amplo do termo.

Conforme a explicação do professor Antonio Miranda, da Universidade de Brasília – UnB e coordenador do GT de Conteúdos e Identidade Cultural do SOCINFO,

[...] a sociedade se organiza em torno de uma CULTURA, que é uma maneira de ver o mundo, através de um conjunto de idéias implícitas e explícitas, que acabam predominando entre as possíveis. O conceito de IDENTIDADE CULTURAL impõe-se nesse contexto, o que implica também na noção dos CONTEÚDOS desejáveis e necessários no pretendido processo de informatização/socialização. (MIRANDA).

Assim, pensa-se que, na era digital, a tecnologia não só precisa ampliar a oportunidade de miscigenar culturas, como encorajar a democracia e a emergência de um novo tipo de humanismo universal: o humanismo digital.

Conforme o historiador Milad Doueihi, presidente do Centro de Pesquisas em Culturas Digitais da Universidade de Laval, em Quebec,

Além de seus aspectos técnicos e econômicos, que precisam de constante escrutínio e questionamento, a tecnologia digital está no processo de se tornar uma cultura, no sentido de mudar nossa visão de objetos, relações e valores e de introduzir novas perspectivas no campo da atividade humana. [...] As tecnologias digitais podem ter um papel ainda mais fundamental ao mudar radicalmente as categorias de espaço e tempo, facilitando encontros entre culturas, promovendo sua hibridação ao eliminar fronteiras e distâncias geográficas, oferecendo comunicação, etc. Claro, elas têm limitações: baseiam-se sobretudo em modelos socioculturais ocidentais, não trabalham para superar barreiras lingüísticas e não estão imunes ao abuso. Além disso, sua distribuição desigual pode exagerar as diferenças entre ricos e pobres. Apesar disso, elas se tornaram uma realidade global, um meio de comunicação universal, até mesmo um instrumento de democratização, como se viu na Primavera Árabe. (DOUEIHI, 2013, p.63).

Com efeito, as novas tecnologias estão derrubando categorias socioculturais já estabelecidas, desenhando uma nova forma de “viver juntos”, isto é, as maneiras com que os laços sociais são tecidos, o que abre um espaço sem precedentes para a sociabilidade. E também para os movimentos sociais.

O exemplo da Primavera Árabe é bem ilustrativo de como as mídias sociais, através da Internet, vêm mediando, desde 2011, uma onda revolucionária de manifestações e protestos públicos que ainda ocorrem no chamado “mundo árabe”. Naquele ano, na Tunísia, uma série de protestos pela democracia se espalhou pelo país, derrubou o governo e entrou para a história como o início da Primavera Árabe. Tantos manifestos expressam, desde então, a insatisfação desses povos com relação a graves questões, tais como desemprego, más condições de vida, injustiça política e social, corrupção etc.

Nessa mesma direção, em junho de 2013, os brasileiros, também, convocados pelas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, e explodindo de insatisfação, foram às ruas de inúmeros pontos do país, para clamar, dentre tantas questões, por melhorias no transporte público, na educação, na saúde e na segurança.

Com a infiltração de vândalos e *black blocs*³², o movimento viu-se num cenário de guerra urbana. Infelizmente, como sabemos, todo movimento de massas abriga, sem querer, grupos violentos e anárquicos. Mas, em meio a tanta pancadaria, depredação do patrimônio público, saques no comércio e arruaça, os cidadãos, especialmente os jovens (a grande maioria dos manifestantes), mostraram que a realidade brasileira tem que mudar, bradando um sonoro “não” à corrupção escancarada e ao mau uso do fundo público.

Desde o ano de 1992, quando os caras-pintadas foram às ruas para pedir o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, acusado de corrupção, o Brasil não via uma mobilização popular tão veemente, em nome de uma reivindicação social legítima como essa de 2013, deixando claro que, com os movimentos sociais renascendo em todo o país, nossos jovens nunca estiveram, como agora, tão preocupados com o futuro.

Sobre essa luta, que exigiu dos nossos governantes um país ético e justo, Silva (2013a) assim se posicionou:

Ninguém deveria estar surpreso, sabíamos que ia ocorrer. A internet ajuda a mudar tudo: a cultura, os negócios, as comunicações. Por que só a política não seria afetada? [...] O que está em pauta é a democratização da democracia. As pessoas não querem ser meros expectadores [...]. Querem ser protagonistas, reconectar-se com a potência transformadora do ato político.

Ao visualizar uma lista sem fim de insatisfações atribuídas aos políticos no poder, cujos primeiros protestos, aliás, foram convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL), com pauta centrada na tarifa zero, ou seja, no transporte público gratuito, Sakamoto (2013, p.95) afirma que

Essas tecnologias de comunicação [como o *Twitter* e o *Facebook*] não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de fazer política e as formas de participação social.

Souto Maior (2013, p.84), lembrando que as mobilizações “São movidas por um sentimento de revolta e têm por finalidade resgatar a dignidade humana que

³² Do inglês *black*, negro; *bloc*, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum, é o nome dado a uma tática de ação direta, de corte anarquista, caracterizada pela ação de grupos anticapitalistas, mascarados e vestidos de preto, que se reúnem para protestar em manifestações de rua.

fora violentada por ação ou omissão do próprio Estado ou entes ligados ao poder econômico privado [...]", este autor reconhece

[...] que os conflitos sociais decorrem de um conjunto brutal de ilegalidades cometidas pelos poderes públicos deste país (União, estados e municípios), ao não fazerem valer, em concreto, os direitos consagrados constitucionalmente. (SOUTO MAIOR, 2013, p.85).

Sob a ótica de Zizek (2013, p.103-104), então,

Os protestos e revoltas atuais [,mediados pelas TIC ou não,] são sustentados pela sobreposição de diferentes níveis , e é esta combinação de propostas que representa sua força: eles lutam pela democracia ("normal", parlamentar), contra regimes autoritários; contra o racismo e o sexismo, especialmente contra o ódio dirigido a imigrantes e refugiados; pelo estado de bem-estar social contra o neoliberalismo; contra a corrupção na política mas também na economia (empresas que poluem o meio ambiente etc.); por novas formas de democracia que avancem além dos rituais multipartidários; e, finalmente, questionando o sistema capitalista mundial como tal, na tentativa de manter viva a ideia de uma sociedade não capitalista.

Pelos exemplos apresentados sobre as enfáticas formas de participação e de informação através das redes sociais, Marteleto (2010, p.164) assim se expressa:

As teorias das redes sociais estão a demandar ajustes nas lentes teórico-conceituais para perceber as novas práticas de organização em redes e suas formas de participação e informação, dentre elas as mudanças nas demandas e condições culturais e socioeconômicas da população e sua relação com as mudanças nas formas de organização e participação. [...] Tais considerações levam a que se identifiquem novas práticas políticas, de modo a valorizar, na teoria e na prática, tanto as estratégias e interesses dos agentes, quanto uma dinâmica relacional que leve à emergência de novas questões para alimentar [...] as políticas públicas.

Assim, no mundo contemporâneo, essas manifestações populares, abordando questões consideradas desafiadoras para o nosso futuro, brotam da sociedade, de seus *blogs*, *twitters*, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo.

De acordo, então, com o indicado no Livro Verde (TAKAHASHI, 2000, p.59), ao romper do século XXI,

A informação, as telecomunicações, as novas mídias, a informática em geral e a indústria eletroeletrônica passaram a ocupar lugar central no processo de acumulação de capital. Como efeito imediato desse processo, promove-se globalmente a privatização e a desregulamentação do setor. Nesse novo quadro, a tecnologia aprofunda e estende a habilidade das empresas para transformar em mercadorias os produtos da telemática – que são informação em todas as suas formas.

Ao declarar que é através da operação das redes de conteúdos que se dá o funcionamento da “sociedade da informação”, foi esclarecido que

Os produtos e serviços de informação – dados, textos, imagens, sons, *software* etc. – são identificados na rede com o nome genérico de **conteúdos**. Conteúdo é tudo o que é operado na rede. Para entender funcionalmente o conceito, é necessário saber como os conteúdos estão distribuídos e classificados, como se obtêm os grandes conjuntos de conteúdos e **metadados**³³ [...], como devem ser tratados os conteúdos para que estejam disponíveis e acessíveis, quem são os seus produtores e quais as hierarquias que os definem. (TAKAHASHI, 2000, p.59).

No que tange à questão da identidade cultural, com o intuito de preservar a nossa identidade nacional, o SOCINFO assegurou que

[...] será necessário planejar as ações que conduzem à produção e distribuição de conteúdos que sirvam aos interesses das identidades culturais do País, e entendendo por identidade cultural a soma de significados que estruturam a vida de um indivíduo ou de um povo, parte-se do princípio de que será necessário ter em mente, antes de mais nada, que a identidade cultural não é mais **una**, porém **múltipla**. (TAKAHASHI, 2000, p.60).

Miranda (2003, p.67), não se desviando dessa direção, pensa que

Em um contexto globalizado, o volume de conteúdos operado por um país passa também a medir a sua capacidade de influenciar e de posicionar a sua população no futuro da sociedade humana. Portanto, aumentar o número e a qualidade de conteúdos nacionais é uma demanda e um desafio enorme que o Brasil está enfrentando hoje, não somente para assegurar a nossa presença futura na rede mundial, mas principalmente para dotar a sociedade brasileira dos recursos, produtos e serviços de informação adequados às nossas necessidades sociais, econômicas e culturais.

Mais adiante, esse mesmo autor sustenta a seguinte opinião:

As identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos. Não é ocioso lembrar que tais identidades, no caso do Brasil, estão embutidas em nossa língua e em nossos sistemas culturais, mas estão longe de uma homogeneidade – que já não perseguimos -; ao contrário, estão influenciadas (as identidades) pelas nossas diferenças étnicas, pelas desigualdades sociais e regionais, pelos desenvolvimentos históricos diferenciados, naquilo que denominamos “unidade na diversidade”. (MIRANDA, 2003, p.69-70).

³³ Metadados são dados que descrevem outros dados, em uma definição sem maior rigor técnico. Por exemplo, em um formulário qualquer que tenha sido preenchido com os dados de um indivíduo, há tipicamente, em cada campo do formulário, uma informação explicitando que tipo de dado deve ser ali escrito: por exemplo, “nome completo”, “endereço” etc. Essa informação é um metadado.

Althusser (2010, p.78), por considerar a cultura um dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), adverte que, ao funcionarem “através da ideologia”, “Todos [eles], quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.”

Importante se faz esclarecer que o conceito de “cultura” não tem, na teoria marxista, tanto destaque quanto aquele atribuído ao de “ideologia”.

Empregado com duas acepções, na primeira, cultura se prende ao domínio estético (como arte e literatura, ou a relação entre ambas), e no segundo, esse termo tem a ver com usos antropológicos, denotando “todo o modo de vida” de uma sociedade. Nesse sentido, Bottomore (2001, p.94), informa que, para abordagens genuinamente marxistas, “[...] o conceito de cultura está no âmago da concepção de consciência como existência consciente: a consciência diretamente ligada a um estado de coisas existentes e, também, condição para a possível transformação desse estado de coisas.” E, mais adiante, esse mesmo autor acrescenta:

[...] a cultura é destruída pela produção capitalista para o mercado, e como “a precondição sociológica da cultura é o homem como um fim em si mesmo”, a nova cultura, cujas características são no momento imprevisíveis, só é possível com o advento do socialismo.” (BOTTOMORE, 2001, p.94).

Chauí (2011, p.53), ao se reportar à expressão “cultura do povo”, em lugar de “cultura popular”, declara que a primeira apresenta uma vantagem sobre a segunda, que é

[...] permitir uma leitura da frase de Marx acerca das idéias dominantes, dando ênfase ao termo “dominantes”, isto é, ao fato de que se as idéias dominantes são as da classe que exerce a dominação, então seu contraditório certamente deve existir, ou seja, as idéias dos dominados enquanto constituem determinações de uma cultura dominada. As idéias não são dominantes porque abarcam toda a sociedade, nem porque a sociedade toda nela se reconheça, mas porque são idéias dos que exercem a dominação.

Quando se refere à coleta, processamento e distribuição de conteúdos, o Livro Verde garantiu que

Muito do desenvolvimento de um país depende da capacidade de organização de suas instituições no tocante aos acervos de informações. O fato de os conteúdos estarem sempre sendo produzidos e armazenados de forma descentralizada e dispersa obriga a um enorme esforço para reunir e incorporá-los como serviços e produtos. Daí a importância de se desenvolverem interfaces que possibilitem ao cidadão uma interação fácil, com meios de acesso facilitados pela descrição dos conteúdos dos documentos eletrônicos em arquiteturas de metadados. [...] a construção de

uma sociedade da informação democrática no Brasil está visceralmente dependente do apoio à pesquisa em tecnologia de produção e comunicação de conteúdos e da criação de condições para a capacitação universal dos cidadãos para o uso das novas tecnologias. Depende também de que as instituições culturais públicas tenham plenas condições de uso das potencialidades das tecnologias relativas à produção, difusão e disponibilização de acesso de conteúdos veiculadores ou construtores de nossa identidade cultural.

Ao se reportar à situação brasileira referente a esta sua quarta linha de ação, à época do lançamento do SOCINFO, o Livro Verde, no tocante a serviços comerciais, destacou o papel de portais tais como o UOL (Universo OnLine), Terra, BOL, Starmedia e iG, que, atendendo a múltiplos perfis de usuários, divulgam uma diversidade de conteúdos de diferentes acervos. Com relação aos conteúdos em ciência e tecnologia, foi citado, com louvor, o trabalho do IBICT³⁴, além dos Projetos Prossiga, do CNPq, e o Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), este último, por ser uma biblioteca virtual contendo uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Outro ponto de realce, também, foi a Plataforma Lattes, que atende a uma antiga demanda da comunidade científica e tecnológica.

Quando o assunto são as nossas bibliotecas públicas, Takahashi (2000, p.64), assim se posicionou:

As bibliotecas públicas, em particular, devido ao seu número, distribuição pelo País e perfil de frequência, são pontos especialmente importantes a considerar em uma estratégia nacional. Segundo levantamento feito pela Secretaria do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, em fins de 1997, a situação de bibliotecas públicas no Brasil era a seguinte: dos 5.482 municípios do País, 3.288 possuem bibliotecas públicas; estão atualmente funcionando cerca de 3.500 bibliotecas públicas, a maior parte delas administrada e sustentada por municípios, dentre as quais apenas 500 dispõem de Associação de Amigos da Biblioteca; cerca de 700 dispõem de televisão e cerca de 500 dispõem de aparelhos de vídeo; cerca de 340 dispõem de computador – destas, uma centena tem acesso à Internet; a frequência às bibliotecas é basicamente de estudantes, contabilizando 3 milhões de visitas/mês, resultando em uma média de cerca de 750/mês por biblioteca; as bibliotecas de maior circulação atingem, por outro lado, 1.500 visitas/dia; no ano de 1997, essas bibliotecas adquiriram cerca de 1.460.000 livros.

Os tímidos números apontados acima dão conta de uma realidade de poucos recursos destinados às nossas bibliotecas públicas, notadamente quando comparados às de países avançados. Assim,

³⁴ Desde a sua fundação, em 1954 (ainda como IBBD), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT teve papel de liderança na introdução de métodos e serviços em biblioteconomia e documentação no País e, mais recentemente, na introdução de serviços de informações científicas e tecnológicas com base em sistemas informatizados.

À guisa de comparação, os EUA têm 8.981 bibliotecas públicas, das quais 72,3% estão conectadas à Internet (sendo que em 1996 eram apenas 27,8%). Obviamente, a diferença de condições entre bibliotecas públicas no Brasil e EUA é bastante grande, mas fica claro que é possível uma iniciativa brasileira de impacto significativo, na esteira dos esforços do MINC [Ministério da Cultura]. Aqui, um papel central deverá ser desempenhado pela Biblioteca Nacional³⁵ [...].(TAKAHASHI, 2000, p.64).

De fato, as bibliotecas públicas, tão carentes em nosso país, assim como tantos outros tipos de unidades de informação, ao atenderem usuários com perfis diversificados, lançando mão de diferentes recursos tecnológicos característicos da chamada “era eletrônica”, se configuram como importantes pontos para o exercício da democratização da informação. Nelas, os sistemas de informação permitem ajustar, mais fácil e rapidamente, a oferta à demanda, facilitando, portanto, a resolução da antagônica relação acesso X uso da informação.

Ao asseverar que bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação terão papel estratégico no processo de inserção do Brasil na chamada “sociedade da informação”, considerando o fato de coexistirem, no país, diversas identidades culturais, o SOCINFO estabeleceu que: é preciso facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais; é preciso registrar manifestações culturais nas mais diferentes mídias, em formato digital; é preciso registrar, de forma sistemática, a produção científica e tecnológica; é preciso criar mecanismos para a produção de conteúdos por parte da comunidade; e é preciso promover a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias.

Com base, então, nas necessidades acima elencadas, o Livro Verde definiu, como ações estruturadoras, as que se seguem:

Conectar todas as bibliotecas públicas do País através de um sistema gratuito que permita disponibilizar os conteúdos da própria biblioteca na rede, ter acesso a conteúdos de outras bibliotecas e navegar na Internet. [...] Instituir um programa de digitalização de obras de valor histórico: patrocinar o inventário e a digitalização de obras literárias, manuscritos, gravuras e todo o material iconográfico sobre o Brasil dos diferentes períodos históricos, como meio de resgate da memória da formação nacional. [...] Promover a criação e organização de *sites*, páginas e portais de interesse comunitário, que sirvam de referência cultural sobre os nossos estados, municípios, distritos, povoados e mesmo bairros periféricos, como forma de organização e ação cultural. Instituir um programa de montagem e disponibilização de informações científicas e tecnológicas geradas no País em áreas selecionadas. [...] Montar e operar um serviço no Brasil de acesso integrado e unificado a informações científicas e tecnológicas de serviços especializados no exterior. (TAKAHASHI, 2000, p.66).

³⁵ A Fundação Biblioteca Nacional - BN, considerada pela UNESCO a sétima maior biblioteca nacional do mundo, foi fundada em 1810, é sediada no Rio de Janeiro-RJ e detém a mais rica coleção de documentos da América Latina. (<http://www.bn.br>).

Dentre outras ações, Takahashi (2000, p.66) citou:

[...] Criar um serviço de informação na Internet que reúna bases de dados sobre documentos produzidos no País ou sobre o País, decorrentes de atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais, políticas, econômicas etc. [...] Levantar dados indicadores da necessidade de produção e difusão de conteúdos, bem como ao grau de dificuldade que os usuários têm para acessar os conteúdos já existentes. [...] Promover iniciativas de combate a conteúdos impróprios na Internet.

Assim, pelo que podemos perceber, a grande “preocupação” do Governo FHC, ao incluir a área de conteúdos e identidade cultural no SOCINFO, era construir a imagem de um Estado democrático, moderno e bem-sucedido, grande colaborador e usuário contumaz de todos os recursos da Internet, para se “vender” melhor no mercado internacional, aparentando, portanto, no setor em foco, ser um país livre de qualquer vulnerabilidade a retrocessos.

4.5 Governo ao alcance de todos

A quinta Linha de Ação do SOCINFO refere-se à promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento a aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.

Mergulhando-se na história da administração pública brasileira, a partir da análise de muitos autores que abordam essa temática, observa-se que o nosso país vem carregando, através dos tempos, um vergonhoso legado de violência e favores, num cenário marcado pela ideologia que sustenta o tráfico de influências e pelo poder autoritário e personalizado. Nesse contexto, sem se separar o público do privado, derretiam-se, e ainda se derretem – é preciso que se diga -, as fronteiras entre os cofres da administração e o bolso dos administradores. Assim, “um observador do século XIX ressalta o ‘costume dos governos subordinarem a receita à despesa e não a despesa à receita’”. (FRANCO, 1997, p.135).

Em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, que tem uma perspectiva sociológica e psicológica com um sentido marcadamente político, Sérgio Buarque de Holanda, ao pontuar algumas das mazelas de nossa vida social, política

e afetiva, realça e reforça a conhecida incapacidade brasileira de separar o público do privado. (HOLANDA, 1995).

Costa (2004), por sua vez, aponta como principais problemas do Estado brasileiro o patrimonialismo, o mandonismo ou coronelismo, o personalismo, o formalismo ou bacharelismo, e o autoritarismo. Esse quadro, por certo, obstaculiza o pleno exercício da democracia e da cidadania, bloqueando quaisquer avanços econômicos, sociais e políticos, o que responde pelo fracasso das tentativas de reforma no contexto sempre contraditório e complexo do nosso país.

Devido à priorização do capital em detrimento da democracia e da cidadania, num Estado habitualmente marcado pelos interesses privados, pergunta-se: existe, de fato, uma esfera pública no Brasil?

Conforme o Art. 37 da Constituição brasileira em vigor (BRASIL, 2007, p.41), “A administração pública direta³⁶ e indireta³⁷ de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade³⁸, impessoalidade³⁹, moralidade⁴⁰, publicidade⁴¹ e eficiência⁴² [...]”.

Certo é que, do Brasil Colônia ao Brasil da “Idade Média”, que hoje vivenciamos, a sociedade brasileira passou por várias e profundas transformações, que refletem toda a complexidade que permeia a sociedade contemporânea, pautada no binômio informação-comunicação. Por isso, no século XXI, o Brasil, ao investir maciçamente na área de tecnologias da informação e comunicação, inclusive no setor da administração pública, vem, como um fidelíssimo serviçal do capital estrangeiro, apostando nessa via para o seu tão almejado desenvolvimento socioeconômico.

³⁶ A administração pública direta é composta por serviços integrados à Presidência da República e ministérios, governos estaduais, prefeituras, câmaras legislativas em geral e ao Judiciário federal e estadual.

³⁷ A administração pública indireta é composta por entidades de personalidade jurídica própria criadas ou autorizadas por lei: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

³⁸ No direito administrativo, este princípio determina que, em qualquer atividade, a administração pública está estritamente vinculada à lei.

³⁹ A finalidade é o interesse público (define também o princípio da finalidade) e o agente público deve tratar a todos de forma igual (também define o princípio da isonomia ou igualdade).

⁴⁰ Atuar com ética, com honestidade, com integridade de caráter.

⁴¹ É a divulgação dos atos administrativos, ou seja todas as ações do Estado devem se tornar públicas, exceto em alguns casos extremos (segurança nacional, investigações sigilosas ou atos que envolvam a privacidade, como por exemplo, processos relativos a família ou menores).

⁴² Atuar com presteza, racionalidade e com perfeição.

Não se sabe, exatamente, se com base nos princípios recomendados pela Constituição de 1988, mas, talvez, para tentar mudar a condição de Estado ausente para a de “Estado presente” na vida dos seus cidadãos através de aplicações de tecnologias de informação e comunicação, o SOCINFO (TAKAHASHI, 2000, p.69, grifos do autor), afirmou que

O setor governamental é o principal indutor de ações estratégicas rumo à sociedade da informação. Primeiramente, porque cabe ao governo definir o **quadro regulatório** dentro do qual projetos e iniciativas concretas poderão ser formuladas. Segundo, porque como regra o governo é o maior **comprador/contratador de bens e serviços em tecnologias de informação e comunicação** em um país. Assim, uma decisão do governo em apoio a uma tecnologia ou serviço pode abrir algumas avenidas de atividades ao setor privado, bem como conduzir outras a becos sem saída. Isto posto, suas decisões certamente devem contemplar a satisfação cabal dos requisitos que elicitaram a compra/contratação de cada bem ou serviço, mas não devem perder de vista o contexto mais abrangente de atuação no mercado e no apoio concreto a uma política industrial associada a tecnologias de informação e comunicação. Terceiro, porque o governo, com o **uso exemplar** de tecnologias de informação e comunicação em suas atividades, pode acelerar grandemente o uso dessas tecnologias em toda a economia, em função da maior **eficiência e transparência** de suas próprias ações.

Nesse sentido, importante se faz atentar para as palavras de Paula (2005, p.36), quando esta autora assegura que,

Nas últimas décadas, os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos. Ao analisar esse contexto histórico, identificamos dois projetos políticos em desenvolvimento e disputa. O primeiro se inspira na vertente gerencial, que se constituiu no Brasil durante os anos 1990, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O segundo se encontra em desenvolvimento e tem como principal referencial a vertente societal. Manifesta-se nas experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo, e possui suas raízes no ideário dos herdeiros políticos das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais. Ambas as vertentes se dizem portadoras de um novo modelo de gestão pública e afirmam estar buscando a ampliação da democracia no país.

Ampliando a abordagem sobre as duas vertentes supracitadas, é ainda Paula (2005, p.41) quem nos explica que

A vertente gerencial, que está imbricada com o projeto político do ajuste estrutural e do gerencialismo, baseia-se nas recomendações dessas correntes para reorganizar o aparelho do Estado e reestruturar a sua gestão, focalizando as questões administrativas. A vertente societal, por sua

vez, enfatiza principalmente a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão. O fato de cada uma das vertentes ocuparem um dos extremos do debate reflete a clássica dicotomia entre a política e a administração que circunda a gestão pública.

Ora, por mais que se tente injetar grandes aplicações de tecnologias de informação e comunicação na administração pública do País, apropriamos-nos do pensamento de Holanda (1995), quando este autor afirma que falta, entre os brasileiros, um verdadeiro espírito democrático, já que, para ele, nossa democracia não passa de um lamentável mal-entendido. E, assim, a democracia se incorporou ao cenário nacional, ao menos como uma fachada ou decoração externa, sem qualquer incorporação do seu real significado.

Ao declarar que o provimento de informações e serviços ao cidadão via Internet se dá por duas alternativas não excludentes, isto é, pela disponibilização de informações e serviços em um *website*, ou mesmo portal de uma instituição pública, e também pela disseminação seletiva de informações ou acesso para serviços ao cidadão, o Livro Verde informou que “Um dos aspectos críticos a considerar na elaboração de uma política para uso de tecnologias de informação e comunicação em funções de governo é o de **infra-estrutura de redes.**” (TAKAHASHI, 2000, p.70, grifo do autor), o que exige diretrizes tecnológicas e legislação adequada.

Com relação à infra-estrutura de redes, TAKAHASHI (2000, p.74) assim se posicionou:

A infra-estrutura de redes governamentais no Brasil é bastante ampla e, no conjunto, o governo deve ser hoje o maior usuário de serviços de telecomunicações do País. No entanto, a infra-estrutura colocada em operação não atende a requisitos básicos de capilaridade e conectividade globais, uma vez que ela resulta mais da verticalização de aplicações específicas até o nível de infra-estrutura de redes do que planejamento global de infra-estrutura com vistas a suportar aplicações governamentais em geral.

Mais adiante, foi revelado que

A partir de 1995, concomitante com a explosão da Internet no País, aumentou grandemente a quantidade de *sites* do Governo Federal na rede, e análise independente de princípios de 1996 chegou a apontar o Brasil como o exemplo nas Américas para informações governamentais na Internet. Nos anos recentes, a variedade de informações aumentou, não somente no nível federal, como especialmente no nível estadual. Por outro lado, o acesso a tais informações, no âmbito do Governo Federal, foi sistematizado pelo Ministério do Planejamento, através do portal <http://www.redegoverno.gov.br>. (TAKAHASHI, 2000, p.74).

Quando se referiu aos sistemas aplicativos, o SOCINFO deu destaque a duas aplicações de governo, que utilizam a Internet, consideradas exemplares e de padrão mundial: a declaração de imposto de renda⁴³ e a votação em eleições gerais.

Além destes, outros sistemas aplicativos de sucesso foram citados, tais como: o Posto Fiscal Eletrônico (PFE), da Secretaria de Receita do Estado de São Paulo; o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias (SINTEGRA), com implantação definitiva em todos os estados prevista para 2001; o Cartão Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde; o Projeto Interlegis⁴⁴, do Senado Federal; e o ComprasNet, do Ministério do Planejamento.

Neste aspecto, como esclarecido por Takahashi (2000, p.76),

Essas aplicações guardam diversas características comuns entre si. Primeiramente, elas se valem de um mesmo conjunto de opções tecnológicas, derivadas da tecnologia Internet. Segundo, elas verticalizam ações em infra-estrutura de redes. Terceiro, elas são coordenadas centralmente, com uma visão gerencial de médio/longo prazo.

A despeito desse quadro “promissor”, ao reconhecer que havia, no setor público do País, uma grande lacuna em capacitação para gestão estratégica de TIC, o SOCINFO comunicou que: era preciso ampliar e capilarizar a infra-estrutura de redes; era preciso prever uma nova geração de serviços genéricos de redes; era preciso criar mais portais com informações e serviços por parte do governo; era preciso conceber esquemas de difusão ativa de informações em “regime de atacado” de todas as atividades de governo; era preciso integrar informações geradas pelo governo em um só sistema; era preciso gerar padrões técnicos para aplicações governamentais; e era preciso fomentar capacidade de gestão estratégica de tecnologias de informação e comunicação.

Ora, como sabemos, a retórica neoliberal influencia diretamente no campo ideológico, no intuito de moldar os indivíduos, de acordo com sua lógica dominante, buscando articular seus interesses.

⁴³ A informatização do imposto de renda no Brasil iniciou-se em 1964 e praticamente coincide com o início das atividades do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Desde 1995, o IRPF pode ser entregue via transmissão de dados e, desde 1997, via Internet.

⁴⁴ O Programa Interlegis – uma parceria entre o Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 1997 – é considerado o maior programa de modernização e integração do legislativo em todo o mundo. Suas ações são dirigidas às Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, para a organização de seus processos, capacitação de parlamentares e servidores, e implantação de tecnologia.

Com base, portanto em tais necessidades, o SOCINFO, preocupado com questões de segurança e proteção de dados nas transações em que o governo estivesse envolvido, apresentou como ações estruturadoras o seguinte:

Integrar e otimizar as infra-estruturas de rede para os três níveis de governo – federal, estadual e municipal–, segundo diretrizes propostas no Projeto Br@sil.gov da Anatel⁴⁵, com um ponto de acesso a redes por localidade no País. [...] Atribuir um **endereço eletrônico autenticado** a cada cidadão brasileiro habilitado, criando a figura de **domicílio oficial eletrônico**. [...] Criar um diretório eletrônico nacional para todas as informações e recursos do governo. [...] Organizar a disseminação de informações e serviços governamentais para o cidadão em quiosques e outros locais de acesso público, além da Internet. [...] Licitar eletronicamente, via Internet, todas as aquisições e contratações do governo abaixo de R\$50 mil. (TAKAHASHI, 2000, p.80, grifos do autor).

Como outras ações, por exemplo, o Programa Sociedade da Informação incluiu:

Definir um modelo de metadados para informações governamentais e prototipar a aplicação desse modelo em versão eletrônica diária e completa do **Diário Oficial da União**, estados e municípios. Implantar programa de capacitação em **gestão estratégica de tecnologias** para quadros governamentais, visando a capacitá-los para a especificação e viabilização de aplicações complexas envolvendo tecnologias de informação e comunicação. [...] Prototipar e difundir aplicações de TIC para combater problemas críticos, tais como **transportes precários, violência urbana, criminalidade** e outros [...]. (TAKAHASHI, 2000, p.80, grifos do autor).

Pelo que esta quinta Linha de Ação apresentou como propostas que pudessem “inaugurar” um “governo ao alcance de todos”, verifica-se que todas elas, indistintamente, se coadunam com a ideia de modernização da máquina administrativa do Estado brasileiro, tão almejada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que, sob o discurso falacioso da “transparência” e da “ampliação da cidadania”, de fato, representava mais um importante “braço”, gerado com recursos advindos das TIC, na tentativa de alcançar o mercado internacional. Isto porque, estava claro, o Brasil falhava – e, anos depois, ainda falha – na capacidade de oferecer a seus cidadãos serviços básicos, de maneira satisfatória.

Ora, quando usada como poder, ou, como neste caso, a serviço do grande poder estatal, a informação, assentada na ideologia da “sociedade da

⁴⁵ O Projeto Br@sil.gov, concebido, pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 1999, tinha por objetivo viabilizar a construção de uma grande infovia nacional, voltada para o atendimento aos princípios elementares de cidadania, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso a várias áreas de atuação nas diferentes esferas de Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário -, por meio de uma rede de comunicação pública unificada, em instalações dotadas de computador conectado à Internet.

informação”, ganha um aspecto ideológico-mercantil. Se quem tem a informação tem o poder, eis aí o valor da informação como instrumento impalpável de poder. E, como as aplicações de TIC, ainda que descritas como sistemas complexos, turbinam esse poder, as infovias eram quase uma ideia fixa do governo FHC, na obstinada marcha do Brasil em direção ao mercado global.

Aqui, cabe fazer referência à ideologia do mercado, da forma como foi abordada pelo político marxista e crítico literário norte-americano Fredric Jameson (1934 -), segundo o qual

O mercado [...] é o Leviatã⁴⁶ em pele de cordeiro: sua função não é incentivar e perpetuar a liberdade (muito menos a liberdade de tipo político), mas, antes, reprimi-la; e a propósito dessas visões, pode-se realmente reavivar os lemas dos anos do existencialismo – o medo da liberdade, a fuga da liberdade. A ideologia de mercado assegura-nos que os seres humanos estragam tudo quando tentam controlar seu destino (“o socialismo é impossível”), e que é uma felicidade possuímos um mecanismo interpessoal – o mercado – capaz de substituir a arrogância e o planejamento humanos, e por substituir por completo as decisões humanas. Só precisamos mantê-lo limpo e bem azeitado, e então - como o monarca de muitos séculos atrás -, ele cuidará de nós e nos manterá nos eixos. (JAMESON, 1996, p.291).

Nesse sentido, o filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno (1903-1969), que se projetou como um dos críticos mais veementes dos modernos meios de comunicação de massa e defensor da formação humanística, capaz de criar a consciência crítica num homem, a seu ver, tão bem manipulado e ideologizado, membro de uma sociedade em declínio e em decomposição, sustenta a assertiva de que

As pessoas manipularam a tal ponto o conceito de liberdade, que ele acabou por se reduzir ao direito dos mais fortes e mais ricos de tirarem dos mais fracos e mais pobres o que estes ainda têm. [...] À parte da economia política, isso testemunha a falta de liberdade que a relação de troca, ela mesma pressupõe; não há liberdade enquanto tudo tem um preço e, na sociedade reificada, as coisas isentas do mecanismo de preço só existem como rudimentos lamentáveis. (ADORNO, 1996, p.41).

Fato é que, hoje, enquanto a pauperização do mundo se amplia na medida em que a riqueza se torna abstrata pela ação do capital, esse mercado, que confisca a liberdade em todos os sentidos, segue, com altíssimo grau de compulsão por tecnologia, prestando culto ao valor financeiro - tão caro ao triturador capitalismo neoliberal. É desse mercado que o Brasil, a qualquer preço e sob qualquer sacrifício

⁴⁶ Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), a “guerra de todos contra todos”, que caracteriza o então “estado de natureza”, só poderia ser superada por um governo central e autoritário. Tal governo seria uma espécie de monstro – o Leviatã -, que concentraria todo o poder em torno de si, ordenando todas as decisões da sociedade.

do seu povo, sempre quis e, com obsessão, ainda quer participar. Nesse quadro, como é possível termos, então, um “governo ao alcance de todos”?

4.6 P&D, tecnologias-chave e aplicações

A sexta Linha de Ação do SOCINFO diz respeito à identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) aplicados a essas tecnologias nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações-piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chave; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles, os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC.

Como o aumento vertiginoso da valorização do conhecimento na vida do homem moderno, aumentou, também, a convicção de que a ciência e a tecnologia não podem se restringir apenas a uma elite, mas sim atingir a todos, indiscriminadamente. Nesse sentido, quando se fala em ciência e tecnologia, um terceiro item, igualmente importante, não pode ficar de fora: inovação, que é, diga-se, essencialmente conduzida pelo mercado. A geração de patentes⁴⁷ é, nos dias atuais, um indicador fundamental que mede o quanto um país é inovador, condicionando, portanto, seu grau de competitividade.

Conforme apontado por Donadio (1983, p.21-22),

Diante desse quadro, não surpreende que os governos da maioria dos países tenham estabelecido políticas, tendo em vista prover os meios necessários à produção e ao uso do conhecimento científico e tecnológico para atender aos interesses da comunidade. A necessidade de tais políticas se justifica amplamente, quando se analisam as interações do sistema de ciência e tecnologia com o sistema social, no qual se incluem os setores econômico, cultural e político. Os canais através dos quais essas operações se realizam são constituídos pelas empresas privadas e estatais e pelos centros de pesquisa ligados às próprias empresas ou às universidades ou ao próprio Estado. [...] A influência da ciência e da tecnologia sobre o setor econômico talvez seja a mais fácil de se observar, pois a indústria tem-se desenvolvido rapidamente, às custas das inovações tecnológicas.

Assim, na era do conhecimento, P&D, com foco na inovação, passou a ser um elemento estratégico e motor do desenvolvimento econômico sustentável, aumentando a produtividade e a competitividade, e criando mercados. A expectativa,

⁴⁷ Patente é um título de propriedade temporário, concedido pelo Estado aos inventores. Garante direitos sobre a invenção (produto, processo de fabricação ou aperfeiçoamento) e é protegida por lei. As patentes são consideradas instrumentos de desenvolvimento tecnológico.

no entanto, é que, como consequência, crie trabalho, renda e qualidade de vida para as pessoas, o que, aliás, nem sempre acontece. No Brasil, sabe-se, o registro e controle das nossas patentes está a cargo do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, localizado em Brasília-DF. Apesar do Brasil já ter a sua Lei da Inovação (Lei nº 10.973, de 2dez.2004), nacionalmente, a cultura da inovação, apoiada no capital tecnológico continua ainda muito tímida.

Com relação ao conceito de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sob a ótica de Donadio (1983, p.18), tal expressão

É a designação abreviada para pesquisa científica e desenvolvimento experimental. A *pesquisa científica* compreende a pesquisa fundamental, cujo objetivo é o conhecimento pelo conhecimento, independentemente de qualquer possível aplicação, e a pesquisa aplicada, cujo objetivo é o entendimento das condições e das causas do sucesso ou insucesso de um meio de ação ou de um determinado método. O *desenvolvimento experimental* é uma ação mais voltada para a criação do que para o conhecimento e a compreensão [...] e consiste em processos de adaptação, testes e aperfeiçoamentos destinados a aplicações práticas [...].

Teixeira (1983, p.48), por sua vez, sobre o significado de P&D, indica que

Os dois termos estão geralmente juntos e designam um conjunto de natureza criativa, realizadas normalmente de forma sistemática com o fim de aumentar o acervo de conhecimentos técnico-científicos e usá-lo no projeto de realização de aplicações práticas. Considera-se a P&D composta de três subsistemas de atividades: pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental.

Isto posto, ao reforçar, convictamente, o fato de que “[...] a sociedade da informação tem tomado forma como consequência da aplicação intensiva de novas tecnologias, especialmente as de informação e comunicação” [...], Takahashi (2000, p.83), afirmou que

Nesse contexto de acelerada inovação, o crescimento ou mesmo a sobrevivência das empresas demanda excelência em suas operações, com o concurso intensivo de novas tecnologias. As empresas devem decidir claramente que tecnologias utilizar, o que desenvolver internamente e o que obter de fornecedores externos. Para tomar as decisões acertadas e executá-las com eficiência, as empresas precisam articular-se a instituições de P&D de forma bastante próxima. É fundamental, portanto, que exista no Brasil uma base científico-tecnológica com capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma cadeia de competências ampla e diversificada, suportada em um contingente de recursos humanos altamente qualificados. Qual deve ser o papel do Estado nesse cenário? Deve ser o da montagem do quadro estratégico mais favorável à inovação tecnológica e à sua utilização no setor industrial [...].

Ora, a expressão “inovação tecnológica” é um dos verbetes de maior destaque no “glossário da globalização”. Neste aspecto, é recomendado atentar para as palavras de Mészáros (2007, p.52), quando este nosso autor assegura que

[a] mitologia da “globalização”, promovida com zelo missionário pelos ideólogos do capital [é] uma versão mais palatável da “mão invisível” para o nosso tempo. Quando projetam os benefícios supostamente globais e onilaterais, em conjunção com o mundo do mercado, ignoram ou deliberadamente distorcem que aquilo que realmente existe – e existiu durante um longo tempo – está longe de ser universal e equitativamente benéfico, mas, ao contrário, é um *mercado mundial imperialisticamente dominado*. Estabeleceu-se como um conjunto das *relações de poder* mais iníquas, operando sempre em vantagem dos mais fortes e da cruel dominação – se necessário for, mesmo do subjugo militar direto – e exploração dos mais fracos. Uma ordem “globalizada” constituída sobre essa base, sob a estrutura geral de comando do Estado moderno, só poderia piorar as coisas. Eis porque, também a esse respeito, sem um *rompimento consciente* com o modo de controle sociometabólico do capital o *potencial emancipatório positivo* de longo alcance dos intercâmbios reprodutivos globais da humanidade não pode chegar à sua fruição real.

Sob o crítico olhar de Vidal (1995, p.110), ao abordar a inserção do Brasil na economia global, que, para ele, deve ser objeto de um processo de conquista, esse incansável lutador pelas causas nacionais assim se expressa:

É muito curioso que os neoliberais estejam preocupados com a participação do País no contexto internacional, ao tempo em que promovem a destruição nacional à medida que nos arrastam cada vez mais para a periferia. Esquecem que o internacional pressupõe o nacional – uma Nação forte e soberana -, cujos fundamentos e razão de ser estão em nosso território, em nossa cultura, em nossa história...

E, nessa direção, complementando o seu indignado pensamento em relação às insensatas regras do neoliberalismo, Vidal (1995, p.109) questiona:

E, o que dizer do conceito neoliberal do “fim da história”? Decretar o fim da História é decretar o fim do homem e da sua necessidade infinita de melhorar, de eternizar-se na sua finitude. Decididamente, não somos um povo sem alma ou com vocação suicida... Com a banalização do Homem e das Nações, transformados em objetos da História, e a consagração do *status quo* atual de barbárie e de genocídio dos mais fracos, não teremos o fim da história, mas a estabilização de um dos períodos mais anti-humanos, genocidas e medíocres da História – o que transformou o mercado em deus absoluto...

Aliás, para Marx e Engels, na obra “A ideologia alemã”, “[...] a primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos [...]”. (SAVIANI, 2004, p.37).

E, assim, mesmo consciente de que as máquinas que servem à erosiva tecnologia são capazes de substituir milhões de trabalhadores, esquecendo-se,

portanto, de que um dos objetivos-fim mais nobres de uma sociedade justa é o pleno emprego, tema crucial de qualquer Projeto Nacional, o Brasil, pelo SOCINFO, seguia cumprindo a sua determinada marcha em busca da sua inserção na economia global.

Dessa forma, nesta Linha de Ação, foram considerados dois grupos de tecnologias, com diferentes características. São eles:

[...] **tecnologias capacitadoras**, isto é, tecnologias quase maduras, de impacto a curto prazo para incorporação em bens e serviços; [e] **tecnologias-chave**, isto é, tecnologias ainda não maduras, de impacto potencial de médio prazo (com um horizonte de **no mínimo cinco anos** para maturação e utilização industrial plenas). (TAKAHASHI, 2000, p.83, grifos do autor).

Quando cita, com grande empolgação, experiências de sucesso em países avançados, tais como o Japão, os EUA, a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha, inclusive, discorrendo longamente sobre a dinâmica e as vantagens advindas do desenvolvimento tecnológico, o Livro Verde declarou que

Há aplicações de tecnologias de informação e comunicação que deveriam existir em plena operação no Brasil há vários anos. Com elas, muitos problemas e mesmo tragédias poderiam ser evitados, ou, pelo menos, mais bem controlados. Um exemplo concreto é o de **monitoramento de meio ambiente**. Esta linha de ação deve contemplar o que fazer nessa vertente de aplicações que podem até utilizar tecnologias demasiadamente maduras (e em fase de obsolescência próxima), mas que precisam ser viabilizadas com a máxima urgência. (TAKAHASHI, 2000, p.84, grifo do autor).

Com relação aos aspectos a serem considerados para a viabilização de infra-estrutura para P&D, o SOCINFO determinou os seguintes: “infra-estrutura de redes e de processamento de alto desempenho [...]; indução (onde não houver) e suporte a redes temáticas [...]; definição de diretrizes para consórcios de P&D [...]; viabilização de mecanismos de financiamento de atividades [...]”

Ao se referir à capacidade instalada para Pesquisa e Desenvolvimento, Takahashi (2000, p.86), informou que

Nos países desenvolvidos, onde o resultado da inovação se faz presente em termos de patentes produzidas e contribuições ao crescimento econômico, a atividade de P&D é predominantemente realizada nas empresas. No Brasil, do total de cientistas e engenheiros atuantes em P&D, em todas as áreas – atualmente em torno de 83 mil profissionais – cerca de 68% atuam nas universidades e apenas 11% exercem suas atividades em centros de pesquisa de empresas privadas. Os grupos de pesquisa distribuídos quase que exclusivamente nas universidades públicas constituem o principal *locus* de desenvolvimento de pesquisa e de formação de recursos humanos e atuam, em geral, de forma bastante distanciada das necessidades e prioridades do segmento produtivo. No segmento das

tecnologias de informação, de acordo com um censo recente do CNPq, existem hoje 1.745 grupos de pesquisa em atividade nos setores de informática, indústria eletroeletrônica e de telecomunicações. Esses grupos são os principais responsáveis pela formação de recursos humanos qualificados para atuação no setor.

Reportando-se às iniciativas cooperativas em tecnologias de informação e comunicação, ao assegurar que o Brasil já tem interessantes experiências na estruturação de consórcios cooperativos para P&D com suporte em redes e processamento de alto desempenho para interação virtual, o SOCINFO enalteceu o alto nível do Programa Genoma da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)⁴⁸.

A articulação Universidade-Indústria, no entanto, foi considerada, pelo SOCINFO, “o principal ‘calcanhar de Aquiles’ na situação atual de P&D cooperativo com o setor industrial ou, mesmo, na transferência *a posteriori* de tecnologia gerada em iniciativas de P&D em universidades e centros de pesquisa no Brasil.” (TAKAHASHI, 2000, p.88, grifo do autor).

Ao visualizar a universidade como fonte do conhecimento, Siqueira sustenta que

A Universidade é o *locus* do saber, da liberdade, da formação humana e da criação intelectual: *fontes de idéias e espaço de investigação científica (transforma o pensamento em conhecimento)*; seus recursos humanos devem atuar na fronteira do conhecimento, desenvolver raciocínio independente e criativo e com olhar além dos limites exíguos do utilitarismo; deve ter como pressuposto básico a autonomia, ser livre de dirigismo e preconceitos, contar com financiamento público, ter sintonia com as políticas públicas e com o mercado, oportunidades e demandas sociais; principal fonte geradora de conhecimento novo no Brasil (85% da produção), mas este é geralmente pouco protegido e registrado em formatos de difícil uso e utilização pela sociedade.

Assim, como em Pacitti (2002 apud Siqueira), “A universidade ainda não assumiu sua função geradora de pólos de desenvolvimento.” Na verdade, as exigências capitalistas do nosso país afirmam que a universidade precisa fazer parte da cadeia mercadológica de tecnologia, sob o argumento de que o Brasil experimenta uma grande defasagem entre ciência e tecnologia. Ao alegar que a produção fica confinada ao ambiente acadêmico e que é preciso quebrar

⁴⁸ O Programa Genoma foi constituído pela Fapesp no primeiro semestre de 1997, mediante o lançamento sucessivo de três projetos, entre março e junho desse ano: o Genoma Humano do Câncer, o Genoma da Cana-de-Açúcar e o Genoma Xanthomonas (referente à bactéria causadora do cancro cítrico). Os investimentos totais no programa foram (até agora) da ordem de US\$35 milhões provindos da Fapesp e de outras instituições consorciadas: o Instituto Ludwig, a Fundecitrus e a Copersucar.

preconceitos, buscando a sinergia entre universidades e empresas, Siqueira assevera que “Há uma grande competência e um grande estoque de conhecimento não aproveitado nas universidades.”

Conforme bem nos lembra Nascimento (2011, p. 137-138),

[...] a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica que “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências” [...] transforma as universidades em oficina, laboratório das empresas. A inovação que deveria ser feita nas grandes empresas passa a ser feita na universidade sob encomenda das empresas. [...] Na prática, a referida lei significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial. A universidade submetida aos mecanismos da Lei de Inovação Tecnológica deixa de fazer pesquisas que possam atender as comunidades em seu entorno e a sociedade em geral para dedicar-se a projetos que agregarão novas tecnologias no ciclo produtivo das empresas, tornando-as mais competitivas.

Nesse contexto, sob o prisma de Rapini (2007),

O processo de inovação, talvez mais do que qualquer outra atividade econômica, depende do conhecimento. (Feldman, 1994). O novo papel da informação e do conhecimento nas economias e no processo produtivo tem levado a um reposicionamento do papel desempenhado pelas universidades, as quais não apenas são responsáveis pelo treinamento, como passaram a fornecer conhecimento crucial para a evolução de alguns setores industriais. [...] A instabilidade macroeconômica e os impactos sofridos com a abertura dos anos 1990 levaram à adoção de novas estratégias de sobrevivência por parte das empresas. Distintamente do almejado, a adequação das empresas ao novo cenário deu-se primordialmente na aquisição de insumos tangíveis (máquinas e equipamentos) em detrimento da aquisição e/ou desenvolvimento de insumos intangíveis. (Cassiolato e Szapiro, 2003). A interação com universidades e instituições de pesquisa pode ser considerada como um mecanismo capaz de fomentar a aquisição de insumos intangíveis fundamentais para a geração e desenvolvimento de tecnologias internamente.

Para Lück (2008, p.260), preocupada com o debate contemporâneo sobre o futuro da universidade,

[...] as condições de competitividade impostas pela economia globalizada alteraram sobremaneira a relação entre universidade, estado e sociedade. As universidades sempre atuaram dentro do que se considerava a própria lógica da ciência. Agora, regida pela competitividade, a globalização econômica aproxima as universidades do setor produtivo, que necessita da incorporação crescente de conhecimentos científicos em suas atividades para respalar [sic] sua capacidade competitiva no mercado global. Tal aproximação cria vínculos que, por sua vez, engendram conflitos por parte da comunidade científica no transcurso das investigações que envolvem interesses econômicos concretos e que abalam a solidez da própria ciência. (Oliveira, 2007).

Quando entram em pauta as oportunidades em tecnologias capacitadoras, o Programa Sociedade da Informação declarou que

[...] vale registrar aqui alguns temas e atividades correntes na agenda brasileira de P&D em tecnologias de informação e comunicação em variados estágios de maturação e que sugerem que um salto tecnológico com base na seleção de um conjunto mínimo de tecnologias-chave é bastante viável, posto que: já existem algumas experiências pioneiras locais em alguns nichos potenciais que permitem vislumbrar oportunidades de atuação para as empresas nacionais; existe uma visão estratégica subjacente a decisões de mercado, no sentido de assegurar oportunidades de atuação para a tecnologia nacional. (TAKAHASHI, 2000, p.88).

Nesse sentido, foram citadas as seguintes tecnologias-chave: Comunicação Celular de Terceira Geração (3G), *Wireless Application Protocol* (WAP), Processamento de textos no mundo Internet, Tradução entre linguagens naturais, Processamento de imagem e robótica, Criptografia⁴⁹, Geoprocessamento, Processamento de alto desempenho, Telemedicina e Televisão de alta definição.

Com base nesse panorama, o Livro Verde indicou que

É necessário preparar um salto tecnológico para 2004 [...]. É necessário identificar tecnologias-chave [...]. É necessário consolidar um modelo de pesquisa consorciada em tecnologias-chave [...]. É necessário ampliar significativamente a capacidade instalada de P&D no País e a integração entre universidade e indústria. (TAKAHASHI, 2000, p.92).

Baseado, então, nessas necessidades, Takahashi (2002, p.93) apresentou, como ações estruturadoras, as abaixo elencadas:

Identificar dez tecnologias-chave em tecnologias de informação e comunicação com tempo de maturação de pelo menos quatro anos e consolidar metodologia para amplo uso. Montar e financiar pelo menos dois consórcios em regime de competição para cada tecnologia (cada qual com dois grupos de P&D, duas empresas e dois grupos cooperantes no exterior). Ampliar e aprimorar mecanismos no âmbito das agências de fomento, para incentivar o desenvolvimento de projetos cooperativos de empresas com universidades e centros de pesquisa. Identificar oportunidades e criar consórcios para desenvolvimento de aplicações de alcance social, de impacto industrial e resultados no curto prazo, com base em tecnologias capacitadoras ou emergentes. Fomentar projetos multidisciplinares para a orientação do desenvolvimento da infra-estrutura nacional (transportes, meio ambiente, saúde, educação etc.) que intrinsecamente demandem o emprego de redes eletrônicas, seja pela cooperação de diversas instituições, ou pela operação em múltiplos sítios.

Na qualidade de outras ações, foram incluídas:

⁴⁹ A criptografia é um conjunto de técnicas para esconder informação de acesso não autorizado. O objetivo da criptografia é transformar uma informação legível num emaranhado de caracteres impossível de ser compreendido. O conceito-chave é que apenas quem tem a chave de decifração seja capaz de recuperar tal informação em formato legível.

Identificar barreiras para geração/integração/difusão de aplicações em áreas estratégicas selecionadas. Montar esquema de prototipagem interna/externa de fomento a aplicações para atacar barreiras encontradas nas áreas selecionadas. Ampliar a base de pesquisa instalada nas universidades, priorizando oportunidades no plano científico, relacionadas às tecnologias-chave. Articular ações do setor público e privado por meio de chamadas de projetos mobilizadores em tecnologias-chave, envolvendo universidades, centros de P&D e empresas. (TAKAHASHI, 2000, p.93).

Como podemos notar, apesar do discurso marcadamente ufanista do SOCINFO com relação à urgência de se instalar a “sociedade da informação” brasileira, não há como se negar que a informação científica e tecnológica é, de fato, um elemento-chave para o desenvolvimento de um país e que, por isso mesmo, uma política de informação científica e tecnológica deve, necessariamente, ser parte integrante da política científica e tecnológica. Tanto assim, que os grandes clássicos da economia, como Adam Smith, J. Schumpeter e Karl Marx foram talvez os primeiros a reconhecerem a forte vinculação existente entre o progresso científico e o desenvolvimento da tecnologia industrial. O que não se pode aceitar, como parâmetro de normalidade, no desértico ambiente do capitalismo contemporâneo, é que tal desenvolvimento se dê com mais sacrifício da classe trabalhadora, já tão sacrificada, uma vez que, segundo Donadio (1983, p.40), “Ciência e tecnologia podem ser consideradas fatores de produção tão importantes quanto capital e trabalho, para o desenvolvimento econômico de qualquer país.” Mas que, além do desenvolvimento econômico, P&D se orientem, sobretudo, para o bem-estar social.

E a pergunta que vem a seguir é: ao ter os países hegemônicos como “inquestionáveis” modelos de desenvolvimento científico e tecnológico, e com tamanha dependência externa, ante a avalanche de promoção da doutrina neoliberal que envolveu o povo brasileiro em uma gigantesca marola de mentiras, seria esse “bem-estar social” o real foco do SOCINFO?

4.7 Infra-estrutura avançada e novos serviços

A sétima e última Linha de Ação do SOCINFO aponta para a implantação de infra-estrutura de informações, integrando as diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada

de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes e fomento à integração operacional.

Conforme observado por Lück (2008, p.258),

Viver na contemporaneidade requer atenção aos apelos desse novo tempo: rever as formas de pensar, sentir e atuar sobre essa realidade que não se nos apresenta de forma linear, mas de modo plural, numa multiplicidade e complexidade inscritas em redes e conexões, ampliando nossa inserção no mundo.

Assim, quando o universo virtual, carregando o então estranho conceito de inteligência artificial e todas as suas novas tecnologias de informação e comunicação, começou a ser apresentado ao Brasil, nós não imaginávamos que, dali a tão pouco tempo, não conseguiríamos mais viver (e nem conviver) sem tais recursos. O “fenômeno Internet”, que abre um espaço ilimitado e hipernavegável, num período bastante curto, passou de uma simples curiosidade acadêmica a um importante meio de comunicação de massa – esse sistema denominado mídia. Por ela, vai-se longe, sem sair de casa. Com a facilidade de uso e a interatividade, que a tornam uma tecnologia poderosa, a Rede, que chegara se mostrando tão assustadora, conseguiu quebrar a nossa resistência e ser incorporada à nossa rotina pessoal e profissional. Por ser reconhecida como um instrumento tão potente, mas tão carregado de fetichismo, já não sabemos mais viver sem ela.

De fato, ao despertarem tanta curiosidade e tanto interesse, os artefatos tecnológicos, hoje, fazem parte da vida do brasileiro, mas atenção: não de todos os brasileiros.

Vilicic e Caputo (2013, p.222), com relação ao número de usuários da Internet, afirmam que, no ano de 1995, enquanto o mundo tinha 40 milhões de internautas, o Brasil possuía 50.000 deles; em 2013, quando o mundo tinha 2,4 bilhões, no Brasil éramos 88 milhões de usuários. A previsão para o ano de 2020 é a seguinte: o mundo terá 5 bilhões de usuários e o Brasil, 147 milhões.

Ainda segundo os mesmos autores,

Hoje, há 88 milhões de brasileiros on-line, o dobro dos indivíduos conectados em todo o planeta em 1995. No mundo, três em cada dez pessoas têm acesso à rede. O virtual evoluiu ao deixar de ser apenas uma plataforma de troca de mensagens para se tornar uma ágora pública, de distâncias encurtadas e na qual todos podem expressar sua opinião. [...] A web também passou a interligar máquinas variadas, como geladeiras e carros, no que ficou como a internet das coisas. A avançada inteligência artificial desses equipamentos os deixou aptos a, por assim dizer, pensar sozinhos: guiados por algoritmos complexos, eles tomam decisões como

alertar seu dono de hábitos não saudáveis ou da localização de um restaurante perto na hora do almoço. (VILICIC; CAPUTO, 2013, p.220).

Mesmo com o crescimento de tais números, o Brasil ainda está muito longe de poder deles se vangloriar, pois, como já sabemos, os nossos índices de exclusão digital ainda nos causam grande vergonha e revolta.

O SOCINFO, ao incluir a presente linha de ação, no despertar do século XXI, apostava que, povoando o nosso território com recursos telemáticos avançados e potentes, quer no plano de infraestrutura, quer no de serviços, o Brasil estaria cada vez mais próximo de concretizar o tão acalentado sonho de chegar, transportado pela sua própria “sociedade da informação”, ao seu destino final - o “glorioso” mercado global -, desconsiderando, pelo visto, o grave fato de que uma sociedade de tal configuração reduz, às vezes de forma espetacular, a demanda de trabalho humano, não tendo, portanto, conforme Schaff (1995, p.27), “[...] como assegurar a manutenção de um exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços.” Ora, mas isso, pelo que se observa no Livro Verde, era apenas um mero detalhe, algo sem grande relevância em face da importância e da urgência de se implementar, sem maiores críticas e questionamentos, o SOCINFO... Escapava-lhe, sim, a crença de que nem o capital nem a tecnologia podem substituir a força de trabalho. Aliás, nada garante que nessa desequilibrada relação entre países centrais e países periféricos, carregada de tantos interesses de toda ordem, há, de fato, cooperação para um mundo melhor.

Assim, Takahashi (2000, p.97, grifos do autor), ao apresentar o seu modelo de referência para discussão, explicou que

Sistemas baseados no uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação podem ser vistos como compostos por três **camadas** de funções [...]: • **Aplicações:** Esta camada inclui funcionalidade específica para áreas de aplicação, tais como Saúde, Educação, Serviços Governamentais, Atendimento Bancário etc. • **Serviços genéricos:** Esta camada é constituída por **funções de uso geral**, tais como correio eletrônico, transferência de arquivos, acesso a computadores remotos, acesso a WWW, que podem ser usadas em qualquer aplicação. É implementada por *software* e equipamentos especiais e utiliza a função de rede (da camada inferior) para a interação com pontos remotos. • **Infra-estrutura:** Corresponde à função básica de **redes** interligando quaisquer dois pontos com características técnicas de serviço bem definidas. É implementada fisicamente por uma malha de conexões digitais de todos os tipos (cabo metálico, microondas, fibras óticas, satélites etc.) e de equipamentos e *software* que convertem essa malha física em infovias. O grande apelo da Internet, considerado o modelo de três camadas acima descrito, é unificar e oferecer um conjunto de **serviços genéricos** de

grande utilidade e facilidade de uso, através de uma **infra-estrutura de redes** cada vez mais ampla, veloz, confiável e de baixo custo, de tal sorte que se torna cada vez mais atraente e fácil implantar novas **aplicações**.

Ao utilizar uma linguagem bastante técnica da área de telemática, portanto, de grande complexidade, o Livro Verde aborda temas como redes e o fator velocidade de transmissão, processamento de alto desempenho, diretórios e o papel de redes para P&D, além de algumas ideias para diretrizes, tais como parcerias para implantação de fibra escura⁵⁰ e implantação de redes metropolitanas.

Quando se reporta ao quadro brasileiro à época do lançamento do SOCINFO, Takahashi (2000, p.101, grifos do autor) apontou que:

Há grande corrida no Brasil de implantação de linhas de fibras óticas para futuro uso em telecomunicações. [...]. Há três tipos de redes Internet no País: i. **Redes para Educação (essencialmente no nível superior) e P&D** [...]. ii. **Redes Governamentais** [...]. iii. **Redes Comerciais** [...]. De uma maneira geral, essas redes: • operam enlaces a velocidades médias de 2Mbps; • suportam serviços convencionais Internet; • são mal articuladas entre si, posto não haver política clara de troca de tráfego no País. De qualquer forma, é evidente que, no conjunto, essas iniciativas mostram uma vitalidade na infra-estrutura de serviços Internet no País. [...].

Com relação às redes para P&D e Internet de nova geração, foi informado que

A RNP e algumas redes estaduais estão em processo de evolução para um novo ciclo de tecnologias e serviços Internet no Brasil. A RNP, em particular, que opera um *backbone*⁵¹ com boa cobertura regional, embora a baixas velocidades, está colocando em operação uma nova malha a velocidades mais altas entre alguns pontos no País, enquanto viabiliza um enlace de mais alta velocidade aos EUA [...]. (TAKAHASHI, 2000, p.102).

No que tange às Redes Metropolitanas de Alta Velocidade (Remav), o SOCINFO sustentou que

Existe uma iniciativa interessante, no âmbito do MCT, de fomento à montagem de redes metropolitanas de alta velocidade (Remav) para a indução e experimentação com **aplicações** que demandam, como piso, velocidades no patamar de 2Mbps. Há presentemente 14 consórcios Remav em andamento, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, cada qual composto por instituições de educação e pesquisa, instituições governamentais e empresas operadoras de telecomunicações, explorando conjuntos específicos de aplicações de redes. (TAKAHASHI, 2000, p.102).

⁵⁰ Fibra escura (do inglês Dark Fiber) é uma infra-estrutura de fibra óptica (cabos e conectores) que está instalada nos locais mas não está sendo usada. O termo "dark" significa que a fibra não é iluminada, isto é, não são emitidos quaisquer sinais ópticos.

⁵¹ *Backbone*, tradução de "espinha dorsal", é uma rede principal por onde passam os dados dos clientes da Internet. Essa mesma rede também é responsável pelo envio e recebimento de dados entre grandes cidades e até entre o Brasil e outros países.

Focalizando os Centros de Processamento de Alto Desempenho (Cenapad), Takahashi (2000, p.102-103), declarou que

Há correntemente no Brasil seis centros de processamento de alto desempenho (Cenapad) montados sob os auspícios do MCT, em cooperação com instituições locais: • Belo Horizonte, na UFMG; • Cachoeira Paulista, no Inpe; • Campinas, na Unicamp; • Fortaleza, na UFCE; • Petrópolis, no LNCC [Laboratório Nacional de Computação Científica]; • Porto Alegre, na UFRGS. Esses centros estão conectados à RNP por meio de enlaces de 2 a 4Mbps.

Isto posto, o Livro Verde determinou que:

É preciso expandir a infra-estrutura de redes para P&D [...]; É preciso acompanhar a evolução tecnológica rumo à Internet de Nova Geração [...]; É preciso expandir, generalizar e consolidar as Redes Metropolitanas de Alta Velocidade [...]; É preciso consolidar um modelo de Processamento de Alto Desempenho no Brasil [...]; É preciso integrar a infra-estrutura e os serviços avançados em uma malha computacional [...]. (TAKAHASHI (2000, p.103).

Como ações estruturadoras, então, o SOCINFO (TAKAHASHI, 2000, p.104) estabeleceu as seguintes:

Implantação de nova malha de redes para P&D no País [...]. Implantação de pelo menos 10 Remav adicionais, em cooperação com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, com foco em aplicações avançadas que possam posteriormente passar para exploração comercial. Reestruturação do Sistema de Processamento de Alto Desempenho no País. Concepção detalhada e suporte à implantação de amplo programa de Capacitação Avançada em Redes, sob a coordenação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, especialmente no setor privado.

Dentre outras ações, Takahashi (2000, p,104, grifo do autor) incluiu:

Fomento a projetos multiinstitucionais para a prototipagem de aplicações de alto desempenho em áreas estratégicas selecionadas, incluindo biologia molecular, climatologia, geoprocessamento e outras. Apoio à implementação de **bibliotecas digitais** no País, conforme o Capítulo 5 – Conteúdos e Identidade Cultural. Apoio à implantação e uso amplo de redes, conforme o Capítulo 3 – Universalização de Serviços para a Cidadania e o Capítulo 4 – Educação na Sociedade da Informação. Negociação de redução de custos e níveis de serviços na contratação de serviços de telecomunicações, em um esforço de uniformização em escala para estabelecimento de um padrão mínimo na oferta de serviços. [...].

Isto posto, pelo que se pode perceber, particularmente pela presente linha de ação, o Programa Sociedade da Informação, de fato, pretendia estabelecer ações governamentais mais agressivas na área de telemática, de modo a modernizar suas redes internas de transmissão de dados e informações, não só com tecnologias localmente desenvolvidas, mas, principalmente, tendo por referência aquelas praticadas pelos países desenvolvidos, já que o Brasil, na condição de país

periférico, não poderia escapar à regra observada nas nações do bloco capitalista. Ou seja, estava claro que o desenvolvimento tecnológico do País não seria alcançado, e nem poderia ser mantido, a custa de uma tecnologia estritamente nacional, dispensando-se, portanto, a “qualidade” e a “segurança” do fazer tecnológico importado.

A ideia era, no entanto, criar uma estrutura tecnológica de redes, assinada pelo Estado brasileiro, que pudesse, tanto quanto possível, facilitar a disseminação de informações nos planos nacional e internacional, visando a facilitar o trânsito de C&T, em ambos os níveis.

Ora, como sabemos, o Estado assume o papel de “acumulação”, enquanto defende os interesses do capital, e de “legitimação”, enquanto defende os interesses da população em geral. Daí a ideia de que o Estado não é “neutro”, e, conseqüentemente, o seu planejamento e as suas políticas estão relacionadas a interesses específicos. Por isso, acumulação e legitimação se refletem, também, em seu discurso político. Nesse particular, em se tratando do caso específico do SOCINFO, a segunda dimensão, ou seja, legitimação, em relação à primeira, estava em notória desvantagem.

E, assim, com a certeza de que nada consegue definir nem derrotar o capital global, ao propor uma estruturação mais “viável” para suas redes telemáticas internas, o Livro Verde apostava que o Brasil cumpriria a sua apressada (por isso mesmo, não tão prudente) trajetória tecnológica, pautada na matriz serviço/mercado, mas, sem dúvida, com os olhos voltados para o ambiente real/virtual e extremamente competitivo do mercado global.

Por esse caminho, em face dos efeitos devastadores do neoliberalismo, dentre os quais a inviabilidade de autonomia tecnológica nacional, mas, ainda assim, tentando vencer as ameaças e as incertezas do futuro, o País encurtaria o seu já longo percurso, aumentando, quem sabe, as probabilidades de integrar o “seleto” e “nobre” grupo dos países hegemônicos capitalistas.

Aliás, como bem se sabe, quando se trata da inserção de qualquer país na economia mundial, tal autonomia, entendida como “fonte de autoridade”, se traduz em condição essencial para o necessário poder de competição no mercado mundial cada vez mais interconectado e interdependente. Ora, não há como negar que, para os grandes atores econômicos (leia-se: os Estados mais poderosos), as grandes questões gravitam mesmo é em torno desse mercado de configuração

essencialmente tecnológica, caracterizado pela “cibereconomia” e pelos “cibernegócios”, inseridos que são no universo da cibercultura, de que tanto nos fala Lévy (1999), fonte de desigualdade e de exclusão.

E, assim, o Brasil, pelo SOCINFO, desconsiderando as insanáveis contradições do capitalismo, vislumbrava, com animação extremada, a possibilidade de construir a sua própria “sociedade da informação”, certo de que, de mãos dadas com FHC e com a política neoliberal, ganharia em desenvolvimento, democracia e capacidade civilizatória. De forma inversa, o povo brasileiro, mantido a distância de uma boa educação e de um amplo acesso à informação, seguia, morador de um país que continuava pobre e subdesenvolvido como sempre foi, comandado por um Estado ineficiente, cujos governantes, muito mal preparados para os cargos que ocupam, portanto, sem formação adequada e sem informação para governar, não se preocupavam em reverter o quadro de ignorância e pobreza do qual o Brasil não consegue se libertar.

5 CONCLUSÃO

Quase sem perceber, passamos a viver numa nova era, desprovida de temperança, em que a informação flui a velocidades surpreendentes e em grandes quantidades, transformando profundamente a sociedade e a economia. Perdidos entre o passado e o futuro, vivemos num mundo tecnológico atordoado pelo choque do presente, caracterizado pela urgência da informação e pela ansiedade dos resultados imediatos. De fato, não há sociedade sem comunicação de informação. Mas urge que essa “sociedade da informação” que aí está seja ressignificada.

Com a reificação da informação, nas sociedades capitalistas contemporâneas, essa mercadoria se configura como um grande poder, capaz de promover mudanças de rota, sempre buscando, cada vez mais, projetar os países, pela força do capital, no cenário do mercado internacional, que só preza trocas, dinheiro e lucro. Aliás, no capitalismo, o lucro sempre aplaca a justiça social.

Ao questionarmos o jogo de poder que se insinua por trás das diretrizes econômicas, como habitantes, portanto, da época da intranquilidade e da descartabilidade, que reforçam as leis da impermanência, precisamos reconhecer que, por mais que a tecnologia moderna tenha estimulado esse processo, os traços fisionômicos do mundo atual foram definidos por forças econômicas e políticas de toda ordem.

Assim, com os movimentos opressores do capitalismo contemporâneo, com a sua musculatura de ferro, que esmaga a sociedade com o seu “calcanhar de aço” (para usar uma expressão da Profa. Dra. Virgínia Fontes, historiadora e docente da Universidade Federal Fluminense – UFF), e diante da realidade insólita dos dias atuais, há que se fazerem mais perguntas do que se terem certezas.

Nesse contexto, o mundo capitalista vive sua pior crise econômica desde a década de 1930, sem perspectivas de acabar com ela e inaugurar uma fase mais próspera da história da humanidade. A presente grande crise no cenário econômico internacional, que impôs a todos a lei impessoal do lucro máximo, por apresentar um caráter sistêmico, se traduz na primeira crise de grande alcance do fenômeno da “globalização”. Não se trata, portanto, apenas de uma crise nas bolsas de valores, no mercado imobiliário ou nos setores de alimentos e energia. Enfim, o problema não se refere apenas a questões financeiras ou monetárias. É algo, sim, mais grave e profundo, capaz de desestabilizar países, organizações e seres humanos. Ou seja,

atravessamos um problema mundial que, extrapolando a esfera econômico-financeira e social, é gerador de altas doses de estresse e ansiedade, que competem com a depressão na conquista do troféu “mal do século”. Como, então, colocar ordem no caos?

Diante da crise, é preciso pôr em questão, de forma incisiva e inconformada, os fundamentos da ordem capitalista, cuja cobiça não tem fim, indagando sobre os mecanismos de geração e apropriação de riqueza, tendo como preocupação maior as vítimas da pobreza e os mais vulneráveis da sociedade, que sofrem, nesse contexto, as maiores expropriações e perdas.

Num mundo, então, sem fronteiras, alfândegas e barreiras, carregado de tensões, estereótipos e ideologias, que resume a ideia de que liberdade econômica é o fundamento da liberdade política, o neoliberalismo - ao aprofundar problemas como o desemprego, precarização do trabalho, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional -, agrava, ainda mais, o obscuro jogo no qual as desigualdades são naturalizadas.

Em meio a esse panorama conturbado, que bem marca o “mal-estar da contemporaneidade”, de que tanto nos fala Freud, a informação, assessorada pela tecnologia, se apresenta como um poderoso recurso capaz de ajudar, se não na solução de todos os problemas da humanidade, certamente na compreensão da grande maioria deles. Ora, mas se a desordem é a própria antítese da informação, é justamente do princípio universal da ordem que depende tudo o que falamos e escrevemos sobre informação e conhecimento. E já que vivemos em estado permanente de inovação, que assegura a economia de mercado, não podemos mais conter a vertiginosa necessidade de consumo de informações.

Mesmo assim, sob o signo da informação, ao exigir foco e sabedoria, o mundo reinventa-se como uma usina de ideias e como uma inesgotável fonte de inspiração. Essenciais, portanto, para influenciar o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, informação e conhecimento contribuem diretamente para a criação de indivíduos críticos.

O futuro tem o hábito desagradável de contrariar previsões e estatísticas. O futuro é duvidoso, incerto. Lembrando Castel (1998, p.560), “O amanhã comportará o desconhecido. Mas também será trabalhado a partir da herança de hoje.” Portanto, é papel de cada um de nós empurrá-lo numa direção ou na outra. E

no confronto entre o pessimismo e o otimismo, questiona-se: o mundo está cada vez pior? Ou será que ele está melhor do que nunca?

O medo, a ansiedade, a necessidade de estar numa zona de conforto são questões que incomodam as pessoas no mundo moderno, que, ao se verem como peças de uma grande máquina global de produção, escoamento e consumo, esquecem-se que são, isso sim, partes de uma teia social, células de um organismo maior, que é a comunidade onde vivem. Tais temas geram infinitas indagações. Com a mercantilização e a financeirização da vida, todos procuram respostas de como encontrar o caminho para fazer as transformações necessárias. E tudo está em movimento, em constante transformação.

A sociedade do século XXI, que carrega, como já vimos, tantas denominações, é também considerada a “sociedade do excesso”, onde as pessoas precisam lidar cotidianamente com um excesso de tarefas, decisões, cobranças, desejos, ofertas, informações. Nessa sociedade, consumimos mais do que precisamos. Bauman (2010, p.74) se refere a essa mesma sociedade como “sociedade do medo”, afirmando que “os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto [o medo, que gera insegurança] em um mercado lucrativo.”

A vida moderna faz exigências paradoxais. Manda que estejamos ligados a todos os assuntos ao mesmo tempo, “antenados”, “plugados”, “conectados”, só para usar alguns dos neologismos pertinentes, mas também manda que sejamos calmos, serenos e criativos. O principal de todos os conselhos “modernos” que costumamos receber, e às vezes dar, é que devemos ser multimídias – fazer várias coisas, ter diversas habilidades, usar muitos canais de comunicação, mudar de atividade continuamente. Os seres multimídia queixam-se, entretanto, de algumas dificuldades: é necessário ser especialista e generalista ao mesmo tempo; lidar com grandes volumes de informações que, se por um lado, são o oxigênio da maioria das profissões, são intoxicantes em função do seu excesso; fazer várias coisas ao mesmo tempo com a mesma qualidade obtida em tarefas de dedicação exclusiva; multiplicar o tempo, que parece cada vez mais raro e que escorre entre os nossos dedos.

Subitamente, nos descobrimos em um mundo com muita atividade, muita informação, muita exigência e pouco tempo. É uma combinação explosiva, cujo

resultado pode ser representado por produtividade baixa e ansiedade alta – essa doença da pressa -, que nos torna impacientes e com dificuldade de relaxar.

O relógio do mundo contemporâneo bate cada vez mais rápido. É forte a sensação de que o tempo corre célere e a vida se encurta. A maioria das pessoas responde à pressa com mais pressa. O culto da velocidade é um dos males da atualidade. E logo nos perguntamos: o que aconteceu com o relógio?! Pois este mundo, de relógio sempre adiantado, exige, a todo segundo, uma constante e enfática conjugação do verbo “inovar”, com o seguinte alerta: num mercado competitivo ao extremo, inovar, nos dias de hoje, é uma questão de sobrevivência, pois quem não surpreende corre o risco de ser ofuscado pela concorrência.

O homem do início do século XXI pensa mais aceleradamente do que o do início do século XX. O volume de informações com as quais temos que lidar em nossa rotina diária está chegando perto do limite biológico do ser humano. Mesmo sabendo que o progresso gera informações ao mesmo tempo em que informações geram progresso, esse processo nos insere num turbilhão de altos níveis de ansiedade. Vive-se com a incômoda sensação de que as 24 horas do dia são insuficientes para a montanha de afazeres que só tende a aumentar.

Nesse ensandecido contexto, de que forma podemos construir uma relação amistosa com o relógio? Se o tique-taque segue sua cadência costumeira, o problema só pode estar no cronômetro interno do homem contemporâneo, a partir do estilo de vida que ele passou a adotar. Não bastasse o asfixiante acúmulo de tarefas e funções, a instantaneidade que norteia as tecnologias digitais passou a turbinar o dia a dia, gerando uma massacrante sensação de compressão do tempo. Temos, aí, um impasse num mundo capitalista complexo e competitivo, onde a superação humana é o intrigante tema em pauta na ditadura do tempo, assessorado que é pela tecnologia – esse pilar da pressa, que promete tornar tudo em nossa vida mais célere.

A sensação é que estamos reconfigurando o planeta. Nossos hábitos estão mudando e, muitas vezes, não nos damos conta disso. O ciber mundo já afetou a nossa rotina. Hoje, consumimos informações como nunca pudemos consumir nada antes. Estamos, cada vez mais, adaptando nossos cérebros a operarem vários dispositivos em um único, juntando vários mundos em um só. Logo pensamos: com tanta tecnologia “à disposição”, o que esperar das próximas gerações, se as crianças de hoje já nascem conectadas, já não vivem sem

computadores e Internet? Para alguns, mais convictos e dependentes dessas máquinas “inteligentes”, quando falta tecnologia é como se faltasse tudo. Zero de satisfação, zero de felicidade, zero de prazer, zero de motivação. Um dia sem Internet? Impossível, angustiante, desesperador...

De fato, vivemos numa nova cultura que, a todo momento, nos cobra velocidade, interatividade e desempenho social que gere visibilidade. Com a febre das redes sociais, iniciada em 2006 com o já ultrapassado *Orkut*, hoje, se não estamos no *Twitter*, se não temos um perfil no *Facebook*, se não “colecionamos” aplicativos (ou *apps*), se não usamos a mais nova versão do *Instagram*, ou se não nos comunicamos através do *Whatsapp*, é quase como se não existíssemos ou como se fosse decretada a nossa “morte social”. O *notebook*, o *tablet* e o *smartphone*, símbolos atuais de modernidade, alta tecnologia, conectividade, arrojo e importantes funcionalidades, parecem extensões das nossas mãos.

E, quando parecia que já tínhamos visto tudo (ou quase tudo) em termos de tecnologia avançada, eis que surge, em 2013, para nos surpreender ainda mais, o Google Glass⁵², também chamado de óculos de realidade aumentada. Causam-nos espanto, também, as múltiplas possibilidades da impressão 3D, ou prototipagem rápida – um dos avanços mais importantes do nosso tempo, que, em vez de tinta no papel, constrói objetos camada a camada. Esse revolucionário tipo de impressão parece coisa de ficção científica: uma tecnologia que, a princípio, pode criar qualquer objeto da nossa imaginação, até mesmo órgãos humanos, bastando, para isso, umas poucas instruções dadas ao computador. Com uma ampla gama de aplicação, a impressão 3D pode ser utilizada em praticamente todas as áreas de desenvolvimento de produtos.

A verdade é que, nesse ritmo de intensa pressa, convencidos de que “o futuro é agora”, nossa atenção anda partida em mil pedaços: um olho percorre a mensagem do celular enquanto o outro escapa para a tela do computador; os ouvidos se dividem entre a conversa telefônica e o bate-papo mediado pelo *Skype*, com a trilha sonora do *MP3* ou do *I-Pod*, ao fundo. Esse comportamento hiperativo, que se repete minuto a minuto, para muitos, parece ser a única forma de se viver no

⁵² O Google Glass é um projeto da Google Incorporation, empresa multinacional de serviços *online* e *software*, dos Estados Unidos. O dispositivo, que possui tamanho e *design* de um par de óculos tradicional, conta com conexão via Internet e possui várias funções. A sua armação é discreta e bem fina, tendo, em seu lado direito, uma parte mais saliente, onde está localizado todo o equipamento presente no aparelho: processador, câmera, microfone e sensores de som.

século XXI. Mas esse estilo de vida *high-tech* cobra um preço muito alto. O fato é que, por mais que as TIC tenham ampliado as possibilidades de comunicação e intensificado o trânsito de informações, nosso cérebro continua absorvendo uma coisa de cada vez, isto é, quando prima pela qualidade. Caso contrário, quanto mais alimentarmos o padrão da vasta oferta de estímulos da vida hiperconectada, mais a nossa percepção será fragmentada, conseqüentemente, enfraquecida.

Na sociedade do século XXI, o novo envelhece em tempo recorde, as relações começam e terminam num piscar de olhos, as identidades se reformulam do dia para a noite. Impera, em diferentes campos da existência, portanto, a lógica do consumo e do descarte instantâneo. Este quadro, como já vimos, é reforçado pela teoria da destruição criativa de Schumpeter (1984, p.114), segundo a qual “[...] a concorrência [se dá] através de novas mercadorias, novas tecnologias, novas fontes de oferta, novos tipos de organização [...]”. Assim, as inovações tecnológicas, que substituem antigos produtos e hábitos do consumidor por novos, estão na ordem do dia da realidade capitalista, sendo o empreendedor o agente da inovação e da destruição criativa.

A nossa espécie sempre foi devotada ao gregarismo e as tecnologias de rede potencializam isso. É paradoxal que a hiperconectividade nos leve a interagir com tanta gente e isso não resolva nossa solidão. Parece que a “vida digital”, de tão intensa para alguns, já pede alguma “dexintoxicação digital”. Assim, enquanto uns seguem aprofundando seus perfis de tecnófilos, celebrando as tendências, outros, os tecnófobos, ressentidos com o que se transformou o mundo, preferem se deleitar com os prazeres da vida *off-line*, como ler um livro de papel, pisar na areia da praia ou conversar pessoalmente com os amigos.

Estimulando o consumo, os portais estão cheios de mensagens publicitárias piscando, segundo a segundo. É uma briga diária pela nossa atenção. Nesse duelo da concorrência, ganha quem consegue “gritar” mais alto na revolucionária arena da Internet.

Nesse cenário contemporâneo, movido por tanta tecnologia e tanta informação, importante se faz não esquecer que todo país é uma malha política. Tudo está em estreita ligação com as decisões políticas tomadas pelo Estado. As políticas públicas interferem na economia e na sociedade; portanto, devem levar em consideração as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Num mundo de relações “globalizadas”, há um discurso enganoso quando se brada “não” às

desigualdades entre os países, as organizações e os sujeitos sociais, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, com o surgimento de uma nova economia em escala global – a chamada economia informacional.

Na trama entre informação e poder, no campo da mais moderna administração, buscando cada vez mais inovar e abrir boas oportunidades de negócios, quer no campo público ou no privado, prioriza-se a gestão do conhecimento com aplicação da inteligência artificial e das novas tecnologias. Isto porque em uma economia global, o conhecimento se torna a maior vantagem competitiva, o maior capital de qualquer organização. Gerenciar este capital intelectual é, portanto, o maior desafio que as organizações públicas e privadas, a despeito dos pesadelos burocráticos e tributários, irão enfrentar nos anos que virão.

Reportando-se ao caso brasileiro, o Livro Verde, que abriga o texto original do SOCINFO, já esclarecia que, para conseguirem chegar à “sociedade da informação”, para todos os países, o caminho era cheio de obstáculos a serem transpostos. A cada um, portanto, caberia definir suas próprias rotas e estabelecer suas prioridades. Ainda assim, não negava que o desafio sugeria uma combinação de oportunidades e de riscos. Como vários países, o Brasil também entendia que a “sociedade da informação” era um desafio a ser enfrentado. Ao priorizar a soberania (e a tirania) das TIC, que geram uma nova categoria de excluídos, os “analfabetos tecnológicos”, será que se pode falar, no âmbito nacional, de uma legítima “sociedade da informação”?

Conforme já verificamos, na formulação do SOCINFO, o Estado não dialogou com a sociedade. Não tendo havido diálogo, houve imposição. Como se sabe, ao dialogar com a sociedade, o Estado não faz a ela nenhum favor; ao considerá-la, cumpre simplesmente uma justiça. Além disso, o bom senso, a ética e a democracia sugerem que os programas de governo não sejam feitos apenas para a sociedade, mas sim, com a sociedade. Para o SOCINFO, numa visão “ingênua”, pelo que se deduz, a sociedade estava “representada” pelos sujeitos que o formularam, o que se configura como um comportamento inaceitável e antidemocrático. A sociedade em questão, portanto, seriam os qualificados (cientistas, pesquisadores, empresários etc.), formados pelo sistema escolar capitalista. Para Althusser (2010), a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos e os sujeitos os qualificam. Desse modo, “[...] a estrutura da interpelação dos sujeitos

[...] supõe a existência de um sujeito que, ao mesmo tempo em que *sujeita*, é a *garantia* de que os interlocutores são sujeitos.” (ALTHUSSER, 2010, p.44).

Note-se que, no governo FHC, havia uma excessiva empolgação com a categoria “modernidade”, sugerindo um discurso de conotação mais moderna do que genuinamente moderna. Foi nesse momento de entusiasmo com a configuração de uma “sociedade-mundo” globalmente articulada e com a perspectiva de uma “fábrica global”, onde a produção e o consumo se mundializariam, apoiados pelas TIC, que o MCT abraçou o SOCINFO, mais empenhado em acompanhar a marcha desenfreada do sistema capitalista do que, como pudemos observar, com as reais necessidades da população brasileira. Ademais, para levar a cabo a tarefa da modernização do País, apenas as soluções tecnológicas, tão enfatizadas por Fernando Henrique Cardoso, não dariam conta de resolver problemas sociais importantes como as desigualdades, a exclusão e a pobreza. Até porque a dita “sociedade da informação” não deixa de ser uma sociedade de classes, regulada pela lei do valor e voltada para a exploração do trabalho, bem como para a extração da mais-valia.

Há uma tendência a se relacionar a “sociedade da informação” com a noção de “modernidade”. Isto porque uma modernização, seja qual for, não é condição suficiente para atingir a modernidade.

Ao visualizar uma sociedade plena de pífias conexões entre as áreas econômica e social, por mais que o Estado brasileiro tenha tido o seu tamanho reduzido em função das regras impostas pelo neoliberalismo, isso não significa que o governo tenha perdido músculos. Ao contrário, como o grande objetivo é sempre participar, seja a que custo for, do cobiçado “circuito global”, marcado pela opressora competição, o governo reúne forças e injeta recursos para ganhar o seu pedaço desse “céu”. De fato, é em nome dessa desenfreada competição entre as nações, movida por uma incontável compulsão pela dita modernização, que se trava, no cenário internacional, uma espécie de guerra econômica de todos contra todos.

Assim, o capitalismo global, isto é, o capitalismo histórico na fase de crise estrutural do capital, segue carregando, em seu bojo, uma desmedida vocação manipulatória, resultante dos próprios movimentos da acumulação capitalista, em obediência ao lema supremo do capital, que é acumular, acumular e acumular...

Portanto, diante de todo este cenário conflituoso e contraditório, torna-se relevante se lançar um olhar crítico, sem qualquer tratamento apologético, sobre os

programas de inclusão digital, analisando-se também as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas que tal temática assume perante a sociedade brasileira. Do contrário, incluir nada muda, permanecendo inalterado o modo de produção capitalista, que só se mantém e se expande. E, assim, a exclusão digital continuará se traduzindo, no Brasil, como um duro, injusto e sonoro “não” à real democratização da informação.

Salta aos nossos olhos, sim, no cenário brasileiro, um desmedido descompasso entre o ideal e o real, no que tange à democratização da informação. Nesses anos todos, até chegamos a dar tíbios passos a frente. Todavia, em seguida, paramos e retrocedemos.

O que muda o mundo, sabe-se, é a sociedade politicamente organizada para fazer valer os seus direitos. Assim, a sociedade da informação que realmente queremos deve ser fundamentada na garantia dos direitos individuais e coletivos. E com relação ao direito à informação, o cidadão brasileiro, habitante de uma sociedade cada vez mais heterogênea, ainda está muito aquém desse desejável patamar.

Por assim ser, precisamos, em nome da democracia e da cidadania brasileiras, perseverar nas lutas pela prevalência desse direito fundamental, que é o direito à informação. Só assim, deixando de ser um país de tolos, teremos a sociedade da informação que, realmente, queremos ter. Certo é que, para chegarmos à sociedade da informação ideal, que honre, de fato e de direito, a democratização da informação, os gestores públicos brasileiros, que falam muito e dizem pouco, precisam entender que sem conhecimento não tem desenvolvimento. Até porque a população quer respostas de seus líderes, não medidas ineficazes ou desculpas. Por isso, o povo brasileiro continua desencantado com a conduta corporativista e desconectada da realidade dos políticos que o “representam”, sempre encastelados em seus refrigerados e inacessíveis gabinetes, comprometendo, ainda mais, por conta desse inadequado perfil, o funcionamento da nossa emperrada máquina pública.

Com efeito, parafraseando o escritor francês Henri Montherlant (1895-1972), “É preciso que a sociedade tenha ódios para fazer as transformações com que progride, tal como a terra precisa ser lavrada para ser fértil”.

Nesse contexto, importa sempre lembrar que o capitalismo é um sistema poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital,

trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais são materialmente constituídas e inter-relacionadas, sendo impossível superá-lo sem a eliminação do conjunto de elementos que compreende esse sistema. Mas como promover tal superação se o alimento do capitalismo é o próprio capitalismo? Certamente, tamanha tarefa demandaria um trabalho hercúleo, mas, como em Marx, não impossível.

Certo é que a nossa “sociedade da informação” ainda se configura como uma utopia nesse mundo tão injusto, contrariando o denso pensamento e a ação revolucionária de Rosa Luxemburgo, que sempre lutou “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

Agora, sim, cumprida a análise do Programa Sociedade da Informação, indo, pois, da aparência à sua essência, sabemos que, confirmando o pressuposto desta nossa tese, para atender ao constante apelo da “pós-modernidade”, tão enfatizada no governo FHC, e sob as asas do novo paradigma tecnológico, o SOCINFO foi construído e lançado, no alvorecer do século XXI, sob os auspícios do capitalismo contemporâneo, para embarcar o Brasil, como “última chamada”, no voo da “globalização” e do neoliberalismo, sendo esta mais uma tentativa do nosso ainda periférico país, sustentado pela ideologia da “sociedade da informação”, ser inserido na rota dos países capitalistas desenvolvidos da atualidade.

Quando ou se isto vai acontecer, só os movimentos do mundo e o tempo dirão. Mas que esse acontecimento seja vigoroso, e não, de novo, um mergulho na indecisão.

Com base, então, na avaliação política da política de inserção do Brasil na “sociedade da informação”, podemos dizer que a arquitetura do SOCINFO é coerente e suficientemente consistente, se levarmos em consideração a sua referência maior: o receituário neoliberal. Na verdade, a nosso ver, tal programa foi desenhado “sob medida” para atender aos parâmetros da ideologia neoliberal. Dentro desse cenário, portanto, seu texto é bem construído e lógico, contudo, carregado de ideias e palavras otimistas, o que o afasta da árida realidade capitalista brasileira. Por outro lado, se considerarmos os objetivos que o Programa pretendia alcançar, a exemplo da “inclusão social de todos os brasileiros”, a incoerência e a inconsistência dos seus elementos constitutivos saltam aos nossos olhos. Ao fazer apologia à “sociedade da informação”, em todas as suas sete Linhas de Ação, o SOCINFO – que, pelo que ficou evidente em seu discurso, não pretendia

romper com a lógica do capitalismo -, acaba por revelar a sua desmedida simpatia e definitiva vinculação ao ideário do neoliberalismo vivenciado na chamada “Era FHC”, o que deixava claro o seu total descompromisso com o real desenvolvimento do nosso país. Ou seja, a ênfase estava centrada apenas no crescimento econômico. Predominou, portanto, o interesse pela ciranda global, em detrimento do desenvolvimento global do País.

E, como é já rotineiro no Brasil, acostumado que é ao ritmo do “*stop and go*”, ou para imprimir maior precisão a este caso particular, do “*go and stop*”, com a mudança de governo, em 1º de janeiro de 2003, quando Fernando Henrique Cardoso entregou a presidência da República ao seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva⁵³, o SOCINFO, visivelmente formulado para favorecer o capital, foi, gradativamente, sendo esvaziado, até a sua completa desativação.

De fato, apesar do Livro Verde brasileiro ter sido considerado uma referência internacional e da qualidade técnica da sua equipe de formuladores ter sido reconhecida, o SOCINFO cumpriu um decepcionante percurso. Isto se deu não só por limitações políticas, como, também, pela não liberação dos recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), o que paralisou boa parte da ação do programa. Além disso, outro ponto negativo refere-se à sua vinculação a um ministério considerado de pouco peso e com recursos limitados – o Ministério da Ciência e Tecnologia. (SORJ, 2003, p.89).

E, assim, na qualidade de país capitalista periférico, com histórica submissão das políticas sociais às políticas econômicas, treze anos após a instalação do SOCINFO, o Brasil ainda segue com altos índices de exclusão digital, ou seja, uma significativa parte da população brasileira ainda não está inserida na tão discutível “sociedade da informação”, isto é, não participa nem tem acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC, utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação. Tal quadro, decerto, ainda compromete fortemente o acesso e o uso da informação por larga parcela da população brasileira, com efeitos danosos no processo de avanço da ainda utópica democratização da informação em nosso território, pois, como

⁵³ Luiz Inácio Lula da Silva (1945 -), político, ex-metalúrgico e ex-sindicalista brasileiro, vinculado ao Partido dos Trabalhadores – PT, foi presidente do Brasil no período compreendido entre 1ºjan.2003 e 1ºjan.2011.

sabemos, para construir uma sociedade civilizada e ética, onde a informação seja amplamente disponibilizada e utilizada, é preciso que o Estado, trabalhando em prol do interesse dos cidadãos, estabeleça igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, necessário se faz que o Estado brasileiro passe a trabalhar de luz acesa, com transparência, portanto, sem “jeitinhos” ou atalhos, para, no mínimo, atenuar nossas desigualdades tão profundas.

No entanto, ainda que, por vezes, se tenda a cair na armadilha da realidade atual, quando pensamos que a sociedade não tem salvação, em tempos de incertezas e mudanças repentinas, ao se procurar entender o mundo atual, mesmo se visualizando seus contornos colapsados, não há que se enxergar apenas o seu lado negativo, penoso, indigno e degradante. De fato, há quem afirme que, pelas mãos das TIC, nunca fomos tão modernos, tão exageradamente interessados e tão dependentes da nuvem tecnológica que nos envolve, persegue e desafia. Justamente por viver em meio a tanta insegurança, dúvidas e riscos, o homem dos tempos que correm tem procurado buscar alternativas e recursos, tanto no plano real quanto no virtual, que garantam uma vivência com melhor qualidade, em todos os aspectos que se possa imaginar. Prova disso é a sua busca incansável por uma vida mais saudável, equilibrada e feliz, num planeta avariado e repleto de ameaças de toda ordem que, insistentemente, desafiam a ciência e a tecnologia.

Aproximando-se dos seus semelhantes, combatendo a poluição, o desmatamento, as enfermidades físicas e mentais, os preconceitos, a insegurança, o individualismo, a violência, o aquecimento global, a praga da corrupção, a arbitrariedade, o desemprego, as drogas, a miséria, a guerra, a ditadura da imagem, a escassez da água, a exposição da privacidade nas redes sociais, a extinção de várias espécies, a fome, o terrorismo e a tirania de tantos outros agentes estressores - naturais ou conjunturais -, que habitam o seu dia a dia, o homem vislumbra a necessidade de se reconciliar, em novas bases, com o mundo em que vive, reprogramando-se para enfrentar os crescentes desafios do nosso tempo. Afinal, nem tudo está perdido quando se nutre a capacidade de, com obstinação, inteligência e criatividade, enfrentar e resolver problemas em ambientes originalmente sombrios e hostis. Como sabiamente determina Bauman (2007, p.62), “*tudo que é feito por seres humanos pode ser refeito por seres humanos*. Nesse caso, portanto, não aceitamos quaisquer limites à reconstrução da realidade.”

Nesse sentido, preocupado com os rumos que o sistema capitalista irá tomar, Mészáros (2011, p.66), sentencia: “No que se refere ao futuro desenvolvimento do capitalismo, torna-se um ponto da maior relevância impedir que uma terceira guerra mundial possa se constituir numa solução para a grave crise estrutural da sociedade.”

Com efeito, ainda que se reconheçam as dificuldades de se viver numa sociedade fragmentada e imagética como a nossa, que estimula o imediatismo, o individualismo e a fragilidade dos laços humanos, graças, em boa medida, à acelerada expansão do mundo virtual e ao sistema capitalista que tudo mercantiliza, urge que se cultive um planeta verdadeiramente sustentável, justo, pacífico e solidário, que respeite as diferenças e persiga, de forma intrépida e obstinada, a igualdade econômica e social.

Tudo exatamente como Marx sonhou, quando pensava que, sob o seu próprio peso, o capitalismo desmoronaria de tal forma que os poucos capitalistas remanescentes seriam derrubados pelos proletários, que “não tinham nada a perder senão suas correntes”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Mensagens numa garrafa. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007.

ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de. **A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil**. 2012. 168f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

ALTMAN, Fábio. “Quero deixar uma marca no universo”. **Veja**: Edição Especial, São Paulo, v.44, n.41, p.92-114, 12out.2011.

ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. **Blog da Boitempo**, 2012. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em: 2ago.2013.

_____; BATISTA, Roberto Leme. O fetiche do capital intelectual: a ideologia do conhecimento e da adaptação no contexto da reestruturação produtiva do capital. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, número especial, p.154-174, ago.2010. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3435/3056>. Acesso em: 23set.2013.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas-SP: Autores Associados, 2005a.

_____. Aparelhos são "escravização digitalizada", afirma sociólogo. **Folha de S.Paulo**, 22ago.2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2208201008.htm>. Acesso em : 20 jan.2014.

_____. O século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; Braga, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009a.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009b.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p.43-56.

ATAÍDE, Maria Elza Miranda. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.3, 1997. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>>. Acesso em 18jun.2010.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.2, p.168-173, maio /ago.1999.

_____. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, 1994.

BALBONI, Mariana Reis. **Por detrás da inclusão digital**: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. São Paulo: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAVA, Silvio Caccia. A transformação do mundo: editorial. **Le Monde Diplomatic Brasil**, São Paulo, Edição Especial 4, maio2011. Disponível em: http://www.diplomatic.org.br/edicoes_especiais_det.php?id=4. Acesso em: 15abr.2013.

BEAUD, Michel. **Arte da tese**: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop**: tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNITRABALHO; Florianópolis: UFSC, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2007. v.1.

BOFF, Leonardo. **Civilização planetária**: desafios à sociedade e ao cristianismo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sociedade da informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento. **Telos**, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo; Boitempo, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **16 de maio de 2012**: um marco para a democracia do país. Brasília: CGU, 2012. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacaogov/>>. Acesso em: 21jun.2012.

BRASIL. Decreto nº3.294/99, de 15 de dezembro de 1999. Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16.12.1999. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 12ago.2013.

BRASIL é o país que mais diminuiu a desigualdade socioeconômica entre os Brics: pesquisadora brasileira na Universidade de Lisboa compara desigualdades no grupo. **R7 Notícias**, 26set.2013. Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-diminuiu-a-desigualdade-socioeconomica-entre-os-brics-20130204.html?question=0>. Acesso em 25set.2013.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo, Saraiva, 2002.

BURCH, Sally. **Sociedade da informação/sociedade do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.vecam.org/article519.html>>. Acesso em: 3jun.2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil**: proposta de governo. Brasília, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Juliano Maurício de. O vade-mécum verde: políticas de tecnologias de informação e comunicação na era FHC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos, 29ago. a 2set.2007. **Anais...** Disponível em:<<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em: 13 jul.2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **Estado-rede**: a possibilidade do Estado na sociedade informacional. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

_____. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CDE. Perguntas e respostas mais frequentes. Disponível em: <<http://www.por.ulusiada.pt/servicos/cde/faqs.html>>. Acesso em: 3set.2013.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, n. 5, 1995.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PRATES, Daniela Magalhães. Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global. In: ACIOLLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira (Org.). **Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil.** Brasília: IPEA, 2011.

CLEMENTE, Isabel; TURRER, Rodrigo. A crise vai poupar o Brasil? **Época**, São Paulo, n.690, p.50-56, 8ago.2011.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo.** São Paulo: Loyola, 1993.

CORRÊA, Rômulo de Amorim. **A construção social dos programas públicos de inclusão digital.** 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CORRÊA, Valcionir. **Globalização e crise: o sistema capitalcrático ultrapassa o limite da exploração do trabalho.** 2010. 454f. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura. . In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Reforma do estado no contexto brasileiro: crítica do paradigma gerencialista.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Rachel. A escola de 2014, 2016 e 2018. **IstoÉ**, São Paulo, n.2272, p.66-69, 5jun.2013.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra reforma? **Novos Rumos**, Marília, v.49, n.1, p.117-126, jan./jun.2012.

_____. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, n.22, p.41-59, 1999.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil.** Florianópolis: UFSC, 2011.

DAHAL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: USP, 1997.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DONADIO, Lygia. Política científica e tecnológica. In: MARCOVITCH, Jacques.(Coord.). **Administração em ciência e tecnologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1983.

DOUEIHI, Milad. Humanismo digital. **Planeta**, São Paulo, n.41, n.488, p.62-63, jun.2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERTOUZOS, Michael. **O que será**: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação.**, Rio de Janeiro, v.2, n.5, out.2001. Disponível em:< http://www.dgz.org.br/out.01/F__art.htm>. Acesso em: 12jan.2010.

DUARTE, Newton.**Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da realidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.219-242.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP: Boitempo,1997.

ESTRADA, Manuel Martin Pino. **A escravização digital no teletrabalho e nos mundos virtuais e comentários à Lei 12551 de 2011**. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11525&revista_caderno=25. Acesso em: 20jan.2014.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013.

FAUSTO, Ruy. **Marx**: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Ed. 34, 2002.

FERNANDES, Pedro Onofre. Economia da informação. **Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.165-168, jul./dez.1991.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**: um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de política**: um quadro de referência teórico. São Paulo: IDESP, 1986.

FIGUEIREDO, Nice M. **Tópicos modernos em Ciência da Informação**. Lorena, SP: CCTA, 1994.

FIORI, José Luís. A esquerda e a crise. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo, n.13, p.29-34, 2009.

FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca (Org.). **Políticas públicas**: possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREDERICO, Celso. Marx na pós-modernidade. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

FURBINO, Marizete. Hardware, software e “humanware”. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/Portal/Desenvolvimento/Artigo/6473/hardware-software-e-humanware.html>>. Acesso em; 17nov.2013.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GASQUE, Kelley Cristine. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UnB, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GORENDER, Jacob. **A atualidade de O Capital**. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/A-atualidade-de-O-capital.pdf>>. Acesso em: 19ago.2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1.

GUZZO, José Roberto. Os sábios do nada. **Alfa**, São Paulo, v.4, n.5, p.104-108., maio 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. “O capitalismo está num ponto de inflexão”: entrevista. Entrevistador: Guilherme Evelin. **Época**, São Paulo, n.775, p.60-62, 1abr.2013.

HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, UnB, 2009.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONORÉ, Carl. **Devagar**: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOSSOÉ, Hayleno Santos. **A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. O Estado-nação na época da globalização. **Novos Rumos**, v.14, n.31, p.18-24. Disponível em: <
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/159>>.
Acesso em: 23set.2013.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **CIDADES rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da informação**: ciência e tecnologia para a construção da sociedade da informação. Bases para o Brasil na sociedade da informação: conceitos, fundamentos e universo político da indústria e serviços de conteúdo. São Paulo: Instituto UNIEMP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<http://ibge.gov.br>. Acesso em: 22abr.2013.

INSTITUTO BRASIL PARA CONVERGÊNCIA DIGITAL. O que é convergência digital? Disponível em: <http://incod.blogspot.com.br/p/o-que-e-convergencia-digital.html>. Acesso em: 4maio2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicados do Ipea**, Brasília, n.155, 25set.2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25set.2013.

JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara; SANTOS, João Tiago. Infra-estrutura da sociedade da informação: a indústria de software em Salvador-BA. **Data GramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, fev.2006. Disponível em: <http://www.dgz.or.br/fev06/Art_05.htm>. Acesso em: 23maio2013.

JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

JUNG, C.G. **Civilização em transição**. Petrópolis, Vozes, 1993.

KATZ, Cláudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: COGGIOLA, Oswaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise no capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

LABIDI, Sofiani. Dia mundial da sociedade da informação. **Jornal Pequeno**, 27maio2012a. Opinião, p.8.

_____. E-inclusão. **Jornal Pequeno**, 13maio2012b. Opinião, p.14.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, Helena M.M. Informação e conhecimento na nova ordem mundial. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.1, p.72-78, jan./abr.1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>>. Acesso em: 27jun.2010.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LENIN, V.I. **Sobre o Estado**: obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. v. 2.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo; Editora 34, 2004.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLANFOR. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

_____. Reforma do Estado e controle social: limites de possibilidades do “terceiro setor”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.6, n.2, p.127-147, jan./jun.2002.

LÖWY, Michel. O humanismo revolucionário de Rosa Luxemburgo. **Le Monde Diplomatic Brasil**, São Paulo, v.6, n.69, abr.2013. Seção Para a Construção de uma Nova Sociedade. Disponível em: <<http://www.diplomatic.org.br/artigo.php?id=136>>. Acesso em: 15abr.2013.

_____. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo. **Carta Maior**, 24maio2010. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16632. Acesso em: 15abr.2013.

LÜCK, Esther Hermes. Educação a distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos. **Educação**, Porto Alegre, v.31, p.258-267, set./dez.2008. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/4480/3399>>. Acesso em: 2nov.2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Renato Almeida de. Marx e a crítica contemporânea à pós-modernidade. **Argumentos**, v.3, n.5, p.81-90, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/6703/1/2011_Art_AGBMaiaRAOliveira.pdf>. Acesso em 24jan.2014.

MALINI, Fábio. A informação como arma política: do confinamento ao descontrole. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARIANI, Édio João. **A trajetória de implantação do neoliberalismo**. Disponível em:< <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>. Acesso em: 20nov.2013.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais: formas de participação e de informação. In: GOMÉZ, Maria Nélide González de; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro (Org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Crítica Marxista**, n.32, p.127-146, 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=43&numero_revista=32>. Acesso em: 18set.2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo; Martins Fontes, 2003.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Livro 1, v.2.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro 1, v.1.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B,Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; _____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor; SANTOS, Bruna Daniela Dias Rocchetti. Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.117-132, mar.2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>.

MATTOS, Fernando Augusto M. **Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil**. Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.datagramazero.org.br/>>. Acesso em: 12jan. 2011.

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz Bernardo. **Capitalismo e luta política no Brasil**: na virada do milênio. São Paulo: Xamã, 2001.

MELO, José Marques de. **Comunicação**: direito à informação. Campinas: Papitus, 1986.

MEMÓRIA da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: sessões plenárias. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília: MTC/CEGE, v.1, 160p., jun.2002. Edição especial.

MESQUITA, Renata Valério de. Rebeldia digital. **Planeta**, São Paulo, v.41, n.490, p.36-41, ago.2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de afirmação e negação. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MIRANDA, Antonio. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003.

_____. **Conteúdos e identidade cultural na sociedade da informação: visão brasileira**. Disponível em:
<http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/iden_SOCINFO.pdf>.
Acesso em: 16set.2013.

MOORE, Nick. A sociedade da informação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, 1999.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. **Educação a distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil**. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/publicacoes/19891_Cached.pdf>.
Acesso em: 7jul.2013.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, : Cortez, 1993.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOCETTI, Milton A. **Disseminação seletiva da informação**. Brasília: ABDF, 1980.

OLIVA, Glaucius. "A maioria quer ser inovadora": entrevista. Entrevistador: Monica Weinberg. **Veja**, São Paulo, v.46, n.13, p.15-19, 27mar.2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Marcos Antônio Barbosa. A sustentabilidade ambiental como demanda crescente. **Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, v.1, p.29-38, jul.2001.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo; Boitempo, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE-DEBATE**, v.45, n.1, p.36-49, jan.-mar.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>> Acesso em: 22out.2013.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. A inclusão do outro na sociedade digital: reflexões sobre inclusão e alteridade. In: GOMÉZ, Maria Nélide González de; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro (Org.). **Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política**. Brasília: IBICT, 2010. p.112-122.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAPINI, Márcia Siqueira. Interação universidade-empresa no Brasil: evidência do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.37, n.1, jan./mar.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000100008>. Acesso em: 27out.2013.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. Sociedade da Informação se beneficia do projeto RNP2. **Notícias RNP**, 2000. Disponível em: <<http://www.rnp.br/noticias/2000/not-000804b.html>>. Acesso em: 7ago.2013a.

_____. SocInfo apresenta Livro Verde para presidentes sul-americanos. **Notícias RNP**, 2000. Disponível em: <<http://www.rnp.br/noticias/2000/not-00921.html>>. Acesso em: 7ago.2013b.

REICHLIN, Alfredo. Claudio Napoleoni, 1927-1988. **Gramsci e o Brasil**, Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1003>> Acesso em: 13maio2013.

RESENDE, André Lara. O Estado no Brasil é um expropriador de renda: entrevista. Entrevistador: Guilherme Evelin. **Época**, São Paulo, n.799, p.84-86, 16set.2013.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Neoconservadorismo e reforma da educação superior. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.21/22, 2009, p.35-45.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de. Sociedade da informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, set./dez.2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>>. Acesso em: 13dez.2009.

RODRIGUES, Marta M. Assunção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSSLER, João Henrique. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da realidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.75-98.

ROUANET, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In: _____. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: CIDADES rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo**: uma crítica à concepção liberal de cidadania. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo939_merged.pdf>. Acesso em 12jan.2014.

_____. **Educação e socialismo**. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/ADécio.pdf>>. Acesso em: 14out.2013.<

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.) **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicato e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Demerval. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da realidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.21-52.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista : Brasiliense, 1995.

SCHUMPETER, Joseph. Processo de destruição criativa. In: _____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SELWYN, Neil. O uso das TIC na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104

- Especial, p.815-850, out. 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0929104.pdf>>. Acesso em: 10dez.2013.

SHAPIRO, Robert J. **A previsão do futuro: como as novas potências transformarão os próximos 10 anos.** Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do Estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001.

_____. (Coord.) **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008.

_____; YAZBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Marina. Aprendizado essencial. **Folha de S.Paulo**, 21jun.2013a. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marina_silva/2013/06/1298673-aprendizado-essencial.shtml>. Acesso em: 24jun.2013.

SILVA, Rodrigo Cassio Marinho da. Os BRICS: considerações sobre os novos atores globais no século XXI. **RARI**, v.1, n.3, p.22-36, 2013b. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Artigo-21.pdf>>. Acesso em: 9out.2013.

SILVÉRIO, Maria. **BRICS: desigualdades sociais em países emergentes.** Disponível em:< <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>. Acesso em: 10out.2013.

SIQUEIRA, José Oswaldo. **A universidade e suas relações com o Estado e a sociedade.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/jose_siqueira.pdf>. Acesso em: 27out.2013.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, Marta Lúgia (Org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: UNESCO, 2003.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Descentralização e participação no PLANFOR: uma avaliação da dinâmica de inserção dos sujeitos sociais no processo de gestão. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: CIDADES rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

STEWART, Thomas A. **A riqueza do conhecimento**: o capital e a organização do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SUAIDEN, Emir; LEITE, Cecília. Dimensão social do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p.99-114.

TAKAHASHI, Tadao (Org.) **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAUILE, José Ricardo; FARIA, Luiz Augusto Estrela. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. **Revista de Economia Política**, v.19, n.1(73), p.158-181, jan.-mar.1999.

TEIXEIRA, Descartes de Souza. Pesquisa, desenvolvimento experimental e inovação industrial: motivações da empresa privada e incentivos do setor público. In: MARCOVITCH, Jacques.(Coord.). **Administração em ciência e tecnologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1983.

TONET, Ivo. Marxismo para o século XXI. **Margem esquerda**: ensaios marxistas, São Paulo, n.5, p.103-121, maio 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo; Boitempo, 2009.

VIANA, Nildo. **Cérebro e ideologia**: uma crítica ao determinismo cerebral. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

VIDAL, J.W. Bautista. **O esfacelamento da nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VILICIC, Filipe; CAPUTO, Victor. A teia se expande. **Veja 45 anos**, São Paulo, Abril, v.46, p.218-222, set.2013. Edição Especial.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: CIDADES rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ANEXO A - Sujeitos envolvidos na formulação do Programa Sociedade da
Informação - SOCINFO

Grupo de Implantação do Programa Sociedade da Informação

Tadao Takahashi (ISOC/Brasil), Coordenador Geral
Aldo de Albuquerque Barreto (Ancib)
Carlos Eduardo Corrêa da Fonseca (ABNAMRO Bank)
Carlos José Pereira de Lucena (PUC-RJ)
Erno Ivan Paulinyi (Fucapi/MI)
Eugenius Kaszkurewicz (Coppe/UFRJ)
Flávio Rech Wagner (SBC)
Hans Kurt Edmund Liesenberg (Unicamp)
Ivan de Moura Campos (Comitê Gestor da Internet no Brasil)
José Alexandre Bicalho (Anatel)
José Luiz Ribeiro Filho (RNP/MCT)
Lélio Fellows Filho (CNPq/MCT)
Léo Pini Magalhães (Unicamp)
Leonardo Humberto Bucher (Assespro)
Lúcia Carvalho Pinto de Melo (FJN)
Marcos Formiga (MI)
Mário Dias Ripper (F&R Engenheiros Associados)
Paulo Roberto Tosta da Silva (Finep/MCT)
Romildo Monte (INTI/MCT)
Rosa Maria Vicari (UFRGS)
Sílvio Romero Lemos Meira (UFPE)
Vanda Regina Teijeira Scartezini (Sepin/MCT)
Virgílio Augusto Fernandes Almeida (UFMG)

Grupos Temáticos (GT)**GT de Administração Pública**

Solon Lemos Pinto (SLTI/MP), Coordenador

GT de Ações Empresariais

José Carlos De Luca (Assespro), Coordenador

GT de Conteúdos e Identidade Cultural

Antônio Lisboa Carvalho de Miranda (UnB), Coordenador

GT de Cooperação Internacional

Carlos José Pereira de Lucena (PUC-RJ), Coordenador

GT de Divulgação à Sociedade

Silvio Romero Lemos Meira (UFPE), Coordenador

GT de Educação

Nelson de Lucca Pretto (Faced/UFBA), Coordenador

GT de Infra-estrutura de Redes e *Backbones*

Liane Margarida Rockenbach Tarouco (UFRGS), Coordenadora

GT de Integração e Regionalização

Abraham Benzaquen Sicsu (FJN), Coordenador

GT de Pesquisa e Desenvolvimento

Flavio Rech Wagner (SBC), Coordenador

GT de Planejamento

Mário Dias Ripper (F&R Consultoria), Coordenador

GT de Processamento de Alto Desempenho

Simplício Freitas (Baker-Hughes), Coordenador

GT de Trabalho

Maria de Nazaré Freitas Pereira (DEP/IBICT), Coordenadora

Concepção e Elaboração

Mário Dias Ripper (F&R Engenheiros Associados), Coordenador
 Antônio Edison Urban (UFPR)
 Dalci Maria dos Santos (IBICT e SocInfo)
 Eugênio José Ferreira Neiva (Consultor)
 Fernando Queiroz dos Santos Kneese (SocInfo)
 Gorgônio Barreto Araújo (Nexos)
 Hans Kurt Edmund Liesenberg (Unicamp)
 Hélia de Sousa Chaves Ramos (IBICT e SocInfo)
 Liz-Rejane Issberner Legey (DEP/IBICT)
 Maria Elenita Menezes Nascimento (UnB)
 Nicolau Carlos Terebesi Meisel (Consultor)
 Patrícia Corrêa Henning (SocInfo)
 Paulo Borges Lemos (Consultor)
 Paulo Roberto Tosta da Silva (Finep)
 Raul César Baptista Martins (4P Consultoria)
 Sarita Albagli (DEP/IBICT)
 Vera Cristina Rodrigues Feitosa (Consultora)

Apoio Técnico-administrativo

Fernando Queiroz dos Santos Kneese (SocInfo), Coordenador
 Maria Elenita Menezes Nascimento (UnB), Coordenadora de Articulação Acadêmica
 Adhara Cruz Soares Pinto (IBICT e SocInfo)
 Alice Araújo Cunha (SocInfo)
 Anderson Lopes de Moraes (SocInfo)
 Ariane Cristina Rosa (Projeto Agência Cidadão)
 Carlos Eduardo de Oliveira Júnior (SocInfo)
 Cátia Silene de Paula Carvalho (IBICT)
 Daniel Caetano (SocInfo)
 Daniela Zwicker Guzzi (Projeto Agência Cidadão)
 Denise de Alencar Chaves de Oliveira (IBICT)
 Denise dos Santos Pacheco (SocInfo)
 Eustáquio Mendes Guimarães (IBICT)
 Francisca Vale Bentes (IBICT)
 Jeanine Vianna de Freitas (SocInfo)
 José Maria Seixas Fonteles (SocInfo)
 Leila Mendonça Raulino (SocInfo)
 Luciana Vieira de Araújo (SocInfo)
 Mara Regina Montanini (Projeto Agência Cidadão)
 Marco Antonio Andrade Dias (IBICT)
 Maria Dias Bicalho (IBICT)
 Maria Izabel da Costa Fonseca (SocInfo)
 Martha Faria de Menezes (SocInfo)
 Moema Tavares da Costa (SocInfo)
 Nanci da Costa Telheiro do Nascimento (IBICT e SocInfo)
 Paula Menna Barreto (SocInfo)
 Regina Coeli Silva Fernandes (IBICT)
 Robert Antônio Santana Pereira (SocInfo)
 Rosa Eliane Rodrigues Silva (SocInfo)
 Wânia Maria de Souza Rodrigues (IBICT)

Contribuições

Cerca de 150 especialistas de todo o País se distribuíram, a convite, em Grupos de Trabalho orientados por Temas (Grupos Temáticos) e participaram regularmente de suas reuniões. Várias dessas pessoas se envolveram em diversos Grupos, prestando apoio adicional ao Programa na articulação de trabalhos entre frentes paralelas de discussão.

Por outro lado, ao longo de 13 meses de trabalho, o Programa se beneficiou de comentários técnicos, sugestões críticas, apoio técnico-administrativo e, mesmo, de puro estímulo da parte de incontáveis pessoas no País e no exterior, em reuniões formais e informais, em conversas paralelas e via Internet.

Na tentativa de dar o merecido crédito e registrar agradecimentos ao maior número possível de pessoas, optamos por listar todos os nomes de que nos recordamos, sem distinção de papel ou posição, na relação abaixo:

Abel Laerte Packer (Bireme)	Boris Groth (GMD, Alemanha)
Abelardo Teixeira Fraga (Sucesu)	Bruno Ricardo Costa Ayres (Rede de Voluntariado)
Abigail de Oliveira Carvalho (UFMG)	Carlos Alberto Afonso (RITS)
Abraham Benzaquen Sicsu (FJN)	Carlos Alberto Schneider (Certi)
Adailton José dos Santos Silva (RNP)	Carlos Américo Pacheco (MCT)
Adhara Cruz Soares Pinto (IBICT e SocInfo)	Carlos André Guimarães Ferraz (Sectma-PE)
Adriano Batista Dias (FJN)	Carlos Antônio Brandão (Unicamp)
Alan Dubner (ByNet)	Carlos Duarte de Oliveira Júnior (SocInfo)
Aldo de Albuquerque Barreto (Ancib)	Carlos Eduardo Corrêa da Fonseca (ABN Amro Bank)
Alejandro Pisanty (Unam, México)	Carlos Henrique Cabral Duarte (BNDES)
Alice Araújo Cunha (SocInfo)	Carlos Henrique Cardim (CEE)
Alice Rangel de Paiva Abreu (CNPq)	Carlos José Pereira de Lucena (PUC-RJ)
Almiro Blumenschein (CNPq)	Carlos Roberto de Faria e Souza (CNPq)
Aluysio Asti (BNDES)	Cássio Jordão Motta Vecchiati (Abranet)
Álvaro Luiz Gayoso de Azeredo Coutinho (Coppe/UFRJ)	Cátia Silene de Paula Carvalho (IBICT)
Álvaro Marques (Metrored)	Cecília Leite Oliveira (IBICT)
Álvaro Veiga (PUC-RJ)	Célia Zaher (Biblioteca Nacional)
Anaíza Caminha Gaspar (IBICT)	Celso Deusdeti Costa (CNPq)
Anders Wijkman (European Parliament)	Celso Melo (CNPq)
Anderson Lopes de Moraes (SocInfo)	Ceres Alves Prates (MP)
André Amaral (Finep)	César Ricardo Siqueira Bolano (UFS)
André Urani (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro)	Christophe dos Santos (Université Claude-Bernard, França)
Andrei Kolesnikov (Russia-on-Line, Rússia)	Claudete Camarano (BID)
Andrew McLaughlin (Icann)	Claudia Canongia (IBICT)
Antônio Cruz Vasques (Secitece/Governo do Ceará)	Claudine G. Oliveira (Netune)
Antônio Edison Urban (UFPR)	Cláudio José Marinho (Sectma-PE)
Antônio Fábio Ribeiro (CNI)	Cláudio Menezes (Unesco)
Antônio Harris (Cabase, Argentina)	Daniel Caetano (SocInfo)
Antônio Lisboa Carvalho de Miranda (UnB)	Daniela Zwicker Guzzi (Projeto Agência Cidadão)
Antônio Mendes dos Santos (Ministério das Finanças, Portugal)	Dalci Maria dos Santos (IBICT e SocInfo)
Ariane Cristina Rosa (Projeto Agência Cidadão)	Daniel Pimienta (Funredes, República Dominicana)
Armando Roberto Cerchi Nascimento (Interlegis/Prodasen)	Daniel Sigulem (Unifesp)
Arnaldo Machado de Sousa (Datusus)	Dea Mara Carvalho de Arruda (MS)
Beatriz Azeredo (BNDES)	Denise de Alencar Chaves de Oliveira (IBICT)
Beatriz de Faria Leão (SBIS)	Denise dos Santos Pacheco (SocInfo)
Benny Sterental (Microsoft)	Denise Grune Ewald (Cesup/UFRGS)
	Dilmar Malheiros Meira (Telemar)
	Djalma Petit (Softex/Tecsoft)

- Dóris Faria (UnB)
 Dulcídio Elias Oliveira Pedrosa (MS)
 Edith Ackermann (MIT)
 Edmundo Albuquerque de Souza e Silva (UFRJ)
 Edmundo Carlos Güizolphe Castro (Cenapad-SP/Unicamp)
 Edmundo M. O. Ribeiro (FGV Consulting)
 Edna Rodrigues Rosa (ProMater)
 Eduardo Garcia (BB)
 Eliana Cardoso Emediato de Azambuja (MCT)
 Eliana da Conceição Rocha (IBICT)
 Elizabeth Rondelli (UFRJ)
 Elza Maria Ferraz Barbosa (IBICT)
 Emílio Barros de Lucena (UFPE)
 Ephrain Guilherme Neitzke (Softex)
 Eratóstenes Edson Ramalho de Araújo (Softex)
 Erick Edgar Aliaga Sanz (Anpi)
 Erno Ivan Paulinyi (Fucapi/MI)
 Evando Mirra de Paula e Silva (CNPq)
 Evandro Prestes Guerreiro (Senac/Nitedi - SP)
 Evaristo Eduardo de Miranda (Embrapa)
 Eugênio José Ferreira Neiva (Consultor)
 Eugenius Kaszkurewicz (Coppe/UFRJ)
 Eustáquio Mendes Guimarães (IBICT)
 Fábio Gandour (IBM)
 Fábio Marinho (IBPI)
 Fernando Aldana (UPM/Espanha)
 Fernando Flávio Pacheco (PUC-PR)
 Fernando Nery (Módulo)
 Fernando Queiroz dos Santos Kneese (SocInfo)
 Flávio Barbosa Toledo (LNCC)
 Flávio Grynszpan (Fiesp)
 Flávio Rech Wagner (SBC)
 Florencio Utreras (Reuna, Chile)
 Francisca Vale Bentes (IBICT)
 Francisco de Paula e Oliveira Filho (IBICT)
 Frederico Novaes (SENAC-RJ)
 Geraldo Biasoto Junior (MS)
 Geraldo José Correa (Sebrae)
 Geraldo Moreira Prado (DEP/IBICT)
 Gilda Olinto (DEP/IBICT)
 Gillian Marcelle (Consultant, Trinidad & Tobago)
 Gilson Schwartz (USP e Folha de São Paulo)
 Glaci Zancan (SBPC)
 Gley Fabiano Cardoso Xavier (Senac-SP)
 Gonzalo Enrique Vasquez Enríquez (Anprotec)
 Gorgônio Barreto Araújo (Nexos)
 Guilherme Euclides Brandão (MCT)
 Hans Kurt Edmund Liesenberg (Unicamp)
 Helena Maria Martins Lastres (CNPq)
 Helena Montanini (ProMater)
 Hélia de Sousa Chaves Ramos (IBICT e SocInfo)
 Hélio Kuramoto (IBICT)
 Hiroshi Uchida (IAS/UNU)
 Hulda Oliveira Giesbrecht (ABIPTI)
 Humberto Luiz Ribeiro (CNI)
 Ibtisam Abdel Jaber (RSS/UNU)
 Ijalmar M. Nogueira (MCT)
 Ilara Hämmeli Sozzi de Moraes (Fiocruz)
 Iran Siqueira Lima (Fipecafi/USP)
 Isa Assef dos Santos (Fucapi)
 Isidro Fernández Aballí (Unesco)
 Ismar Kaufman (In Forma)
 Ivan Araripe de Paula Freitas (CNPq)
 Ivan de Moura Campos (Comitê Gestor da Internet no Brasil)
 Jacob Palis Junior (Impa)
 Jacobus Willibrordus Swart (SBMicro)
 Jacques Levin (Datusus/MS)
 Jacques Salomon Crispim Soares Pinto (MCT)
 Jairo Panetta (Finep)
 James Mason (JTC1/ISO)
 Jean-Marie Farines (UFSC)
 Jeanine Vianna de Freitas (SocInfo)
 Jesus Cardenosa (UPM, Espanha)
 João Marcos Romano (SBTel)
 Jorge de Paula Ávila (Finep)
 Jorge Mantovani (Secretaria C&T/Governo da Argentina)
 Jorge Werthein (Unesco)
 José Alexandre Bicalho (Anatel)
 José Armando Valente (Unicamp)
 José Augusto Suruagy Monteiro (Unifacs)
 José Carlos de Luca (Assespro)
 José Carlos Maldonado (USP-São Carlos)
 José Carlos Paim Vieira (Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC)
 José Cassiolato (UFRJ)
 José de Menezes da Gama Malcher (Comunidade Solidária)
 José Dias Coelho (MCT, Portugal)
 José Dion de Melo Teles (Innova)
 José Eduardo Fiates (Anprotec)
 José Fernando Halfeld dos Guarany's (Fórum Informática)
 José Henrique Vilhena de Paiva (UFRJ)
 José Israel Vargas (MRE)
 José Luiz Ribeiro Filho (RNP/MCT)
 José Macedo da Silva (MCT)
 José Maria Figueres Olsen (Fundacion Des. Sostenible, Costa Rica)
 José Maria Gomes Martins (MCT)
 José Maria Seixas Fonteles (SocInfo)
 José Marques de Melo (USP)
 José Ricardo Bergmann (SBMO)
 José Rincon Ferreira (MDIC)
 José Roberto Boisson de Marca (PUC-RJ)
 José Teixeira Coelho Netto (USP)
 Julian Dunayevich (RedEscuelas, Argentina)
 Julio Guzman Rodriguez (OCT, Governo da Espanha)
 Julio Semeghini (Câmara dos Deputados)
 Jurandir Fernandes (Denatran/MJ)
 Kátia Gilaberte (MCT)
 Kazuhiko Nishi (Sega, Japão)
 Kival Chaves Weber (Softex)
 Klaus Ulmann (DFN, Alemanha)
 Lauro Mohry (UnB)

- Lea da Cruz Fagundes (UFRGS)
 Leila Mendonça Raulino (SocInfo)
 Lélío Fellows Filho (CNPq)
 Léo Pini Magalhães (Unicamp)
 Leonardo Guimarães Neto (Ceplan)
 Leonardo Humberto Bucher (Assespro)
 Leonardo Lazarte (UnB)
 Liane Margarida Rockenbach Tarouco (UFRGS)
 Lígia Café (IBICT)
 Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares (IBICT)
 Lindolpho de Carvalho Dias (MCT)
 Liz-Rejane Issberner Legey (DEP/IBICT)
 Liscio José Monnerat Caparelli (Nortel)
 Lúcia Carvalho Pinto de Melo (FJN e MCT)
 Luciana Vieira de Araújo (SocInfo)
 Luis Carlos Bresser Pereira (FGV)
 Luis Del Fiorentino (CPqD)
 Luiz Afonso Bermudez (Anprotec)
 Luiz Blank (INT)
 Luiz Cláudio de Pinho Almeida (CNC)
 Luiz Fernando Gomes Soares (PUC-RJ)
 Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (ABIIPTI)
 Malde M. Vilas Boas Bernardes (Datassus/MS)
 Manoel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz (MCT)
 Manoel Lemos (PageMe)
 Manoel Lousada Soares (MDIC)
 Manoel Messias Nascimento Melo (Fenadados)
 Mara Regina Montanini (Projeto Agência Cidadão)
 Marcelo Barbieri (Câmara dos Deputados)
 Marcelo Ferreira Guimarães (Fundação Certi)
 Márcia Fantuzze Dias (SocInfo)
 Márcia Maria de Matos (Sebrae)
 Márcio Bunte de Carvalho (UFMG)
 Marcio Pochmann (Unicamp)
 Marco Antônio Andrade Dias (IBICT)
 Marco Antônio Candelot (IBM)
 Marcos Formiga (MI)
 Marcos Wettreich (iBest)
 Margareth Izumi Watanabe (Inep)
 Margarida Maria Pion da Rocha Paranhos (Sepin/MCT)
 Maria Angela Barreto Campelo (PUC-RJ)
 Maria Carmen Romcy de Carvalho (IBICT)
 Maria de Fátima de Lima Pinel (UERJ)
 Maria de Nazaré Freitas Pereira (DEP/IBICT)
 Maria Dias Bicalho (IBICT)
 Maria Elenita Menezes Nascimento (UnB)
 Maria Elisa Tótolli (CEE)
 Maria Helena Guimarães de Castro (Inep)
 Maria Inês Bastos (Unesco)
 Maria Izabel da Costa Fonseca (SocInfo)
 Maria Laura da Rocha (MCT)
 Maria Ligaya Fujita (PNUD)
 Mario Albornoz (Universidad Quilmes, Argentina)
 Mario Campolargo (European Commission)
 Mário Dias Ripper (F&R Engenheiros Associados)
 Mario Muratorio Not (Microsoft)
 Marisa Bräscher (IBICT)
 Markku Talvio (EIM, Finlândia)
 Marta Prochnik (BNDES)
 Martha Faria de Menezes (SocInfo)
 Mattias Klose (Omikron, Alemanha)
 Maurício Laval Pina de Sousa Mugnaini (Fenainfo)
 Maurício Piccinini (BNDES)
 Maurizio Mauro (BoozAllen & Hamilton)
 Mauro Cavalcante Pequeno (UFC)
 Mauro Marcondes (Finep)
 Meiyong Zhu (IAS/UNU)
 Michael Krieger (UCLA)
 Michel F. Bosco (European Commission)
 Miguel Darcy de Oliveira (IDAC)
 Miguel Noronha (BoozAllen & Hamilton)
 Mitsuo Shibata (Telefonica)
 Moema Tavares da Costa (SocInfo)
 Najat Rochdi (Internet Society, Marrocos)
 Nanci da Costa Telheiro do Nascimento (IBICT e SocInfo)
 Nathalie Frezouls (AcknoSoft, França)
 Nelson de Castro Senra (IBGE)
 Nelson de Lucca Pretto (Faced/UFBA)
 Nelson Teixeira de Faria (Sepin/MCT)
 Ney Gilberto Leal (MP)
 Nicolau Carlos Terebesi Meisel (Consultor)
 Nii Quaynor (National Computer Systems, Gana)
 Orlin Kouzov (National Research Network, Bulgária)
 Oscar Alejandro Robles Garay (ITESM, México)
 Oscar Lorenzo Fernandes (MDIC)
 Oscar Messano (Cabase, Argentina)
 Osires Silva (Fiesp)
 Osvaldo Barbosa de Oliveira (Microsoft)
 Osvaldo Castilho (PNUD)
 Osvaldo Novaes Oliveira Jr. (USP - SCarlos)
 Otaviano Fiori (MINC)
 Othon Jambeiro (UFBA)
 Othon Santos Antunes Neto (Finep)
 Paolo Morawski (RAI, Itália)
 Pascal Baba Couloubaly (Ministry of Culture, Mali)
 Patrícia Corrêa Henning (SocInfo)
 Paula Menna Barreto (SocInfo)
 Paulo Borges Lemos (Consultor)
 Paulo Carneiro da Cunha Filho (UFPE)
 Paulo de Queiroz Rocha Pinto (MCT)
 Paulo Manuel Protásio (Marketing Internacional Consultores)
 Paulo Maurício Castelo Branco (BNDES)
 Paulo Roberto Tosta da Silva (Finep)
 Paulo Sérgio Bruno Novaes (Finep)
 Pedro Anísio Figueiredo (IBICT)
 Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (Sudam)
 Pedro Duncan (BNDES)
 Pedro Paulo Poppovic (SEED/MEC)
 Pedro Urra (Ministerio de la Salud, Cuba)
 Pedro Veiga (MCT, Portugal)

- Priscila Koeller Rodrigues Vieira (MP)
 Ramiro Jordán (Istec)
 Raphael Mandarinó Júnior (CGI)
 Raul Antonio Del Fiol (Promon Eletrônica)
 Raul César Baptista Martins (4P Consultoria)
 Regina Célia Peres Borges (Prodasen)
 Ricardo de Oliveira Anido (Unicamp)
 Ricardo Miranda Barcia (UFSC)
 Ricardo Oliveira Maciel (DGI Netc)
 Ricardo Tanscheit (PUC-RJ)
 Richard Reilly (Univ. College Dublin, Irlanda)
 Robert Antônio Santana Pereira (SocInfo)
 Robert Wilson III (CVC)
 Roberto Castelo (OMPI)
 Roberto Craveiro Rodrigues (Fenadados)
 Roberto Hexsel (UFPR)
 Roberto Isnard (Abinee)
 Roberto J. Rodrigues (Opas)
 Roberto Pinto Martins (Sepin/MCT)
 Roberto Souto Maior de Barros (UFPE)
 Robin Mansell (University of Sussex, Inglaterra)
 Rodolfo Miguel Baccarelli (PMC)
 Rodrigo Baggio Barreto (CDI)
 Rogério Bellini dos Santos (Sebrae)
 Rogério dos Santos Bittencourt (SocInfo)
 Rogério Viana (MDIC)
 Romildo Monte (INTI/MCT)
 Rômulo Ângelo Zanco Filho (CPqD)
 Ronaldo Mota Sardenberg (MCT)
 Rony de Oliveira (FGV Consulting)
 Rosa Delgado (SITA/ITU)
 Rosa Eliane Rodrigues Silva (SocInfo)
 Rosa Maria Vicari (UFRGS)
 Rubem Cesar Fernandes (Viva Rio)
 Rubem Fernandes Monteiro Filho (Sudene)
 Rubens Queiróz de Almeida (Unicamp)
 Rui Henrique P. Albuquerque (Unicamp)
 Ruth Cardoso (Comunidade Solidária)
 Ruy Barroso Jr. (Febraban)
 Ruy de Araújo Caldas (Embrapa e UCB)
 Saqer Abdel-Rahim (RSS, Jordania)
 Sarita Albagli (DEP/IBICT)
 Sérgio Barcellos (SLTI/MP)
 Sérgio Francisco Alves (Finep)
 Sérgio Góes de Paula (RITS)
 Sérgio Saab (MC)
 Simplício Freitas (Baker-Hughes)
 Sílvio Romero Lemos Meira (UFPE)
 Solon Lemos Pinto (SLTI/MP)
 Srinivasan Ramani (Silverline Technologies, Índia)
 Stefan Jahnichen (GMD, Alemanha)
 Sushil Baguant (National Computer Board, Ilhas Maurício)
 Taholo Kami (Small Island Developing States Network, Tonga)
 Tarcisio Della Senta (IAS/UNU)
 Teresinha Fróes Burnham (UFBA)
 Tereza Maria Barros Campos do Amaral (UFPE)
 Thereza Lobo (Comunidade Solidária)
 Toomas-Hendrik Ilves (Ministry of Foreign Affairs, Estônia)
 Ubirajara Vicente da Silva (IBICT)
 Uta Wehn (University of Sussex, Inglaterra)
 Valéria Lúcia Pero (Instituto de Economia/UFRJ)
 Vanda Regina Teijeira Scartezini (Sepin/MCT)
 Vanderlei Rainelli Ferreira (Microsoft)
 Vani Moreira Kenski (USP)
 Vera Cristina Rodrigues Feitosa (Consultora)
 Vera Valente (MS)
 Vicente Landim (Sepin/MCT)
 Virgílio Augusto Fernandes Almeida (UFMG)
 Virgínia Olga Koeche Müzell Jardim (Secretaria de C&T-RS)
 Wagner Meira Jr. (UFMG)
 Walda Antunes (UnB)
 Walter Franco (PNUD)
 Wang Quiming (Ministry of Science and Technology, China)
 Wânia Maria de Souza Rodrigues (IBICT)
 Washington Braga Filho (Rede Rio/SCT-RJ)
 William Sheppard (Intel, EUA)
 Xavier Baquero Dirani (Equis, Equador)
 Yone Sepúlveda Chastinet (Prossiga/CNPq)
 Yushi Komachi (National/Panasonic, Japão)